



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

EDSON JOSÉ DE MENESES ALVES

**“O INDIVÍDUO MAIS PERIGOSO À CAUSA DA MONARQUIA”:
AS DISCUSSÕES POLÍTICAS EM TORNO DE REPÚBLICA,
FEDERALISMO E CONSTITUINTE NOS IMPRESSOS DE ANTÔNIO
BORGES DA FONSECA (1843-1855)**

Recife
2024

EDSON JOSÉ DE MENESES ALVES

**“O INDIVÍDUO MAIS PERIGOSO À CAUSA DA MONARQUIA”:
AS DISCUSSÕES POLÍTICAS EM TORNO DE REPÚBLICA,
FEDERALISMO E CONSTITUINTE NOS IMPRESSOS DE ANTÔNIO
BORGES DA FONSECA (1843-1855)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: Cultura, Política e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva.

Recife
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A474

Alves, Edson José de Meneses

“O indivíduo mais perigoso à causa da Monarquia”: as discussões políticas em torno de República, Federalismo e Constituinte nos impressos de Antônio Borges da Fonseca (1843-1855) / Edson José de Meneses Alves. - 2024.
173 f. : il.

Orientador: Wellington Barbosa da Silva.

Inclui referências e anexo(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2024.

1. Borges da Fonseca. 2. Imprensa. 3. Ideias Republicanas. 4. Federalismo. 5. Constituinte. I. Silva, Wellington Barbosa da, orient. II. Título

CDD 981

EDSON JOSÉ DE MENESES ALVES

**“O INDIVÍDUO MAIS PERIGOSO À CAUSA DA MONARQUIA”: AS DISCUSSÕES
POLÍTICAS EM TORNO DE REPÚBLICA, FEDERALISMO E CONSTITUINTE
NOS IMPRESSOS DE ANTÔNIO BORGES DA FONSECA (1843-1855)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

APROVADA EM: 29/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva
Programa de Pós-Graduação em História - UFRPE (Orientador)

Profª. Dra. Suzana Cavani Rosas
Programa de Pós-Graduação em História - UFPE (Examinadora Externa)

Prof. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara
Programa de Pós-Graduação em História - UFPE (Examinador Externo)

Para os meus queridos e amados pais, Luciana Maria e
Edmilson Alves.

AGRADECIMENTOS

Confesso que esta parte foi uma das que eu mais esperava escrever, é o momento de ser grato a quem nos acolheu, prestou um ombro amigo, em momentos de incertezas, de não acreditar que seria capaz de chegar até aqui. Essa foi umas das missões mais árduas e ao mesmo tempo mais gratificantes que já passei até aqui.

Gostaria de iniciar agradecendo aos meus pais, Luciana Maria e Edmilson Alves, pelo apoio incondicional nessa longa batalha. Nunca deixaram de acreditar em minha pessoa ao longo destes 23 anos de vivência, nem mesmo quando a sobrevivência seria mais uma questão de “sorte”. Cada esforço, cada batalha lutada por ambos para eu pudesse dar meus primeiros passos. Lembro da alegria ao ver o filho estudando em uma universidade pública e agora, indo até em voos mais longos do que se podia imaginar. MEU MUITO OBRIGADO!

Ao meu orientador, prof. Dr. Wellington Barbosa, por ter acreditado no projeto de pesquisa, pelas dicas, correções, conselhos, paciência, enfim, sou totalmente grato a ti. Lembro que em uma das etapas da seleção do projeto, a entrevista, falou sobre o meu personagem aqui estudado, Borges da Fonseca, e o quanto ficava fascinado, foi um grande combustível para que eu desse prosseguimento a esta pesquisa.

A Bruno Câmara, professor da graduação, orientador de TCC, membro da banca avaliadora, enfim... Agradeço a Bruno por ter acreditado em mim quando, talvez, nem eu mesmo acreditasse que pudesse fazer boas pesquisas. As conversas, os desabafos, os medos, conselhos, foram fundamentais nessa trajetória de pesquisador e historiador. A amizade feita foi de fundamental importância neste processo de pesquisa, desde a época de graduação, passando por inúmeras correções no projeto de pesquisa.

A Josenildo Americo, pela amizade desde os tempos de graduação. As conversas sobre a temática do século XIX eram riquíssimas, indicações de leituras como também de experiências. Nem mesmo a distância foi capaz de impedir as constantes conversas a respeito das pesquisas realizadas.

Aos meus amigos do mestrado Alvanir Alves, Fernanda Araújo e Carlos Souza por todas as vezes que precisamos desabafar, contar as angústias, medos, aflições. Mas dessas amizades também levarei os diversos momentos de alegria, as conquistas de entregar cada capítulo, de apresentar um trabalho em um evento, de auxiliar na correção de algum texto e, sem dúvidas, nas disciplinas, nos debates dos longos textos.

Aos meus amigos Carlos, Karine, Matheus, Maria Caroline, Wesley, pela amizade nessa longa jornada que desde o Ensino Médio até hoje estão presentes e que sempre foram apoiadores dos avanços nos estudos.

A Diego Almeida pela amizade, debate sobre a temática dos estudos e disponibilizado para auxílios quando foram necessários.

A banca examinadora da Qualificação e Defesa Final composta por Bruno Câmara e Suzana Rosas, desde a primeira etapa suas críticas e sugestões contribuíram para um melhor aprimoramento dos rumos que essa pesquisa tomou em sua escrita. É gratificante saber que avaliadores como vocês se preocupam com a historiografia que estamos produzindo.

Também agradeço aos historiadores Gabriel Medeiros, Bruno Alves, Ivan Souza e Paulo Montini por todas as dicas, conselhos, sugestões de leituras bibliográficas e de fontes, etc., que ajudaram na condução desta pesquisa. Também agradeço a Gabriella Chalegre pelas conversas sobre a temática de imprensa que formataram as discussões desta pesquisa.

Aos professores do PGH-UFRPE também deixo meu agradecimento por compor este programa e fortalecer ainda mais os rumos de ser pesquisador. Tive o prazer de cursar disciplinas com os professores Dr. Tiago Souza, Dr. Marcelo, Dra. Giselda, Dra. Alcileide, Dra. Juliana, Dra. Janaina, e posso garantir que cada um contribuiu para a escrita desta pesquisa. A Coordenação do PGH, representada pelos professores Dr. Uiran Silva e Dr. Humberto Miranda, por todas as vezes que se disponibilizaram para nos sanar as dúvidas burocráticas que enfrentamos ao longo deste percurso.

No começo dessa caminhada, ainda sem bolsa de pesquisa, era preciso uma nova rota de caminho paralela e nela estava a aprovação em um concurso público para o Estado de Pernambuco. Agradeço a todos os amigos do trabalho da EREM Corsina Braga pelo apoio, pela preocupação, interesse na pesquisa e paciência. O mais interessante é que vários deles foram meus professores e que ajudaram com suas contribuições a, inicialmente, entrar no curso de Licenciatura em História, assim como nos estágios de docência em História.

Agradeço também ao APEJE, por sinal, diversas vezes citados ao longo desta pesquisa, um local riquíssimo de fontes históricas e que merece, sem dúvidas, uma melhor atenção dos governantes para não deixar que a história se perca. Desse modo, agradeço o trabalho de Hildo, que me atendeu quando precisei realizar minhas pesquisas no arquivo.

Agradeço também a CAPES pelo apoio financeiro durante 11 meses da pesquisa que permitiu com que o sonho de um jovem, ainda em tempos de graduação, de chegar ao Mestrado fosse realizado. É mais uma instituição que ressalto o dever de cobrarmos melhores investimentos a todos aqueles que se propõe a fazer ciência neste país, independentemente de

governo ou ideologias partidárias, sabemos que sem ciência não se constrói o futuro da educação deste país.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente marcaram sua trajetória ao longo da minha vida pessoal e de pesquisador/historiador.

“As revoluções se multiplicam; os reis se aniquilam, e sob os restos de seus depravados tronos se vê erguer o sistema da natureza [...]. O século XIX não é o século das monarquias”.

Borges da Fonseca (O Republico, nº 83, 07/07/1831).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o debate em torno da ideia de república – além de ideais adjacentes como federalismo e constituinte – proferidas pelo escritor público paraibano Antônio Borges da Fonseca em Pernambuco e no Rio de Janeiro através dos seus jornais publicados entre os anos de 1843 e 1855. O início do recorte marca a estreia do jornal *O Nazareno*, publicado, inicialmente, em Nazaré e que, anos depois, foi transferido para Recife. Já o ano de 1855 foi escolhido por ser a última publicação do publicista no impresso chamado *O Republico*, editado no Rio de Janeiro. Neste espaço temporal da pesquisa também está inserido o movimento que foi denominado de Insurreição Praieira, que o próprio Borges da Fonseca foi um dos principais protagonistas, publicando, inclusive, o famoso “Manifesto ao Mundo”. O ponto de partida para a análise da presente pesquisa foram as manifestações do publicista em seus impressos, destacando a aversão à monarquia (e as suas instituições), bem como ao imperador, e glorificando a república, federalismo e uma nova constituição para o país. Assim, destacamos o papel da imprensa como formadora de uma opinião pública capaz de romper as barreiras do analfabetismo. Além dos dois jornais já citados, o terceiro que será trabalhado, também da autoria de Borges da Fonseca é *A Revolução de Novembro*. Um dos principais argumentos da pesquisa é que as ideias republicanas eram vistas como a solução para o desenvolvimento da nação, destacando os vícios e abusos que possuíam a monarquia brasileira, assim como o imperador, D. Pedro II. Utilizando a abordagem qualitativa, será perceptível uma interpretação das fontes em torno do contexto que estavam inseridas. A partir do cruzamento de alguns jornais estudados foi perceptível um enorme debate entre “monarquistas” e “republicanos”, o que ajudou a perceber o clima político que o Brasil estava inserido. Este trabalho encontra-se em uma perspectiva da Nova História Política, bem como a História Social, voltada para um estudo “visto de baixo”, de um redator que era considerado “o indivíduo mais perigoso à causa da monarquia”.

Palavras-chave: Borges da Fonseca; Imprensa; Ideias Republicanas; Federalismo; Constituinte.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the debate around the idea of republic – in addition to adjacent ideas such as federalism and constituent – uttered by the public writer from Paraíba Antônio Borges da Fonseca in Pernambuco and Rio de Janeiro through his newspapers published among the years of 1843 and 1855. The beginning of the section marks the debut of the newspaper O Nazareno, initially published in Nazaré and, years later, was transferred to Recife. The year 1855 was chosen due to the publicist's last publication in print called O República, published in Rio de Janeiro. In this space of time of the research is also inserted the movement that was called Insurreição Praieira, which Borges da Fonseca himself was one of the main protagonists, even publishing the famous “Manifesto ao Mundo”. The starting point for the analysis of the present research was the manifestations of the publicist in his printed matter, highlighting the aversion to the monarchy (and its institutions), as well as to the emperor; and glorifying the republic, federalism and a new constitution for the country . Thus, we highlight the role of the press in forming a public opinion capable of breaking the barriers of illiteracy. In addition to the two newspapers already mentioned, the third that will be worked on, also by Borges da Fonseca, is “A Revolução de Novembro”. One of the research's main arguments is that republican ideas were seen as the solution for the nation's development, highlighting the vices and abuses that held back the Brazilian monarchy, as well as the emperor, D. Pedro II. When using the qualitative approach, an interpretation of the sources around the context that was inserted will be noticeable. From the intersection of some newspapers studied, a huge debate between “monarchists” and “republicans” was perceptible, what helped to realize the political climate that Brazil was inserted. This work is in a perspective of New Political History, as well as Social History, focused on a study “from beneath”, of a writer who was considered “the most dangerous individual in the cause of the monarchy”.

Keywords: Borges da Fonseca; Press; Republican Ideas; Federalism; Constituent.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Folha do primeiro jornal pernambucano, a <i>Aurora Pernambucana</i> de 27 de março de 1821	45
Figura 2 - Trecho “O Nazareno Ressuscitado”, do jornal <i>O Nazareno</i> , em sua primeira edição no Recife.....	83
Figura 3 - Xilogravura do primeiro número do jornal <i>A Revolução de Novembro</i>	115
Figura 4 - Soneto em defesa do comércio a retalho	118
Figura 5 - Destaque a palavra "Constituinte" de forma crescente no jornal.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de todos os senadores por Pernambuco entre 1826 e 1889	99
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
BND	Biblioteca Nacional Digital.
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco.
IAHGP	Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: UM DESAFIO CHAMADO ANTÔNIO BORGES DA FONSECA	15
2 A IMPRENSA POLÍTICA EM PERNAMBUCO: UMA HISTÓRIA DA CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS	35
2.1 A imprensa pernambucana no século XIX	40
2.2 O impresso em Pernambuco nos anos de 1840 e 1850: rivalidades da imprensa	46
2.3 Entre conservadores e liberais, as rivalidades de um publicista: a pena de Borges da Fonseca contra o <i>Diario de Pernambuco</i> e o <i>Diario Novo</i>	58
2.4 Escritos de um publicista incendiário: Borges da Fonseca entre <i>O Nazareno</i> , <i>A Revolução de Novembro</i> e <i>O Republico</i>	62
3 A PALAVRA IMPRESSA E SUAS NUANCES POLÍTICAS: AS REFLEXÕES DE BORGES DA FONSECA EM O NAZARENO	70
3.1 Entre críticas e processos: o início do jornal <i>O Nazareno</i> nas mãos de um publicista revolucionário (1843-1844)	72
3.2 <i>O Nazareno</i> entre 1845 e 1846: embates contra “Xixorro”	85
4 OS VENTOS POLÍTICOS APÓS UMA INSURREIÇÃO: BORGES DA FONSECA ENTRE A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO E O REPUBLICO	109
4.1 Borges da Fonseca e as discussões sobre os eventos de 1848	110
4.2 O retorno à imprensa depois do movimento revolucionário: Borges da Fonseca nos escritos do jornal <i>A Revolução de Novembro</i>	113
4.3 De volta aos tempos da glória: o retorno do jornal <i>O Republico</i> (1853-1855)	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DA REPÚBLICA	152
FONTES E BIBLIOGRAFIAS	157
ANEXOS	168
ANEXO A - Retrato de Antônio Borges da Fonseca	168
ANEXO B - Trecho do jornal <i>O Nazareno</i> destacando alguns artigos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793	169
ANEXO C - Manifesto de Borges da Fonseca direcionado a “Xixorro”	170
ANEXO D - Primeiro número do jornal <i>O Nazareno</i>	171
ANEXO E - Primeiro número do jornal <i>A Revolução de Novembro</i>	172
ANEXO F - Primeiro número do jornal <i>O Republico</i>	173

1 INTRODUÇÃO: UM DESAFIO CHAMADO ANTÔNIO BORGES DA FONSECA

Estabelecendo em bases seguras o direito do povo: [...] Acabando com a vitaliciedade do Senado por [ser] incompatível com o progresso da civilização¹.

Em outubro de 2022, durante o momento de eleições presidenciais no Brasil e prevendo uma possível (e posteriormente confirmada) derrota para o cargo de Presidente da República, integrantes da então base do governo do presidente Jair Bolsonaro tentaram articular uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) a qual ressuscitaria, em partes, o antigo Senado Vitalício, sendo este ocupado por todos os ex-presidentes vivos da Nova República (1989-presente). A ideia, uma tentativa de evitar uma eventual prisão, trazia à tona um resquício da monarquia brasileira bastante utilizado entre 1824 e 1889. Uma das características do Senador Vitalício era manter a monarquia (e seus costumes) de pé, com pouca ou nenhuma modificação e, assim, impedir avanços progressistas.

Muito embora essa ideia de ressuscitar tal cargo possa parecer “justa” para alguns, ele é marcado como uma afronta às repúblicas e a ideia de república moderna e democrática (portanto, ignoramos aqui o caso chileno de Pinochet). O cargo de Senador Vitalício foi algo bastante criticado por diversos membros ao longo do império do Brasil, dentre eles, os republicanos. E é aqui que chegamos no carro chefe e principal desafio desta pesquisa: Antônio Borges da Fonseca. Publicista de origem paraibana, Borges sempre lutou contra esse cargo, defendendo que qualquer político do Brasil precisava ser eleito e ter uma duração limitada, abominando assim, qualquer resquício de vitaliciedade ou de hereditariedade.

A presente pesquisa tem a intenção de discutir as manifestações a respeito da ideia de república na imprensa pernambucana, através dos jornais de Borges da Fonseca e também de outros periódicos que circulavam na época. O recorte temporal da pesquisa começa no ano de 1843, com a publicação dos primeiros números de *O Nazareno* e termina em 1855, quando Borges da Fonseca encerra a quinta fase de um de seus jornais mais conhecidos, *O Republico*. Vale destacar que esse recorte não pode ser tão rígido assim. Afinal, as ideias políticas de Borges não foram gestadas apenas nesse período. Devemos retroceder, quando necessário, pegando as décadas de 1820 e 1830, ou indo além da década de 1850, da fase posterior à Insurreição Praieira. As ideias defendidas pelo publicista não surgem do nada. Elas são frutos

¹ APEJE, *O Nazareno*, nº 10, 12/07/1843.

da conjuntura política da jovem nação e da turbulenta província de Pernambuco, no pós-independência. Nesse sentido, convém entendermos tanto na perspectiva política (os ideais, a forma de pensar a república), como também no aspecto social, de modo que haja uma compreensão de como a população recepcionava essas ideias e discussões em torno de experiências republicanas e federalistas.

Em meio a esse recorte, é impossível não destacar o papel importante da Insurreição Praieira, iniciada em 1848, na qual, o próprio Borges da Fonseca, por diversas vezes, tentava impor aspectos republicanos na luta. Em seu jornal, *A Revolução de Novembro*, o autor, justificando porque havia participado do movimento, argumentava que em sua luta defendia a “formação de uma república, eleições diretas, a exclusão de estrangeiros do comércio varejista e medidas protecionistas para a indústria nacional”².

Essa simpatia de Borges da Fonseca pela república e seus ideais, consistem, principalmente, por ter presenciado os movimentos de 1817, 1821 e 1824. No movimento de 1817, aliás, Borges da Fonseca teve contato, diariamente, com vários dos envolvidos neste acontecimento. A casa paterna de Borges da Fonseca, na Paraíba, era um dos lugares secretos para reuniões, já que seu pai participou ativamente no movimento. A partir do problema da pesquisa apresentada, convém contextualizarmos as manifestações republicanas realizadas pelo publicista Borges da Fonseca.

Tais discursos não eram novos. Em 23 de junho de 1831, era publicado nas páginas do jornal *O Republico* pequenas manifestações contra a monarquia brasileira. De sua autoria, a discussão fomentava um outro olhar de inspiração republicana para a nação. As folhas noticiavam que se os brasileiros quisessem a “verdadeira liberdade” para seu país era preciso seguir os passos dos Estados Unidos da América, na qual, “gozam [de] uma liberdade tranquila e duradoura”. Ainda na mesma edição, o autor apresenta que as “ideias republicanas vão grassando com uma rapidez e força que já mostra estar se aproximando o dia da restauração do mundo inteiro e do completo aniquilamento desses princípios hereditários”³. Assim, era claro a alusão não só para almejar uma “liberdade verdadeira”, mas também, implantar a república no Brasil e se livrar dos “princípios hereditários” da monarquia.

No jornal *O Nazareno*, de 17 de junho de 1843, em artigo dirigido ao imperador D. Pedro II, Borges da Fonseca ressaltava a importância de uma “Reforma Radical” que mudasse o Brasil. Criticava a Carta de 1824 ao afirmar que “os vícios de nossa Constituição são já tão

² APEJE, *A Revolução de Novembro*, nº 01, 01/09/1852.

³ BND, *O Republico*, nº 80, 23/06/1831,

conhecidos de todos, que todos reclamam, e desejam uma Assembleia Constituinte para nos reorganizarmos [...]”⁴. Nesse sentido, os ânimos de Borges da Fonseca, após um período regencial “calmo”, voltavam a soar. Para o autor “o povo pode, quando quiser, mudar seu governo e diminuir seus mandatários”⁵.

Esses trechos, apesar de publicados em anos diferentes, têm um denominador comum: a negação à monarquia e a defesa da república. Ambos do mesmo autor, Borges da Fonseca. Ele foi um dos publicistas mais importantes do Brasil de sua época, na qual, em diversos momentos, travou grandes debates contra os defensores do sistema monárquico. No Brasil, os debates entre “republicanos” e “monarquistas” tomaram as páginas dos jornais e periódicos de norte a sul do país, era uma disputa de quem conseguiria manter maior influência sobre a população, defendendo seu regime político proposto. Os jornais de Borges da Fonseca eram influenciados por pensadores franceses que ganharam destaque nos ideais da Revolução Francesa de 1789.

A participação de Borges da Fonseca na condução de seus impressos durante o Primeiro Reinado já foi bastante explorada por alguns autores como Sílvia Fonseca e Mário Márcio. *O Republico*, apelido que ficou conhecido como publicista, voltara, nos anos de 1840 e 1850, a ser aquele redator que lhe trouxe fama, defendendo princípios republicanos, fim da monarquia, e, cada vez mais, tecendo termos como autonomia e federalismo. Vale destacar que, é nesta época que a Lei 105 de 23 de novembro de 1840 foi promulgada, na qual, na oportunidade, colocava fim em um sistema que permitia maior autonomia para as província (esta lei era uma revogação de outra legislação, do ano de 1834, que permitia essas localidades a terem alguns privilégios, principalmente, no setor de promulgação ou revogação de leis provinciais internas). Com essa modificação, o centralismo político voltava, com o poder concentrado no Rio de Janeiro, agora nas mãos do novo imperador, D. Pedro II.

Por falar em Borges da Fonseca, é sempre bom salientar autores que já dedicaram pesquisas ao publicista. Desse modo, podemos citar Santos⁶ ao dizer que existia “Um homem contra o Império”, como também Carolina Paes, ao fazer sua Dissertação⁷ e Tese⁸ voltada a

⁴ APEJE, *O Nazareno*, nº 04, 17/06/1843.

⁵ APEJE, *O Nazareno*, nº 02, 07/06/1843.

⁶ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Um homem contra o Império**: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: A União, 1994.

⁷ SILVA, Carolina. **A trajetória d’ O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência**: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

⁸ Idem. **Autorretrato e retratos de um publicista**: Antônio Borges da Fonseca nas tramas de discursos da imprensa pernambucana e da Insurreição Praieira (1841-1852). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

Borges da Fonseca. Além disso, é destacável trabalhos em que o redator foi o tema central de capítulos de livros, como no caso de Hélio Vianna⁹ e Vamireh Chacon¹⁰. Todos esses associaram Borges a uma defesa do republicanismo, porém, nesse aspecto, voltado a sua participação no Primeiro Reinado, momento marcado por alguns eventos cuja defesa da república era esplanada.

É destacável também que os movimentos republicanos, a partir da década de 1840, já não eram os mesmos da época colonial e do início do país independente. Como bem lembra José Murilo de Carvalho, a partir de 1837, com a volta do Regresso ao poder, as aspirações republicanas perderam forças, sendo Borges da Fonseca o único “teimoso”, aquele que mantinha as esperanças de tornar o Brasil um país republicano¹¹. Para Borges, não bastava apenas proclamar uma república, mas sim “uma república popular, na qual todos tenham parte”¹².

Segundo Silvia Fonseca, o debate em um contexto maior sobre as ideias republicanas surgiu após os cidadãos perceberem que estavam em um “novo tempo”, no qual, ~~agora~~, as monarquias eram vistas como sinônimos de “despotismo” e “absolutismo”. Para a autora, dois marcos contribuíram para o pensamento da república ganhar cada vez mais adeptos no Brasil. O primeiro era fruto dos pensadores iluministas do século XVIII que ~~possuíam~~ um amplo alcance. Fato é que vários redatores mencionaram, inúmeras vezes, frases de reconhecidos intelectuais, sendo o de maior destaque o francês Montesquieu. O segundo fator abordado é a difusão de duas revoluções: a francesa, em 1789, e a Revolução Americana, em 1776, esta, por sinal, vista como o exemplo republicano a ser seguido¹³.

Compreender o significado e as aspirações que o termo “república” representava para Borges da Fonseca e tantos outros habitantes brasileiros também se faz necessário. No Brasil, segundo Heloisa Starling, o primeiro registro da palavra “república”, de maneira oficial, foi feito por frei Vicente de Salvador, por volta de 1627, em seu livro História do Brasil. Ainda ligado a um sentido “primitivo” da palavra, o religioso afirmou “[...] nenhum homem nesta terra é repúblico (sic), nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”. Nessa

⁹ VIANNA, Hélio. **Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

¹⁰ CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *Pensamento republicano no Segundo Reinado (1840-89)*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da república: 51 textos críticos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019, p. 284.

¹² APEJE, *O Nazareno*, 28/04/1848.

¹³ FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 34.

época, “república” ainda estava ligada a um sentido de administração pública dos bens comuns, ou seja, das riquezas para toda a nação e não para um sentido particular¹⁴. No século XVIII, esse conceito começou a aparecer com maior circunstância entre os colonos, agora com um significado de “liberdade”, visto que a imposição autoritária por parte da Coroa portuguesa já começava a causar repulsão por parte dos colonos nascidos no Brasil.

As denominações sobre ser repúblico foram variando ao longo do tempo. Modesto Florenzano afirma que após a experiência republicana inglesa, adotada entre os anos de 1649 e 1660, a denominação de um simpatizante do sistema republicano de governo passou a ser visto como uma espécie de “rebelde”. Complementava dizendo também que republicano era “amotinado, sedicioso, que tem sentimentos opostos ao estado monárquico, no qual se vive”¹⁵. Apesar dos percalços e não ter conseguido se consolidar na Inglaterra, a república trouxe benefícios. De acordo com Florenzano, a experiência republicana da Inglaterra do século XVII, que mesmo sendo “efêmera e afinal derrotada, impediu a monarquia Stuart de consolidar o absolutismo no país, obrigando-a a ser constitucional e parlamentar”¹⁶.

Em sua obra *A Era das Revoluções*, Eric Hobsbawm lembra que “as palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto do que os documentos”¹⁷. Neste sentido, termos como “república”, “federalismo”, “constituente”, entre tantas outras de igual importância, vão emoldurar a perspectiva da presente pesquisa em torno dos ideais políticos de Borges da Fonseca.

Essa discussão da república, aliás, ganhou o seu auge no século XIX, e por diversas razões, desde o fechamento da Assembleia Constituinte, de 1823, passando por movimentos republicanos ao redor do território brasileiro, no Período Regencial, e marcados também pelo crescente questionamentos ao regime monárquico. Para Borges da Fonseca, causava uma enorme repulsa a centralização política, bem como, os cargos vitalícios do império, como as cadeiras do Senado. De acordo com o redator, a revolução e uma mudança de regime eram justificáveis “quando [o poder] obsta ao progresso das ideias, quando infiel delegado do povo, opõe-se às medidas a seu bem-estar”¹⁸.

¹⁴ STARLING, Heloisa Murgel. **Ser Republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 37.

¹⁵ FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas políticas**: ensaios da história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 03.

¹⁶ Ibidem, p. 07.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: Europa 1789–1848. 37ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016, p. 15.

¹⁸ CEPE, *A Verdade*, nº 01, 21/08/1848.

A questão da imprensa republicana é também associada ao surgimento de outros termos. Socorro Ferraz introduz, então, o termo “jornalista-panfletário”, destacando a importância destes para a difusão de ideias liberais e, sobretudo, republicanas. Para a autora, jornalistas como Frei Caneca e Cipriano Barata, destacados aqui e que influenciaram Borges da Fonseca, tinham ideais homogêneas, já que eles defendiam a “liberdade de imprensa e de consciência das indústrias de corpo e espírito para se gerarem ciência e riqueza, segurança individual, tribunal dos jurados e a responsabilidade dos ministros e de todos os empregados públicos”¹⁹. Já Bruno Câmara cita o “antilusitanismo” como um dos fatores que, por vezes, era o ponto central de grupos políticos em Pernambuco. A aversão ao português era utilizada para “angariar popularidade”, nesse sentido, justificando-o, ao lado da monarquia, como os principais problemas para o desenvolvimento do país²⁰. Câmara também mostra como a imprensa pernambucana era cercada desse sentimento de aversão ao português, já que ela era o “legítimo palco das lutas políticas no Império”²¹.

Essa discussão das ideias republicanas, entretanto, não era tão explícita como se pode imaginar. Isso porque, a monarquia brasileira tinha as suas armas para tentar conter o avanço destas “ideias sediciosas” que corriam pela imprensa. Por isso, o monarca se prevalecia da Constituição de 1824, o Código Criminal de 1830 e a Lei de Imprensa promulgada em 20 de setembro do mesmo ano, que proibia apologias de mudanças de regime e críticas ao imperador. Entretanto, como veremos ao longo desta pesquisa, a efetividade dessas leis pode, por vezes, ser muito questionadas, Isso porque Borges da Fonseca se utilizou da imprensa para propagar suas ideias. Não podemos esquecer também que, em várias oportunidades, ele também foi perseguido, acusado, processado e, em algumas oportunidades, condenado. Assim, não dá para enfatizarmos a ideia de extremos: seja que as leis coíbam todo esse aparato de discussões políticas, como também que elas seriam uma espécie de “para inglês ver”.

Assim, algumas estratégias eram utilizadas, como destaca Silvia Fonseca e Marcello Basile, na qual, para defender a república eram utilizados termos como “monarquia eletiva”, “monarquia americana” e “monarquia republicana”. Outro termo importante e bem lembrado por Basile era “federação do Equador” que fazia alusão tanto ao modo republicano defendido

¹⁹ FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: Guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife: Ed. UFPE, 1996, p. 90.

²⁰ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870**. Recife: Ed. UFPE, 2013, pp. 27-28.

²¹ *Ibidem*, p. 151.

por Montesquieu, como também ao movimento ocorrido em Pernambuco em 1824²². Já Silvia Fonseca destaca uma artimanha interessante: os jornais com tendências republicanas costumavam copiar trechos de outros periódicos que também defendiam a república, dessa forma, além de se livrarem de possíveis acusações, espalharam o pensamento republicano por todas as províncias²³. Um exemplo disso é no jornal *O Republico*, em que Borges, para atacar as instituições monárquicas, reproduz vários artigos do panfleto conhecido como *Libelo do Povo*, que, curiosamente, seu redator, Francisco de Sales, tinha inspirações na Insurreição Praieira, movimento que o próprio Borges foi um dos principais protagonistas.

Essa discussão da imprensa republicana foi resultado de uma outra categoria que veio antes dela: a imprensa em favor da independência. Como veremos ao longo desta dissertação, a imprensa brasileira foi marcada por censuras em seu início, uma enorme burocratização dificultava que jornais e pasquins independentes se desenvolvessem no início de sua operação, em 1808, que é o ano em que D. João assina o decreto que permite a publicação de impressos por aqui. Com o desenrolar das Cortes de Lisboa e o temor de uma nova colonização, era necessária uma imprensa que atuasse em prol da independência do Brasil. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, em *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)* apresenta como o contexto da pré-independência requereu a utilização de uma imprensa atuante capaz de mover as ideias políticas do momento de um lado para o outro. Em seu contexto sobre os jornais políticos no Rio de Janeiro²⁴, Neves relembra que esses impressos tiveram um papel importante na divulgação de ideias. Para atingir esses objetivos, utilizaram de diversas estratégias.

Desse modo, segundo a autora, surgiu “uma nova linguagem política”, baseado nos ideais provindos da “Ilustração portuguesa”, logo após a Revolução do Porto em 1820²⁵. Com isso apareceram diversos jornais, panfletos, pasquins, dentre outros escritos, que faziam uso das palavras e expressões políticas para ilustrar o sentimento de emancipação e que rodavam por diversos membros que trabalhavam na atividade impressa no Brasil. A historiadora também

²² BASILE, Marcello. *Imprensa Republicana no Brasil [Século XIX]*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da república**: 51 textos críticos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019, p. 159.

²³ FONSECA, Silvia. *O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas*. In: **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, pp. 323-350, 2006, p. 338.

²⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003, pp. 15-16.

²⁵ *Ibidem*, p. 119.

apontou a ideia de “palavras chaves”, sendo elas, por exemplo, as usadas em maior escala, os conceitos de “união” e “independência”²⁶.

José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile organizaram a coleção intitulada *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*, em que mostram como essa atividade foi importante para os rumos do processo de separação política com Portugal. Um dos vários tipos de folhetos citados pelos autores foi o chamado “Sermões, orações e discursos” que, como o nome já deixa explícito, tinha relações com atividades religiosas e eram proclamados nessas festividades bem como em momentos de culto à fé. Esse tipo de solenidade, como recordam os autores, tinham como objetivo a “mobilização eleitoral”²⁷, a qual utilizavam do poder da igreja e da relevância do clero para influenciar o pensamento crítico dos fiéis ali presentes e também dos seus parentes, já que essas proclamações eram repassadas.

Existiam mais dois tipos de papéis que circulavam nesse contexto e que foram abordados pelos autores acima. Um deles foi denominado de “Diálogos, catecismos e dicionários”. Ele se constituiu por representar uma “pedagogia cívica ou política” que significava a busca por uma cultura política no Brasil em que queriam uma “linguagem do constitucionalismo moderno”²⁸. Assim, a palavra impressa era bastante discutida, bem como disputada e, assim como seria com a decepção com o governo de D. Pedro I e a república como alternativa, a imprensa, seja através de jornais, panfletos e pasquins, foi se solidificando em meio a população brasileira. Afinal, era uma disputa entre indivíduos ou até mesmo facções em busca de influenciar novas pessoas para angariar tais ideais políticos. Por fim, o terceiro tipo desses escritos e que obtiveram destaques pelos autores foram os “Manifestos, proclamações, representações, protestos, apelos e elogios”. Assim, esses papéis eram “textos de intervenção política direta”²⁹.

Desse modo, embora houvesse rugas entre redatores e escritores de jornais, esse tipo de discurso era direcionado aos governantes, com a intenção de pressionar as autoridades e órgãos competentes, para que assim, através dessa artimanha, conseguissem que seus desejos, vontades ou pedidos fossem atendidos, sejam em sua integridade ou de forma parcial. Esse último tipo, aliás, podemos perceber que foi um dos mais utilizados, agora dessa vez, para fazer oposição a D. Pedro I e, décadas depois, manifestar críticas ao governo de D. Pedro II. Ao longo

²⁶ Ibidem, p. 169.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Vol. 3: Sermões, diálogos, manifestos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 11.

²⁸ Ibidem, p. 13.

²⁹ Ibidem, p. 18.

dos capítulos desta dissertação, inclusive, veremos cartas, em formato de manifestações, feitas por Borges da Fonseca e como destinatário o segundo imperador do Brasil. É possível dizer que Borges da Fonseca seguiu um repertório já estabelecido pela imprensa da época da Independência e depois na própria Regência. Ele vem de uma tradição literária de escrita para um público mais amplo, utilizando, por vezes, de uma linguagem mais agressiva aos donos do poder.

Dentro deste último setor de escritos, também constam as proclamações e manifestos em direção “ao povo” ou “à tropa” em que seria tanto para conclamar a algo como também para comemorar algum ato que foi realizado e que foram obtidos êxitos³⁰. Desse modo, se destaca o uso da retórica como mecanismo de utilização para alcançar as metas traçadas. De acordo com os autores, os publicistas se utilizam dela como “instrumento de argumentação e de persuasão”, assim, diante disso, servia tanto como na forma de “efeitos didáticos, quanto para efeitos de mobilização”³¹.

Em outro volume desta mesma coleção, os autores abordaram a respeito das poesias, em que eram também uma outra forma para levar os desejos e ambições a população em geral. Para isso, o uso de poemas “era verdadeira mania naqueles tempos”. Além do mais, complementava os historiadores, essa atividade “era parte essencial de qualquer celebração pública ou doméstica, nas casas, em banquetes, nos teatros, nas praças”³². O próprio Borges, inclusive, fazia o uso de poemas (dele e de outros autores) em seus escritos.

Outra pesquisa foi a de Isabel Lustosa em *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)* que mostrou como o clima político estava envolvido em muitas discussões, sendo a imprensa uma das principais protagonistas. Lustosa destaca a “intensa participação da imprensa na busca de uma definição do formato político que a nação brasileira tomaria” como um bom exemplo desta temática³³. A separação política veio, mas seu desenrolar, como o fechamento da Assembleia de 1823 e poderes acima das leis para D. Pedro I faziam com que, novos olhares fossem surgindo, e, assim, uma imprensa republicana começa a ter cada vez mais espaço. Surgem, então, gerações de destaques para a presente pesquisa, que começa com Cipriano Barata, passando por Frei Caneca e, como nosso objetivo, chegando em Borges da Fonseca.

³⁰ Ibidem, p. 19.

³¹ Ibidem, p. 20.

³² Idem. **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Vol. 4: Poesias, Relatos, Cisplatina. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 11.

³³ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos:** a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 37.

E por falar em Borges da Fonseca, em seus discursos impressos, também se apresentava como um defensor do federalismo. Tal alusão era uma inspiração da Revolução Americana que levou os Estados Unidos a adotar o modelo federativo, que era bem-visto em terras brasileiras. E, para entendermos esse pensamento de Borges da Fonseca, é fundamental destacar outros dois publicistas que, por muitas vezes, serviram de inspiração para o redator. O primeiro deles foi Frei Caneca (1779-1825), participante da Confederação do Equador. Em um de seus números, Frei Caneca lembra que “o Brasil tinha e tem todas as proporções para formar um estado federativo”³⁴. A federação foi um motivo também para disfarçar o apoio à república por muitos redatores. Essa causa federativa, por sinal, foi palco de muitas discussões. A respeito do federalismo, é importante ressaltar, tal ideia era pensada a nível provincial, assim, não havia uma discussão dessas ideias que houvesse uma escala municipal nos debates.

O segundo publicista foi o baiano Cipriano Barata (1762-1838). Para ele, “as Repúblicas são governos de Deus e as Monarquias governos do Diabo [...]. Parece, pois, demonstrado, Sentinela, que de Direito, a República é governo superior e mil vezes preferível (sic) à Monarquia”³⁵. Essa oposição entre monarquia e república foi marcada durante todo o século XIX, na qual, era debatido se o Brasil deveria, assim como vários outros países do “novo mundo”, adotar o sistema republicano. Tanto Frei Caneca quanto Barata, foram referências constantes nas publicações de Borges da Fonseca.

Para discutir a temática aqui proposta, precisamos compreender a história política e seus conceitos que vem de forma atrelada. Para o âmbito desta pesquisa, o conceito de “poder” nos auxilia para a construção de um objetivo mais bem definido. Para José D’Assunção Barros³⁶, o “poder” se apresenta “a todo instante neste imenso teatro social no qual todos ocupamos simultaneamente a função de atores e de espectadores”. Neste sentido, a partir do momento que Borges da Fonseca se utilizava de sua influência política para proferir argumentações em torno da defesa de uma república estava seguindo o caminho traçado por Barros, já que o “poder” é o que “exercemos através das palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos”³⁷.

Além da ideia de “poder”, outros mecanismos precisam ser levados em consideração nesta pesquisa. Desse modo, podemos destacar o quão importante eram as estratégias utilizadas

³⁴ IAHP, *Typhis Pernambucano*, n° 25, 08/07/1824.

³⁵ BND, *Sentinella da Liberdade na sua primeira guarita, a de Pernambuco*, n. 35, 26/09/1835.

³⁶ BARROS, José D’Assunção. *História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário*. **Revista Escritas**, [S. l.], v. 1, 2015, p. 149. DOI: 10.20873/vol1n0pp%p. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>.

³⁷ *Ibidem*, pp. 149-150.

pelos publicistas para convencer a quem estava lendo os jornais que o sistema republicano de governo era a melhor opção comparado ao sistema monárquico que estava em vigor naquele momento.

Outro conceito primordial para a construção da pesquisa trata-se da ideia de “político”. Para René Rémond, mesmo que consideremos o ser político como “uma construção abstrata”, é preciso entender também que ele é a “coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada”³⁸. Além disso, considerando a perspectiva do político “não tem fronteiras naturais”, ou seja, em determinados momentos ele “se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado” e, em outros, “se retrai ao extremo”, podemos entender as idas e vindas das argumentações em torno da defesa da república do publicista Borges da Fonseca trabalhados aqui.

Portanto, como objetivo geral da presente pesquisa, pretende-se analisar o debate em torno da ideia de república em Pernambuco entre 1843 e 1855, destacando os principais argumentos utilizados, as nações e épocas que eram influências para este debate, relacionar os principais periódicos e jornalistas, com destaque para Borges da Fonseca, que se empenhavam na causa da defesa da implantação da república, bem como entender como a província de Pernambuco possuía uma forte influência sobre seus vizinhos. Vale destacar que Borges da Fonseca arregimentou muitos inimigos, desafetos políticos ao longo de sua carreira. Foi na imprensa que Borges tecia sua defesa. Nesses “embates de palavras escritas”, de ataques e defesas, é possível também entender um pouco suas escolhas políticas.

Este trabalho se justifica academicamente tendo em vista uma escassez da abordagem da temática republicana nos rumos da historiografia que engloba acontecimentos muito anteriores ao famoso 15 de novembro de 1889. Diferente do movimento da independência, que é bastante explorado pela historiografia e no contexto escolar, o movimento republicano no Brasil não tem a mesma relevância, sendo, muitas vezes, resumido a um fato pontual localizado no tempo apenas nos anos finais da queda da Monarquia, em 1889. Tais abordagens não representam e não dão a dimensão que foi o debate em relação à defesa da república ao longo de todo o século XIX.

Tratar o tema proposto aqui demonstra a importância de conhecermos as tradições republicanas no Brasil e discutir como foram os processos articulados até chegar ao objetivo final que consistia em instalar um novo regime político no país. Com a comemoração do

³⁸ RÉMOND, René. *Do político*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 442.

bicentenário da Revolução Pernambucana, em 2017, ficou ainda mais explícito que uma grande camada da população ainda desconhece esses grandes movimentos históricos que ajudaram a pensar o modelo político e republicano brasileiro. Como bem destacou Marcus Carvalho e Bruno Câmara na apresentação do dossiê *Nação, cidadania, insurgências e práticas políticas, 1817-1848*, trabalhos com essa temática ajudam a difundir o estudo da história política e social, não só dentro do meio acadêmico, mas também na população em geral³⁹. Neste sentido, fazemos uma abordagem com a utilização de uma justificativa social, assim, torna-se necessário levar esse conhecimento do antepassado republicano brasileiro às escolas e à sociedade no geral.

Os debates sobre a perspectiva da ideia de república no Brasil foram ganhando grandes proporções. Cada vez mais o número de jornais e periódicos tido como “exaltados” crescia, como aponta Marco Morel e Mariana Barros⁴⁰. Essas folhas liberais utilizavam, por vezes, de linguagem facilitada para que pudessem ser proclamadas em público e até mesmo a população com baixo nível de escolaridade ficasse ciente das discussões. Desse modo, a imprensa era a fomentadora dessas ideias políticas. De acordo com Michel Winock, compreender a difusão de ideias políticas por dentro da sociedade também faz necessário entender as expressões jornalísticas de sua época⁴¹. Outro ponto a se destacar, como bem observa Assunção Barros, são as sociedades secretas como financiadoras de diversos jornais, na qual, procuravam expandir seus ideais, sendo muitos de caráter iluminista, como as que Borges da Fonseca participou durante sua vida política⁴².

Como destaca Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, o Brasil tem uma “tradição republicana” que foi se desenvolvendo ao longo do fim do século XVIII e todo o século XIX, incorporando “matrizes republicanas” de outras localidades⁴³. Tal fato é que os publicistas defensores da república ecoavam exemplos da República Romana, da República Francesa e, principalmente, da República Federativa dos Estados Unidos. Apesar disso, no ato da Proclamação da República, em 1889, todos esses valores foram esquecidos, ignorando todo o antepassado republicano que o Brasil vivenciou. Com isso, acabou ficando um “vazio” na

³⁹ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Apresentação do dossiê Nação, cidadania, insurgências e práticas políticas, 1817-1848*. In: **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 33, n. 1, pp. 01-04, 2015.

⁴⁰ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 23.

⁴¹ WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, pp. 278-279, 2003, p. 282.

⁴² BARROS, José D’Assunção. **Fontes históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 215.

⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs). **Dicionário da república: 51 textos críticos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019, pp. 16-17).

república do Brasil, já que esta não veio com uma revolução, participação popular, mas através das forças armadas. Depois desse “vazio”, o Brasil passou por sucessivos governos republicanos marcados por corrupção, tirania, golpes, isso tudo que, ironicamente, é condenado pela própria ideia de república. Com a república de 1889, novos ideais são desenvolvidos, esquecendo, por exemplo, a "república popular" defendida por Borges da Fonseca.

Outro ponto a se destacar é a ausência de trabalhos que apresentem o protagonismo que a província de Pernambuco possuía em relação ao debate das ideias republicanas. Marc Jay Hoffnagel afirma que é um equívoco enorme restringir os estudos do debate republicano nas localidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Para ele, Pernambuco provou ser uma região em que a temática republicana sempre esteve presente, principalmente na imprensa, e nesse sentido, relembra a importância de Borges da Fonseca nessa proliferação de ideias na região através de seus jornais, dando destaque para *A Revolução de Novembro*⁴⁴.

Evaldo Cabral de Mello lembra que a historiografia brasileira sempre destacou a versão imperial como predominante e acabou esquecendo de ouvir as massas, que também são responsáveis pela história política. Assim, a pesquisa aqui proposta pretende contribuir para a historiografia com um estudo dos discursos impressos do publicista Borges da Fonseca, considerado um dos “rivais” do império, mas de extrema importância, pois lutava contra um governo que, muitas das vezes, usou do seu poder para tentar intimidar vozes contrárias, levando o próprio publicista a caracterizar estes governantes de tirânicos. Outro fator era a luta contra a centralização que o governo imperial estava caminhando. Com a comemoração dos 130 anos da república, em 2019, algumas obras foram lançadas buscando resgatar esse “pensamento republicano brasileiro” que foi esquecido. Assim, a pesquisa busca contribuir para a historiografia da área na intenção de recuperar esses fatos ignorados pelo tempo.

Outro fator que justifica esta pesquisa é a falta de estudos no âmbito da historiografia pernambucana que envolva diretamente a discussão nos jornais da temática republicana. Existe, sim, uma discussão da temática republicana em movimentos isolados como fez Cabral de Mello na sua obra *A outra independência* ou Glacyra Leite em *Pernambuco 1824*. Entretanto, um estudo de caso que foque nos discursos impressos produzidos na imprensa republicana precisa ser construído para lembrar a memória de importantes intelectuais de nossa história que acabam sendo esquecidos em detrimento de cada vez mais uma historiografia voltada para o sul-sudeste. Muitas vezes, esse ato de ignorar certos personagens é compreendido por eles terem

⁴⁴ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Rumos de republicanismo em Pernambuco*. In: SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990, p. 159,

sido representantes de um “radicalismo republicano”, na qual Borges da Fonseca estava inserido.

No contexto de início da discussão dessa pesquisa, os anos de 1840, Wellington Barbosa da Silva lembra do clima até que pacífico que a província de Pernambuco e, principalmente, Recife, estava passando, isso levando em conta, o passado de agitações que a capital pernambucana tinha em seu currículo. O autor destaca, inclusive, que “a tranquilidade instaurada era tão tensa quanto tênue, cheirava a pólvora, estava sempre por um fio”⁴⁵. Além disso, relembra que as prisões em torno da Insurreição Praieira foram marcadas, principalmente, por quem não mediram esforços na disputa desse movimento. Para ele, “estas prisões recaíram sobre pessoas tidas como rebeldes, agitadoras ou coniventes com a rebelião”⁴⁶. Não custa lembrar aqui que o caso de Borges da Fonseca se enquadra neste quesito.

Além disso, quando se propõe trabalhar o olhar republicano de Borges da Fonseca através dos jornais e periódicos, pretendemos dar voz a pessoas que manifestaram descontentamentos com o regime político vigente, uma história “vista de baixo”. Desse modo, o publicista aqui escolhido, considerado um “inimigo do Império”, na visão de Santos, ou, até mesmo, “o principal inimigo à causa da monarquia”, como defendeu o *Diário de Pernambuco*, nos apresenta um outro olhar para a perspectiva de como estava as disputas políticas no Brasil nas décadas de 1840 e 1850. Este período, aliás, embora marcado pelo início de uma estabilidade da monarquia e do próprio imperador, que duraria até 1889, nos remete a pensar nas formas com que membros com outras ideias políticas, como o republicanismo, poderia se comportar em uma sociedade dominada pelos ideais monárquicos.

Para alcançarmos os objetivos estabelecidos anteriormente é preciso se utilizar de estratégias que viabilizem a execução da pesquisa. Para isso, torna-se necessário selecionar estratégias que dialoguem com a temática proposta. Estabelecer uma determinada metodologia para trabalhar com os discursos impressos em torno da ideia de república em Pernambuco faz necessário um exercício de reflexão por parte do pesquisador. José D’Assunção Barros relembra que uma pesquisa não deve ser enquadrada rigorosamente em um único campo historiográfico. Apesar de a história ser dividida em várias áreas como “História Política”,

⁴⁵ SILVA, Wellington Barbosa da. *Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849)*. In: **História Social**, n. 16, pp. 29-44, 2009, p. 31.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 33.

“História Econômica”, “História Social”, não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais, todos eles têm conexões e diálogos que interagem entre si⁴⁷.

A presente pesquisa se encaixa nos campos da História Política e Social, pois não há como estudar a disputa pelo poder, da parte política, sem também compreender como está a sociedade em sua volta e o que ela pensa sobre os acontecimentos que estavam ocorrendo. As rivalidades entre “monarquistas” e “republicanos”, “centralizadores” e “federalistas”, “absolutistas” e “constitucionais” não podem ser pensadas em um contexto à parte da sociedade. A história política ocupa um lugar muito especial nos estudos históricos, isso porque, segundo Assunção Barros, esta área foi a primeira modalidade da história em uma época em que o campo historiográfico ainda não era tão fragmentado como conhecemos hoje e que são utilizadas pelos historiadores⁴⁸. Já a história social tem a sua importância para percebermos o contexto em que determinadas disputas políticas estão envolvidas.

Ainda assim, falar de história política requer um cuidado extremo para não ocasionar confusões dentro do seu objeto de estudo. Isso porque, existe uma enorme diferença entre a “Velha História Política” que se fazia no século XIX e a “Nova História Política” que começou a emergir no século XX, mais especificamente a partir de 1970. Enquanto a primeira estava voltada para os estudos dos grandes estados, das grandes personalidades, esse tipo de trabalho historiográfico foi deixado de lado com o crescimento da influência que possuía a *Escola dos Annales*. Em contrapartida, a partir dos anos de 1970, a história política ressurgiu, agora na forma de uma “Nova História Política”, uma história ~~agora escrita~~, como diria José D’Assunção Barros, “vista de baixo”, priorizando, desta vez, os “micropoderes”, as “massas”, personagens “comuns” que foram ignorados por tanto tempo no decorrer da história.

Levando em consideração essa perspectiva, é nesse momento que se ressalta o papel dos redatores de jornais na defesa da república para apresentar que houve grandes debates no Brasil, quebrando o antigo mito que a monarquia sempre foi pautada de unanimidade durante todo o seu reinado. Fato é que, por trás de projetos de leis, a corte do Rio de Janeiro, através do seu poder, buscou silenciar as vozes dissonantes e seus interlocutores que traziam novas discussões para o cenário político brasileiro. “Poder”, aliás, é uma ótima questão para ser debatida no campo da história política. Uma palavra com uma gama de significados e interações. No sentido da pesquisa aqui proposta, esse “poder” consiste em perceber quem conseguiria apresentar um

⁴⁷ BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 15-16.

⁴⁸ Idem. *História Política, discurso e imagem – interconexões possíveis*. In: **Revista Tempos Acadêmicos**, n. 4, pp. 01-25, 2006, p. 03.

maior grau de influência na população: o imperador e seus aliados, aludindo a monarquia a questão do “poder divino”, ou os escritores públicos liberais, que buscavam quebrar esse paradigma, apresentando que no Brasil os governantes deveriam ser eletivos e temporários.

Como relatado anteriormente, mesmo a imprensa sofrendo sérios ataques por parte do governo na forma de leis que pretendiam impedir a liberdade de expressão, os jornais do século XIX permitem embarcar nesse mundo e perceber o amplo debate político que existia no Brasil. As fontes que permitiram a execução desta pesquisa partem de periódicos publicados em Pernambuco tendo destaque, principalmente, *O Nazareno* e *A Revolução de Novembro*, ambos de Borges da Fonseca. Outros jornais também foram consultados no andamento da pesquisa e adicionados no estudo, como o *Diario de Pernambuco*, *Diário Novo*, entre outros.

A partir da análise e interpretação desses periódicos é possível perceber algumas características, tais como: o público alvo que cada um pretendia atingir, a linguagem utilizada, o perfil dos redatores, a questão do lugar publicado, já que, por pesquisas prévias, os jornais em Pernambuco tinham uma tendência a serem mais exaltados do que os do Rio de Janeiro, já que estavam um pouco mais distante do poder central, a forma como era defendida a república, a maneira como se interpretavam os princípios republicanos e, por fim, como ela seria implantada no Brasil, já que alguns redatores defenderam a hipótese desse meio chegar através de uma revolução, outros após a morte do monarca, e em alguns casos radicais, a expulsão do monarca.

Em relação ao método, a pesquisa se baseia em caráter qualitativo. Assim, ao selecionar as fontes a serem utilizadas ao longo do trabalho, será perceptível uma interpretação delas em torno do contexto que estavam inseridas. A partir do cruzamento de alguns jornais estudados foi perceptível um enorme debate entre “monarquistas” e “republicanos”, o que ajudou a perceber o clima político que o Brasil estava inserido. Em relação a esse tipo de fonte, bem como outros textos, Barros apresenta dois sentidos para elas: “objeto de significação” e “objeto de comunicação cultural entre sujeitos”⁴⁹. Enquanto no primeiro sentido as fontes escritas explicitam, através de sua estrutura, uma “totalidade de sentido”, ou seja, uma forma de entender o contexto, o segundo seria uma forma de elo entre o destinador e os vários destinatários. Nesse caso, se tratando dos jornais, pode-se perceber que eram vários os destinatários que ficavam informados do debate republicano através de suas leituras ao jornal, que eram, geralmente, publicações semanais.

Trabalhar com jornais, aliás, torna possível compreender a visão do redator sobre determinados assuntos a qual se está publicando. Em seu trabalho denominado *História dos*,

⁴⁹ Idem, op. cit., 2013, p. 136.

nos e por meio dos periódicos, Tania Regina de Luca apresenta que na década de 1970 o número de trabalhos que envolvessem os jornais e revistas como fontes principais era pequeno, isso porque, segundo a autora, existia-se uma desconfiança quanto a utilização de jornais como fontes históricas em detrimento dos documentos manuscritos. Segundo de Luca, a tradição da época demonstrava uma “hierarquização” dos documentos, já que o historiador “deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo”. Ainda nesse contexto de desprezo à utilização de jornais, a supracitada autora nos apresenta a percepção da época sobre este tipo de fonte, já que ela era vista como um meio que “continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”⁵⁰.

Ao trabalhar com jornais, é necessário entender também que o espectro da censura pode existir e cabe ao historiador interpretar tais “artimanhas”. Tania de Luca cita, por exemplo, a imprensa silenciada da época do Estado Novo. No caso aqui presente deste trabalho, podemos tomar nota das constantes vezes que Borges da Fonseca foi parar nos tribunais por crime de abuso de liberdade de imprensa. Durante a pesquisa, foi possível perceber o uso de termos como “Monarquia eletiva”, “Monarquia dos Estados Unidos” e “Federação do Equador” como elementos que eram utilizados para não citar propriamente a palavra “república”.

A utilização do jornal como fonte histórica requer também muita atenção, pois apesar da palavra impressa em determinado local ter sido colocada, é necessário fazer questionamentos à fonte e ao próprio texto. Marc Bloch é enfático ao afirmar que é preciso conversar, dialogar e interrogar suas fontes, “pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”⁵¹.

A partir do momento que a presente pesquisa se propõe a estudar os escritos políticos de Borges da Fonseca, dando como enfoque a discussão em torno da ideia de república, torna-se necessário também entendermos de qual lugar social o próprio Borges da Fonseca está falando ou, neste caso, escrevendo. Assim, podemos tomar como base os estudos de Michel de Certeau. Segundo o autor, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção

⁵⁰ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2014, p. 112.

⁵¹ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 79, grifo nosso.

socioeconômica, política e cultural”⁵². Desse modo, podemos compreender o lugar social o qual Borges da Fonseca estava inserido: um publicista “rival” do império, que não participava do aparato governamental e tinha prestígio com as camadas mais pobres do Recife, (como pequenos comerciantes e pessoas com pouca renda), sempre defendendo pautas que colocassem o povo como protagonista (uma delas, a nacionalização do comércio a retalho).

As fontes pretendidas a serem trabalhadas foram consultadas de diversos locais. Elas estão localizadas na sede do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e estão disponibilizadas de forma digitalizada no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e na biblioteca digital da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Para isso, utilizamos os jornais *O Nazareno* (1843-1848), *A Revolução de Novembro* (1850-1852) e *O Republico* (1853-1855). Todos estes jornais foram editados por Borges da Fonseca. Enquanto o primeiro e o terceiro jornal foram criados pelo escritor paraibano, *A Revolução de Novembro*, inicialmente, foi editado por um amigo seu, Afonso de Albuquerque Melo, em virtude de Borges ter sido preso na fundação da gazeta. Entretanto, ainda em 1850, o próprio Borges assumiu a direção do jornal, administrando até 1852, quando finalizou o periódico.

Infelizmente, o APEJE não disponibiliza mais para consulta os volumes completos de *O Nazareno* referente aos anos de 1847 e 1848, o que mostra o quão, lamentavelmente, nosso país precisa de recursos para que a história não desapareça e não evapore para sempre. Ainda assim, apesar deste percalço, procuraremos, ao longo desta pesquisa, diminuir ao máximo as lacunas, se utilizando de autores que utilizaram o jornal neste período, como também de jornais auxiliares.

Em 2019, em comemoração aos 130 anos da Proclamação da República, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling publicaram *Dicionário da República: 51 textos críticos*, na qual, a obra demonstra os valores da república e do republicanismo, as matrizes republicanas que influenciaram o pensamento da ideia republicana no Brasil, como a República Romana, os Estados Unidos, a França de 1789, além de discutir fatos internos de nossa república. As autoras trabalharam novamente com a ideia da “tradição republicana” no Brasil, um pensamento idealizado por vários cidadãos em várias localidades do território brasileiro e que foi esquecido. Um dos verbetes que merecem destaque aqui é o do autor Marcello Basile denominado *Imprensa Republicana no Brasil [Século XIX]* em que o autor aborda o surgimento da imprensa

⁵² CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 65-119, 2002, p. 65.

republicana no Brasil, focando, principalmente, no Rio de Janeiro. Basile salienta a relevância de diversos jornais com tendências liberais que apimentaram ainda mais as discussões políticas voltadas para a temática do ideário republicano no Brasil.

Vamireh Chacon, em seu livro chamado *História das ideias socialistas no Brasil*, em capítulo reservado aos feitos de Borges da Fonseca, caracteriza o publicista como um “agitador”, que possuía um imã capaz de, ao mesmo tempo, ser odiado por rivais e até mesmo aliados. Chacon relembra o fanatismo de Borges como um diferencial em toda a sua carreira política e também inserida em movimentos, sendo a Insurreição Praieira, o auge. Chacon, inclusive, apelida Borges da Fonseca como o “agitador de 48”⁵³.

O estudo da imprensa e, sobretudo, dos discursos impressos em torno da ideia de república produzidos por Borges da Fonseca, torna-se importante para compreender como o debate era intenso no Brasil, além de quebrar estereótipos segundo os quais o país nunca presenciou uma “tradição republicana”. Diante disso, surgem algumas indagações: como se deu o debate sobre a república nos principais jornais da época? Como a opinião de Borges da Fonseca era vista por outros defensores da república e também por jornais de cunho monárquico? Era uma ideia homogênea ou heterogênea? De qual maneira essa república seria implantada: clamor popular? Uma revolução? Ou uma passagem “sadia” da monarquia para a república? Quais países ou quais épocas eram as referências para implantar a república? Essas e outras questões que a presente pesquisa buscará investigar.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro intitulado de *A Imprensa Política em Pernambuco: Uma história da circulação das ideias*, abordaremos o início da imprensa no Brasil, marcado por censuras e burocracias. Nele, apontaremos como a imprensa e as tipografias desembarcaram em Pernambuco e foram se desenvolvendo ao passar das décadas, criando assim uma espécie de “cultura da palavra escrita” e de sua divulgação por diferentes meios e pela oralidade. Abordaremos também o clima político e efervescente da imprensa pernambucana nas décadas de 1840 e 1850 e como ela foi influenciada pelos rumos antecedentes, durante e posteriormente a Insurreição Praieira. Além disso, faremos uma análise historiográfica nos jornais e fontes a serem utilizadas nesta pesquisa: *O Nazareno*, *A Revolução de Novembro* e *O Republico*.

O segundo capítulo é chamado de *A palavra impressa e suas nuances políticas: as Reflexões de Borges da Fonseca em O Nazareno*. Nele, apresentamos o personagem como protagonista de seus discursos impressos. No seu primeiro jornal aqui trabalhado,

⁵³ CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

apresentaremos a construção de um publicista clamando por reformas na constituição, o fim de diversas regalias, o respeito aos direitos da população e por uma nova roupagem na política brasileira: a implantação de uma república. Logicamente, nesses exemplos citados anteriormente, constam vários crimes previstos na constituição, levando Borges da Fonseca aos tribunais por conta de seus escritos, algo que também marcará este capítulo. Os estudos aqui foram concentrados nos biênios 1843/1844 e 1845/1846, portanto, poucos anos antes da Insurreição Praieira.

No terceiro e último capítulo, ainda em estágio de escrita, denominado *Os ventos políticos após uma insurreição: Borges da Fonseca entre a Revolução de Novembro e O Republico*. Abordaremos as discussões republicanas na Insurreição Praieira e como ela foi protagonizada, especialmente, por Borges da Fonseca. Posteriormente, marcará presença os discursos incluídos no jornal *A Revolução de Novembro*, na qual, constam as versões de Borges da Fonseca no movimento revolucionário, dentre elas, o porquê de sua participação nele. Cabe destacar o nome do jornal, uma referência explícita aos acontecimentos iniciados em novembro de 1848. Por fim, destacamos os anos de 1853 a 1855 de Borges da Fonseca na direção do jornal que já havia editado anteriormente. Em meio a novos tempos, mostraremos como o publicista agiria de volta a capital do império, já que era o seu primeiro jornal no Rio de Janeiro após a Insurreição Praieira. Também teremos como meta analisar e comparar os diferentes discursos de Borges da Fonseca nesta época com aqueles produzidos, neste mesmo jornal, nos anos de 1830 e 1831 que faziam oposição ao governo de D. Pedro I e, de certa forma, contribuiu para uma oposição firme ao governante, que abdicaria do seu cargo em 1831.

2 A IMPRENSA POLÍTICA EM PERNAMBUCO: UMA HISTÓRIA DA CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS

Ofereço isso aos meus algozes velhos e novos: eles que reflitam, para reconhecerem, que não podemos viver nestas continuadas reações, e que, pois, devem estar de acordo comigo para proclamar a república, não uma república oligárquica, mas uma república popular, na qual todos tenham parte; [...]. Bem estamos vendo como a Europa ao complemento da verdadeira liberdade social, da verdadeira igualdade, e é isto o que não querem os facciosos brasileiros⁵⁴.

Antes de iniciarmos uma discussão sobre a história da imprensa em Pernambuco e como ela teve fundamental importância para as discussões políticas em torno de vários debates, convém discutirmos a respeito da imprensa produzida no Brasil e, sobretudo, desse meio que utilizava dos jornais e periódicos para travar debates e discussões que, muitas vezes, sofriam uma tentativa de intimidação por parte das autoridades reais de Portugal e as que estavam sendo representadas no Brasil.

A imprensa produzida no Brasil, de certo modo, é considerada jovem se comparada com países europeus que já tinham um longo histórico nesse campo de atuação. Ainda em um contexto de colônia, era terminantemente proibido a edição e publicação de jornais no Brasil. Os impressos que circulavam aqui normalmente eram confeccionados e publicados na Inglaterra (principalmente em Londres) e na metrópole, em Lisboa. A chegada desses papéis por aqui, muitas vezes, era de forma irregular, já que existia uma certa preocupação da coroa portuguesa que os habitantes da então colônia pudessem ter acessos a impressos que discutiam independência, república, autonomia política, dentre outros fatos que estavam amplamente sendo debatidos na Europa após a Revolução Francesa e, principalmente, nas antigas 13 Colônias Inglesas após a Revolução Americana de 1776.

Foi com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, que os rumos começaram a mudar. Em meio a uma série de transformações que culminaram em significativas transformações da colônia, o então príncipe regente, D. João, permitiu a abertura da imprensa no Brasil. O primeiro jornal, publicado no Rio de Janeiro, serviu como uma espécie de “Diário Oficial” do governo. Durante as duas primeiras décadas do século XIX, mesmo após o decreto que autorizava a confecção de impressos, o número de jornais não aumentou significativamente.

⁵⁴ APEJE, *O Nazareno*, 28/04/1848.

A situação começou a mudar a partir de 1820, precisamente com o processo de emancipação. Com a Independência do Brasil, fez-se necessário criar uma ideia de nação, instituindo uma nova monarquia nos trópicos. Essa era uma das finalidades da imprensa.

Apesar desse início da imprensa – de uma certa forma “calma” –, esses papéis costumavam ser “incendiários”, como diria Marco Morel. Isso porque a opinião sobre o governo monárquico, bem como a figura de um monarca na forma de imperador, que foi instituído ainda em 1822 e confirmado com a primeira constituição brasileira, de 1824, não possuía uma aprovação completa por parte de toda a população, sendo a oposição formada, principalmente, por redatores de jornais que gostariam de novos diálogos, debates, e, até mesmo uma discussão sobre novos sistemas políticos, surgindo aí um novo marco na história política da nação: a presença de debates públicos em torno da ideia de uma possível república. A imprensa, por sinal, pode ser entendida como a porta-voz das facções e seus desejos. Os grupos políticos se utilizavam dela para manifestar suas opiniões e vontades, de modo que pudesse ser apreciada e, de forma otimista, acatada. Vale ressaltar que o financiamento desse tipo de publicação cabia justamente à facção interessada.

Voltando ao ano de 1822, para alcançar a Independência do Brasil precisava-se de um elemento que pudesse espalhar as ideias de forma mais rápida e, para isso, necessitava de uma imprensa que agisse em torno da separação política com Portugal. Até mesmo para aqueles que não queriam um governo monárquico a partir da emancipação. Marcello Basile aborda a “politização das ruas” como um diferencial deste período. Para o autor, houve “uma proliferação sem precedentes de jornais e o surgimento de centenas de panfletos de caráter político-doutrinário, que polemizaram uns com os outros, configurando, assim, nos dois lados do Atlântico, uma intensa rede de debates”⁵⁵. Sobre panfletos, é importante ressaltar, seu uso se devia, muitas das vezes, por serem “mais ágeis e mais baratos que os jornais”, além de que “possibilitavam réplicas imediatas ou abrigavam escritos mais longos e mais refletidos”⁵⁶.

Basile lembra que, por mais que exista uma certa liberdade de imprensa não muito ampla, jornais no Rio de Janeiro e Salvador foram os principais centros desse debate. Destaque aqui também para outros meios impressos de curta duração que também tiveram uma importância significativa:

⁵⁵ BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: Panorama Político (Parte A)*. In: LINHARES, Maria Yedda (Organizadora). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, pp. 188-245, p. 205.

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. Vol. 1: Cartas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 12.

[...] os panfletos e folhetos políticos discutiam pontualmente, por um lado, as questões e os acontecimentos políticos do momento, como a revolução em Portugal, a permanência ou não de dom João VI no Brasil e o local mais apropriado para a sede da Monarquia, as manifestações públicas (como os acontecimentos da praça do Commercio e as bernardas promovidas pelas tropas portuguesas), as eleições para as Cortes de Lisboa, as medidas tomadas por estas, o fisco, a convocação do Conselho de Procuradores das Províncias e da Assembleia Constituinte brasileira, a situação nas províncias, as relações entre portugueses e brasileiros, a união ou a separação dos dois Reinos⁵⁷.

Dessa forma, essa cultura dos impressos, ainda que, em números, não fosse nem perto do que viria ser a partir dos anos 1830, já era essencial para uma discussão política em torno da independência e de um projeto de uma futura nação. Estes textos políticos, por muitas vezes, traziam polêmicas ou opiniões que não seriam plenamente aceitas pelas autoridades, podendo causar certos desconfortos. Não é à toa que muitos dos escritores de jornais já desse período se utilizavam do anonimato ou da utilização de pseudônimos para fugir de complicações. Isso, segundo Basile, era “um meio de garantir a liberdade de expressão, sem os riscos de sofrer censuras ou mesmo ameaças, já que a liberdade de Imprensa não estava ainda plenamente assegurada”⁵⁸.

A Independência trazia consigo uma tentativa de formação de uma nação consolidada. Era necessária a adesão das províncias para que este processo de construção fosse se intensificando. No Maranhão, por exemplo, Marcelo Cheche Galves destaca as comemorações da independência, as “adesões”⁵⁹, a qual, até mesmo, os republicanos da região concordavam que a separação era necessária. Na localidade, Galves também destaca a importância da imprensa neste processo⁶⁰.

Entretanto, esse clima de festa, com o passar do tempo, não era unânime em todos os locais. Posteriormente ao ato da independência, a frustração veio. Apesar da separação territorial com Portugal ter sido concretizada, a impressão era que, na esfera política, a situação permaneceria a mesma. Isso porque a independência foi proclamada por um português, que embora fizesse juras de comprometimento e respeito à nova nação, continuava agindo como um monarca estrangeiro, tal qual seus antepassados. E, com isso, as críticas também vieram.

A mesma imprensa que exaltou D. Pedro I, agora o criticava. Seus mandos e desmandos, apesar de uma monarquia dita constitucional, beirava uma forma despótica e absolutista. Um

⁵⁷ BASILE, op. cit., 1990, pp. 205-206.

⁵⁸ Ibidem, p. 206.

⁵⁹ GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e “aclamar”: O Império no Maranhão (1823-1826). In: **Almanack**. Guarulhos, n. 01, p. 105-118, 2011, p. 106. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320110108>.

⁶⁰ Ibidem, p. 110.

dos motivos foi o fechamento da Assembleia Constituinte, em 1823, e fazer, ele próprio, a primeira constituição brasileira, em 1824. Dentre esses revoltados, Basile destaca os exaltados que, se aliando aos grupos liberais, pediam por uma “uma revolução popular, em nome do direito de resistência dos povos à tirania e opressão”⁶¹ e, pouco a pouco, uma ideia de república, agora sim, na imprensa, ia tomando forma e conteúdo.

Mesmo a ideia de república estando plantada e já tivessem ocorrido movimentos na história do Brasil com uma discussão republicana sendo ensaiada, essas ideias sendo debatidas na imprensa traziam algo novo a ser estudado, comentado e dialogado. Marcello Basile em *Imprensa Republicana no Brasil [Século XIX]*, apresenta o contexto em que a imprensa republicana começa a despontar no cenário nacional. Para o autor nem mesmo dois grandes momentos da história da imprensa — o primeiro, a sua liberação em 1808 e o segundo, a “guerra literária” do processo de independência — foram suficientes para a eclosão de uma imprensa que funcionasse como uma oposição ao império⁶².

Um fator importante que deve ser salientado nos estudos desta temática é separar o momento da imprensa republicana em relação a dois fatores: a linguagem republicana e o movimento republicano. O primeiro item é muito antigo, compreendendo todas as manifestações nas formas de conspirações e revoluções nos séculos XVIII e XIX, enquanto o movimento republicano tomaria forma a partir de 1870, com o Manifesto Republicano até a instauração, de fato, do novo sistema de governo em 1889. Feita essa diferença, o que poderíamos, então, chamar de “imprensa republicana”? Recorrendo novamente a Basile encontraremos a resposta.

O autor ressalta que o surgimento de uma “imprensa republicana” se inicia a partir do momento quando se realiza uma “apologia ou a defesa, sobretudo por meio de periódicos, da república como forma de governo eletivo e temporário”⁶³. É nesse contexto que podemos inserir o publicista Borges da Fonseca, marcado pôr em diferentes momentos de sua vida política ter realizado manifestações em torno do sistema republicano como uma solução e substituição do sistema monárquico.

Outro publicista que também poderemos considerar nesse ideal de imprensa republicana é Frei Caneca e o seu jornal *Typhis Pernambuco*. O frade carmelita, ferrenho opositor de D. Pedro I e morto justamente por causa de suas ideias e convicções, tinha nos Estados Unidos o

⁶¹ BASILE, op. cit., 1990, p. 218.

⁶² Idem. *Imprensa Republicana no Brasil [Século XIX]*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da república**: 51 textos críticos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019, p. 156.

⁶³ Ibidem, pp. 156-157.

modelo republicano a ser seguido. Ao longo dos vários números publicados de seu jornal, Frei Caneca dizia que “em todo o Brasil existe uma bem visível fermentação para se mudar a forma do governo”⁶⁴ e que era a república o modelo a ser adotado. Este intelectual, importante ressaltar, foi uma inspiração de muito valor para Borges da Fonseca, na qual, por vezes, fazia alusões não só ao frade como a sua participação no movimento de 1824.

Embora a república não tenha sido implementada neste período, suas conotações nos órgãos impressos foram presentes. O jornal, aliás, pode ser considerado o veículo e exercício como formador da opinião pública. Um destes exemplos é o próprio 07 de abril, que marca a abdicação de D. Pedro I. Ali os impressos tiveram significativa relevância. Dentre diversos fatores, como a pressão popular, Basile destaca as “tramas urdidadas na imprensa” como responsáveis por este episódio. Para o autor, no pós-acontecimento, liberais procuravam conseguir “profundas reformas políticas e sociais, como a instauração de uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos livres da sociedade, o fim gradual da escravidão, relativa igualdade social e até uma espécie de reforma agrária”⁶⁵. Borges da Fonseca, inclusive, é um dos personagens principais desse momento.

Este capítulo estará dividido em quatro partes de forma a constituir-se um entendimento para os próximos capítulos. No item 2.1 abordaremos o início da imprensa na província de Pernambuco e como ela se deu em meio a muita burocracia e, sobretudo, dificuldades para o seu pleno exercício. Nele veremos a primeira tipografia, uma tentativa de uma revolução ao se apoderar da imprensa, o primeiro jornal pernambucano, dentre outros. O item 2.2 marcará o clima político da imprensa pernambucana nos anos entre 1840 e 1850 e como ela é, de certa forma, afetada pelos rumos da Revolução Praieira. Nesta parte do texto, poderemos identificar as diversas artimanhas no uso da imprensa, não só para proferir suas ideias e opiniões políticas, como também, por outro lado, tentar silenciar o seu opositor, utilizando as melhores estratégias para tal objetivo.

A parte correspondente ao item 2.3 apresentará embates de Borges da Fonseca contra dois jornais específicos: o *Diario de Pernambuco* e o *Diario Novo*. Nele, veremos que, publicistas como Borges da Fonseca, que não se definiam puramente praieiro ou gabiru, sofriam ataques dos dois lados, e representavam, de certa forma, uma tentativa de “terceira via” a qual, a província parecia não suportar, já que já existiam duas grandes facções políticas encabeçadas

⁶⁴ *Typhis Pernambucano*, nº 21, 10/06/1824.

⁶⁵ BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vol. 11 (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2009, pp. 53-119, p. 61.

pelos dois jornais anteriormente citados. Por fim, no item 2.4 apresentaremos os três jornais políticos utilizados ao longo dessa pesquisa, todos do publicista Antônio Borges da Fonseca. O que foi escrito em *O Nazareno* (1843-1848), *A Revolução de Novembro* (1850-1852) e *O Republico* (1853-1855) mostra de fato um “escritor público”, um político hábil e estrategista, que sabia os momentos de ataque e de defesa. Estes jornais, com semelhanças e diferenças, serão um alicerce importante na condução desta pesquisa.

2.1 A imprensa pernambucana no século XIX

O Recife, ao longo dos séculos XVIII e XIX adquiriu um *status* de uma cidade muito relevante para a colônia e, anos mais tarde, Império do Brasil. Um dos grandes motivos é o fato de ter sido uma cidade portuária, a qual o seu porto era um dos mais importantes do território brasileiro. Com isso, a circulação de mercadorias e, principalmente, pessoas de diversas nacionalidades e viajantes em trânsito ou que fizeram morada na cidade, faziam com que as notícias chegassem por estas paragens, embora quase sempre com algum atraso. Isso proporcionou, inclusive, que diversos panfletos e manuscritos chegassem e circulassem por aqui. Essa circulação de gente e ideias, textos impressos, lidos em silêncio ou em voz alta para um público mais amplo, seria o pontapé para a criação não só de uma imprensa atuante, que começava a publicizar os debates políticos do momento, mas gesta os chamados “escritores públicos”, publicistas que vão ganhar notoriedade no cenário local e nacional.

Como foi destacado nas páginas acima, produzir materiais em torno da imprensa era proibido e, mesmo quando legalizado, ainda era necessária uma comunicação formal. Francisco Costa, em *Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco*, comenta uma antiga ideia de que houve uma imprensa clandestina em Pernambuco no século XVII, mais precisamente na época do domínio holandês na então capitania pernambucana. Mesmo essa ideia sendo rechaçada, o autor lembra que ainda era Pernambuco uma das primeiras localidades do Brasil a ter uma tipografia⁶⁶.

Por volta de 1706, uma tipografia foi instalada no Recife, a qual, fazia “imprimir letras de câmbios e breves orações devotas”⁶⁷. Essa mesma tipografia foi fechada no mesmo ano após Ordem Régia que ordenada ao Governo de Pernambuco o recolhimento de materiais e

⁶⁶ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco*. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, número 39. Recife: Typographia de F. P. Boultréau, 1891, p. 26.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 26.

equipamentos que permitissem o estabelecimento de uma imprensa na então capitania. As medidas para o governo da capitania seguir, segundo Costa, eram nem imprimir, nem consentir “que se imprimisse livros nem papéis avulsos”.

A ideia de não se permitir uma imprensa não só em Pernambuco, como na colônia, em sua totalidade, era uma tentativa de bloquear a circulação de ideias que pudessem ameaçar a integridade do Antigo Regime. Assim, utilizando-se do aparato legal, os administradores portugueses iam, na medida de possível, censurando e proibindo a circulação de impressos na colônia. Isso, inclusive, ocasionou algo curioso quando a imprensa foi finalmente liberada, em 1808, com a chegada da Família Real à colônia. A questão era que, como era proibido a imprensa por aqui, naturalmente, não existiam materiais para que a imprensa pudesse, de fato, funcionar, tendo que recorrer a importações inglesas.

Voltando ao caso pernambucano, a primeira solicitação de uma tipografia ocorreu em 1815 através do negociante Ricardo Fernandes Catanho. A sua solicitação foi feita ao então governador da capitania, Caetano Pinto de Miranda Montenegro que, por sua vez, precisava repassar ao ministro Marquês de Aguiar, no Rio de Janeiro, que iria deferir ou não a permissão da instalação dessa tipografia na capitania pernambucana. Na carta, Caetano Pinto relatava a importância de se constituir uma tipografia na região:

*A ignorância é inseparável da barbaridade; e as luzes e conhecimentos inseparáveis da civilização. Embora se louvem em um discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens, e se dê preferência ao homem silvestre, as artes e ciências serão sempre o ornamento da vida social, e quanto mais elas florescerem, tanto maior será a prosperidade das nações. Sendo, pois, a tipografia uma das mais úteis invenções, e a que mais contribuiu para adiantar e propagar os conhecimentos humanos, parece-me que o seu uso se deve introduzir em Pernambuco [...]*⁶⁸.

O governador que ficaria marcado justamente pelas ideias provindas das “luzes”, “artes e ciências” (ao ser derrubado do seu cargo pelos pernambucanos revolucionários de 1817), pelo menos naquele momento, em 1816, mostrava-se favorável à instalação de uma tipografia em Pernambuco. Neste momento, começava um novo marco na imprensa pernambucana que seria tão marcante ao longo dos anos. Embora Ricardo Fernandes tivesse a autorização legal agora e pudesse realizar tais atividades, Costa afirma que o estabelecimento acabou não funcionando. É que mesmo com a autorização e os materiais necessários para seu funcionamento, não existiam pessoas que soubessem dominar a “arte tipográfica” e gerir a tipografia⁶⁹.

⁶⁸ Ibidem, p. 28, grifo nosso.

⁶⁹ Ibidem, p. 29.

Sendo assim, as primeiras atividades tipográficas em Pernambuco que envolvessem uma imprensa, de fato, só ocorreram em 1817, no começo do movimento já exposto aqui. O primeiro escrito, intitulado *O Preciso*, tratava-se de descrever os acontecimentos ocorridos entre o 6 de março, início da revolução e o dia 10 do mesmo mês⁷⁰. O escrito foi atribuído a José Luiz de Mendonça, além de deixar explícito, ao fim do documento, o nome da então tipografia: “Tipografia da República de Pernambuco, 2ª vez restaurada - 1817”. Foi através dessa mesma imprensa que a Lei Orgânica, que serviria como papel de constituição aos revolucionários de 1817, ganhou publicidade.

Com o fim da revolução e vitória da monarquia, era natural a repressão e punição aos envolvidos e, tratando-se especificamente da parte da imprensa, que a coroa portuguesa tomasse atitudes mais drásticas para que o problema não piorasse e/ou voltasse a acontecer. Para isso, foi determinado o fechamento da tipografia utilizada pelos revolucionários, bem como a cassação da atividade impressa. Assim, em setembro de 1817, uma ordem direcionada ao novo governador da capitania, Luiz do Rego Barreto, determinava que o mandatário não só fechasse a tipografia, como também, enviasse qualquer material ou meio de funcionamento deste estabelecimento para a capital do Brasil, o Rio de Janeiro.

O que chama a atenção aqui é que mesmo de posse de uma tipografia e de papel para a impressão de seus textos (embora importante aqui dizer, eram papéis com brasões da coroa portuguesa) é que não houve a publicação de um jornal especificamente em torno do evento, tal qual, anos mais tarde, em 1824, Frei Caneca utilizaria o *Typhis Pernambucano* como meio de divulgação da Confederação do Equador (é bem verdade que este jornal surgiu antes do movimento, mais precisamente em 24 de dezembro de 1823, mas foi durante este acontecimento que o periódico ganhou ainda mais destaque pela exposição das ideias). Não cabe aqui dizer que com um jornal o resultado (movimento de 1817) seria diferente, com uma hipotética vitória dos revolucionários, mas sim questionar o porquê da ausência de um meio que serviria ainda mais como forma de expandir as ideias republicanas defendidas naquele momento. Uma possível resposta poderia ser encontrada na questão de o movimento ter eclodido antes do esperado, tanto que as primeiras publicações foram feitas utilizando papéis com timbres da realeza.

⁷⁰ Sob o título de “Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a justíssima e gloriosíssima revolução operada felizmente do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço dos nossos bravos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro inferno da tirania real” essa foi a primeira publicação na imprensa pernambucana do século XIX. Ibidem, p. 30.

Voltando às determinações reais, que mandavam enviar ao Rio de Janeiro qualquer equipamento da tipografia republicana de 1817, o governador não atendeu à solicitação e não enviou os equipamentos, deixando-os guardados em um depósito sob sua responsabilidade. Em 1818, um ano depois, um novo ofício mandava que o governador enviasse os equipamentos à capital por meio de um navio que estava em Pernambuco – e, novamente, Rego Barreto não cumpriu a solicitação. Em 1819, houve outra nova ordem da comarca do Rio exigindo o cumprimento da decisão.

Dessa vez, entretanto, Rego Barreto resolveu acatar parcialmente a decisão, embora, ironicamente, o principal (o meio responsável pela impressão dos papéis) não enviou ao Rio. O que faria Rego Barreto ignorar por várias vezes a devolução de um equipamento utilizado por rebeldes republicanos para expedir normas e panfletos sobre a revolução de 1817? Certamente, o mandatário tinha interesse em algo. De acordo com Costa, o governador queria, na verdade, manter os equipamentos e, então, ele próprio fundou uma tipografia⁷¹. Com o maquinário em mãos, haveria apenas a necessidade de solicitar a permissão real para tal fim.

Assim, com os equipamentos da tipografia guardados em um depósito, também conhecido como “Oficina do Trem”, Rego Barreto emitiu ordem para que fizessem as adaptações necessárias para que ali começasse a funcionar uma nova tipografia, agora em uma espécie de imprensa que servisse para promover e divulgar atos de seu governo. Tal fato é que, segundo Costa, os registros desta tipografia mostravam que Rego Barreto utilizou-a para divulgação de “noticiais oficiais do governo, debates sobre a Constituinte Portuguesa, declarações, trabalhos das Juntas do Governo e outros papéis”⁷².

Foi através desta tipografia que, em 27 de março de 1821, saía, enfim, o primeiro jornal publicado em Pernambuco, chamado de *Aurora Pernambucana*⁷³, em tempos em que a liberdade de imprensa começava a ganhar um certo espaço. Este jornal tinha como seus organizadores o próprio governador e era redigido pelo seu secretário, Rodrigo da Fonseca. Luiz do Nascimento apresenta o jornal mostrando que, de fato, era um jornal propriamente do governo, elencando também alusões à Monarquia Portuguesa, como publicações sobre D. João IV⁷⁴. Este jornal

⁷¹ Ibidem, p. 32.

⁷² Ibidem, pp. 32-33.

⁷³ Além de ser o primeiro jornal pernambucano, a *Aurora Pernambucana* foi apenas o terceiro jornal brasileiro depois do decreto real de 1808. Pode-se perceber o quanto a imprensa ainda não havia “decolado” no período até então.

⁷⁴ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. IV (1821-1950). Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1969, pp. 19-24.

teve a publicação de 30 números, sendo encerrado ainda em 1821, em publicação do dia 10 de setembro⁷⁵.

Luiz do Nascimento classifica este ato de Rego Barreto como um dos poucos benefícios do seu governo, marcado por “crueldades consumadas”⁷⁶. O autor, inclusive, alerta que o esforço de Rego Barreto foi facilitado já que os “preconizadores da ideia emancipacionista”, se referindo aos republicanos pernambucanos de 1817, já tinham dado o primeiro passo ou “as primeiras sementes”, nas palavras do autor. Vale lembrar que existia, de certa forma, uma repulsa em permitir uma imprensa atuante, desde os tempos da colônia, que ao suspeitarem de uma alguma tipografia, mandava ocorrer imediatamente o seu fechamento. Apesar disso, no próprio Portugal já era permitida a atividade impressa, assim como em vários países do próprio continente americano e na Europa.

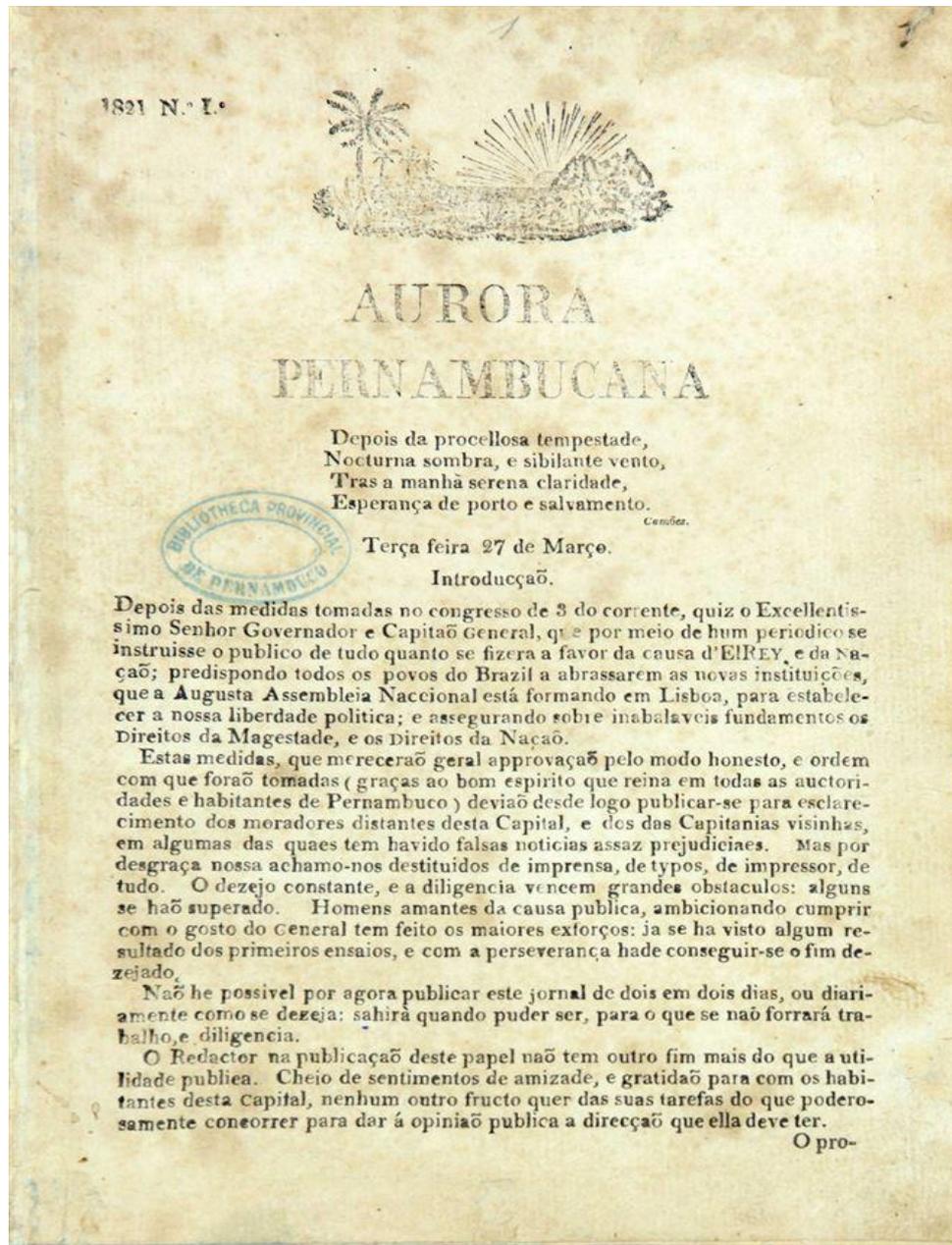
A respeito de Portugal, Nascimento diz que o governo real, que “nos negava o benefício da letra de forma, já houvera fundado numerosos órgãos de publicidade, por lá funcionando oficinas gráficas desde o Século XVII”, acrescentando o autor que o primeiro jornal em Portugal saiu na primeira metade do século XVII, em 1625, mais de 200 anos de antecedência em relação a jornais famosos brasileiros, dentre eles o *Diario de Pernambuco*, fundado em 1825 e permanecendo em circulação até hoje.

Através desta imagem do primeiro número, alguns elementos chamam a atenção ao analisar o jornal. De início, uma paisagem, a qual provavelmente seria uma alusão ao litoral pernambucano, rodeado pelo mar e o sol surgindo. O segundo e, talvez o mais importante, a epígrafe do jornal de autoria de Camões. Sob os versos de “Depois de procelosa tempestade,/ Noturna sombra, e sibilante vento,/ Traz a manhã serena claridade,/ Esperança de porto e salvamento”. Fazia Rego Barreto uma alusão à “tempestade” ao movimento pernambucano de 1817? E em relação à “esperança”, estaria o próprio governador se autointitulando o “salvador” da região? Fato é que, como a historiografia mostrou, Rego Barreto agiu sem piedade em relação aos acontecimentos de 1817 e, até por isso, possuía uma antipatia de diversos pernambucanos da época. O fim do seu governo, ainda em 1821, e sua conseqüente partida, ao lado do seu secretário, Rodrigo da Fonseca, para Portugal, foi vista como inevitável, já que a sua permanência já não era mais aceita.

⁷⁵ De acordo com Luiz do Nascimento, o segundo jornal pernambucano, chamado de *Segarrega*, fundado em dezembro de 1821, também utilizou a estrutura da tipografia do primeiro jornal pernambucano, na Oficina do Trem. Ibidem, pp. 24-25.

⁷⁶ Idem. **Sesquicentenário do primeiro jornal pernambucano**. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1971, p. 9.

Figura 1 - Folha do primeiro jornal pernambucano, a *Aurora Pernambucana* de 27 de março de 1821



FONTE: CEPE, *Aurora Pernambucana*, nº 1, 27/03/1821. Imagem do seu primeiro número publicado. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=SECXIX&pagfis=729>>. Acesso em: 15/03/2023.

Foi assim, então, o início dos primeiros passos de uma imprensa em Pernambuco. Pode-se perceber que produzir um jornal e fazer a sua distribuição ainda primava pela simplicidade (comparado ao que veríamos já no final do século XIX e, sobretudo, a partir do século XX). Assim como no Rio de Janeiro, o primeiro jornal pernambucano, de fato, tinha mais uma aparência de um diário oficial, institucional, algo do próprio governo. A liberdade de imprensa

era bastante maquiada, o que levaria inúmeros redatores às salas de tribunais. Na imagem acima, raríssima por sinal, podemos contemplar a primeira publicação de um jornal em solo pernambucano. É possível dizer que ali começava a produção e circulação, com alguma constância de textos políticos ou sobre acontecimentos políticos, algo que iria ser constante durante todo o século XIX.

Os anos de 1830 também foram agitados na imprensa pernambucana. Além do já mencionado 7 de abril, temos o desenrolar do Período Regencial marcado por uma eclosão de movimentos em diversas províncias. Neste período, sem um monarca ocupando o cargo de imperador, as discussões políticas ocorriam de forma mais frequente, sem tanta repressão ou censura como antes. Em meio a cada vez mais revoltas e motins eclodiram no Brasil, os questionamentos da imprensa eram se os regentes que iam se sucedendo no poder conseguiriam dar conta. Quando se percebe que já estava chegando em um momento insustentável, conservadores e liberais se unem, também através dos impressos, para articular uma antecipação da ascensão de Pedro ao trono. As décadas seguintes, alvos de nosso estudo, traziam também interessantes particularidades a serem estudadas e abordadas aqui.

2.2 O impresso em Pernambuco nos anos de 1840 e 1850: rivalidades da imprensa

Mesmo passadas algumas décadas desde a implantação da imprensa em Pernambuco, os anos de 1840 e 1850 ainda mantinham, de certa forma, uma imprensa artesanal. Aliás, essa não era uma característica somente da província, mas da nação como um todo. Como lembra Alexandre Alves, a atividade impressa desse período era uma “aventura solitária”⁷⁷, a qual era perfeitamente possível a construção, distribuição e venda de um jornal por poucos integrantes, ou, até mesmo, uma única pessoa. E isso nos leva a perceber algumas diferenças no âmbito de comparar jornais de Borges da Fonseca como *O Nazareno* com, por exemplo, o *Diario de Pernambuco* e *Diário Novo*. Enquanto o primeiro era uma atividade solo, com breves períodos de suporte, os dois últimos foram se consolidando no sentido de contar com uma rede de escritores mais ampla. Isso porque, ambos os jornais eram financiados pelos partidos, tendo inclusive a participação de políticos dessas facções na escrita de vários textos. Vale destacar também que esses jornais sobreviveram também graças a outros expedientes, como por exemplo, os diversos anúncios de compra e venda de várias mercadorias, inclusive escravizados, e também os anúncios de fuga de escravizados. Não custa lembrar aqui que

⁷⁷ ALVES, Alexandre. *A imprensa na cidade de Santos: 1849-1930*. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, pp. 39-62, 2007, p. 46.

serviam também como uma espécie de diário oficial. Quando os praieiros sobem ao poder em Pernambuco, o *Diario Novo* passa a funcionar como uma espécie de órgão do governo.

O jornal em si é um instrumento muito interessante e importante de ser analisado. Nesse recorte, está incluído, por exemplo, uma das maiores “guerras da imprensa” pernambucana, que foram as batalhas entre jornais e seus “escritores públicos” no período da Insurreição Praieira (algo que analisaremos posteriormente). O fato é que o jornal era mais do que a junção de centenas de palavras em um papel, ele tinha a missão de não só informar seus leitores, como também, a formação de uma opinião pública.

Além do mais, o jornal, podemos assim dizer, no que tange a essa ideia de moldar o pensamento a respeito de um determinado assunto ou causa, poderia romper as barreiras do analfabetismo, que eram marcadas por taxas enormes, não só em Pernambuco, mas sim, no Brasil por inteiro. Giselle Martins Venancio afirma que, em fins do século XIX, a taxa de analfabetos no Brasil, na faixa etária adulta, rondava por volta de 85%⁷⁸, o que significava um alto número se comparado a outros países, em especial da Europa⁷⁹.

Mas isso não representava uma barreira que não pudesse ser quebrada, existiam artimanhas para furar essa problemática. Isso porque, muitos tipógrafos e proprietários desses jornais, sabendo dessa situação, tinham a preocupação em utilizar uma linguagem mais facilitada, por vezes, fugindo das normas cultas e adotando um tom “de fala”, uma “filosofia de pronúncia”, como, em certa oportunidade, Borges da Fonseca se autodefiniu. Assim, os escritos eram feitos direcionados ao público letrado, que, por sua vez, transmitiria tais mensagens aos analfabetos.

Neste caso, para ir além dos seus assinantes e, conseqüentemente, das pessoas que leriam aquele jornal, os escritores públicos faziam artimanhas que pudesse chamar a atenção do público que não era letrado. Quando se era, por exemplo, por uma causa política ou social, costumeiramente era utilizado um símbolo de uma mão, que ajudaria a dar uma maior atenção aquela parte específica. Outro fator importante eram os versos utilizados, bem como as proclamações em locais que pudessem reunir um certo quantitativo de pessoas.

Assim, por exemplo, ao fazer um discurso em torno de algo que melhoraria a vida daquele público ou, para contestar/criticar uma determinada lei ou medida, seja do poder

⁷⁸ VENANCIO, Giselle Martins. *Em primeira pessoa*. In: VENANCIO, Giselle Martins; SECRETO, Maria Verônica; RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cartografias da cidade (in)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2017, p. 27.

⁷⁹ Sobre analfabetismo na Europa, David Vincent mostra que os índices, com o passar do tempo, iam só diminuindo, ver: VINCENT, David. *Alfabetização e desenvolvimento*. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, jul.-set. 2014, pp. 539-560.

provincial ou da corte, aqueles que dominavam a leitura declamavam, em voz alta, os trechos escritos para que o público não alfabetizado pudesse estar ciente daquilo que se estava debatendo. É possível até empreender uma análise do texto impresso, de seus discursos internos, suas lógicas e intenções, mas perde-se no tempo os tons e ênfases dadas a certos trechos pelos leitores públicos, gente que lia em voz alta para um público de não-letrados.

Quando um publicista, como o próprio Borges da Fonseca, estava preparando uma crítica ou uma manifestação em torno de alguma reivindicação, fazia-se o uso de determinadas palavras que exprimissem uma ideia de ordem, manifestação, algo que deixasse a ideia de que havia pessoas descontentes. É aí então que entra o cuidado com o discurso, a seleção das palavras que seriam utilizadas, da ordem que seriam colocadas. Isso também não quer dizer que, ao utilizar um jornal, o político ou o escritor público vai sempre utilizar palavras pejorativas, ser rude. O político pode, por exemplo, como lembra René Rémond, se retrair para uma determinada causa, de modo que lhe atinja os objetivos⁸⁰. Não custa nada lembrar que jornais foram fundados justamente para defender uma determinada causa, no parlamento ou mesmo na política local. Depois que essa causa é “superada”, o jornal simplesmente saía de circulação. No APEJE, existem diversos exemplos disso, de jornais defensores de uma causa, de campanhas, que da mesma forma que surgiram, desapareceram. Muitos eram publicados em tipografias de terceiros.

Quem labutava na imprensa fazia uso de palavras, frases e tons de discurso visando um determinado público ou mesmo alguma reivindicação específica. Um exemplo disso é quando Borges da Fonseca, em uma carta⁸¹ ao imperador D. Pedro II, no jornal *O Nazareno*, diz que; “Eis aqui, Senhor, como se torna indispensável uma *Reforma Radical*”⁸². Apesar de sugerir algo um pouco “impossível” para a época, Borges da Fonseca procurou, nesta oportunidade, não desmerecer a figura do imperador (como já havia feito com o antigo governante, D. Pedro I). A reforma radical seria uma mudança na própria estrutura de governar a nação e, portanto, utilizar certas palavras não ajudaria na utilização dessa manifestação.

Essa forma de transformar o jornal como meio de formação da opinião pública requeria muitas atenções e cuidados, já que não era somente escrever o que queria, mas sim, utilizar

⁸⁰ RÉMOND, René. *Do político*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 446.

⁸¹ O uso de cartas no meio político foi muito utilizado nesses debates. Frei Caneca, por exemplo, um dos membros que Borges mais admirava utilizou deste recurso diversas vezes. Além do mais, no contexto da independência, também foi bastante utilizado. Ver: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Vol. 2: Análises. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

⁸² APEJE, *O Nazareno*, nº 04, 17/06/1843.

dessa ferramenta e com o bom uso das palavras, organizar manifestos que servissem como instrumento para alcançar tal objetivo que era almejado. Além de que, é importante ressaltar, que os redatores e tipógrafos precisavam conhecer o seu público-alvo e consumidor, uma das partes essenciais para a sobrevivência dos impressos.

Como mencionado anteriormente, falar da imprensa nesse período em Pernambuco é citar, de forma recorrente, a Insurreição Praieira. Embora esse evento tenha marcado as páginas da historiografia dando uma certa prioridade aos combates físicos, os enfrentamentos e as armas utilizadas, este movimento tem uma grande consideração nas páginas dos impressos. Podemos dizer que a Praieira foi um dos eventos ocorridos no Brasil que mais movimentaram as tipografias dos principais partidos locais. Segundo Bruno Câmara, a imprensa pernambucana foi um "legítimo palco das lutas políticas no Império, estando vinculada às disputas políticas entre as facções e a mobilização da opinião pública"⁸³.

Izabel Marson, em *Movimento Praieiro: Imprensa, Ideologia e Poder Político*, lembra que os jornais do período do movimento eram, categoricamente, divididos em dois lados: os guabirus (representando os conservadores) e da facção praieira (formados por dissidentes do grupo anterior). Esses "jornais políticos", como bem lembrado pela autora, movimentavam a imprensa pernambucana do período, de modo que buscavam impor sua influência e a formação de um público que seguissem seus ideais⁸⁴.

Marson elenca três fatores principais nesta disputa da imprensa pernambucana partidária do período, que foi o sistema de organização (como as folhas apareciam no jornal, capa, a ordem das notícias), a equipe de redação (quem eram os responsáveis pela organização do jornal) e, por fim, a tipografia, a qual aqui, consideramos o centro chave e com melhores pontos a destacar⁸⁵.

Como vimos no tópico anterior, a tipografia era um dos principais pilares para a organização de um jornal, independente do seu produto de alcance. Ela seria uma espécie do coração de um jornal, pois era ali onde tudo era feito. Este local que poderia ser em um depósito ou armazém, um "ponto comercial" da época ou até mesmo a própria casa do autor, era o centro das atenções de um impresso. Ter acesso a uma tipografia significava ter o poder da palavra impressa e, como veremos adiante, a tipografia era o espaço visado pelos oponentes de um

⁸³ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O "retalho" do comércio:** a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013, p. 151.

⁸⁴ MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro:** Imprensa, Ideologia e Poder Político. São Paulo: Editora Moderna, 1980, p. 29.

⁸⁵ Ibidem, p. 29.

jornal, pois destruí-la, significava, ainda que momentaneamente, silenciar o opositor (ou opositores) de uma determinada causa ou manifestação por um período.

Para Marson, a importância do elo entre a imprensa política e a tipografia era de grande importância. De acordo com a autora:

[O] funcionamento da imprensa política é a ligação a uma tipografia, onde são produzidos todos os periódicos partidários. Desse modo, a *Typographia Imparcial*, de Luís Inácio Ribeiro Roma, era responsável pela maior parte dos jornais praieiros, e a *Typographia* de Manuel Figueiroa de Faria, posteriormente *Typographia União*, identifica as folhas guabirus. A tipografia pode, inclusive, indicar a linha de filiação partidária do jornal, e sua existência acaba por depender do partido ao qual está ligada. É importante para a tipografia que seus correligionários estejam no poder na província, porque isso significa garantia de funcionamento, ausência de complicações com a censura e a certeza de que não sofrerá interdições ou ameaças de destruição; as publicações do governo estarão a seu encargo, e poderá contar com subvenções⁸⁶.

Como abordado anteriormente, o temor de uma tipografia e a paralisação da produção de um jornal sempre esteve presente. Entretanto, como a autora nos lembra, estar no poder provincial ou, pelo menos, ser simpatizante dos políticos que estavam no poder em determinado momento, trazia uma certa segurança contra esses ataques.

Nesse recorte temporal demarcado nesse tópico, um contexto que envolve, sobretudo, as disputas políticas em torno da Revolução Praieira e um domínio, em teoria, de duas facções, os guabirus e os praieiros, existia também um pequeno espaço para quem não queria se dominar completamente de um lado ou de outro. Um desses exemplos é o próprio Borges da Fonseca, com suas idas e vindas. Borges tinha seus ideais, suas causas para lutar e sabia que, independentemente do lado que escolhesse, dificilmente suas ideias seriam, em totalidade, agregadas ao plano de lutas do lado a qual ele optasse por lutar.

Marson lembra que as camadas marginalizadas da localidade, mesmo com as suas pautas, não tinham um espaço de destaque, precisando se aliar a um ou a outro. Borges da Fonseca, por exemplo, um ferrenho defensor da nacionalização do comércio a retalho e de uma maior participação popular, não se encaixava em nenhum dos dois espaços. Nelson Werneck Sodré vai além ao comentar a relação de Borges da Fonseca neste contexto. Para ele, “Antônio Borges da Fonseca *viria a ser a ponte entre a imprensa liberal da Côte*, que fundamentara e

⁸⁶ Ibidem, p. 30.

gerara o Sete de Abril e essa imprensa liberal pernambucana, de cuja pregação surgiria a rebelião praieira”⁸⁷.

Como as causas que o próprio Borges da Fonseca lutava não eram interessantes para guabirus ou praieiros, independente de quem estava no poder e, com isso, ignorando essas lutas, o publicista fazia questão de tecer críticas ao governante que estivesse ocupando o cargo provincial. Até por isso, como aborda Marson, mesmo não adquirindo a formalização a um lado especificamente, outros jornais faziam questão de lhe atribuir um lado. Assim, por vezes, Borges da Fonseca foi taxado de gabiru, como também de praieiro⁸⁸.

Marcus Carvalho, em *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*, apresenta Borges da Fonseca como um político que não tinha a coerência como forte, em determinados momentos elogiando membros de um lado e, em outros, os adversários⁸⁹. Entendemos isso como um jogo político também, numa tentativa de ser visto como partidário em todas as causas de um ou outro lado. Carvalho lembra, por exemplo, do momento em que os membros do Partido Liberal estavam no poder e que sofriam críticas severas de Borges da Fonseca pelo seu governo. Eles reagem, acusando o publicista de, segundo Carvalho, “anarquista, *sans-culotte* e republicano”⁹⁰.

O clima político, portanto, rodeado de rivalidades e disputas por influências, através da imprensa, norteava os rumos políticos que a província de Pernambuco iria seguir daquele momento em diante. Era a disputa pela tentativa de representação, mostrar que o seu projeto de governo era o ideal para a localidade em questão. Michel Winock, fazendo um paralelo sobre as ideias políticas, nos mostra como essa ideia de representação ou de se sentir representado é importante do campo da história das ideias políticas.

A formação das ideias políticas, segundo o autor, está atrelada aos “aparelhos de produção e de mediação”. Neste sentido, a importância dessas ideias políticas é de onde ela vem, como ela consegue influenciar⁹¹. Winock também ressalta a importância da utilização do jornal como fonte de pesquisa para entender eventos em torno da política, já que “é de fato o jornal que constitui a fonte mais rica, a que espasa as inflexões da época, as nuances da

⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 157, grifo nosso.

⁸⁸ MARSON, op. cit., 1980, p. 32.

⁸⁹ CARVALHO, Marcus J. M. *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 23, nº 45, pp. 209-238, 2003, p. 215.

⁹⁰ Ibidem, pp. 215-216.

⁹¹ WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 285.

conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a ‘doutrina’ e os ‘fatos’”⁹².

O contexto em torno dessas disputas da imprensa pernambucana também envolve, em um campo de lutas, a tão falada ideia de liberdade de imprensa. A questão é que este conceito era utilizado, ao mesmo tempo, como um instrumento de defesa de seu grupo político, como também, por outro lado, uma forma de atacar os rivais e opositores, acusando-os de infringir a mesma regra. Como no contexto da época existia uma alternância entre os partidos, funcionava de uma forma que, quem estivesse na governança, conseguia ter um poder maior no uso das palavras para atacar os oponentes, enquanto quem não estava no poder precisava, de certa forma, mediar a utilização delas para não serem enquadrados no crime de liberdade de imprensa. Marson lembra, por exemplo, que era comum os membros da oposição insultar quem estavam no poder ou até mesmo seus apoiadores, e isso precisava ser combatido por quem estava governando a província no momento em questão⁹³.

Marson lembra do crime conhecido como abuso de liberdade de imprensa que era comum no período em questão. Em muitas ocasiões eram praticados através de insultos cometidos por um grupo em direção ao outro rival. A autora lembra que sempre houve uma constante na prática deste crime. Para ela, “o delito de imprensa é sempre cometido pelos jornais da oposição, e deve sempre ser punido”.

Isso porque, como mencionado anteriormente, o peso de uma crítica mais rude de um membro da oposição era maior que o mesmo delito cometido por quem estava na situação. Neste contexto, existia uma diferença na hora de avaliar cada caso. Se o insultado fosse, por exemplo, membros e autoridades do governo, bem como seus aliados, seria considerado um “delito simples” que resultaria também, em consequência, em um processo de julgamento em menor escala. Já quando esse insulto atingisse a pessoa do imperador, o sistema monárquico e sua integridade, a situação ficava mais complexa. Afinal, a imagem do imperador era algo sagrado, podendo levar o autor dos tais insultos a prisão e conseqüentemente a sua condenação e prisão⁹⁴.

Borges da Fonseca, inclusive, foi um dos publicistas que mais sofreu com esse último caso. Um fato a destacar é que quando um membro de um jornal criticava o imperador ou a monarquia, poderia haver um esforço maior do grupo rival para que o escritor público fosse julgado e preso, assim, enfraquecendo o grupo político a qual ele fazia parte. Além disso, a

⁹² Ibidem, p. 285.

⁹³ MARSON, op. cit., 1980, p. 48.

⁹⁴ Ibidem, p. 47.

artimanha de falsas acusações também estava presente no âmbito das disputas políticas na imprensa pernambucana.

Em muitos casos, é importante ressaltar, tais ataques ou insultos eram feitos por membros dos jornais de forma não identificada, os famosos pseudônimos, a qual era uma tentativa de livrar-se de um eventual processo. Entretanto, nestes casos, geralmente a causa e julgamento recaía no diretor do jornal ou mesmo no dono da tipografia. Em uma disputa do poder tão particular, como era em Pernambuco, a briga panfletária também exigia táticas e planos que pudessem enfraquecer os rivais. E como uma das forças políticas das facções era justamente a imprensa e seus jornais, a prisão de um redator, publicista ou diretor, bem como a suspensão ou fechamento temporário ou permanente de um jornal, era vista como uma necessidade de sobrevivência em meio a tais disputas.

As palavras na imprensa detêm um significativo importante, é o “poder político das palavras”⁹⁵, a qual é uma ferramenta que foi bastante explorada pelos publicistas pernambucanos no século XIX. As páginas dos jornais, assim, sejam através de textos anônimos ou identificados, era o espaço utilizado para discutir política. Um espaço que, muitas vezes, dependendo da corrente política a qual seguisse, não tinha tantas opções de diálogo no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo da época.

Dentre os mais variados processos sob tais acusações citadas anteriormente, chama a atenção o que foi imputado a Borges da Fonseca. Famoso pelos seus discursos no Primeiro Reinado, ao atacar a monarquia, o imperador e as instituições monárquicas como um todo, encontrar brechas em seus discursos para atacá-lo novamente e, desse modo, silenciá-lo, não seria uma tarefa tão complexa.

Acusado de “crime de injúria contra o Imperador e de incitamento a separação entre o Norte e o Sul”⁹⁶, Borges da Fonseca sofreu uma das grandes derrotas de sua vida política e panfletária. De fato, o publicista fazia referências e dizeres como “viva o povo” e exaltando a Confederação do Equador, um movimento que surgiu em Pernambuco em 1824 e com tendências republicanas.

Embora isso não fosse uma novidade ao publicista (exaltar o glorioso passado pernambucano, bem como outras figuras marcadas pela defesa de um republicanismo), este

⁹⁵ ALVES, Edson José de Meneses; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O poder político das palavras na imprensa: Borges da Fonseca e a ideia de República (1829-1831)**. In: XV Colóquio de História da UNICAP, 2021, Recife. Anais eletrônicos do XV Colóquio de História da UNICAP. Recife: UNICAP, 2021. v. 1. pp. 99-111.

⁹⁶ NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. II (1829-1900). Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1966, p. 57.

número do seu jornal foi utilizado como pretexto para uma acusação e, conseqüentemente, condenação a oito anos de prisão mais uma multa – que depois viria a ser reduzida para quatro anos e, por fim, anulada posteriormente⁹⁷.

Fato é que, como mencionado acima, a liberdade de imprensa era seletiva, não era qualquer um que podia falar “qualquer coisa” ou aquilo que, de fato, pensava como um projeto interessante para a província ou para a nação. Como aborda Nascimento, este processo contra Borges da Fonseca, bem como sua condenação, não foi abordado de forma correta⁹⁸. O publicista, na verdade, estava tentando fazer um apelo ao governo imperial em relação ao mandato do presidente da província na época, o praieiro Chichorro da Gama, para que ele fosse destituído do cargo, bem como o Imperador olhasse com uma melhor atenção a situação das “províncias do Norte” que, na visão de Borges da Fonseca, sempre foi deixada de lado em comparação as províncias do sul. Tais acusações são uma marca do publicista desde os tempos de D. Pedro I, quando o acusava de punir províncias como Pernambuco por causa da participação na Confederação do Equador, em 1824.

O clima político da imprensa pernambucana também esquentava em período eleitoral, seja antes, durante ou após as eleições. A efervescência também causava semelhanças nas outras províncias, principalmente em épocas de eleições para o cargo de Senador Vitalício, já que, como o nome já sugere, permaneceria por muito tempo no cargo, afetando diretamente a vida nas searas política, econômica e social da localidade a qual o político foi eleito. Se hoje tornou-se costumeiro ataques a oponentes através da imprensa, ou ainda, ataques contra a própria imprensa, o século XIX pernambucano, mais especificamente, neste contexto das décadas de 1840 e 1850, o ambiente não era dos mais amigáveis. Isso porque era quase um jogo de sobrevivência: ganhar significava ter mais poder de voz, maior influência sobre a imprensa, ter autoridade, perseguir opositores, influenciar em decisões judiciais, dentre outros benefícios. Por outro lado, a derrota era totalmente o oposto, trazendo consigo a perseguição, os ataques sofridos, a perda do poder político em uma província de tanta importância nos rumos políticos, sociais e econômicos do império brasileiro.

Em época de eleições, a imprensa protagonizou um importante capítulo e merece atenções especiais. Marcus Carvalho mostra que no quinquênio correspondente ao governo do

⁹⁷ Ibidem, p. 59.

⁹⁸ Nascimento fala, inclusive, de uma perseguição do juiz contra o publicista Borges da Fonseca. Segundo o autor: “O caso já tinha sido resolvido com o processo a que fora submetido o impressor Pedro Alexandrino Alves, pronunciado e preso. Ocorreu que o valente periódico vinha atacando atos, não muito decentes, do juiz Mendes da Cunha. E este tomou a deliberação de perseguir Borges da Fonseca, seu inimigo pessoal, a que fez pronunciar, despronunciando aquele”. Ibidem, p. 57.

Partido Liberal, entre 1844 e 1848, o período eleitoral, principalmente no Recife, era de caos. O autor lembra que “houve pelo menos sete manifestações de rua, nas quais a população urbana agrediu portugueses e estrangeiros em geral, saqueou lojas e exigiu a *nacionalização do comércio a retalho*”⁹⁹. Além disso, a imprensa também ganhava novas conotações. Carvalho apresenta, por exemplo, que as facções políticas acusavam umas às outras a respeito das responsabilidades por tais manifestações, que ficaram conhecidas como mata-marinheiros. Assim, esse era o momento em que as artimanhas para desqualificar o oponente eram utilizadas, embora a represália também fosse algo que tivesse bastante probabilidade de acontecer. Como já abordamos anteriormente, Borges da Fonseca sempre procurou se distanciar dos dois polos desta disputa – praiheiros e guabirus – e, portanto, tinha uma certa margem para criticar ambos os grupos e se utilizou da imprensa para isso.

Em uma dessas ocasiões, ao atacar o Partido Liberal, de Chichorro da Gama, Borges da Fonseca procurou tentar fazer um apelo a itens essenciais em época de eleição como a liberdade de imprensa e tentar bater de frente com a “cultura do silenciamento” que quem estava no poder tentava impor para não sofrer críticas e ataques ao seu governo. Outro ponto era escrever sobre a liberdade de escolha dos seus candidatos, sem ocorrer nenhum tipo de ameaça, perseguição ou tentativa de extorsão. Em um desses atos, o publicista criticou enfaticamente a prática de se: “Impor a um povo indivíduos determinados, *forçar um povo a votar neles com exclusão de qualquer outro, e tirar-lhe inquestionavelmente o direito de se fazer representar ou de escolher os seus representantes*, e menoscabar a dignidade de todos os concorrentes”¹⁰⁰.

Neste ponto, Borges da Fonseca procurou mostrar como as perseguições poderiam afetar o resultado das eleições. O publicista também procurava usar de sua influência para fazer questionamentos a respeito dos candidatos que iriam concorrer. Em certa oportunidade, por exemplo, Borges da Fonseca questiona a eleição que teria dois membros da Bahia para concorrer. Estaria Borges da Fonseca resgatando as mágoas ao entender que a Bahia foi a responsável por Pernambuco não triunfar nos movimentos de 1817 e 1824?

Essa é uma grande possibilidade. Um de seus heróis pessoais, Frei Caneca, em certas oportunidades, também alfinetava a Bahia, acusando-a de interferências indevidas¹⁰¹. E,

⁹⁹ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 23, n° 45, pp. 209-238, 2003, p. 212.

¹⁰⁰ BND, O Tribuno, n° 04, 18/08/1847, grifo nosso.

¹⁰¹ A Bahia não só não topou se agregar aos movimentos de 1817 e 1824, como também, ficou ao lado da Coroa Portuguesa, em 1817, e de D. Pedro I, em 1824, já que a região fazia fronteira com Pernambuco e, portanto, servia como local estratégico para derrotar os revolucionários. Inclusive, em 1824, por um gesto de gratidão ou não, D. Pedro I desmembrou a comarca de São Francisco, que fazia parte do território pernambucano, e adicionou a província baiana. Para estudos sobre 1817, ver: LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: Estrutura e**

olhando nos escritos que Borges deixou, tal suspeita se confirma ainda mais. O publicista então reclama das opções, ao dizer "Não vedes nisto o propósito de aviltar¹⁰² o Leão do Norte? A questão não é de partidos, é da Província. Quereis ver acabar-se a oposição e nos retirarmos do campo? E concordamos todos? *Apresentai, Praieiros, uma chapa de pernambucanos*"¹⁰³.

Como ressaltado anteriormente por Marson, a perseguição na imprensa política pernambucana contra desafetos era uma marca registrada e, independentemente de quem tivesse no poder, usaria de tal artefato para tentar, ou até conseguir, silenciar desafetos e/ou rivais. Um desses casos é quando o próprio Borges da Fonseca reclama, em seu jornal, sobre uma tentativa de silenciamento do governo de Chichorro da Gama a opositores ou tipógrafos que fizessem críticas a ele ou ao seu governo.

Borges da Fonseca destaca o quanto ameaçador estava produzir e atuar nos impressos durante o governo de Chichorro ao dizer que "o estado de perfeita anarquia em que nós achamos, promovida pela administração do sr. Chichorro, deu lugar a que a Tipografia União, não pudesse trabalhar desde o dia 18, pois que era ameaçada de ser quebrada pelos grupos facciosos capitaneados pela própria polícia"¹⁰⁴. Neste ponto também é importante salientar que o aparato policial, também era subordinado a quem estivesse no poder, e, assim, a própria polícia era um dos agentes desta repressão. A reclamação de Borges referente a polícia retrata também um cenário de omissão ao afirmar que "quem se animaria a distribuir gazetas da oposição, se os sediciosos atacam a todo mundo e a gente mais honesta e grada, e até ameaçam de espancar, e até espancam, e matam, como se tem feito, sem que a polícia veja ou conheça os perpetradores de tão graves delitos?"¹⁰⁵. Sobre a polícia do século XIX, inclusive, Wellington Barbosa da Silva e Marcos Luiz Bretas, abordam que esta instituição foi palco de diversas transformações no século XIX. Segundo os autores, a partir da regência, ela começa a tomar

comportamentos sociais. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988; STARLING, Heloisa Murgel. **Ser Republicano no Brasil Colônia**: a história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018; TAVORA, Franklin. *Os patriotas de 1817*. In: Leonardo Dantas Silva, **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Para estudos sobre 1824, ver: BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. **A Confederação do Equador**. Recife: Oficinas gráficas da Repartição de publicações oficiais, 1924; LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824**: A Confederação do Equador. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989; MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. 2ª ed. Recife: Editora 34, 2014. Sobre Frei Caneca, ver: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. In: MELLO, Antônio Joaquim de (Org.). Recife: Tipografia Mercantil, 1875.

¹⁰² BND, Tornar-se indigno; perder a honra, ofender algo. Neste caso, "aviltar o Leão do Norte" seria esquecer-se do passado glorioso de grandes batalhas e heróis pernambucanos.

¹⁰³ BND, O Tribuno, nº 07, 23/08/1847, grifo nosso.

¹⁰⁴ BND, O Tribuno, nº 21, 01/10/1847.

¹⁰⁵ BND, O Tribuno, nº 21, 01/10/1847. O publicista enfoca também sobre as vezes que tipografias eram fechadas ou vandalizadas "[...] quando pudesse a tipografia trabalhar", deixando explícito que o clima político da imprensa pernambucana no período foi marcado por intensos conflitos, acusações e ações de um grupo contra o outro.

uma organização mais burocrática, no tocante às suas atribuições, se encaminhando para uma dimensão como a conhecemos hoje, ou seja, se dedicando ao controle do crime. Neste caso, as críticas de Borges da Fonseca eram válidas, já que aqui se trava de uma omissão frente aos trabalhos desta instituição¹⁰⁶.

A imprensa político-partidária consegue, em épocas como essa de eleições, o seu protagonismo inigualável. E é até interessante uma breve comparação entre este processo em uma cidade como a capital pernambucana e o interior. Enquanto na segunda, a figura do senhor de engenho ou proprietário rural consegue deter uma força política capaz de influenciar na votação de seus dependentes (utilizando mecanismos coercitivos), na capital, este campo de influência é ainda maior. Segundo Marson, “a tropa de linha, a força policial, os empregados públicos, assalariados urbanos” eram os grupos que constituem a missão de propaganda política e de contenção de votos¹⁰⁷. Vale lembrar que neste contexto também foi propenso para uma esfera pública em grandes centros urbanos que possibilitou, dentre outras coisas, a existência de diversos debates políticos que tinham como protagonistas os jornais e seus redatores.

Assim, o jornal detém um grande peso eleitoral nos centros urbanos como no Recife, já que consegue influenciar e conquistar o voto, enquanto em povoações do interior a força política de um senhor de engenho poderoso já seria uma arma suficiente para uma possível modificação dos resultados eleitorais. Marson cita mecanismo de mudança como “a intimidação sobre o juiz de paz e autoridades policiais, na hora da classificação dos eleitores, até a falsificação das listas eleitorais e a exclusão (prisão) por coação dos votantes adversários”¹⁰⁸.

Por fim, a partir deste tópico, percebe-se que a imprensa política deste recorte é marcada por diversas estratégias, sejam de ataques ou de defesas, que a liberdade de imprensa era algo discutido, mas que não abrangia a todos. Aqui cabe ressaltar a perseguição política por parte de alguns publicistas em relação a outros, as tentativas de vandalismos em tipografias, o uso da notícia como meio de manipulação de fatos com objetivos diversos sendo, principalmente, em épocas durante o período eleitoral, umas das melhores armas e das mais utilizadas para influenciar os eleitores na hora do voto. O político ou escritor público tinha a missão de influenciar pessoas para seu grupo político, era o responsável por moldar a formação de um pensamento político, bem como da opinião pública. Assim, as palavras utilizadas ou as notícias

¹⁰⁶ SILVA, Wellington Barbosa da; BRETAS, Marcos Luiz. *História da Polícia no Brasil, ou, a História de um não-assunto*. In: **Saeculum (UFPB)**, v. 27, n. 47, pp. 191-202, 2022, p. 195. DOI: [https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2022v27n47%20\(jul./dez.\).65753](https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2022v27n47%20(jul./dez.).65753).

¹⁰⁷ MARSON, op. cit., 1980, p. 56.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 56.

que eram publicadas eram selecionadas com maestria para que pudessem obter o objetivo traçado. Neste sentido, foi primordial se utilizar de alguns estudos sobre os jornais da época para entender a sociedade e como esta estava inserida em um campo de batalhas. É neste mundo de discussão de ideias que a história política procura fazer seus avanços. Segundo Jean-Jacques Becker, a opinião pública precisa ser compreendida aliada a história política já que “se a história é também explicação do passado, não existe explicação completa sem que seja elucidado o papel desempenhado pela opinião pública”¹⁰⁹.

2.3 Entre conservadores e liberais, as rivalidades de um publicista: a pena de Borges da Fonseca contra o *Diario de Pernambuco* e o *Diario Novo*

No começo deste capítulo, na epígrafe, consta uma manifestação política de Borges da Fonseca se referindo aos “algozes velhos e novos”, mostrando que, apesar de ser um publicista de certa fama e com dizeres ambiciosos, carregava consigo rivais ou desafetos, enfim, organizações a qual viam no publicista um radicalismo em torno de diversas ideias políticas, econômicas e sociais. Dois deles, certamente, eram os jornais *Diario de Pernambuco* e *Diario Novo* e, tais embates aqui, serão retratados.

Antes, porém, é preciso enfatizar: não faremos ou muito menos pretendemos abordar aqui todas as vezes que os dois jornais procuraram atacar Borges da Fonseca. Tais passagens aqui são algumas das várias represálias que foram realizadas ao longo dos anos. O objetivo aqui é entender, por algumas notícias e trechos diretamente da fonte, como o clima político da imprensa era efervescente e que alguns poderiam sofrer mais que outros.

Iniciamos aqui sobre algo que parece até rotineiro e repetitivo: a relação Borges da Fonseca e os tribunais. Sabemos que, por diversas vezes, o escritor fez, de certa forma, a tempestade e presenteou seus inimigos com as ferramentas necessárias para tal. Ver Borges da Fonseca preso, por exemplo, era algo a ser comemorado. E isso não foi diferente com o *Diario Novo*. Em 10 de fevereiro de 1848, o jornal comemorava a condenação do publicista pelo júri.

Em um tópico reservado a ele, o que significava algo importante, o *Diario Novo* fazia coro e parabenizou os jurados por tal atitude. Alegava que o júri foi “cheio de dignidade”, que possuía “amor as instituições” (neste caso as que representavam a monarquia), que a condenação demonstrava que ainda existia “moralidade” no país¹¹⁰. O jornal lembrou ainda,

¹⁰⁹ BECKER, Jean-Jacques. *A opinião pública*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 201.

¹¹⁰ BND, *Diario Novo*, nº 32, 10/02/1848.

de forma pejorativa, as formas com que Borges da Fonseca se comportava no tribunal, afirmando que sua defesa era pautada por um “gênio atrabiliário”. De fato, o publicista dominava bem a oratória, fazendo dos tribunais verdadeiros “teatros lotados”, transformando os ouvintes com suas palavras e discursos envolventes. Em várias ocasiões resolviam, outras não. O fato é que, como lembrou o *Diario Novo*, novamente foi Borges da Fonseca o protagonista de sua própria defesa. Este jornal, inclusive, mencionou, em algumas oportunidades, como Borges da Fonseca tentava usar da oratória para chegar em seus objetivos quando esteve perante um tribunal.

Em 1847, um ano antes, o *Diario Novo* também deixou um espaço de suas folhas para falar sobre um julgamento de Borges da Fonseca. Nesta oportunidade, chama a atenção os adjetivos utilizados pela folha para descrever o publicista: “cão cérbero”, “infame caluniador” e “víbora infernal”¹¹¹. Mais uma vez, o jornal agradecia o júri e ao tribunal pela condenação. Dando graças ao tribunal do júri, que dizia que este, ao julgar Borges estava servindo na forma de heroísmo, dando ênfase e respeitando “os costumes, as leis, e sobretudo a liberdade de expressão”. Com isso, podemos perceber que a rivalidade que esta folha tinha com Borges da Fonseca era enorme, a ponto de comemorar cada acusação ou condenação. Como vimos anteriormente, o histórico de Borges da Fonseca também não o ajudava, o que, de certa forma, contribuía para que estas situações fossem rotineiras, com um juiz ou tribunal condenando, em certos momentos, apenas pelo seu agitado e contundente passado de escritor público.

Ainda em 1847, em uma seção assinada pelo pseudônimo de “Matuto do Una”¹¹², o *Diario Novo* fez críticas ao jornal *O Nazareno*, de propriedade de Borges da Fonseca. Neste escrito, desdenhava do papel do jornal político e de seu escritor, afirmando que nunca se ocupou de ler esses escritos, além de que, afirmava o anônimo, que Borges da Fonseca, fazia discursos políticos sem fundamentos e que jamais iria entender os rumos políticos que o país iria passar. Neste caso, pressupõe aqui uma certa garantia por parte do autor do texto que o sistema monárquico brasileiro jamais iria ceder a um novo regime político, como o republicanismo, defendido por Borges.

Enquanto isso, o *Diario de Pernambuco* também criticava Borges sempre quando podia, até mesmo antes da fundação de *O Nazareno*. Fundado em 1825, este jornal viu, de perto, o “nascimento político” de Borges no fim dos anos 1820 e início de 1830 e, de certa forma, tinha muito o que falar. De tradição conservadora na maior parte do tempo, o jornal recifense criticava

¹¹¹ BND, *Diario Novo*, nº 172, 12/08/1847.

¹¹² BND, *Diario Novo*, nº 42, 22/02/1847.

Borges da Fonseca ainda quando este publicava o *Correio do Norte*. Chamando-o, de forma pejorativa, de “honrado”¹¹³, O *Diario de Pernambuco* criticou o Republico (apelido de Borges) pelos seus discursos de separação territorial entre províncias do norte e do sul. Defensor, assim como a monarquia, da união das províncias em um só país e da ideia de um grande império, o *Diario de Pernambuco* se aproveitava para tecer críticas a tais ideias separatistas de Borges da Fonseca.

Chama a atenção um número do *Diario de Pernambuco*, em 1848, no qual consta algo como um “direito de resposta” de Borges da Fonseca. Preso neste período, o publicista aparenta estar num clima de injustiçado, de querer vingança e se utilizou deste espaço para se defender e ainda atacar outros grupos. Há nove meses preso enquanto escrevia (diretamente da cadeia¹¹⁴), Borges da Fonseca falou que não houve um julgamento justo, um “amor à justiça”, mas sim, um sentimento, por parte de quem estava o julgando, de vingança por causa de suas bandeiras políticas. Ainda diz que sonhava “desmascarar todos”¹¹⁵.

Em 1847, o *Diario de Pernambuco* renunciou a uma parte considerável de suas folhas para transcrever o julgamento de Borges da Fonseca, acusado, novamente, de crime de abuso de liberdade de imprensa¹¹⁶. Aliás, nos dez números seguintes, o jornal separou páginas e mais páginas para transcrever o julgamento do publicista, que resultou em sua condenação. A direção do *Diario de Pernambuco* sabia que o nome de Borges da Fonseca trazia muita visibilidade, seja por aqueles que o seguiam ou compartilhavam de seus ideais e pensamentos, como também, por outro lado, por aqueles que o viam como inimigo, um publicista que queria pregar o caos e ideias “abruptas”¹¹⁷.

Já no ano de 1848, as páginas do *Diario de Pernambuco* voltaram a citar Borges da Fonseca, a quem definiu como “o mais exaltado democrata do nosso tempo”¹¹⁸. Em um artigo extenso, colocou Borges da Fonseca e o Imperador, aliado a seus ideais, em campos opostos. Essa comparação está inserida em um contexto de desordens, em que revoltosos estavam causando “tantas mortes e derramamento de sangue” na capital. Para o redator do artigo, tais pessoas não poderiam se autodeclarar seguidores do imperador, pois este nunca compactuou

¹¹³ BND, *Diario de Pernambuco*, nº 272, 23/12/1841.

¹¹⁴ O sentimento de que era perseguido sempre foi uma marca do publicista e, ao final deste artigo, inclusive, ele assinou o seu local como “cadeia”.

¹¹⁵ BND, *Diario de Pernambuco*, nº 05, 08/01/1848.

¹¹⁶ BND, *Diario de Pernambuco*, nº 182, 16/08/1847.

¹¹⁷ Constatou-se que a transcrição começou a ser iniciada na edição de número 182, de 16 de agosto de 1847 e finaliza na edição número 191 de 26 de agosto do mesmo ano.

¹¹⁸ BND, *Diario de Pernambuco*, nº 283, 18/12/1848.

com tais nuances. Assim, a ideia era afirmar que tais manifestantes (e seus atos) eram consequências das atitudes de Borges da Fonseca.

Embora aparentemente fosse utilizado uma linguagem menos rude, em comparativo com o *Diario Novo* (como vimos até aqui), o *Diario de Pernambuco* também expressava seus descontentamentos com Borges da Fonseca. Nem as festividades de Ano Novo davam trégua, já que no início de 1849, mais precisamente na segunda edição do ano, de 3 de janeiro, o jornal chamava Borges da Fonseca de “o indivíduo mais perigoso à causa da monarquia”¹¹⁹. Fazendo uma comparação, aparentemente sem sentido, o *Diario de Pernambuco* alegava que as províncias do norte, especialmente Pernambuco, não tinham paz por causa do publicista, enquanto as do Sul “gozavam de plena tranquilidade”.

A partir do momento que a Insurreição Praieira e seus atos foram se intensificando, o *Diario de Pernambuco* fez questão de citar o nome de Borges da Fonseca, suas táticas de luta, por onde seu exército estava se mobilizando, fosse em Pernambuco, como também na Paraíba (em um determinado momento o jornal suspeitou que Borges da Fonseca estivesse lá)¹²⁰. O autor do Manifesto ao Mundo¹²¹ era visto como uma das figuras mais exaltadas do movimento e, por isso, merecia uma atenção especial em suas páginas.

Como foi perceptível nesta seção, e relacionando a tópicos anteriores, o fato de, inicialmente, Borges da Fonseca não ter aderido a nenhum dos lados nesta disputa permitia com que ambas as facções, encabeçadas pelos jornais *Diario de Pernambuco* e *Diario Novo*, atacassem o publicista, acusando-o de diversos crimes e o definindo como um inimigo da monarquia, do império e de D. Pedro II. Ambos os jornais sabiam do poder popular¹²² que Borges da Fonseca possuía, bem como da sua influência. Então, tecnicamente, tirar Borges da Fonseca do jogo político e dos embates da imprensa era uma tática de muito valor.

¹¹⁹ BND, *Diario de Pernambuco*, nº 02, 03/01/1849.

¹²⁰ BND, *Diario de Pernambuco*, nº 67, 24/03/1849.

¹²¹ Ver Capítulo 3.

¹²² Importante ressaltar aqui o trabalho comunitário que Borges da Fonseca fazia por meio da advocacia. Mesmo não sendo formado em Direito, o que só conseguiria fazer na década de 1850, Borges da Fonseca possuía uma oratória e argumentação de muito valor, o que lhe rendia a fama de um bom advogado, tanto que ele próprio, por muitas vezes, fazia a própria autodefesa. Para aqueles cidadãos pobres que não tinham condições de custear os preços de um advogado, Borges da Fonseca fazia esse serviço de forma gratuita. Além disso, fazia questão de divulgar tal benefício nos jornais, dentre eles, o próprio *Diario de Pernambuco*.

2.4 Escritos de um publicista incendiário: Borges da Fonseca entre *O Nazareno*, *A Revolução de Novembro* e *O Republico*

Borges da Fonseca e a imprensa tiveram uma relação duradoura. Suas publicações incendiárias, por vezes em modo exaltado e em outras momentos com um temperamento menos explosivo era um dos exemplos de como um político precisa se adaptar a certas situações. Escreveu mais de 20 jornais na carreira de publicista, alguns com poucos números, como também outros que marcaram as páginas das disputas políticas da imprensa brasileira¹²³.

Para uma tentativa de situar a importância de Borges da Fonseca neste cenário, foi delimitado a escolha de três jornais, sendo eles *O Nazareno*, *A Revolução de Novembro* e *O Republico*. Estes jornais não eram publicados de forma simultânea, sendo um fundado após o encerramento do outro. Isso explica, por exemplo, o alto número de jornais publicados por Borges da Fonseca durante toda a sua vida de publicista (consultar a nota de rodapé anterior).

O primeiro, *O Nazareno*, começou a circular em 1843 com encerramento em 1848. Já o segundo, *A Revolução de Novembro*, foi publicado entre os anos de 1850 e 1852, enquanto o terceiro, *O Republico*, entre 1853 e 1855. O “vácuo” entre o fim da primeira e início da segunda publicação se explica pelo fato de este ser o período tanto da Revolução Praieira – na qual o próprio Borges da Fonseca foi um dos protagonistas, como também o período que ele ficou preso justamente pela participação no movimento citado.

Ao fazer uso de selecionar o publicista Borges da Fonseca, considerado o “teimoso” do Segundo Reinado¹²⁴ ou até mesmo “um homem contra o império”¹²⁵, podemos perceber que pessoas que não estavam ocupando cargos políticos desenvolviam discussões políticas e

¹²³ **A Tesoura**, Pernambuco, Tipografia do Diário, 1828; **Gazeta Paraibana**, 1828-1829; **Abelha Pernambucana**, Pernambuco, 1829-1830; **O Republico**, Rio de Janeiro, 1831; **O Republico**, Paraíba, 1832; **O Republico Extraordinário**, Pernambuco, 1832 (apenas 3 números, 13, 22 e 27 de outubro); **O Republico**, Rio de Janeiro, 1834; **O Republico**, Rio de Janeiro, 1837 (nova numeração); **O Republico**, Rio de Janeiro, 1853-1855; **O Publicador Paraibano**, Paraíba, 1833 (1º nº em 17 de abril); **O Publicador Paraibano**, Pernambuco, 1833 (16 números, entre 9 de maio e 24 de novembro); **Correio do Norte**, Pernambuco, 1841-1842, Tipografia de Luis Ignacio Ribeiro Roma; **O Nazareno**, Pernambuco, 1843-1848, Tipografia Social Nazarena de Antonio Borges da Fonseca (números 1-54); **O Foguete**, Pernambuco, 1844; **O Verdadeiro Regenerador**, Pernambuco, 1844-1845; **O Espelho**, Pernambuco, 1845; **O Verdadeiro**, Pernambuco, 1845; **O Eleitor**, Recife, 1846; **O Tribuno**, Recife, 1847-1848; **A Mentira**, Pernambuco, 1848; **Advogado do Povo**, Pernambuco, 1848; **A Revolução de Novembro**, Recife, 1852; **O Prometeu**, Paraíba, 1856; **O Constituinte**, Pernambuco, 1861; **O Tribuno**, Recife, 1866-1867 (segunda fase); **O Tribuno**, Recife, 1869, (terceira fase). FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *O ideário republicano de Antonio Borges da Fonseca. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 5.

¹²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Pensamento republicano no Segundo Reinado (1840-89)*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da república**: 51 textos críticos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

¹²⁵ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Um homem contra o Império**: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: A União, 1994.

utilizavam a imprensa como meio de propagar tais ideias. Para Winock, “as ideias políticas não são apenas as dos filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum. Pela extensão de seu campo de curiosidade, a história das ideias políticas faz necessariamente fronteira, com a história da opinião pública e a história da propaganda”¹²⁶. Dessa forma, não se trata de mencionar que Borges da Fonseca seria “um homem comum”, mas sim, perceber que o campo das ideias políticas possibilita englobar diversos tipos de atores.

A imprensa foi um dos fatores que contribuíram de maneira bastante eficaz para a propagação, circulação e um maior alcance das ideias republicanas no Brasil. Jornais e periódicos situados em diferentes pontos e que iam moldurando o pensamento das pessoas a ideia de trocar o regime político brasileiro, da Monarquia para a República. Estes impressos abordados aqui, apesar de terem uma circulação regional, mantinham uma repercussão nos principais centros da política brasileira, como o Rio de Janeiro, a capital do Império, e São Paulo. Vale ressaltar que era muito comum que jornais publicassem artigos de outros jornais, de províncias distantes ou mesmo da Corte do Rio de Janeiro.

Ao selecionar um ou mais jornais para a construção de uma pesquisa é importante entender que ele não é criado aleatoriamente, sempre vai existir uma causa e uma finalidade. Diante disso, as autoras Helena Capelato e Maria Ligia Prado apresentam os fins que um jornal poderia ser criado. Para as autoras, “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”¹²⁷.

O primeiro periódico a ser mencionado aqui trata-se de *O Nazareno*. Nele, Antônio Borges da Fonseca tratou em vários momentos de atacar a monarquia e fazer uso de suas palavras para defender o sistema republicano. Inicialmente, este periódico era publicado na cidade de Nazaré, porém, devido a cada vez mais ataques de Borges da Fonseca, as represálias também aconteciam.

Com isso, temendo a sua própria integridade, da tipografia, bem como do periódico citado, foi transferido para a capital da província, Recife. Como abordado anteriormente, Borges da Fonseca, mesmo com a estabilidade da Monarquia já instalada, utilizava do periódico *O Nazareno* para tecer suas críticas, mostrar os erros, abusos e omissões tanto do sistema monárquico, como do próprio imperador. Mais uma vez, como em tantas outras durante sua

¹²⁶ WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 278-279.

¹²⁷ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa Omega, 1980, p. 19.

carreira política, este periódico lhe rendeu diversos processos por crime de abuso de liberdade de imprensa.

É interessante perceber e demonstrar a magnitude dessa fonte. Isso porque, diferentemente de vários jornais de fortes debates políticos não só de Pernambuco, como do Brasil, estavam situados nos grandes centros, nas capitais das províncias, enquanto este jornal não. Essa situação só iria mudar (neste caso, a transferência da sede para o Recife) quando os ataques a Borges da Fonseca e a sua tipografia começaram a se tornar insuportáveis.

O início de circulação deste jornal, em 1843, marca o pontapé inicial da pesquisa aqui proposta. Ele deixou de circular oficialmente em 1848. Durante o tempo de circulação também houve interrupções, principalmente quando Borges da Fonseca estava nos tribunais sendo acusado de abuso de liberdade de imprensa. De acordo com Carolina Silva as interrupções aconteceram em três períodos: “a primeira foi entre 16 de dezembro de 1843 e 9 de janeiro de 1844; a segunda, entre 26 de janeiro de 1844 e 27 de fevereiro do mesmo ano; e a terceira, em 18 de junho de 1844”¹²⁸.

Em seu início, *O Nazareno* contava com quatro páginas, em um formato 30x20, trazendo semelhanças com outros periódicos que já haviam sido publicados por Borges da Fonseca anteriormente em sua vida política. Foi produzido na Tipografia Social Nazarena¹²⁹, do Padre Luis Inacio de Andrade Lima, situada no pátio da Matriz, em Nazaré da Mata, cidade interiorana de Pernambuco. O fato de ter sido iniciado em uma cidade que não a capital chamou a atenção de Nascimento¹³⁰, representando que este jornal ganhou notoriedade a ponto de ser visto como um potencial inimigo. Nascimento chama o jornal de “o pioneiro dos vespertinos”.

Uma característica dos jornais que não tinham uma grande equipe na sua organização era, por vezes, suas publicações fugirem de um padrão pré-estabelecido. Em *O Nazareno*, Borges deixava explícito que isso poderia ocorrer. A princípio, o jornal seria publicado uma vez por semana, mas o publicista salientava que poderia ocorrer edições fora desse planejamento. A venda do jornal, inclusive, rompia as barreiras do próprio município. Em seu número, o jornal consta que seria vendido e “distribui-se nesta Vila em casa do sr. Manuel

¹²⁸ SILVA, Carolina Paes Barreto da. **Autorretrato e retratos de um publicista:** Antônio Borges da Fonseca nas tramas de discursos da imprensa pernambucana e da Insurreição Praieira (1841-1852). 2021. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2021, p. 159.

¹²⁹ NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 49.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 11.

Duarte Ribeiro e na mesma vende-se avulso a 80 réis cada um, e na cidade do Recife, nos lugares que pelas folhas forem anunciados"¹³¹.

Borges da Fonseca também se mostrava aberto àqueles que, porventura, fossem acusados de abuso de liberdade de imprensa e tivessem seus meios censurados. O redator dizia que seu jornal “uma vez por todas declara que francamente publicará a defesa de qualquer pessoa ou autoridade ou corporação cuja conduta for censurada em suas páginas”¹³². Era uma atitude positiva de Borges da Fonseca ao prestar apoio e um “direito de defesa” a quem estivesse, de certa forma, já sendo perseguido.

Chama a atenção que para o ano de 1847, Borges da Fonseca tenha tomado uma medida, de certa forma, ousada. É que a partir daquele momento, *O Nazareno* saíria três vezes por semana, nos dias de segunda, quarta e sexta. Outra característica bem lembrada por Nascimento foi o aumento do tamanho da folha (que viria a ser 35x25), o que proporcionou, por exemplo, um espaço maior para discussões políticas, o grande forte que o publicista possuía na imprensa. Era um sinal de que o jornal havia, de fato, ganhado um maior interesse do público pernambucano. Afinal, os custos de sua confecção também aumentaram.

Se nos jornais *Abelha Pernambucana* e *O Republico*, Borges da Fonseca costumava trazer notícias e compartilhamentos de trechos de jornais de outras províncias (e às vezes até de outros países). Em *O Nazareno* essa é uma marca também que seria registrada¹³³. A respeito dessa prática de copiar escritos de outros periódicos, Silvia Fonseca lembra que era uma estratégia política também para se livrar de possíveis acusações de infringir a liberdade de imprensa, isso porque, seria uma forma de, ao mesmo tempo, concordar com a ideia compartilhada como se livrar de acusações indevidas¹³⁴.

Passada a Insurreição Praieira, Borges da Fonseca se viu na missão de utilizar da imprensa para atacar a monarquia, o imperador e, como grande novidade, desmistificar muitas assertivas que fizeram contra ele a respeito de sua participação no movimento ao lado do “Partido Praieiro”. É neste contexto que surge a segunda fonte a ser utilizada na pesquisa, chamada *A Revolução de Novembro*. Mesmo estando preso em Fernando de Noronha, Borges da Fonseca se utilizou deste jornal para novamente propagar ideais republicanos. Esta fonte fica ainda mais interessante quando pensamos que, embora a Praieira teve, em sua imensa maioria,

¹³¹ Ibidem, p. 49.

¹³² Ibidem, p. 50.

¹³³ NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 56.

¹³⁴ FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 338.

personagens que não queriam mudar a forma de governo (pensando apenas, neste caso, em chegar ao poder), havia Borges da Fonseca com ideais republicanos infiltrados na causa.

Este jornal começou a ser escrito antes da participação de Borges da Fonseca, mais precisamente em 1850 por Afonso de Albuquerque Melo. Foi em 19 de agosto de 1850 que Afonso, um republicano, publicou o primeiro número. Mesmo, teoricamente, não tendo a participação de Borges da Fonseca, percebe-se uma linha de raciocínio muito próxima ao do publicista, com pautas bastante em comum como uma nova constituinte, a ideia do “Brasil ser dos brasileiros”¹³⁵ e, logicamente, a ideia de república sendo bastante discutida até então.

O nome do jornal, aliás, era uma referência explícita à Praieira. No entanto, novamente, seriam causas ali discutidas e que envolviam manifestações muito próximas ao próprio Borges da Fonseca. Em um manifesto de muita firmeza, o jornal trazia a lembrança do movimento, como também de algumas causas que, naquele momento, não haviam sido conquistadas e que, neste sentido, não era motivo para desânimo ou desistência, mas sim, continuar a lutar por elas: “Não há nada mais glorioso do que *A Revolução de Novembro*, em que um estandarte de redenção santificou o sangue que correu; se o triunfo ainda não apareceu, ele surgirá mais brilhante”. Alertava para que o povo continuasse na perseverança, pois as lutas ali precisavam ter seus objetivos alcançados e que beneficiariam a todos: “Não se desvaire, pois, o povo; compreenda a situação do Brasil, a sua situação; não se manche em atos impuros, arrastado por suas paixões. Ponha-se firme, na expectativa, que chegará o dia do salvamento com o triunfo da bandeira redentora, com o triunfo da Constituinte”¹³⁶.

Sobre o seu início, inclusive, Suzana Cavani Rosas lembra que *A Revolução de Novembro* contava com uma participação indireta de Borges da Fonseca que, se utilizava do jornal para manifestos, declarações e outras opiniões. O fato de estar preso em Fernando de Noronha também era motivo para se fazer o uso do jornal. Rosas lembra que as páginas do jornal apresentavam “inúmeras cartas de Borges da Fonseca escritas no presídio, falando de assuntos do interesse público, especialmente os políticos, e também dos seus suplícios no cárcere, sempre narrados como maiores do que os vivenciados pelos chefes praieiros”¹³⁷. De fato, o jornal era a oportunidade do publicista tentar mostrar que, na sua visão, sua prisão e a

¹³⁵ *A Revolução de Novembro*, nº 01, 19/08/1850. “Sobre o título via-se uma xilogravura, na altura de 8 cm, ao centro, representando um catafalco sobre o qual estava uma cobra enrodilhada, tendo na cauda o dístico ‘O Brasil não é dos brasileiros’”. In: NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 333.

¹³⁶ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 1, 19/08/1850.

¹³⁷ ROSAS, Suzana Cavani. “*A Praça é do povo como o céu é do condor*”: *Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860*. In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda. **Política e sociedade no Brasil oitocentista**. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 157.

qualidade de vida a qual estava sendo submetido era uma versão pior do que aquela sofrida por outros companheiros de batalhas.

Rosas pontua os constantes usos do jornal como forma de Borges da Fonseca atacar a Monarquia, relembrar a república e, uma das causas que merece um grande destaque, uma reforma na constituição brasileira vigente da época (aquela que havia sido promulgada por D. Pedro I, em 1824, após fechar a Assembleia de 1823).

Mudar uma constituição era a esperança de revogar medidas consideradas absolutistas. Retornando aos estudos de Rosas, ela nos aponta que existiam perspectivas diferenciadas sobre aquela constituição brasileira. Para a autora, “apesar de a oposição liberal de Pernambuco definir-se pela constituinte, existiam certas divergências entre as lideranças a seu respeito. A maioria delas a via como meio para se alcançar as reformas”. Enquanto isso, o grupo formado pelos republicanos “*entendiam-na como uma porta aberta para um fim maior, a mudança do Regime*”¹³⁸.

A mudança da constituição não era uma batalha nova. Desde os tempos de *Abelha Pernambucana* (1829-1830) e *O Republico* (1830-1831), o publicista já alertava os vícios que a carta magna tinha e que poderiam causar ruínas ao país. A luta por uma nova constituinte era uma tentativa de quebrar vários dos privilégios que a monarquia possuía, como o Poder Moderador e a Vitaliciedade do Senado, abordado na introdução desta pesquisa. Borges da Fonseca, por exemplo, não acreditava que mudanças como essas pudessem vir através do parlamento, como projetos de leis ou decretos, assim, somente com uma mudança geral era que tais objetivos pudessem ser alcançados.

Rosas lembra que o conservadorismo do congresso, como um todo, era significativo, e, portanto, a constituição era um dos elos que ligavam Borges da Fonseca e vários membros liberais¹³⁹. Por fim, este jornal nos mostrará, nos próximos capítulos, uma faceta do Borges da Fonseca reflexivo pela Insurreição Praieira, com diversas reclamações pela sua prisão, com elogios à república e descrenças, aliados a críticas à monarquia brasileira, sem deixar de esquecer o próprio imperador D. Pedro II¹⁴⁰.

Outra fonte aqui proposta trata-se do jornal *O Republico*. Este impresso já havia sido editado por Borges da Fonseca entre 1830 e 1831, no Rio de Janeiro, além de outras passagens

¹³⁸ Ibidem, p. 158, grifo nosso.

¹³⁹ Ibidem, p. 162.

¹⁴⁰ Sodré lembra que Borges da Fonseca, inclusive, lutou contra o projeto da maioria que tornou D. Pedro II capaz de ocupar o cargo ainda em 1840, quando não tinha a idade que a constituição exigia. In: SODRÉ, op. cit., 1966, p. 157.

nos anos de 1832 e 1837. Entretanto, quando chega em 1853, com uma nova tiragem, Borges da Fonseca procura reviver diálogos que obteve em suas primeiras fases deste jornal, quando lhe rendeu a fama, protagonismo, bem como, ser alçado como um dos principais publicistas a fazer oposição ao governo de D. Pedro I, além de ter contribuído, com suas publicações e discursos, a queda do imperador em 1831. Assim, ao analisar esta fonte durante a pesquisa, teremos a oportunidade de ver um olhar de Borges da Fonseca sobre a república bem próximo da sede do novo imperador.

Este jornal foi marcado por acontecimentos importantes. De acordo com Rosas, podemos destacar a conciliação entre os partidos patrocinada pelo Imperador e o Gabinete de Honório Carneiro Leão, depois marquês de Paraná (1853-1856). Neste jornal, Borges da Fonseca emitia opiniões sobre vários temas, sendo alguns deles a política, a reforma judiciária e a reforma eleitoral. Algo a destacar é a sua epígrafe, que trazia a seguinte frase: “A república é a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem-estar, a supressão dos conflitos de homem a homem e de nação a nação – o fim das explorações inhumana (sic) - a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei da vida”.

A volta de Borges da Fonseca ao Rio de Janeiro, capital do país e o centro do poder político, causava, de certa forma, dúvidas e inquietações no aparato burocrático e político da monarquia brasileira. Isso porque, em todas as vezes que por lá esteve, ele sempre estava difundindo comentários com visões contrárias aos monarquistas. Santos lembra que “a presença de Borges da Fonseca na capital acarretava riscos à estabilidade política do reino”¹⁴¹.

O autor lembra que a facilidade como Borges escrevia, se preocupando com o entender das massas, um estilo populista, incluindo as pessoas das classes sociais mais comuns do Rio de Janeiro poderia ocasionar em transformações que fugiriam ao controle da monarquia: “a paz em tumulto, o apaziguamento em insatisfação. Agitando o preconceito nacionalista das tropas e das massas fluminenses, reavivando velhos ódios contra os portugueses, poderia, sem grandes dificuldades, manipular as paixões, confrontá-las contra as instituições”¹⁴².

De volta ao Rio de Janeiro, Borges da Fonseca se comportaria ou tentaria agitar a capital do império? O jornal *O Republico* seria o mesmo dos tempos da década de 1830 ou agora usaria uma nova roupagem? E quanto a Nabuco de Araújo, o juiz que condenou Borges na Praiaira,

¹⁴¹ SANTOS, op. cit., 1994, p. 266.

¹⁴² Ibidem, p. 266. Santos lembra também uma história a qual um dos porta-vozes do governo na época tinha dito que era melhor “mil *Republicos nas províncias* do que um só no Rio de Janeiro”. In: SANTOS, op. cit., 1994, p. 266, grifos do autor.

como foi esse reencontro, ataques, tentativas de diálogos? Essas e outras questões abordaremos nos dois próximos capítulos.

Ao longo deste capítulo procuramos fazer uma espécie de passeio pela imprensa e, sobretudo, pelos jornais e as discussões políticas inseridas neles. De uma imprensa formada, inicialmente, nas causas pela independência, tempos depois, eram utilizadas por alguns publicistas, para derrubar o imperador e a monarquia. Mostramos como a história política está inserida no meio social e como o jornal pode romper a barreira do analfabetismo no âmbito de seus discursos, de suas manifestações e causas políticas.

Presenciamos também dois jornais que faziam rivalidade entre si, o *Diario de Pernambuco* e o *Diario Novo*, que, quando lhes eram convenientes, atacavam o publicista Borges da Fonseca. Este, por sua vez, destacado aqui por três jornais e por aparecer em várias páginas respondendo por crimes de abusos de liberdade de imprensa, se utilizava de seus discursos, selecionava as melhores palavras e frases para angariar seu público, sempre entendendo suas causas, incertezas e desejos. E República para ele, era o caminho que o Brasil deveria seguir, embora, como falamos, nem sempre tal discurso seria efusivo. A imprensa do século XIX foi um jogo de estratégias, na qual, quem tinha as melhores artimanhas conseguia se sobressair sobre os demais oponentes.

3 A PALAVRA IMPRESSA E SUAS NUANCES POLÍTICAS: AS REFLEXÕES DE BORGES DA FONSECA EM *O NAZARENO*

*Nossa intenção já está manifestada em nosso primeiro número: queremos restabelecer a antiga oposição com todas as suas consequências: queremos mais garantias, mais foros, mais liberdades, mais isenções, para nós, para os brasileiros, para as províncias*¹⁴³.

A década de 1840 resultaria em grandes transformações nos aspectos políticos, sociais e econômicos do Brasil. Já em 1840, D. Pedro II sobe ao trono com apenas 15 anos de idade, o que a tradicional historiografia chamou de Golpe da Maioridade¹⁴⁴. Com o fim do período de regências e um novo monarca no poder, que ficaria até 1889, uma série de medidas adotadas nos anos após a abdicação de D. Pedro I foram revogadas. Dentre elas, a que mais chama a atenção para o âmbito desta pesquisa é a Lei 105, de 12 de maio de 1840, revogando vários dos artigos do Ato Adicional implementado em 1834¹⁴⁵.

Santos chama este fenômeno de “reação monárquica”, sendo de enorme contribuição um *boom* de atividades econômicas, tais como a expansão da economia cafeeira e o setor agroexportador do Sudeste. Para Santos, tal reação determinava o fim do federalismo conquistado ainda na regência, era a perda de um direito tão almejado por muitos, inclusive Borges da Fonseca. Segundo o autor, “o processo não foi pacífico, sobretudo no Norte, onde Pernambuco liderava a reação centrífuga”¹⁴⁶.

Santos, aliás, traz um panorama das ideias políticas de Borges da Fonseca no início dessa nova era. Era um jornalista¹⁴⁷ e político de idas e vindas, marcados também por contradições, até porque, dificilmente, um político consegue ser fiel às suas opiniões em todo o tempo. Santos afirma que Borges da Fonseca “combatia o governo no âmbito nacional, mas

¹⁴³ APEJE, *O Nazareno*, nº 02, 07/06/1843.

¹⁴⁴ Borges da Fonseca criticou a manobra que tornou o jovem Pedro em imperador. Para ele, aquela “gente estava corrompida”. APEJE, *O Nazareno*, nº 10, 12/07/1843.

¹⁴⁵ BRASIL. **Lei Nº 105, de 12 de maio de 1840**. Dispõe sobre a interpretação de alguns artigos da Reforma Constitucional. Rio de Janeiro, DF: Diário Oficial da União, 1840. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-105-12-maio-1840-532610-publicacaooriginal-14882-pl.html>

¹⁴⁶ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca**. João Pessoa: A União, 1994, p. 89.

¹⁴⁷ APEJE, *O Nazareno*, nº 51, 07/05/1844. Borges da Fonseca utiliza a expressão “jornalistas” ao se referir aos seus adversários que acreditavam ser a monarquia o melhor sistema de governo para o país. Chama a atenção a expressão, já que a ideia de jornalismo ou jornalista, como conhecemos hoje, foi só se desenvolvendo a partir do século XX. Até por isso, vemos, com frequência, a utilização de termos como “escritor público” ou “publicista” quando relacionados a atividade política que vários personagens faziam, dentre eles, o próprio Borges da Fonseca.

não chegava a fazer oposição a Francisco do Rego Barros a quem estava ligado, indiretamente, pela amizade entre ele e Sebastião do Rego Barros, velho companheiro dos tempos d' *A Jardineira*”¹⁴⁸.

Borges da Fonseca também consumia muitos dos livros clássicos que eram discutidos no continente europeu, principalmente de autores relevantes no âmbito da Revolução Francesa, que, certamente, era um dos movimentos mais bem vistos pelo publicista, ao lado da Revolução Americana, que implantou a república nos Estados Unidos. Santos faz o destaque de duas obras. A primeira é o *Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes* de Jean-Jacques Rousseau e a segunda *Du Contrat Social*, do mesmo autor. Enquanto na primeira, Borges da Fonseca percebe o Estado como “o instrumento de defesa do rico contra o pobre”, na segunda, sabe que o Estado “não pode ser destruído, pois não seria possível aos homens retornarem a vida primitiva”¹⁴⁹.

O presente capítulo está dividido em duas partes. No item 3.1 abordamos os dois primeiros anos do jornal *O Nazareno*, do seu início na cidade de Nazaré (daí o nome do jornal) até a sua transferência para o Recife. Esta etapa foi marcada pelas primeiras apresentações de Borges da Fonseca contra a monarquia neste jornal, também não deixando escapar os vícios e luxos do imperador D. Pedro II. A questão da liberdade de imprensa também é palco nessas disputas, já que o publicista se percebe perseguido por vários, chegando até, inclusive, a sofrer processo pelo delito de abuso de liberdade de imprensa. Embora sendo considerado inocente duas vezes, o escritor público procurava maneiras de continuar defendendo seus ideais sem, pelo menos, correr novos riscos de parar nos tribunais novamente.

Já no item 3.2 apresentamos o jornal nos anos de 1845 e 1846. Veremos aqui comparações entre monarquia e república bem mais explícitas, ataques às falas do imperador, exaltação de outras localidades que adotaram o republicanismo e diversas queixas sobre o despotismo que o Brasil estava passando. Sendo assim, será visível como Borges da Fonseca procura mostrar ao povo como o sistema monárquico no Brasil já estava falho e, para o desenvolvimento do país, a única saída seria então, adotar a república federativa, tal qual os Estados Unidos fizeram e era a grande referência do publicista.

¹⁴⁸ SANTOS, op. cit., 1994, pp. 83-84.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 87.

3.1 Entre críticas e processos: o início do jornal *O Nazareno* nas mãos de um publicista revolucionário (1843-1844)

Como vimos no capítulo anterior, *O Nazareno* foi alvo de muitos ataques por parte de seus rivais, que viam como perigoso as ideias que o seu redator proferia ali semanalmente. *O Nazareno* ficou em circulação entre 1843, ainda em Nazaré, até o seu fim, em 1848, já na capital pernambucana, em Recife. Nelson Sodré afirma que o jornal foi “o órgão em que Borges da Fonseca caracteriza nitidamente a sua posição na imprensa que ajudaria a deflagrar o movimento praieiro”¹⁵⁰.

Sodré ainda lembra do jornal *O Brasil*, que era editado no Rio de Janeiro por Justiniano José da Rocha, entre 1840 e 1852, e que se referia a nova folha de Borges da Fonseca como “outra ressurreição do Repúblico”¹⁵¹. De fato, ali era o início de um grande e expoente jornal que estaria inserindo um dos futuros participantes da Insurreição Praieira. Sodré aponta, inclusive, Borges da Fonseca como a figura que fazia o elo entre os acontecimentos do 7 de abril de 1831, que derrubou D. Pedro I do trono e os membros pernambucanos que possuíam a mesma visão de uma imprensa com maior liberdade para exprimir suas opiniões públicas¹⁵².

Em seu primeiro número, *O Nazareno* traz uma crítica ao dizer que estava sozinho nas lutas pelas causas que o Brasil estava passando, chamando o regime de “nosso desgraçado Império”, o qual, segundo ele, estava cerceando um dos pilares da constituição brasileira, a liberdade de imprensa. Borges dizia que uma oposição, ainda que ela fosse, de certa forma, exagerada, era preciso que ela tivesse vez e voz¹⁵³. Mencionava também que “até em Estados despóticos” a oposição conseguia se expressar. Aqui percebe-se que Borges proclama um debate contra uma “guerra do silêncio”, na qual, vários dos periódicos de oposição eram impedidos de se pronunciar¹⁵⁴.

Borges fala sobre um “império em ruínas” e como um país com tantas riquezas estava sendo mal administrado pelo império. Critica também os funcionários empossados pela Corte,

¹⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 158.

¹⁵¹ Ibidem, p. 158.

¹⁵² Ibidem, p. 157.

¹⁵³ Tal discurso não era novo, pois um antigo jornal, havia feito tais ponderações: “Os periódicos são no sistema Constitucional uma das primeiras necessidades dos povos na qual não se pode presidir sem graves inconveniências. Uma folha periódica por muito má que ela seja, não é tão destituída de prestígio como o que querem inculcar os inimigos daquele sistema de governo; e se esta questão não tivesse sido tantas vezes debatida por pessoas muito hábeis, nos apresentaríamos as razões que comprovam a nossa asserção. É, pois, inegável que quanto maior for o nº dos periódicos em uma província, tanto mais se divulgarão ideias úteis, e se consolidará a opinião pública [...]”. BND, *Abelha Pernambucana*, nº 1, 24/04/1829.

¹⁵⁴ APEJE, *O Nazareno*, nº 01, 24/05/1843,

pois estes não estavam cuidando do bem público. Ainda no mesmo número, Borges questiona se a severa oposição que os periódicos contrários à monarquia sofriam seria uma espécie de retaliação do 7 de abril. Chama a atenção esse questionamento, bem como possíveis respostas não podem ser ditas com exatidão. Os avanços de ideias contrárias à monarquia iam se espalhando cada vez mais e, embora algumas das revoltas ocorridas durante o período regencial, terem se pautado pela defesa de um republicanismo, não era esse os interesses de uma elite que apoiou o Golpe da Maioridade.

A liberdade de expressão parecia ser um ponto o qual o publicista mais queria destacar. Isso porque ele enfoca que os homens não poderiam e não deveriam mais aceitar a negação destes direitos, pois lhe eram fundamentais para exercer suas vontades. Percebe-se aqui ideais da Revolução Americana e da Revolução Francesa no que tange a direitos, o cumprimento e a luta por eles:

Graças ao Grande Fator do Universo, estamos em uma época em que todo o esforço para sufocar a voz da razão é nulo; porque sua luz, saindo com resplendor, distingue as máximas alas das doutrinas errôneas, sem que estas possam ter mais a preferência, que havia nos tempos da barbárie da espécie humana. O homem, considerando seus interesses, não renunciará a aqueles direitos, que são inerentes a sua natureza, que são imprescritíveis, e inalienáveis; nem também consentirá em privilégios, que excedam os limites, sob os quais, por seu beneplácito, e autoridade, se deve exercer a ação pública e social¹⁵⁵.

Borges da Fonseca também criticava monarcas por sempre tentar retirar direitos da população. Para ele, governantes sem “mandato especial” (aqui, criticando, de forma subentendida, o poder hereditário) só poderiam fazer mudanças radicais nessa área se assim fosse a vontade do povo. A população era quem saberia a hora ou momento de fazer tais alterações: “só a sociedade é que bem compreende a necessidade da reforma e ela a fará sempre bem quando o consenso geral a determine”¹⁵⁶. Borges também mostra um sentimento de que, para ele, o povo, quando quisesse e sentisse a necessidade, deveria lutar para “instituir um governo, e também reformar, corrigir, ou mudar totalmente”¹⁵⁷.

Na edição de 17 de junho de 1843 percebemos um grande e ousado passo de Borges da Fonseca na direção de *O Nazareno*. Nela, o publicista escreve diretamente ao imperador, no estilo de uma correspondência, na qual criticou, inclusive, o próprio pai de D. Pedro II pelo fechamento da Assembleia de 1823. Relembrando o caso dos Estados Unidos que lutou e,

¹⁵⁵ APEJE, *O Nazareno*, n° 02, 07/06/1843.

¹⁵⁶ APEJE, *O Nazareno*, n° 02, 07/06/1843.

¹⁵⁷ APEJE, *O Nazareno*, n° 03, 12/06/1843.

através de debates produziu a sua constituição, Borges pretende, neste diálogo, uma aproximação com o Brasil, para que determinadas ações feitas no país norte-americano, também fossem realizadas aqui:

O governo é feitura do povo, no qual somente reside a soberania; o governo pois em qualquer organização deve ter somente os meios indispensáveis para manter a paz, e a seguridade das pessoas e das coisas, o povo deve ter toda a liberdade compatível com a instituição social, e todas as garantias que lhe possam assegurar [...]. Eis aqui, Senhor, como se torna indispensável uma *REFORMA RADICAL* [...]. Existe hoje em todos os espíritos uma preocupação séria de uma nova organização social. Os vícios de nossa Constituição são já tão conhecidos de todos, que todos reclamam, e desejam uma Assembleia Constituinte para nos reorganizarmos, e termos mãos às continuadas desordens do governo, que já não conhece termos a seus desmandamentos¹⁵⁸.

Uma das formas que Borges da Fonseca começou a perceber para atacar a monarquia e a figura do imperador, sem mencioná-lo, era partir para o ataque contra o ex-imperador e pai de D. Pedro II. Se, no pós-independência, como bem lembrou Lustosa, houve uma quebra de expectativas com os rumos políticos que a recém nação estava passando, Borges da Fonseca ressuscitava este sentimento. Acusava o imperador de ter “comprado a emancipação”, “predomínio estrangeiro”, “assassinatos” (relacionando a devassa da Confederação do Equador). Neste aspecto, lembra Borges da Fonseca, houve a consecução de um plano de “monarquizar a América”, transformando-a em um só império. A partir disso, exaltou o publicista figuras marcadas por derrubar o sistema monárquico e instaurar repúblicas, como Simón Bolívar¹⁵⁹.

A liberdade de imprensa voltava a ser palco de discussões no *O Nazareno*. Borges da Fonseca queria ter o seu direito de tecer suas críticas, exaltar o sistema republicano, lutar pelo povo e por representantes com mandato limitado, mas esbarrava em uma lei que não era tão explícita assim. Para ele, a liberdade de imprensa “é a faculdade que tem cada cidadão de publicar por meio da imprensa as suas opiniões sem censura”¹⁶⁰. E, de fato, essa censura, Borges da Fonseca conhecia bem. Ninguém foi parar tantas vezes em tribunais em curtos espaços de tempo quanto ele, a ponto de que, como vimos no capítulo anterior, cada julgamento era um espetáculo à parte, e chamava atenção de todos, principalmente dos seus opositores.

Apesar de ser algo, em teoria, positivo, não era todos que viam na liberdade de imprensa um fator positivo. O *Diario de Pernambuco*, em 1844, por exemplo, transcrevendo cartas do

¹⁵⁸ APEJE, *O Nazareno*, nº 04, 17/06/1843. grifo nosso. Chama a atenção que em duas oportunidades, Borges da Fonseca chama o imperador de “inexperiente”. De fato, o publicista tinha razão, já que fazia apenas três anos no cargo, mas que, de certa forma, não era comum tratar um monarca com tais palavras.

¹⁵⁹ APEJE, *O Nazareno*, nº 07, 28/06/1843.

¹⁶⁰ APEJE, *O Nazareno*, nº 08, 01/07/1843, grifo nosso.

Diario do Rio, trazia um conteúdo intrigante. Em uma destas escrituras, com o título de “Cartas sobre a América do Sul” questionava a medida adotada pelo governo da Colômbia ao colocar em pauta a liberdade de imprensa, já que, para o jornal carioca, naquele país, existiam “populações errantes” e que era uma lei direcionada a “homens que não sabem ler”¹⁶¹.

O preço de *O Nazareno* também é algo a se observar. Em dos seus números, ainda no ano de 1843, Borges da Fonseca oferecia três planos de assinatura: a primeira, de forma trimestral, ao custo de 2\$000, o segundo, de forma semestral, ao custo de 3\$840 e, por fim, o plano de assinatura anual ao preço de 7\$000. O plano anual, claramente, era o mais vantajoso, porém, talvez não fosse o plano mais vendido. No plano trimestral, por exemplo, fazendo uma divisão básica, o valor mensal era de pouco mais de 666 réis. Mas aí então fica a pergunta: Qual era a dimensão do valor cobrado?

Para isso, recorreremos novamente a Silva, que em sua pesquisa sobre política tratou, dentre vários elementos, os vencimentos do Corpo de Polícia da província de Pernambuco na década de 1840. Em fins de 1842, por exemplo, alguns meses antes de Borges da Fonseca fundar *O Nazareno*, a diária do soldo de um policial da infantaria era de 540 réis. Sendo assim, numa hipótese de um membro dessa instituição se interessar pelos comentários do publicista paraibano, uma assinatura trimestral, por exemplo, custava mais de três dias de serviço¹⁶². Outra comparação é em relação a outros jornais: o *Diario de Pernambuco* cobrava três mil réis “por quartel”, com um “bônus” de anúncio gratuito para quem fosse seu assinante¹⁶³. Curiosamente, o *Diario Novo*, em 1843, cobrava os mesmos preços de *O Nazareno* nos planos trimestrais e anuais, sendo, apenas no plano semestral, 40 réis mais barato¹⁶⁴.

Os preços, porém, não eram fixos, com momentos de redução ou aumento do preço dos planos de assinatura. Em Julho de 1843, por exemplo, o publicista anunciava que um número avulso custava 40 réis¹⁶⁵. O jornal também tinha seus benefícios extras, neste caso, tratava-se do envio de cartas gratuitamente, desde que não excedesse 20 linhas.

Quando, no capítulo anterior, falamos que a imprensa conseguiu romper os desafios do analfabetismo, Borges da Fonseca tinha uma opinião ainda mais avançada: para ele, a imprensa ajudaria a diminuir a “desigualdade do conhecimento”. Alertava também que a liberdade de

¹⁶¹ BND, *Diario de Pernambuco*, nº 209, 18/09/1844.

¹⁶² SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2003, p. 99.

¹⁶³ Para quem não fosse assinante, o *Diario de Pernambuco* cobrava 80 réis por linha.

¹⁶⁴ BND, *Diario Novo*, nº 01, 02/01/1843.

¹⁶⁵ APEJE, *O Nazareno*, nº 11, 15/07/1843.

imprensa deveria ser vista com bons olhos pelos governantes, pois estes, quando faziam “algo de errado com boa-fé”¹⁶⁶, era a imprensa a primeira a alertá-lo e a corrigir o erro. Aqui percebemos, talvez, uma certa “ingenuidade” de Borges da Fonseca nesta escrita. Um governo monárquico, por exemplo, que atue com firmeza em algo que não resulte em popularidade, não quer uma imprensa atuante e batendo nele próprio, mas sim, vai tentar silenciá-la para que seus “papéis incendiários” não incentivassem, ainda mais, uma população insatisfeita.

Borges da Fonseca, por sinal, nunca escondeu sua admiração por participantes da Revolução Francesa e, no *O Nazareno*, não seria diferente. Em agosto de 1843, ao publicar a “Declaração dos direitos do homem e do cidadão por Robespierre (1793)”¹⁶⁷, o publicista procurava alertar a população para seus direitos que estavam sendo, por vezes, sonegados no Brasil. Chama a atenção aqui que alguns dos artigos receberam um destaque especial pelo escritor público. Um deles era relacionado ao artigo 6, na qual, dizia que toda lei que violasse ou reprimisse os direitos do homem e do cidadão era “injusta e tirânica”.

Outro artigo desta proclamação que recebeu uma atenção do publicista foi o de número 17 que falava sobre o povo, quando quisesse, poderia mudar seu governo e diminuir seus mandatários. Como podemos ver nos anexos, esses artigos vinham antecedidos pelo símbolo de uma mão, o que representava certas artimanhas já relacionadas durante essa pesquisa. Na edição seguinte, inclusive, Borges da Fonseca colocou em uma parte do jornal, todos os artigos que ele destacou, de forma conjunta¹⁶⁸. Chama atenção também uma frase utilizada por Borges da Fonseca, logo no início, com uma letra e tamanho maiores, ao qual dizia: “Para que uma nação ame a liberdade, basta conhecê-la; para que seja livre basta querê-la”¹⁶⁹.

Além dos ideais franceses, como já foi citado anteriormente, a República Federativa dos Estados Unidos também fazia parte do repertório de ideias discutidas por Borges da Fonseca. Além do sistema republicano, o federalismo também era uma luta a qual o publicista batalhava para ser implementada no Brasil. Relembrava ele que o caso das “repúblicas federalista” que o país norte-americano tinha instituído e como defensores da causa centralizadora, no Brasil, não queriam enxergar tal sucesso e abrir margem para diálogo aqui na nação¹⁷⁰. Além disso, exaltava o processo de continuidade dos Estados Unidos com as figuras de Jefferson, Franklin e Washington.

¹⁶⁶ APEJE, *O Nazareno*, nº 08, 01/07/1843.

¹⁶⁷ Ver Anexo B.

¹⁶⁸ APEJE, *O Nazareno*, nº 17, 12/08/1843.

¹⁶⁹ APEJE, *O Nazareno*, nº 16, 09/08/1843.

¹⁷⁰ APEJE, *O Nazareno*, nº 17, 12/08/1843.

Publicar artigos em formas de cartas direcionadas ao imperador começou a ser um recurso cada vez mais utilizado por Borges da Fonseca. Na semana que se completavam os 21 anos da independência, o publicista mandou certos recados a D. Pedro II. Criticou os privilégios que o próprio imperador e vários membros da monarquia possuíam, que eram prejudiciais à nação. Falava que a “a situação do país era aterradora”, lembrava que quando uma localidade não conseguia obter êxito, a culpa era dos mandatários (incluindo o imperador). Outro ponto lembrado por Borges da Fonseca foi a “destronização do imperador” D. Pedro I, que, em sua visão, ocorreu muito pela má administração e os abusos cometidos pelo governante¹⁷¹. Estaria o escritor público insinuando que o segundo imperador brasileiro poderia ter o mesmo destino? Fato é que aqui, mais a frente, ainda na mesma carta, Borges insinua novamente que, assim como, para ele, “o povo pegou em armas em 1831”, poderia este fato se repetir. Para Borges, a solução era uma nova assembleia, uma nova constituição e que, desta vez, fosse respeitada a voz daqueles que estavam nos debates (muito provavelmente fazendo referência a noite de 12 de novembro de 1823 e que Borges da Fonseca, assim como Frei Caneca, considerava como a “versão brasileira” do “18 de Brumário”¹⁷²).

Após a edição de 11 de outubro de 1843, ocorreu a primeira interrupção do jornal *O Nazareno*, motivada por uma denúncia da ocorrência de “expressões injuriosas” contra o imperador D. Pedro II e outras “provocações”¹⁷³. A acusação em questão se referia a um trecho de artigo, sem assinatura, porém imputado a Borges da Fonseca, sob o título “Atenção, realistas!”. Infelizmente, tal discurso não pode ser acessado por motivos já explicados. Apesar da acusação e suspensão, Borges da Fonseca foi considerado inocente¹⁷⁴. Mesmo não tendo acesso ao original, conseguimos contactar o primeiro número da volta de *O Nazareno* posteriormente à suspensão e, através de um aparente “direito de resposta” conseguimos tecer algumas ideias do que viria a ter neste manifesto.

O publicista iniciou o número dizendo que o “Governo Provincial”¹⁷⁵ foi quem o acusou de cometer os crimes após seu manifesto. Borges da Fonseca criticou o governo por pregar, em seus discursos, a “liberdade” e a “ordem”, mas, em suas atitudes, ignorou tais preceitos. O escritor público argumentava que os governantes, através dos seus atos administrativos, não

¹⁷¹ APEJE, *O Nazareno*, n° 22, 09/09/1843.

¹⁷² IAHP, *Typhis Pernambucano*, n. 01, 25/12/1823.

¹⁷³ NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 50.

¹⁷⁴ “No dia 5 do mês seguinte [dezembro], em concorrida sessão do Júri, sendo defensores do jornal o Padre Luis Inacio de Andrade Lima e Borges da Fonseca, ocorreu unânime absolvição”. Ibidem, p. 50. Chama a atenção que nem mesmo em sua autobiografia, Borges da Fonseca citou tal passagem.

¹⁷⁵ Francisco do Rego Barros era o presidente na ocasião, representado pelo Partido Conservador. Seu mandato iniciou em 7 de dezembro de 1841 e terminou em 13 de abril de 1844.

estavam em comunhão com o bem do povo¹⁷⁶. O fato é que, pelo discurso, Borges da Fonseca deixa a entender que atacou não só o presidente da província, como também o próprio imperador.

Inicialmente, argumentou que “a liberdade sem ordem é anarquia, a ordem sem liberdade é tirania; e eis o que atualmente temos neste mísero Brasil; e cuja continuação querem os atuais agentes do governo, não sabemos a que interesse”. Percebe-se assim, que o sentimento de Borges da Fonseca com sua liberdade de expressão sendo cerceada era de alguém que sempre se percebia como vítima de uma perseguição implacável. Ainda mandava recados ao presidente da província ao dizer que ele deveria “deixar a cada um o cumprimento de seus deveres, e S. E. jamais deve influenciar no poder judicial, porque não concorra para o singelamente da única segura garantia dos povos em sociedade. Que interesse pode ter S. E. em autorizar a anarquia judicial?”¹⁷⁷.

Tais discussões não seriam apenas para o Governo Provincial. Estudar Borges da Fonseca é saber que seu interesse era dialogar com os “grandes” e, sendo assim, não demorou para que atacasse o imperador, questionando seus privilégios, suas atuações e, principalmente, suas imunidades. Ainda na mesma edição, ele falava sobre a constituição querer “endeusar” o imperador. Argumentou que a “exageração é a coisa mais nociva que se pode ver”. Além de que, reclamava mais uma vez, que os vícios da constituição tornavam a pessoa do imperador “inviolável”, “sagrada” e, por fim, “*não estava sujeita a responsabilidade alguma*”¹⁷⁸. Borges da Fonseca reconhece os privilégios que D. Pedro II possuía, que, querendo ou não, eram constitucionais, embora para ele, representassem um “poder absoluto”. Ainda assim, dizia que, mesmo com tudo isso, não poderia ele próprio ser proibido de questionar as atitudes do imperador, seus atos, suas decisões políticas, como, por exemplo, manter ministros que, na visão do redator, não desempenham bem suas funções em seus respectivos cargos. Algumas decisões do imperador, como essas e tantas outras, bem como do regime monárquico, como um todo, não agradava a Borges da Fonseca¹⁷⁹.

¹⁷⁶ APEJE, *O Nazareno*, nº 31, 08/11/1843.

¹⁷⁷ APEJE, *O Nazareno*, nº 31, 08/11/1843.

¹⁷⁸ APEJE, *O Nazareno*, nº 31, 08/11/1843, grifo nosso.

¹⁷⁹ Embora passe longe de ser o tema central desta pesquisa, convém, neste espaço, olhar uma reclamação de Borges da Fonseca a respeito do desenvolvimento econômico do Brasil. Em uma seção chamada de “Artigos diversos”, exclamava, para os leitores, “a situação do país”. Argumentava que, embora já passados 21 anos da independência de um Estado Monárquico, as coisas só pioraram e, comparando com nações europeias, dizia que o caso brasileiro, merecia, por parte do leitor, uma atenção especial. Falava que o Brasil, naquele momento, tinha uma dívida de mais de 400 milhões de cruzados, além de gastar toda a receita, estimada em 525 milhões. Ponderava ainda que, nesse total de 21 anos, o país teria gastado “mais de mil milhões de cruzados, e até mais”. Embora as cifras, de fato, fossem altas, isso não era refletido em um bem-estar para a população, já que, segundo a nota, “estamos hoje no último grau da escala social do mundo”. APEJE, *O Nazareno*, nº 33, 15/11/1843. A dívida, que

No seu último número, publicado em 16 de dezembro de 1843, Borges da Fonseca fez uma retrospectiva do período que estava se encerrando. Aproveitou para lembrar o que ele chamou de “loucuras” o que os governantes fizeram no âmbito da política brasileira, criticou os “vícios” da constituição e do uso dos poderes, assim como, a “força da opressão”¹⁸⁰. Para um publicista como Borges da Fonseca que usava a imprensa como um verdadeiro palco político, o ano que se passou foi desafiador, mas representava também que ele possuía um poder político de certa relevância, a ponto de ser visto, novamente, como uma ameaça ao regime monárquico vigente.

Em 1844, a temática em defesa da federação voltou a todo vapor. Santos lembra que “a defesa das reivindicações regionais, que Borges da Fonseca queria consubstanciar numa reforma constitucional de cunho federalista é uma constante de sua pregação política, da qual nunca se afastou”¹⁸¹ e, portanto, seria uma marca registrada em seus impressos. Para isso, relembra o publicista, dos casos pernambucanos de 1817 e 1824 que lutaram contra a centralização política e a defesa de uma federação, na qual, as províncias tivessem a sua autonomia.

Borges da Fonseca, inclusive, cita um “miserável pretexto”¹⁸², argumento utilizado pelos defensores do poder centralizado o qual alegavam que, em caso de um federalismo no Brasil, corria-se o risco de o espaço nacional ir aos mesmos caminhos de um fracionamento territorial aos moldes da antiga América Espanhola. Além disso, é importante destacar que defender o federalismo é também citar, constantemente, o caso dos Estados Unidos, como o próprio autor fez questão de fazer. Elogiava os legisladores deste país ao dizer que a “federação republicana” era o modelo ideal e que, o Brasil, deveria adotar¹⁸³. Federalismo, aliás, também era uma porta de entrada para defender o sistema republicano, como já mencionamos aqui através de Silvia Fonseca¹⁸⁴. Este conceito também era sinônimo de soberania dos povos na opinião do publicista¹⁸⁵.

já era alta, sofreu uma retificação por parte do publicista, ao dizer que, na verdade, era de 500 milhões e não de 400. Borges ainda diz que a dívida “enche a barriga de Camões”, o que permite entender que, para o publicista, tais débitos também eram usados para sustentar Portugal. APEJE, *O Nazareno*, nº 34, 18/11/1843.

¹⁸⁰ APEJE, *O Nazareno*, nº 40, 16/12/1843.

¹⁸¹ SANTOS, op. cit., 1994, p. 82.

¹⁸² APEJE, *O Nazareno*, nº 45, 26/01/1844.

¹⁸³ APEJE, *O Nazareno*, nº 49, 29/03/1844.

¹⁸⁴ FONSECA, op. cit., 2006, p. 338.

¹⁸⁵ Falando sobre “o princípio da soberania dos povos”, Borges da Fonseca argumentava que, na América, ela era representada pelo “federalismo republicano”. Ver: APEJE, *O Nazareno*, nº 57, 28/08/1844.

Existia momentos, inclusive, que Borges da Fonseca realizava uma discussão em torno da república de uma forma aberta, direta ao ponto, sem nenhum tipo de metalinguagem. Dizia o publicista que a “combinação republicana” era fruto de uma interligação de três fatores que, juntos, representavam a fórmula de um governo ideal: os elementos “democrático”, “representativo” e “federal”. Além disso, acrescentava que o sistema republicano era “o mais racional”, “praticável”, “equitativo”. Achava ele um absurdo quem não considerava a república como “o melhor dos governos que se podem dar ao homem em sociedade”.

Borges ainda faz uma jogada ousada: associa o sistema monárquico a uma “prisão”. Isso porque, para ele, chegaria um momento que os homens lutariam contra seus “tiranos”, os venceriam, e, assim, “acabarão por ser livres, por ser republicanos”¹⁸⁶. É importante lembrar que quando o publicista falava de um governo republicano ideal por ser “representativo” e/ou “democrático”, era uma influência considerável de Frei Caneca, já que para o frade, se referindo ao sistema monárquico, “toda herança nas funções é absurda e tirânica”¹⁸⁷. O publicista sabia que suas opiniões eram vistas, discutidas e também contrariadas, já que, em um número adiante, diziam que alguns o acusaram de ser “o inimigo da realeza”¹⁸⁸. Além do mais, pontuava que, se a monarquia e a realeza fossem o modelo ideal para o Brasil, não existiriam projetos republicanos fazendo oposição ao regime¹⁸⁹.

Em fevereiro de 1844, logo após uma breve suspensão de um mês do jornal por motivos de viagens, Borges da Fonseca comentou a mudança ministerial que ocorreria na Corte do Rio de Janeiro ainda naquele ano. Embora suas posições políticas fossem marcadas por ideais liberais e contra o conservadorismo, nem mesmo a ascensão de um ministério liberal, como ocorreu em 1844, foi motivo para Borges da Fonseca se dar por satisfeito. Alegou o publicista que tal medida não traria grandes mudanças, já que o país estava marcado por um “governo de despotismo” e “absoluto”. Borges, inclusive, considerava a mudança “insignificante”¹⁹⁰. Manoel Nunes Cavalcanti Júnior faz uma análise interessante a respeito desta desconfiança de Borges da Fonseca. Para ele, isso era resultado de uma política, a qual, os conservadores não esvaziaram totalmente os cargos ministeriais, sendo alguns destes, inclusive ocupados por aqueles que, segundo Cavalcanti Júnior, eram os “conservadores acanhados”¹⁹¹.

¹⁸⁶ APEJE, *O Nazareno*, n° 50, 03/05/1844.

¹⁸⁷ IAHP, *Typhis Pernambucano*, n° 26, 15/07/1824.

¹⁸⁸ APEJE, *O Nazareno*, n° 51, 07/05/1844.

¹⁸⁹ APEJE, *O Nazareno*, n° 51, 07/05/1844.

¹⁹⁰ APEJE, *O Nazareno*, n° 46, 27/02/1844.

¹⁹¹ CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes. “**Praieiros**”, “**Guabirus**” e “**População**”: as eleições gerais de 1844 no Recife. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2001, p. 61.

Para Borges da Fonseca, aliás, naquele momento, não existiam partidos liberais que pudessem representar e fazer valer sua posição nos gabinetes ministeriais. O publicista dizia que “os políticos da corte” eram divididos em três grupos ou facções, os quais ele os denominou de “retrógrados”, “conservadores violentos” e, por fim, “conservadores acanhados”. Acrescentava ainda que nenhum dos três grupos poderiam se intitular de “conservadores pacíficos” e que, embora houvesse uma sucessão entre os três grupos políticos, nenhum deles seria capaz de fazer tanto ele, como outros, acreditar que seria um governo “progressista” ou até mesmo de “organizador”¹⁹². No fim deste mandato ministerial, Borges da Fonseca, enfaticamente, comemorava a situação, ao dizer que “morreu o ministério de 2 de fevereiro”¹⁹³.

A respeito do clima político pernambucano do período, podemos recorrer a Cavalcanti Júnior. Segundo o autor, a briga política entre praieiros e baronistas era extremamente acirrada, já que existia uma “disposição dos dois principais partidos da província em querer atrair para si o apoio dos presidentes nomeados pelo gabinete para Pernambuco”¹⁹⁴. Manter a província de Pernambuco sob controle era uma estratégia de enorme valor, pois, assim como mencionado no capítulo anterior, além de manipular e tecer ordens na imprensa, o partido que estivesse ocupando o cargo de presidente conseguia influenciar em praticamente todos os aspectos da vida política, social e econômica. Era assim que a facção que estivesse no poder atuava a seu favor nas eleições. A mesma coisa se dava também no aspecto econômico e político. Isso porque membros, correligionários e apoiadores do partido no poder teriam acesso aos contratos e arrematações de obras públicas, sem falar no acesso aos cargos públicos.

No âmbito desses cargos, por exemplo, o presidente da província conseguia interferir na escolha de vereadores, de juízes de paz e outros cargos de poder, cargos estratégicos, além de, muitas vezes, controlar o poder judiciário da localidade. Isso sem falar no clima de perseguição ao partido derrotado, já que este ficava enfraquecido e precisava tecer meios para sobreviver e tentar reconquistar as posições de mando novamente. Outro aspecto interessante eram as constantes demissões e contratações nos cargos e funcionamento público da província que ocorriam sempre quando acontecia mudança de partidos no poder. Muito parecido com o que acontece atualmente, a mudança de um político por outro de uma facção rival significava a perda do emprego de várias pessoas, eram os famosos “cabides de emprego”. O próprio Borges, aliás, criticava essas mudanças. Até porque, é bom lembrar, mudanças drásticas bem como a

¹⁹² APEJE, *O Nazareno*, n° 47, 15/03/1844.

¹⁹³ APEJE, *O Nazareno*, n° 23, 10/06/1846.

¹⁹⁴ CAVALCANTI JUNIOR, op. cit., 2001, p. 75.

troca de funcionalismo público nesta época, significava, ainda que momentaneamente, a paralisação de diversos serviços.

Inclusive, é importante ressaltar, que, a nível provincial, Borges da Fonseca também criticava os “liberais novos”. Na visão do publicista, “aqueles que ontem foram os assassinos da liberdade, e dos direitos de todos, hoje se ostentam mais liberais que ninguém, e neste estado de contínua e habitual traição nos levam a não podermos compreender como é o mundo, e como ele vai”¹⁹⁵. Neste sentido, era de suma importância para Borges da Fonseca apontar para o seu público que não se iludisse com denominações como “liberais”, já que os próprios políticos desta facção naquele momento, tinham em seu passado, afinidade com os lados conservadores, dentre eles, algumas das figuras mais conhecidas do período, como Nunes Machado e Urbano Sabino. A respeito do último, aliás, Borges da Fonseca cita muito em sua autobiografia, destacando o quão mantinha relações de rivalidade com o político, acusando, até, de Sabino ter roubado uma tipografia sua em 1847¹⁹⁶.

A situação política do Brasil não era das melhores e 1844 foi marcado pela dissolução da Câmara dos Deputados¹⁹⁷, uma medida que, para Borges da Fonseca, representava um erro. De fato, quem estava no poder possuía um capital político enorme, capaz de fechar os olhos para a votação popular e convocar novas eleições sempre que os resultados destas não agradassem aos poderosos que, na visão do publicista, era representado, principalmente, pelos presidentes das províncias e delegados. Borges ainda indaga que, se permanecesse o Brasil nesta questões, só existiam duas saídas: a primeira seria o absolutismo, por completo, no país; enquanto a segunda, seria aquela que ele mais admirava, *a república*¹⁹⁸. Neste caso, para Borges, o sistema republicano seria a saída para que tais problemas não voltassem a acontecer.

Esta edição foi um marco importante, pois foi a última a ser publicada em Nazaré. Nascimento lembra que como Borges da Fonseca fazia uma oposição ao “Ministério Monárquico” bem como a defesa da república, isso causava uma “odiosidade do situacionismo” por parte do governo do Barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros¹⁹⁹. A transferência,

¹⁹⁵ APEJE, *O Nazareno*, nº 52, 10/05/1844.

¹⁹⁶ FONSECA, Antônio Borges da. **Manifesto Político**: apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo. Recife: Tipografia Comercial de G. H. de Mira, 1867, p. 16. Agradeço à professora Dra. Carolina Paes Barreto da Silva por disponibilizar a obra.

¹⁹⁷ A dissolução da Câmara dos Deputados, em 1844, foi fruto de diversos embates entre os deputados e o gabinete que subiu ao poder em 2 de fevereiro do mesmo ano. Cavalcanti Júnior lembra que os parlamentares foram eleitos em uma onda conservadora, que foi conduzida com o Gabinete Conservador de 1842. Com a queda deste, em 20 de janeiro de 1844, o clima para possíveis conciliações era de uma margem muito pequena, sendo a dissolução, no olhar no Gabinete de 02 de fevereiro, a única saída plausível. CAVALCANTI JUNIOR, op. cit., 2001, p. 62.

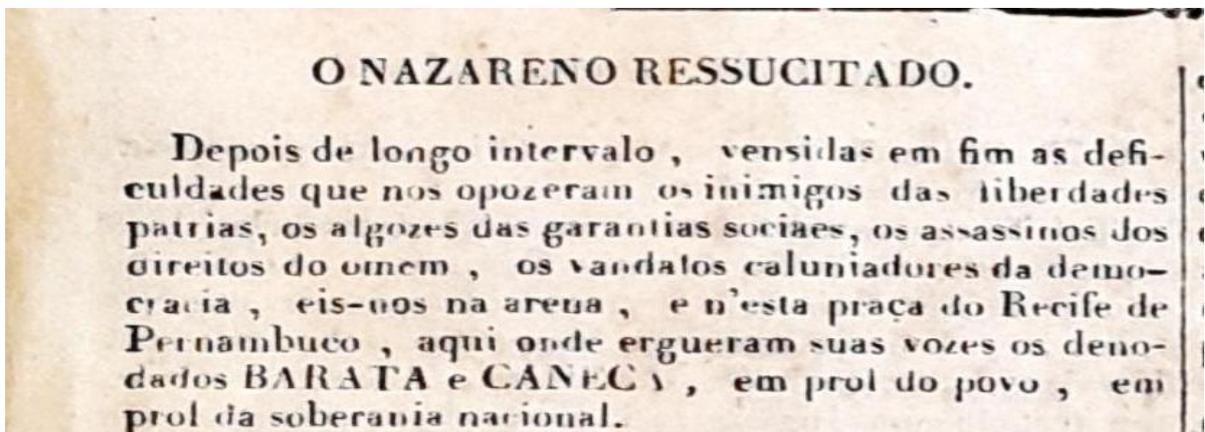
¹⁹⁸ APEJE, *O Nazareno*, nº 54, 18/06/1844, grifo nosso.

¹⁹⁹ NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 51.

inclusive, de Nazaré²⁰⁰ para Recife, não foi fácil. Segundo o próprio Borges da Fonseca, houve uma emboscada coordenada por determinação de Manuel de Souza Teixeira²⁰¹. O publicista chamou de “inútil” tal atitude²⁰².

Ainda dizia o redator que houve uma tentativa de assassinar ele e mais três amigos que estavam na condução. Possivelmente, Borges da Fonseca fez a travessia por uma via “menos óbvia” ou de menor tráfego, já prevendo que algo pudesse acontecer. Agora, editado no Recife, o título do artigo viria como “O Nazareno Ressuscitado”, destacando que os “opponentes da liberdade pátria” estavam contra ele. Como poderemos ver na imagem a seguir e como já abordamos na introdução desta pesquisa, a admiração e lembrança por Cipriano Barata e Frei Caneca eram evidentes.

Figura 2 - Trecho “O Nazareno Ressuscitado”, do jornal *O Nazareno*, em sua primeira edição no Recife



FONTE: APEJE, *O Nazareno*, nº 55, 20/8/1844.

Tal escrito também alertava a seu público e a população em geral para que tomassem cuidados com os inimigos da nação que, segundo Borges da Fonseca, eram representados pelos “Monarquistas dessa constituição de 1824”. Tais discursos em direção ao povo eram uma marca do próprio publicista, uma maneira de se aproximar do leitor e de quem estivesse sendo atingido pelos seus escritos. Neste sentido, criticava os “pecadores políticos” da Corte e como os gabinetes iam se alternando, mas sem mudanças profundas na vida da população. Alertava que estes também não confiassem em quem foram os inimigos da Confederação do Equador, em

²⁰⁰ Cavalcanti Júnior lembra que os praieiros, para rivalizar com Borges da Fonseca, estavam começando a aliciar pessoas, da própria cidade de Nazaré para o seu lado, o que deixava a vida de Borges da Fonseca em constante perigo. CAVALCANTI JÚNIOR, op. cit., 2001, p. 54.

²⁰¹ Político importante de Pernambuco, foi empossado presidente desta província no ano seguinte, em 1845.

²⁰² APEJE, *O Nazareno*, nº 55, 20/08/1844.

1824²⁰³. Voltava com o discurso de pedir uma nova Assembleia Constituinte, para assim “devolver o Brasil aos brasileiros” e tirar “o poder dos estrangeiros” que a constituição lhes dava. Dizia para tomar cuidado com os que se diziam “amigos” da nação, que na verdade eram os “inimigos”²⁰⁴.

Rivalidades também marcaram essa etapa da vida política de Borges da Fonseca. Como já falamos anteriormente, em tópico especial, o *Diario Novo* e o *Diario de Pernambuco* foram as duas grandes forças contra *O Republico*. Mas não eram as únicas. Um deles era um jornal chamado *O Regenerador*, editado por João Batista de Sá. Não é estranho, inclusive, que Borges da Fonseca, paralelamente ao *O Nazareno* tenha editado um jornal chamado *O Verdadeiro Regenerador*. Esse jogo de nomes no campo de batalhas da imprensa não era novo, sendo utilizado por vários publicistas.

O próprio Borges, é importante ressaltar, já utilizava essa artimanha nos anos finais da década de 1820 e início de 1830. Editando o seu jornal já falado *Abelha Pernambucana*, tinha como um de seus rivais o impresso *O Amigo do Povo*, o qual, Borges, de forma pejorativa, o chamava de “inimigo do povo”²⁰⁵. Essa rivalidade também ganha contornos de um antilusitanismo, na qual, autores já citados aqui como Bruno Câmara, Marcus Carvalho e Cavalcanti Júnior já trabalharam. De certa forma, para Borges, os brasileiros deveriam ter mais direitos do que os portugueses, até mesmo em situações em que se espera racionalidade, como em processos eleitorais. Para o publicista, “sabemos que os brasileiros no dia das eleições são soberanos, e que podem exceder-se alguma coisa; mas portugueses, não”²⁰⁶.

O federalismo era uma marca que, constantemente, estava sendo debatida, e em setembro de 1844 não seria diferente. O publicista detona a centralização e os políticos a qual defendem esta bandeira. Para o escritor público, as províncias do norte não deveriam estar “avassaladas” à Coroa do Rio de Janeiro e criticava o Ministério em vigor por não tomar uma medida que mudasse esses rumos. Chamava também a corte do Rio de “corrompida” e entregue as disputas políticas ministeriais que estavam envolvidas. Finalizou aquele artigo com os dizeres de “a democracia vencerá”, insinuando que uma mudança política poderia ocorrer.

²⁰³ APEJE, *O Nazareno*, nº 55, 20/08/1844.

²⁰⁴ APEJE, *O Nazareno*, nº 55, 20/08/1844.

²⁰⁵ Um outro rival desta época era o jornal *O Cruzeiro*, que participava de uma sociedade anônima com apoio do imperador D. Pedro I. Para Borges da Fonseca, esses dois jornais “buscam apoio na mentira, na impostura e na falsidade” já que eles eram total defensores da Monarquia Absolutista. O redator também afirma que os dois “rivais” são contra a razão e a justiça. *Abelha Pernambucana*, nº 80, 26/01/1830. Ver: ALVES, Edson José de Meneses. **A ideia de república no Brasil: a história de uma tradição esquecida (1789-1845)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História) – Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2021.

²⁰⁶ APEJE, *O Nazareno*, nº 59, 06/09/1844.

Em outubro de 1844, Borges da Fonseca fazia enormes críticas ao poder hereditário. Fazendo oposição a um “escritor monarquista” que, aparentemente, não é revelado o nome, o publicista aponta os problemas de um membro ou uma geração herdando um poder da outra²⁰⁷. É de se imaginar que o escritor público não concordasse com a ideia; republicano, se autointitulava um “democrata” e, portanto, favorável a que todo cargo político fosse fruto de eleições e com mandatos bem específicos, na qual, houvesse um começo, meio e, principalmente, fim. Questionava também o argumento de “erudição”, deixando a entender que, intelectualmente, existiam pessoas mais capacitadas para governar o Brasil do que D. Pedro II.

Ainda em outubro do mesmo ano, Borges da Fonseca criticou a corte do Rio e o imperador pela nomeação de Thomaz Xavier para presidência da província de Pernambuco. Borges considerava um absurdo aquela decisão, isso porque via em Xavier a figura de um rival, um inimigo, um político que ficou a favor dos “colunas” em 1824²⁰⁸ e que, para o publicista, foi um dos responsáveis pelo julgamento e sentença de morte de um participante de 1824 que admirava muito, Frei Caneca²⁰⁹. No último número publicado em 1844, Borges da Fonseca aproveitou para, novamente, se mostrar contra o presidente e relembrar ao dizer que seu passado de combatente a Confederação do Equador não poderia assumir tal cargo. Assim, percebemos que esse biênio 1843-1844 foi marcado por diversas críticas à monarquia, ao imperador, aos políticos pernambucanos e aos ministérios. Além disso, a exaltação da república, do federalismo e de uma nova assembleia constituinte. Todos esses destaques foram uma marca na vida política e de publicista de Borges da Fonseca, sempre tendo atenção naquilo que ia escrever, mas, ao mesmo tempo, sem perder o seu público que lhe seguia.

3.2 *O Nazareno* entre 1845 e 1846: embates contra “Xixorro”

Em 7 de janeiro de 1845, *O Nazareno* trazia em suas páginas uma absolvição de Borges da Fonseca no tribunal do júri, ainda relacionado à publicação daquele artigo citado na seção anterior. Para isso, o publicista trazia um pouco de sua argumentação para conseguir mais essa vitória, perante a uma justiça cada vez mais perseguidora com o escrito público. Para Borges, quando ele criticava ou fazia menção a “coroa”²¹⁰, não estava se referindo ao imperador D. Pedro II, mas sim, a um símbolo remetente à monarquia. Conhecendo um pouco sobre o jogo

²⁰⁷ APEJE, *O Nazareno*, nº 67, 05/10/1844.

²⁰⁸ APEJE, *O Nazareno*, nº 68, 08/10/1844

²⁰⁹ Borges chama Thomaz Xavier e sua tropa de “quadrilhas”, já que foram eles que fizeram o cortejo para fuzilar Frei Caneca. APEJE, *O Nazareno*, nº 70, 16/12/1844.

²¹⁰ APEJE, *O Nazareno*, nº 74, 07/01/1845.

de palavras usado por Borges, pode-se inferir que, na verdade, ele criticava sim, o imperador, embora, naquele momento, precisasse garantir a sua integridade e inocência.

A ideia de liberdade era também um conceito abordado pelo publicista em seu jornal. Dizia que “nunca se viu tanta tirania como hoje, que tanto se fala de liberdade”²¹¹. Este conceito, inclusive, era importante para ele que se enxergava tão perseguido. Falava que queria a liberdade da forma como ele queria e desejava e não a dos outros. Além disso, respaldou que isso era importante para que ele, para que pudesse “pensar e obrar livremente”²¹², fazendo uma alusão aos inúmeros processos que ele sofria por conta de seus escritos públicos. Até por isso, relembra que 1844, para ele, foi marcado por um “ano de pragas e maldições”. Atribuía a culpa do seu sofrimento e constantes perseguições políticas à “facção que nos governa”.

Como já mencionado, Borges da Fonseca, em seus impressos costumava trazer notícias ou reflexões sobre outros países, sendo os da Europa, com um destaque maior. Era também uma forma de comparar a situação do Brasil da época. Assim, em discurso direcionado ao “povo”, alertava para que estes lutassem pela liberdade e expulsassem a tirania de seu país, lembrando os casos de Portugal e Espanha, que, para o publicista, “domina o arbítrio”, alegando que tais países da península ibérica estavam sob um domínio de um “regime de ferro”²¹³. De fato, durante suas discussões políticas, Borges da Fonseca sempre foi pautado por um nacionalismo, querendo proteger o Brasil de um mal maior. Apontava também, de suma importância destacar, as relações entre o Brasil e a Inglaterra. Para o escritor público, o fato do nosso país não ter um desenvolvimento crescente, ajudava – e muito – a própria Inglaterra, que poderia exportar seus produtos para cá. Não custa lembrar que a bandeira do comércio a retalho ganhava maiores entonações nesse âmbito.

A difusão das notícias dos jornais, bem como o que era escrito, circulava e tinha significativa penetração no país e, quando um publicista não gostava daquilo que estava escrito, era bastante comum rebater, transformando o assunto em um verdadeiro “palco de batalhas impressas”. Uma dessas situações foi quando o jornal o *Mercantil* publicou um artigo, o qual dizia que a república não seria útil ao Brasil, muito menos sustentável e que esse sistema de governo resultaria em despotismo. De fato, tal argumento circulava por defensores do sistema

²¹¹ APEJE, *O Nazareno*, nº 75, 10/01/1845.

²¹² APEJE, *O Nazareno*, nº 75, 10/01/1845.

²¹³ APEJE, *O Nazareno*, nº 75, 10/01/1845. Borges criticava as facções pela falta de um “progresso industrial e material”, alegando que elas, através de sua imoralidade e inépcia, têm entregado o Brasil aos estrangeiros. Cita inclusive uma frase de bastante valor: “a pátria é nossa, mas a terra é deles”.

monárquico, mas, se chegassem ao conhecimento de Borges da Fonseca, ele procuraria, de alguma forma, rebater tais argumentos. E foi o que ele fez.

Em um artigo extenso, rebatia todos os argumentos que o *Mercantil* fizera. De início, apresentava que, caso o Brasil adotasse a república, tiraria o “abismo de misérias e corrupção em que o desempenhou na monarquia”. Em relação à sustentação que a república resultaria em despotismo, *O Nazareno* rebate dizendo que o *Mercantil* não tinha sequer um exemplo daquilo que estava falando, assim, isso eram “proposições falsíssimas”, que a “história desmente” e a “verdade não tolera”. Ainda falava que somente a república reestabeleceria a “sociedade nacional”²¹⁴. Outra forma de exaltar o sistema republicano era recorrer a nações e épocas em que estas adotaram – ainda que em breves períodos – a república. Para isso falava que os países que adotaram tal regime político estariam imersos em “dias de glórias”, de “felicidades” e de “prosperidade”. Citou, por exemplo, a “liberdade republicana” quando a Grécia tinha adotado, mas que naquele momento estava “deixando corromper e arrastar pela irrisória monarquia do rei Otho”. Borges também lembrava dos casos da Holanda, Suíça e das cidades italianas de Gênova e Veneza, que, ao adotarem o sistema republicano, viam-se livres do “jugo monárquico”²¹⁵. Desse modo, podemos perceber um ideal de Cipriano Barata. Quando este dizia que a “a república era governo de Deus” e a monarquia “do diabo”, Borges da Fonseca também fazia essas comparações, ao dizer que as nações republicanas eram “felizes”, enquanto as que viviam sob um regime monárquico estavam submetidas ao despotismo, a um “voto de maldição”.

Enquanto o *Mercantil* afirmava o quão belo era “ver o velho mundo coberto de monarquias”, Borges ironizava, dizendo que esta beleza só estava perceptível ao redator, pois o Brasil – como um representante do regime monárquico – tinha que lutar contra a “tirania coroada”. Além disso, Borges falava que o redator tinha uma “ingenuidade” ao não perceber a situação e argumentação que o próprio estava fazendo. Lembrava, por exemplo, que a população francesa era mais feliz quando proclamou a sua república do que quando – nas suas idas e vindas – possuía a monarquia. Além disso, quando o jornal falava que “a república se acaba em despotismo”, *O Nazareno* rebate firmemente ao dizer que não existe nenhuma ligação; aliás, a ideia é totalmente o oposto, já que, para Borges da Fonseca, era através do próprio despotismo que a monarquia começava.

²¹⁴ APEJE, *O Nazareno*, nº 76, 14/01/1845.

²¹⁵ APEJE, *O Nazareno*, nº 76, 14/01/1845, grifo nosso.

A relação entre Borges da Fonseca e as suas leituras sobre Montesquieu, Rousseau e tantos outros filósofos desta época é algo que também merece ser destacado aqui. Em um artigo que falava sobre a corrupção na monarquia, Borges se utiliza do pensador francês para argumentar em seus escritos. Para o publicista, fazendo uma relação entre democracia e monarquia, dizia que aquela se perdia quando “o povo despoja os poderes políticos de suas facções, *as monarquias se corrompem quando pouco a pouco se vai tirando as prerrogativas das corporações*, ou os privilégios das províncias”²¹⁶. Considerando que uma das muitas bandeiras políticas pela qual Borges lutava era a autonomia das províncias, como o federalismo e que elas pudessem eleger seus próprios presidentes, tais atribuições monárquicas causavam repulsa ao escritor público. Ele prossegue dizendo que, no primeiro caso, “sofre-se o despotismo de todos”, enquanto no segundo “o despotismo de um só”. Para Borges:

A monarquia se perde, - quando um príncipe crer que ostenta mais seu poder mudando a ordem das coisas antes, do que seguindo-a; - quando tira uns de suas funções para dar arbitrariamente a outros; - quando ama suas fantasias mais do que suas vontades.

A monarquia se perde, - quando o príncipe, reportando tudo unicamente a si, considera o estado na sua capital, a capital na sua corte, e Côrte na sua única pessoa²¹⁷.

Dessa forma, constatou Borges da Fonseca que despotismo e monarquia andavam lado a lado, em que quando a última, através do seu monarca, procurava ter ainda mais poder, acaba encontrando o despotismo, algo ruim, aquilo que prejudicaria a população. Além disso, quando este começa a despontar em uma nação, é sinal de que o povo, para Borges, precisaria se movimentar para lutar pela mudança de regime político, neste caso, a implantação de uma república.

Além do mais, costumeiramente, Borges da Fonseca acusava também os próprios monarquistas dos problemas do país. Em um artigo direcionado a “seus monarquistas”, lembrava que a nação defendia um “governo de luxo”, “caríssimo” e que não era autossustentável, com uma “dívida insolúvel” (em uma nota de rodapé anterior, inclusive, falamos um pouco sobre as dívidas do Brasil na época). Tachava também os monarquistas de serem complacentes com a influência estrangeira no Brasil, pois estes interferiam nas leis e nas ordens do governo. Relacionava também os monarquistas a situação social do país: “quereis o país desmoralizado, e podre de vícios, quereis o povo vadio e fátuo, corrompido e estúpido, quereis as províncias abatidas, e desprezíveis, e escravas da corte?”²¹⁸.

²¹⁶ APEJE, *O Nazareno*, n° 76, 14/01/1845, grifo nosso.

²¹⁷ APEJE, *O Nazareno*, n° 76, 14/01/1845.

²¹⁸ APEJE, *O Nazareno*, n° 77, 17/01/1845.

Para resolver esses problemas, novamente, trazia a república como solução ao país. “Somos republicanos”, dizia Borges da Fonseca, acrescentando que sonhava em ver o “povo livre da tutela da corrupção e dos vícios”, aludindo aos desvios, gastos excessivos do imperador e de sua corte como um todo, além dos excessos de privilégios que a constituição deliberou a estes já citados aqui. Prosseguindo, reafirmava que “somos republicanos” e iriam defender que “em nossa terra o estrangeiro como estrangeiro”, que fosse respeitado e tivesse seus direitos garantidos, mas que, ao mesmo tempo, fosse excluído “de toda a espécie de influência política”. Por fim, o “somos republicanos” justificava que somente esse regime político fomentaria uma sociedade pautada de princípios universais e eternos da justiça, que os direitos individuais fossem respeitados, para que assim cada indivíduo pudesse cultivar os ideias de felicidade, um governo de fraternidade e de igualdade. Segundo o publicista, seguindo as orientações, as províncias iriam ser felizes e a “democracia realizada” em nosso país²¹⁹. Não custa lembrar aqui que Borges da Fonseca mostrava um certo receio ou até mesmo medo, de países como a Inglaterra, que possuía, de certa forma, um sistema monárquico consolidado, de influenciar o Brasil a seguir nesse ramo. Por isso, procurava sempre trazer crises na Inglaterra e exaltar países como a França e algumas cidades italianas que aderiram à república. E, obviamente, os Estados Unidos, pois, para Borges, os brasileiros deveriam estudar o sistema americano, seguir ele, e, por fim, os brasileiros e o país estariam salvos. Terminava o discurso com um “*Viva a democracia*”²²⁰.

Sobre a oposição entre monarquia e república, convém entendermos o estágio que o modelo republicano se constituiu até chegar no modo em que Borges da Fonseca utilizava. Para isso, recorreremos, novamente, a Silvia Fonseca, que definiu três etapas ou estágios que o conceito de república percorreu. Em primeiro lugar seria ainda relacionado à questão de identificação de um território que fosse regido pelas mesmas leis, de acordo com a permanência de um registro do Antigo Regime europeu. Em uma segunda fase, foi recuperado o sentido dado pelo filósofo Cícero, que designou a *res publica* como um ideal de “bem comum”, “coisa do povo” e que por muito tempo ajudou na consolidação da Roma Antiga²²¹. Por fim, nesta terceira fase, significaria um regime político que seria eletivo, em contrapartida da hereditariedade das

²¹⁹ APEJE, *O Nazareno*, nº 77, 17/01/1845.

²²⁰ APEJE, *O Nazareno*, nº 77, 17/01/1845, grifo nosso.

²²¹ Sobre o sistema republicano na capital italiana e a República Romana, bem como suas matrizes, ver: FERREIRA, José Ribeiro. *A república na Grécia e em Roma*. In: **Revista de História das Ideias**, Imprensa da Universidade de Coimbra – Portugal, v. 27, pp. 07-40, 2006; NONINI, Roberto. *República Romana*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

monarquias europeias, e temporário, rivalizando com o “governo até a morte” dos grandes impérios²²². Como pode ser notado, o conceito de “república” foi ganhando múltiplas facetas a partir do seu surgimento. Tal fato é que, em seus primórdios, “república” poderia ser atrelado normalmente com fatores relacionados à monarquia. E é em relação a esse último significado que Borges da Fonseca enfoca em seus discursos.

Dito isto, fazia Borges da Fonseca mais uma comparação entre os sistemas políticos de governar um país. Argumentava que duas espécies de governo prevaleciam no mundo, sendo estas duas as que ele iria mostrar suas consequências. O primeiro sistema, argumentava Borges, era “o governo *eletivo e representativo*” que, costumeiramente, chamamos de república²²³. Enquanto isso, o segundo sistema de governo, “é o *hereditário*, conhecido como monarquia e aristocracia”²²⁴. Borges da Fonseca considerava os dois sistemas completamente opostos, em uma linha que separava a razão (relacionada à república) e a ignorância (direcionada à monarquia). Dizia que para uma excelente administração de um governo, era necessário “talento e capacidade”, e, com isso, não era algo que pudesse ser herdado e que, assim, justificasse o poder hereditário. Falava que a sucessão hereditária era uma “crença” e que o homem refletido não podia aceitar ou admitir. Assim, para Borges, essa “crença” só se desenvolveria “por meio da ignorância”.

Enquanto isso, dizia o publicista, a república exigia “compromisso”, “firmeza” e “conformidade”, atribuições que, neste sentido, tornaria o sistema republicano o melhor modelo a ser adotado em um país, e, conseqüentemente, o brasileiro deveria lutar pela implementação dele. A república, para Borges, era o regime político “aprovado pela razão”, enquanto a monarquia seria marcada pela “ignorância”, “corrupção” e que o monarca não detém responsabilidade alguma. Pontuava também a respeito da ideia de soberania, alegando que, no regime monárquico, “é um inimigo do gênero humano”, é responsável pela “toda miséria” que uma localidade possa ter²²⁵.

Borges da Fonseca considerava a sucessão hereditária “uma fraude manifesta da monarquia”, além de chamar de “ridículo”, o qual, este cargo, dessa forma, seria “como um emprego que qualquer menino ou idiota pode ocupar”. Comparava, por exemplo, a figura do imperador com um trabalho, aqui destacado como a profissão de mecânico. Para o publicista,

²²² FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13.

²²³ APEJE, *O Nazareno*, n° 78, 24/01/1845, grifo do autor.

²²⁴ APEJE, *O Nazareno*, n° 78, 24/01/1845, grifo do autor.

²²⁵ APEJE, *O Nazareno*, n° 79, 29/01/1845.

enquanto um mecânico mediano precisa ser “mister ter alguma habilidade”, para ocupar a vaga do rei era somente necessário que uma pessoa acima (nesse caso um pai ou um tio) que também fosse monarca²²⁶. Neste sentido, Borges deixa a entender que, para ocupar tais funções, não era necessário ser um gênio, o que poderia pôr o Brasil em grandes perigos. É bem verdade, porém, que em vários casos durante a história, diversos monarcas foram instrumentalizados e preparados para assumir tal função, inclusive, o próprio D. Pedro II. Sendo assim, em argumentações como essa, percebemos certos exageros na escrita do redator ao defender seus ideais políticos. Retornando a comparação, Borges da Fonseca dizia que o regime republicano não teria tais problemas citados, pois seria guiado através do sistema representativo. Este, inclusive, para Borges, “tem por base a sociedade e civilização, e é guiado pela *natureza, razão e experiência*”²²⁷.

Sobre hereditariedade e a questão de um “poder divino”, Silvia Fonseca relembra que vários publicistas procuravam, de certa forma, retirar a imagem de um deus que rondava um monarca. Essa tarefa, aliás, remonta ainda desde o Primeiro Reinado e um dos exemplos é o escritor público Francisco das Chagas de Oliveira França, que editou um jornal chamado *O Tribuno do Povo* – coincidência ou não, Borges da Fonseca depois teria um jornal com nome muito semelhante. Assim Silvia Fonseca lembra que “à medida que se reivindicam atributos divinos para o monarca, foi-se constituindo a humanidade como um conceito contrário ao de rei”²²⁸. Além do mais, recordava a autora, existia-se o objetivo de “desumanizar a figura do rei”, relacionando uma ideia de “revolução legal” a um “Tribunal Soberano”, em que a nação brasileira iria começar a cobrar a soberania do país que foi roubada pelo sistema monárquico²²⁹. Outro fator importante era relacionar a figura do rei a um “tigre” ou a um “monstro”, representando, assim, um poder ultra soberano a qual o povo deveria lutar contra. Ernst Hartwig Kantorowicz foi outro autor que trabalhou essa dualidade do rei. Na sua conhecida obra *Os dois corpos do rei*, o autor apresenta como essa figura real no âmbito da teologia política medieval foi trabalhada. O autor lembra das “infinitas relações” entre Estado, personificado na figura do rei, e a Igreja, apresentando que o argumento divino já era bastante explorado²³⁰.

Leitor assíduo de importantes intelectuais e participantes de movimentos como o Iluminismo e a Revolução Francesa, Borges aludia ao primeiro boas conotações, já que “as

²²⁶ APEJE, *O Nazareno*, nº 88, 12/03/1845.

²²⁷ APEJE, *O Nazareno*, nº 88, 12/03/1845, grifo do autor.

²²⁸ FONSECA, op. cit., 2016, p. 67.

²²⁹ Ibidem, p. 67.

²³⁰ KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. *Os dois corpos do rei*: um estudo sobre teologia medieval. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000, p. 125.

luzes que temos nos facilitam o conhecimento de que *os governos hereditários estão em decadência*”, e que “pelo impulso da revolução sobre o extremo plano da soberania nacional, e governo representativo, que vai adentrando na Europa, fora um ato de sabedoria antecipar as revoluções, e procurar que efetuem com as regras da razão e da prudência”. Assim, desse modo, não deixando ser vencido pelos aspectos de despotismo e absolutismo que reinava na época²³¹.

Borges da Fonseca considerava a república como “uma palavra que temos de boa origem, referindo ao que deveria formar o caráter e manejo do governo”. Desse modo, tal ideal era oposto e incompatível com a monarquia, visto que esta “*tem uma significação perversa, pois é um poder arbitrário de que usa um egoísta para benefício próprio*”²³². Além do mais, pontuava que um governo de um país que não adotasse os princípios republicanos (negando a hereditariedade, se pautando de princípios eletivos e temporários) não seria um bom governo, nem teria uma boa gestão. Assim, a república aliado a representatividade, para Borges, era a combinação ideal para o desenvolvimento de uma nação. Para ele, inclusive, somente os governos republicanos eram capazes de lidar e acomodar os direitos individuais dos povos, como aqueles que são coletivos, deixando a entender que no sistema monárquico, o direito do rei ou do príncipe estava acima de qualquer coisa.

Que Borges da Fonseca possuía uma antipatia pelo imperador, não é novidade, já mostramos várias argumentações e exemplos aqui. Além de não gostar do monarca e/ou do sistema de governo a qual ele representava, o publicista procurava cada falha, seja em escritos ou discursos, de D. Pedro II, para que assim, pudesse, ainda mais, defender suas ideias. Desse modo, chama a atenção, na abertura do Congresso Nacional em 1845, uma fala de D. Pedro II que mencionou, dentre outras coisas “*meu exército e armada*”, se referindo às forças armadas brasileiras²³³. Assim como no ano de 2022, uma fala semelhante proferida pelo então presidente da república – e que causou revolta de boa parte da população e, sobretudo, da imprensa política –, essa fala do monarca também causou repulsa, dessa vez aqui destacada por Borges da Fonseca. Nesse sentido, questionava o imperador o que ele queria dizer com essa expressão, já que “o exército e [a] armada são da nação, e não do imperador” e que falas como essa seriam representadas por governo do sistema absoluto²³⁴.

²³¹ APEJE, *O Nazareno*, nº 79, 29/01/1845, grifo nosso.

²³² APEJE, *O Nazareno*, nº 89, 29/03/1845, grifo nosso.

²³³ APEJE, *O Nazareno*, nº 79, 29/01/1845, grifo do autor.

²³⁴ Borges da Fonseca, inclusive, ironiza a frase dizendo temer que, por alguma hora, alguém do ministério usasse tais discurso, como, por exemplo, “minha imperial fazenda”.

A província de Pernambuco não era deixada de lado por Borges da Fonseca. Seu “berço político”, via na localidade a oportunidade de expandir sua influência política, através da relevância que possuía nesta região. Quando se referia a Pernambuco a chama de “berço augusto da liberdade brasileira”, como também lembrava dos grandes revolucionários, ao dizer que a província era “a pátria ilustre de Caneca”. Borges também lembra que a província de Pernambuco tem um “grito de dor”²³⁵, marcada por todas as vezes que o poder monárquico agiu contra ela. Lembrava, inclusive, que por mais que Pernambuco tivesse papel de suma importância na independência do país, seus heróis foram mortos quando a contestaram, se referindo ao movimento de 1824, na Confederação do Equador.

Atribuía também, importante salientar, todos esses problemas ao imperador, que, na visão do publicista, sempre fechou os olhos para as províncias do Norte. Aliás, essa não era uma reclamação nova. Desde a década de 1830, o escritor público mostrava como tanto D. Pedro I, quanto D. Pedro II (a partir de 1840), não tinham projetos políticos para integrarem as províncias localizadas ao norte, acusando, inclusive, de ser uma espécie de punição e retaliação, por sempre estarem envolvidos em insurreições e revoluções que ameaçavam, de certa forma, a conjuntura imperial. Borges menciona, até mesmo, uma certa rivalidade entre a Corte e Pernambuco, informando que a primeira “procurou sufocar o sistema democrático” da província²³⁶.

Na esfera provincial, Borges da Fonseca também tinha seus rivais e inimigos e, se tratando de Pernambuco, um dos principais era o Urbano Sabino – tanto é que, em sua biografia é um dos desafetos que mais o publicista cita. Voltando a 1845, Borges criticava o político por não prestar atenção e nem querer saber sobre as causas e necessidades do povo, as verdadeiras batalhas que precisavam para uma melhoria da nação. Borges acusava Urbano Sabino, assim como tantos outros políticos de Pernambuco, de fazerem um jogo político com a Corte imperial, na qual, os direitos e necessidades da população ficavam em segundo plano. Assim, Borges mostrava sua visão que isso tudo resultava em um absolutismo e clamava para que a sociedade

²³⁵ APEJE, *O Nazareno*, nº 83, 21/02/1845.

²³⁶ APEJE, *O Nazareno*, nº 85, 28/02/1845. Chama a atenção que Borges questiona o leitor o porquê de só as províncias do Norte sofrerem pelas suas ações e as do Sul não terem nenhuma retaliação. Estaria Borges questionando o porquê de, por exemplo, Santa Catarina e a província de São Pedro do Sul (atual Rio Grande do Sul) não estarem sofrendo, por parte da Coroa, a mesma perseguição que esta fez com os participantes da Confederação do Equador? De fato, é um ótimo questionamento, já que o publicista sempre escancarou os privilégios que os povos do Sul possuíam. Sobre a Revolução Farroupilha, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990; SCHEIDT, Eduardo. *Republicanism na Região Platina à Época da Revolução Farroupilha: Um Estudo de História Comparada*. In: **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 4, n. 1, p. 149-180, 2001/2002.

ficasse de olho, pois os partidos políticos, como os que Urbano Sabino participava, a sua prioridade era estar bem com o imperador e não com a população²³⁷.

Defender um modelo republicano e federal para o país era algo que Borges da Fonseca fazia com muita maestria e recorrer ao sucesso das treze colônias que formaram os Estados Unidos tornava-se o melhor exemplo para apresentar a população o quão bom seria a adoção desse sistema. Para isso, trazia em seu jornal, cartas escritas por um americano contando as vantagens do seu governo, tentando assim, influenciar os leitores a uma reflexão mais profunda a respeito do modelo norte-americano.

Dentre várias passagens dessa carta, chama a atenção a que menciona as vantagens do “sistema federal”, bem como da repartição de poderes. Para o autor do escrito, “a sábia combinação de poderes nas repúblicas *federadas*, deixando ao cidadão no mais completo gozo dos seus direitos, opõe barreiras impenetráveis ao despotismo, favorece a população, anima o progresso da riqueza”, além de que assegurava a tranquilidade da população. Isso tudo, inclusive, fatores positivos, que em oposição à monarquia “favorecem a preponderância da vontade de um homem só”²³⁸ em relação ao bem da comunidade. Percebemos aqui, inclusive, uma crítica ao Poder Imperador, presente na Constituição de 1824 e que, ao bel prazer do monarca, poderia limitar diversos desenvolvimentos do país.

No último número deste jornal, em outubro de 1845, Borges da Fonseca voltava a questionar a nossa constituição. Falava que não existia aspectos democráticos nela, que os direitos dos povos, muitas das vezes, eram negados e que, em contrapartida, para o imperador e sua corte, ela vos dava imensos bens e vícios. Assim, era mais uma forma de atacar o sistema monárquico brasileiro e prosseguir na sua causa em defesa do modelo republicano para o país. Questionava novamente o Poder Moderador, argumentando que ele “nulifica os outros poderes”²³⁹, sendo assim, um desafio para o progresso do país.

No geral, o ano de 1845 também foi marcado por grandes agitações em sua vida pública. Nascimento lembra da sua prisão em maio de 1845, “por denunciado delito de imprensa cometido” através do seu outro jornal chamado *O Verdadeiro Regenerador*. Ele foi absolvido e libertado em 21 de junho do mesmo ano. Segundo Santos, “a linguagem violenta e panfletária, abria um flanco aos inimigos”, assim, por mais leve que as críticas pudessem ser, pelo histórico de confusões causadas por Borges, era um pretexto para ele ir parar no banco dos réus.

²³⁷ APEJE, *O Nazareno*, n° 87, 07/03/1845.

²³⁸ APEJE, *O Nazareno*, n° 116, 09/08/1845.

²³⁹ APEJE, *O Nazareno*, n° 132, 31/10/1845.

Além do mais, complementa Santos, quando estava sendo julgado por algo, era caracterizado pelo “destemor como enfrentara o julgamento e a linguagem provocativa e violenta usada na defesa”, que resultava em “grande popularidade nas camadas médias e baixas do Recife”²⁴⁰. O autor aqui não trouxe uma fonte segura para tal afirmação, o que nos leva a questionar afirmações como essa. Sendo assim, podemos entender mais como uma posição acrítica do que uma interpretação direta do jornal em questão. Dias depois, mais precisamente em 26 de junho, Borges sofreu uma tentativa de assassinato. Nascimento trouxe detalhes do ocorrido: “às 9 horas da noite, em frente à sua casa, no pátio do Paraíso, por um elemento da polícia, a mandado, segundo divulgou, do Presidente da Província, Manuel de Sousa Teixeira, que substituíra a Thomaz Xavier no dia 5 do mês em referenda”²⁴¹. Infelizmente, Nascimento não divulgou nenhuma fonte relacionado a essa tentativa de assassinato e também nas fontes utilizadas aqui, bem como na autobiografia de Borges da Fonseca, a esse evento, especificamente, não foi mencionado, O próprio Borges, aliás, relatou algumas tentativas de opositores de tirar a sua vida, principalmente na época em que esteve preso posterior a Insurreição Praieira. A respeito do ano de 1845, inclusive, em uma retrospectiva feita pelo próprio Borges da Fonseca, ponderou que “nunca tinha nosso país um tempo de tanta calamidade”. Em relação à monarquia, dizia que “nunca o império se houvera achado em mãos tão ineptas e desgraçadas”. Além do mais, falava que nunca tinha visto um governo trabalhar tanto pela sua ruína, como, em 1845, D. Pedro II havia feito²⁴².

Desde a abertura desta pesquisa, na introdução, e ao longo do capítulo anterior e deste, presenciemos por parte de Borges da Fonseca uma repulsa ao Senado Vitalício, tanto por ele ser um órgão de extrema importância da monarquia, como também, em outra medida, não representava o aspecto de “poder temporário” a qual defendia, firmemente, o publicista. Apesar disso, as eleições para senador iriam ocorrer em breve e em 1846 chamava a atenção do escritor público que, embora o processo eleitoral fosse começar, a imprensa pernambucana não estava dando a devida atenção ao fato. Para isso, Borges acusava os próprios políticos das facções da província por esse “silêncio dos jornais”, já que os estadistas não queriam qualquer tipo de discussões sobre o pleito²⁴³. Outro fator que merece ser destacado é que não necessariamente o senador mais votado iria ocupar o cargo, já que, como bem lembra Borges da Fonseca, a província iria eleger seis nomes e o imperador escolheria o político que ocuparia a cadeira na

²⁴⁰ SANTOS, op. cit., 1994, p. 106.

²⁴¹ NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 53.

²⁴² APEJE, *O Nazareno*, nº 01, 05/02/1846.

²⁴³ APEJE, *O Nazareno*, nº 02, 10/02/1846.

Câmara do Senado. Ainda nesse contexto de eleições para o Senado, Borges da Fonseca acusava a corte do Rio de Janeiro de tentar impor na província pernambucana nomes que iriam fazer parte da lista sêxtupla. “Não há maior ultraje”²⁴⁴, exclamava Borges depois de tais tentativas.

Como falamos no capítulos anterior, desentendimentos entre *O Nazareno* e o *Diario Novo* eram frequentes e, nesse clima político tenso entre as facções, era um dos níveis de maior atrito. Após o *Diario Novo* dizer que Pernambuco não tinha nomes qualificados para assumir as atribuições do cargo de senador, Borges da Fonseca rebatia, inclusive, citando vários dos nomes aptos: “Visconde de Goiânia, Antonio Joaquim de Melo²⁴⁵, Padre Luis Inácio de Andrade Lima, desembargador Joaquim Teixeira Peixoto de Abreu e Lima, e comandante superior Francisco Onório Bezerra de Menezes”²⁴⁶. Por fim, provocava o Partido Praieiro ao questionar-lhe se seriam tão “ignóbil”²⁴⁷, ao ponto de aceitarem, pacificamente, as determinações da coroa.

Os aspectos sociais também não eram esquecidos por Borges da Fonseca. Era de conhecimento geral que, já naquela época, a desigualdade social era evidente, um contraste entre uma coroa rica e pessoas pobres que não tinham nem mesmo o que comer. E, paralelamente a isso, era uma forma, também, de atacar a monarquia, o governo e o imperador. Sendo assim, o escritor público começou a dialogar sobre um grave problema que estava ocorrendo em várias localidades do país: a fome. Com o título de “Morto de fome”, apelava para uma situação de contraste no país: enquanto pais, mães, filhos, habitantes das províncias do norte no geral, passavam fome, o dinheiro que deveria ser usado nesta causa, era utilizado para “bailes e devassidões²⁴⁸ na corte do Rio de Janeiro”²⁴⁹. Acusava também que tal problemática era fruto da burocratização concentrada no Rio de Janeiro.

Questionava até mesmo se a independência teria valido a pena. Explica-se: para Borges, na época que o Brasil ainda era colônia, cada presidente de capitania tinha a sua autonomia para fazer o que quisesse (o que não era verdade, já que existia uma espécie de “prestação de contas” sobre as atividades desenvolvidas e que eram apresentadas a figura designada pelo rei que

²⁴⁴ APEJE, *O Nazareno*, nº 13, 26/03/1846.

²⁴⁵ Além de político, ficou conhecido por preservar as memórias de Frei Caneca.

²⁴⁶ APEJE, *O Nazareno*, nº 13, 26/03/1846.

²⁴⁷ Adjetivo que retratava a ideia “de uma baixeza repugnante”. A palavra ignóbil deriva do latim "ignobile", que significa o que não é nobre. Ver mais em: <https://www.dicio.com.br/ignobil/>.

²⁴⁸ Borges da Fonseca, em certa oportunidade, criticou o governo de Pernambuco, em 1846, por financiar, a pedido da coroa, uma “carregação de gelo”, embora, deixa evidente o publicista, o governo devesse pagar atrasados aos funcionários públicos do mesmo órgão. Borges ainda lembra que tais gastos não eram novos, vinham desde a época de D. João VI. Não custa lembrar, por exemplo, que um dos impostos que Pernambuco pagava na época do antigo rei, financiava, dentre outras coisas, a iluminação pública no Rio de Janeiro, fato que, naquela altura, nem mesmo o Recife possuía tal privilégio.

²⁴⁹ APEJE, *O Nazareno*, nº 05, 21/02/1846.

estivesse no Brasil), Voltando a discussão traçada por Borges, naquele momento, já independentes, e “com este governo, com este sistema, e com este ministério, *tudo se tem centralizado [...] tudo depende do Rio de Janeiro*”²⁵⁰. Dessa forma, problemas como a fome era mais difícil de solucionar. Assim, como em tantas outras oportunidades, o publicista lembrava que o imperador priorizava as províncias do Sul em detrimento das do Norte.

Em março de 1846 completava-se 29 anos do início da Revolução Pernambucana, iniciada em 06 de março de 1817, e, para comemorar a data, Borges da Fonseca lembrava, mais uma vez, com um “viva a democracia”. Lembrava o publicista que na ocasião do começo do movimento, a cidade do Recife presenciava o “grito de liberdade”. Mencionava também o monarca em questão, ao dizer que os pernambucanos “aterrou o tirano João 6º”, além de ressaltar a importância da população na época ao dizer que “o povo entrou em duelo contra a realeza”²⁵¹ e com “salve o dia da esperança”, lembrando da virtude ocorrida naquele 06 de março. Também não deixava esquecer a forma devastadora com que D. João VI agiria na devassa, levando vários dos envolvidos à morte. A monarquia, naquele momento, silenciou o grito republicano, mas, nas palavras de Borges, elas seriam eternizadas.

Os embates de Borges da Fonseca tinham sempre os mesmos alvos: a monarquia, o imperador, o ministério que estivesse em vigor e, em diversas épocas, as pessoas que estivessem ocupando os cargos políticos da província de Pernambuco. E, em 1846, não seria muito diferente. Neste ano, por exemplo, Borges da Fonseca cita um embate que, para ele, estava acontecendo entre a Europa e a América do Sul. Acusava, dentre outras coisas, de os europeus queriam “monarquizar” toda a América do Sul, a qual, não poderia se deixar vencida, pois o espírito do americano era democrático e de ordem social²⁵². O publicista também lembrava que, paralelamente a essa luta, ainda tinha que enfrentar a “perversidade do ministério”, que, em sua visão, “sacrifica nosso repouso, que é *déspota* no inferior e escravo no exterior”²⁵³.

A preocupação de Borges da Fonseca era evidente e necessária. Deixar que um ministério ou o imperador interferissem nas eleições de forma direta em Pernambuco era algo grave, ainda mais, importante sempre ressaltar, para o cargo de Senador Vitalício, que, em teoria, seria um mandato longuíssimo (para melhor entendimento, ver o Quadro 1)²⁵⁴. Sendo

²⁵⁰ APEJE, *O Nazareno*, nº 05, 21/02/1846, grifo nosso.

²⁵¹ APEJE, *O Nazareno*, nº 08, 07/03/1846.

²⁵² APEJE, *O Nazareno*, nº 01, 05/02/1846.

²⁵³ APEJE, *O Nazareno*, nº 01, 05/02/1846, grifo nosso.

²⁵⁴ Outro que ficou bastante tempo foi o ex-regente do Brasil, Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, que ocupou tal cargo da 3ª legislatura, entre 1834 e 1837, até a 14ª, que começou em 1869 e terminou em 1872. O marquês ficou no cargo até 1870, quando faleceu.

assim, uma escolha equivocada poderia fazer a localidade, bem como a população, sofrer por longos anos. Para efeito de comparação, de quanto este cargo não era tão rotativo, entre 1826 e 1889, respectivamente, primeira e última legislatura do Senado do Império do Brasil, a província de Pernambuco teve apenas 21 senadores.

Salvo algumas exceções como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, além de Francisco Xavier Paes Barreto, terem ficado menos de um ano no cargo, os outros senadores passaram um tempo considerado, votando favorável ou contra aos interesses da província no congresso, além de estarem representando Pernambuco. Não custa lembrar que o último ano do mandato significava que o político havia falecido. A exceção, é claro, são para os senadores com mandatos encerrados em 1889, pois, com a Proclamação da República, no mesmo ano, chegava ao fim o cargo de Senador Vitalício. Em negrito neste quadro, constam os senadores que ocuparam o cargo entre 1845 e 1847, que é, justamente, o período dessa discussão feita por Borges da Fonseca. Para as eleições de senador, Borges da Fonseca pontuou que "não é um representante quadrienal" e, prosseguindo, dizia que "era um representante vitalício"²⁵⁵. Enquanto no primeiro caso seria possível fazer uma troca na próxima eleição, o de senador não tinha como voltar atrás, tendo, assim, que arcar com as consequências dos eleitos. Argumentava que a província não poderia perder seu "direito representativo", e que políticos como Chichorro da Gama não poderiam deixar isso escapar.

Retornando a discussão sobre a província aderir às vontades reais, Borges da Fonseca ironizava a situação. Isso porque, para ele, à medida que Pernambuco ia satisfazendo os desejos da Corte de influenciar nas eleições provinciais, "o povo ia acordar", lembrando que o Brasil era um país jovem, sem um grande exército, tal qual Roma já teve. E, assim, com a revolta do povo, o Brasil não iria acabar, mas a monarquia sim e, ao fim desta, chegaria à república. Desse modo, novamente irônico, perguntava se era isso que Chichorro queria, pois os republicanos, como o próprio Borges, estavam só no aguardo²⁵⁶. As acusações de Borges também se valiam em cima de um dos seus desafetos, a redação do *Diário Novo*, a qual, deixava subentendido que o jornal dos praieiros queria emplacar o nome de Chichorro para o senado²⁵⁷. Embora, posteriormente, Borges fosse lutar ao lado dos praieiros na Insurreição Praieira, via Chichorro como o "vilão" da província pernambucana²⁵⁸. No quadro a seguir, visualizamos os senadores de Pernambuco no âmbito 1826-1889.

²⁵⁵ APEJE, *O Nazareno*, n° 23, 10/06/1846.

²⁵⁶ APEJE, *O Nazareno*, n° 01, 05/02/1846.

²⁵⁷ APEJE, *O Nazareno*, n° 20, 13/05/1846.

²⁵⁸ APEJE, *O Nazareno*, n° 22, 06/06/1846.

Quadro 1 - Lista de todos os senadores por Pernambuco entre 1826 e 1889

Nome do Senador	Início do mandato	Fim do mandato	Total (em anos)
Antônio Luís Pereira da Cunha	1826	1837	11
Bento Barroso Pereira	1826	1837	11
José Inácio Borges	1826	1838	12
José Carlos Mayrink da Silva Ferrão	1826	1846	20
Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque	1828	1844	16
Pedro de Araújo Lima	1837	1870	33
Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque	1838	1863	25
Francisco de Paula de Almeida Albuquerque	1838	1869	31
Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque	1840	1880	40
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	1845	1845	—
Francisco do Rego Barros	1850	1870	20
Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda	1850	1872	22
Francisco Xavier Paes Barreto	1864	1864	—
Antônio Coelho de Sá e Albuquerque	1864	1868	4
Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque	1869	1875	6
José Bento da Cunha Figueiredo	1869	1889	20
Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti	1871	1889	18
Francisco do Rego Barros Barreto	1871	1889	18
João Alfredo Correia de Oliveira	1877	1889	12
Luís Filipe de Sousa Leão	1880	1889	9
Francisco de Carvalho Soares Brandão	1883	1889	6

FONTE: Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-anteciores>.

Em uma seção de *O Nazareno* sob o título de “Correspondência particular do Nazareno”, enviada do Rio de Janeiro, o remetente contava como estava a situação da província naquele momento, palco e sede da corte imperial. Alertava o escritor da carta que a situação do Rio estava “ainda pior” do que antes, com a localidade marcada por “imoralidade, a corrupção, e tudo quanto há de péssimo vem dos maiores para os menores”²⁵⁹. Lembrava também que existia “*uma monarquia sustentada por assassinatos, ladrões, alcoviteiros, espiões, e toda a qualidade de perversos que pode haver, não presta para nada, e talvez o diabo governe melhor o seu reino*”²⁶⁰.

A prática de receber cartas, sejam de assinantes rotineiros, como também de pessoas que compravam números avulsos, eram recorrentes. Além de ser uma forma de arrecadar mais dinheiro para a continuação do impresso, funcionava também como um complemento dos assuntos, bem como, representava uma ideia que, talvez, fosse defendida por vários dos membros que leram aquele noticiário. Neste sentido, essa carta recebida por Borges era de muito valor, era a prova que a situação do poder monárquico apresentava inúmeras falhas e, portanto, essas ideias eram compartilhadas por diversas pessoas e de diferentes localidades do país. Algo a se destacar aqui, inclusive, é que geralmente as cartas que eram enviadas aos jornais ocupavam a terceira ou quarta folha (que, nestes impressos, geralmente, significava ser as últimas laudas), mas, nesta em específico, ocupou as duas primeiras folhas da frente. A explicação para isso era de o redator querer que o leitor desse ainda mais atenção ao conteúdo e também se indignou com a situação do país e do sistema monárquico.

Quando, no capítulo anterior, foi abordado que o clima político na imprensa de Pernambuco era um dos mais efervescentes, principalmente por conta dos jornais, que ampliaram ainda mais os atritos, não era um fato qualquer. O próprio Borges da Fonseca acusava Chichorro da Gama, por diversas vezes, de tentar inserir-se no processo eleitoral. Primeiro, chama o político de “zombador das leis”, dentre outras várias acusações. Posteriormente, dizia que Chichorro se utilizava do cargo de presidente da província de Pernambuco para ter “*dado ordem para perturbar a eleição em todos os colégios da oposição*”²⁶¹ e, assim, prejudicar os adversários. Ter a garantia que o resultado da eleição lhe fosse favorável era uma tarefa de muita importância nas disputas entre facções da província pernambucana, mesmo que, quando fosse necessário, alterar os resultados finais após o pleito fosse a única alternativa para permanecer no poder.

²⁵⁹ APEJE, *O Nazareno*, n° 20, 13/05/1846.

²⁶⁰ APEJE, *O Nazareno*, n° 20, 13/05/1846, grifo nosso.

²⁶¹ APEJE, *O Nazareno*, n° 25, 18/06/1846, grifo nosso.

Nas páginas de *O Nazareno* ocorria novamente uma apelação para melhores condições das localidades do Norte. Em um artigo chamado de “Urgente necessidades das Províncias do Norte”²⁶², clamava por mais atenção aos territórios que estavam sofrendo pelo abandono dos administradores. Mencionava também que aspectos como corrupção e egoísmo contribuíram para que os habitantes dessas localizações sofressem ainda mais. De fato, por muitas vezes, o império não oferecia as mesmas oportunidades às províncias do norte e do sul. Borges percebia e reconhecia, inclusive, que Pernambuco era uma das mais prejudicadas por essas decisões. A Paraíba, pátria natal de Borges, também era lembrada como uma das várias afetadas. Dizia que estas localidades estavam entregues às facções e que “o governo não vê nas províncias do Norte se não desregramentos”²⁶³.

A ironia também fazia parte do jogo político das palavras na imprensa e Borges da Fonseca, quando via necessidade, fazia o uso delas de forma a alfinetar quem o publicista queria atingir. E, neste contexto, surge o 23 de julho, que foi a data que D. Pedro II fez o seu juramento da constituição, perante a Assembleia Geral, no ano de 1840. Passados seis anos, o “dia da sagração”, como falava Borges, foi esquecido por diversos órgãos, inclusive, pelo próprio presidente de Pernambuco, Chichorro da Gama. O publicista então perguntava se “o nosso povo era essencialmente monarquista”²⁶⁴, pois, a população também não celebrou a data.

O fato do esquecimento, ironizava mais uma vez Borges da Fonseca, era “em verdade *uma prova decisiva do monaquismo dos brasileiros*”²⁶⁵, mostrando, na verdade, que a ideia de um Brasil “apaixonado” pela monarquia não era tão explícita assim. Chamava as comemorações desse evento de “dia esquecido” e “sistematicamente abandonado”. Por fim, alfinetava o *Diario Novo*, que nem mesmo este periódico lembrou do “dia de sua muita excelente monarquia” e finalizou perguntando se até o jornal estava descrente do sistema monárquico brasileiro por não comemorar tal data.

Logicamente, o 23 de julho não deveria e nem teria o mesmo nível de festividades do 7 de setembro, 9 de janeiro (dia do fico) ou até mesmo o 2 de dezembro (nascimento do imperador), mas, por todas as circunstâncias em que D. Pedro II subiu ao trono, o momento que marca a “posse” perante um congresso, ao menos merecia uma lembrança mínima por parte dos apoiadores da monarquia. Cumpre aqui ressaltar que, meses depois, chegou o 2 de dezembro e Borges comentava que era uma hipocrisia a comemoração desse dia, e não era somente por ele

²⁶² APEJE, *O Nazareno*, n° 35, 29/07/1846.

²⁶³ APEJE, *O Nazareno*, n° 62, 18/11/1846.

²⁶⁴ APEJE, *O Nazareno*, n° 36, 30/07/1846.

²⁶⁵ APEJE, *O Nazareno*, n° 36, 30/07/1846, grifo nosso.

ser republicano, mas porque, em sua visão, D. Pedro II era sinônimo de uma “reação contra a democracia” e que estas reações sempre são festejadas pelos reis²⁶⁶.

Nem mesmo sua aparência religiosa e de fé (o publicista era católico) deixava Borges da Fonseca separado dos aspectos republicanos pelo qual ele lutava em seus impressos. Mesmo que fosse preciso bater de frente com o principal líder de sua religião, para Borges, o republicanismo era maior. E foi assim, de maneira “fria”, que o escritor público noticiou a morte do papa Gregório XVI (1765-1846). Para Borges, “graças a Deus” que o “santo padre” havia falecido, já que não possuía qualquer simpatia por ele.

Os motivos? O jornalista enxergava uma ligação entre o líder católico com a monarquia. Explica-se: para Borges, Gregório XVI foi o principal responsável por submeter o povo católico da Irlanda do Norte ao ~~nãos mãos de~~ governo monárquico marcado por “tirania da rainha Victoria da Inglaterra”²⁶⁷. Além do mais, chamava o papa de “tirano” e “assassino”²⁶⁸, acrescentando que a Itália devia comemorar a sua morte por tamanha crueldade durante o seu papado. O publicista também dizia estar torcendo, inclusive, para que o sucessor do papa fosse alguém que não usasse da violência para impor suas vontades e crenças.

Quem também sofria com os ataques de Borges da Fonseca era o líder da facção praieira, Chichorro da Gama. Como poderemos ver no Anexo C, a qual mostra com detalhes, as críticas do publicista, ao ponto de reservar um espaço do jornal só para atacar o político pernambucano. A curiosidade é que, mesmo com milhares de ofensas proferidas por Borges da Fonseca, Chichorro sabia que o publicista possuía uma opinião pública expressiva e que era seguida, em especial, pelas classes mais baixas do Recife oitocentista.

Em novembro de 1846, é importante citar, Borges da Fonseca trazia um boato que circulava por todo o Recife de que Chichorro da Gama seria demitido do cargo de presidente da província, o qual seria ocupado por Costa Pinto²⁶⁹. Entretanto, o próprio reconhece que a mudança não aconteceria (a propósito, Chichorro ficaria no cargo até 26 de abril de 1848, quando seria substituído pelo político do Partido Conservador Vicente Pires da Mota). O publicista também comentava que havia tido conhecimento que a presidência da província tinha sido oferecida a Pedro de Araújo Lima, o Visconde de Olinda, mas que este se recusou imediatamente a assumir tal posto.

²⁶⁶ APEJE, *O Nazareno*, n° 66, 02/12/1846.

²⁶⁷ APEJE, *O Nazareno*, n° 37, 03/08/1846.

²⁶⁸ APEJE, *O Nazareno*, n° 37, 03/08/1846, grifo nosso.

²⁶⁹ APEJE, *O Nazareno*, n° 64, 27/11/1846.

Desse modo, pontuava Borges da Fonseca que Pernambuco e os pernambucanos estavam “condenados a *sofrer a ditadura do sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama*”²⁷⁰. Além do mais, continuava a detonar a monarquia e a corte imperial, ao afirmar que eles queriam “*esgotar nossa paciência e levar-nos a um ato extremo*, porque a corte está desejava de um movimento qualquer para distrair o sentimento público, a fim [de] não pensarmos na acerbidade de nossos males”²⁷¹. Pontuava também que achava incrível que não havia uma pessoa para presidir a província de Pernambuco.

Nem mesmo quando Chichorro da Gama, aparentemente, acompanhava os “passos” de Borges da Fonseca, o publicista deixava de alfinetá-lo. Em dezembro de 1846, por exemplo, Borges noticiava que o presidente da província de Pernambuco havia ido ao teatro. De certa maneira, parecia estranho, já que, segundo o publicista, Chichorro só ia a eventos desse porte quando o objetivo era para o próprio ou a sua comitiva receber aplausos e felicitações. Entretanto, o foco da peça não era esse. Aliás, passava muito longe disso. Na verdade, depois de pesquisas do próprio Borges, o tema central do espetáculo era uma homenagem ao presidente da república dos Estados Unidos da época, que estava fazendo aniversário, o democrata James Knox Polk (1795-1849), que governou o país entre 1845 e 1849, deixando o cargo três meses antes do seu falecimento.

Borges da Fonseca lembrou também que, ao fim do evento, “o Dr. Barros Falcão [fez] uma Ode dedicada a aquele presidente, o Chichorro levantou-se e lhe dirigiu uma inclinação de cabeça, testemunhando assim, e de um modo não equívoco, *o prazer de que se possuía pelas ideias puramente democráticas*”²⁷². O conteúdo da peça, inclusive, apresentava conotações contra a monarquia e a favor da república, o que, para Borges, soava como um enorme estranhamento.

Questionava, inclusive, se Chichorro estaria pensando em jogar dos dois lados: em um lado da moeda, ser monarquista e companheiro do imperador e, quando este não tivesse, aparentar ser republicano. Emoções a parte, é de uma estranheza, de fato, a participação de um líder provincial, empossado por um monarca, em um evento em que o tema fosse, em partes, o republicanismo. Como curiosidade, o título deste artigo levava um nome provocativo, chamado de “Que Escândalo!”.

Chamou a atenção do autor desta pesquisa aqui realizada a utilização de uma ortografia feita pelo publicista Borges da Fonseca. Quando era para menosprezar ou apontar críticas, seja

²⁷⁰ APEJE, *O Nazareno*, n° 64, 27/11/1846, grifo nosso.

²⁷¹ APEJE, *O Nazareno*, n° 64, 27/11/1846, grifo nosso.

²⁷² APEJE, *O Nazareno*, n° 68, 11/12/1846, grifo nosso.

a Chichorro ou ao seu mandato de presidente, o publicista sempre utilizou a grafia “Xixorro”. Entretanto, nesta em específico, em que o político ia assistir uma peça cuja temática era uma homenagem a um presidente republicano, Borges utiliza a grafia “Chichorro”. Inicialmente, pensávamos que quando utilizava “Xixorro da Gama” seria a ortografia da época, mas, agora, abre-se margem para o seguinte questionamento: quando era para criticar ele utilizaria “Xixorro”, de forma um pouco pejorativa, e quando fosse para elogiar, ainda que, indiretamente, utilizaria “Chichorro”? O fato é que, números depois, ao novamente criticar o político praieiro, Borges voltou a utilizar a ortografia “Xixorro”²⁷³.

Da classe política, não era somente o membro praieiro que era constantemente atacado na imprensa. Borges da Fonseca também dizia que não tinha nenhuma esperança no ministério que estava em vigor (composto pelo Partido Liberal), pois este, assim como os antecessores, estavam subordinados ao imperador. Por fim, manda um recado em direção ao povo: “É tempo de armas! Antes morrer do que ser escravo de meia dúzia de tratantes, que dominam o país! Vença o povo, vença a democracia e para isso brindemos uníssonos – viva a *Confederação do Equador*, viva a *Independência do Norte*”²⁷⁴. Como percebemos, as lutas de Borges eram sempre direcionadas ao povo, sempre também, nunca esquecendo de ressaltar, de lembrar do glorioso passado pernambucano, dos Canecas, dos Baratas, dos Romas e de tantos outros, sendo aqui representados pela alusão ao movimento republicano de 1824.

Na última edição de 1846, Borges trazia o edital das eleições para senador que iria ocorrer no ano seguinte. Isso, aliás, como mencionado pelo próprio publicista, foi um pedido dos assinantes do jornal, para que pudessem ficar atentos a todas as normas e regras. Dizia ele, em um artigo chamado “aos assinantes” que *O Nazareno* “era a única folha nesta cidade [Recife], e em todo o império, que findou o ano sem ter sequer um subscritor de quem se queixe”²⁷⁵.

Isso era uma provocação explícita, inclusive, aos seus dois grandes desafetos, o *Diario de Pernambuco* e o *Diario Novo*. Em sua tradicional retrospectiva de fim de ano, ele chamou

²⁷³ Nessa parte, inclusive, Borges da Fonseca diz que Chichorro acusa de alguém, com interesses políticos, estar financiando o jornal *O Nazareno*, bem como as suas publicações. Borges, enfaticamente, nega qualquer acusação. Além do mais, alfinetava o político praieiro, ao dizer que este era um dos “muitos enganos” que o presidente da província de Pernambuco tinha em sua vida política. APEJE, *O Nazareno*, nº 68, 11/12/1846.

²⁷⁴ APEJE, *O Nazareno*, nº 64, 27/11/1846, grifo nosso.

²⁷⁵ APEJE, *O Nazareno*, nº 70, 21/12/1846. Pela numeração, não era a última edição de *O Nazareno* no ano, isso porque, no mesmo dia, ele publicou uma versão tradicional com as notícias e opiniões, sendo esta de número 70, ocupada majoritariamente pelo edital das eleições. Nascimento acabou se equivocando ao dizer que a edição foi em 24/12, já que este *O Nazareno*, nas últimas semanas daquele ano, estava sendo publicado uma edição na quinta-feira e outra na segunda. NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 55.

1846 de “ano maldito, este ano pior que o seu predecessor, este ano dos desgovernos”²⁷⁶. Isso porque o publicista lembrava que o novo ministério não resolveria os velhos problemas. Ainda aproveitava para atacar D. Pedro II, ao dizer que, quando subiu ao trono, o Brasil era governado por uma “facção imoralíssima”, sendo a figura monárquica o líder de tal organização. Borges falava, inclusive, que sonhava com uma “república americana” para o país e que ele próprio (Borges da Fonseca) poderia ser o chefe dela²⁷⁷.

Como já falado anteriormente, infelizmente, os anos de 1847 e 1848 não puderam ser consultados. Ainda assim, procuramos autores que trabalharam com o publicista e que tiveram acesso à folha original destes respectivos anos. Iniciamos por Nascimento que, em sua obra, abordou não só *O Nazareno*, como vários importantes jornais desta época. O autor lembra que em 1847, no dia 22 de janeiro, o jornal voltou ao seu funcionamento depois das férias.

De acordo com Nascimento, *O Nazareno* voltava “com maior formato (35x25), de três colunas a 16 ciceros²⁷⁸, divulgando cada vez mais extensos editoriais políticos, além da transcrição de matérias dos jornais de províncias vizinhas”. O autor lembra da perseguição do publicista aos estrangeiros, principalmente aos ingleses e portugueses, pelas razões já explicada aqui²⁷⁹. Nele, Borges da Fonseca reproduzia vários dos seus discursos de anos anteriores mencionados anteriormente, sendo o principal, atacar a monarquia. Para o publicista, a monarquia do Brasil, embora já se passasse mais de 24 anos de sua implantação, foi marcada por anos cobertos “de *decepções e enganosa*”, de épocas “na prostituição e na infância”²⁸⁰ e que, embora desde 1822 estivesse sob este regime político, nada havia mudado. Falava também que no país não havia “administração nem política”²⁸¹.

Ainda neste editorial, pedia aos deuses do mundo que 1847 fosse de mudanças e “que seja ele próspera, que nele o povo compreenda sua missão e a América realize sua confederação geral, ou ao menos se de princípio ao seu estabelecimento. Tais são os nossos votos, e por nossa parte tudo empreendemos para os vermos realizado”²⁸². Aqui é oportuno lembrar o ideal que Borges da Fonseca seguia, uma espécie de “América para os americanos”, no sentido de que o regime republicano era característico do “Novo Mundo”, enquanto a monarquia era o governo dos tiranos e feito exclusivamente para os europeus.

²⁷⁶ APEJE, *O Nazareno*, nº 71, 21/12/1846, grifo nosso.

²⁷⁷ APEJE, *O Nazareno*, nº 71, 21/12/1846.

²⁷⁸ Cícero é uma unidade de medida tipográfica. Para mais informações, ver: ARTUR, Ricardo. Medidas tipográficas. Disponível em: <https://ricardoartur.com.br/1001/2012/04/medidas-tipograficas/>.

²⁷⁹ NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 56.

²⁸⁰ *O Nazareno*, nº 01, 22/01/1847. In: NASCIMENTO, op. cit., 1966, pp. 55-56, grifo nosso.

²⁸¹ Ibidem, p. 56.

²⁸² Ibidem, p. 56, grifo nosso.

Após perseguições e ficar um longo período preso na cadeia do Recife no ano de 1847, Borges da Fonseca voltava a editar o seu jornal em 1848. A data da primeira edição dessa nova época? 6 de março. Era um dia perfeito para voltar com todas as forças a sua folha política, como também, de certa forma, rememorar e vangloriar os feitos da república implantada na Revolução Pernambucana, naquela mesma data, no ano de 1817. Neste manifesto, pontuava que o periódico continuava em suas lutas, “a advogar a causa da república federativa”²⁸³. Como bem recordou Nascimento, Borges também enviou recados a polícia do Recife²⁸⁴, que estava acostumada a invadir e roubar equipamentos das tipografias tidas como “exaltadas” ou que não priorizavam a calmaria.

Na edição de 12 de abril de 1848, ainda marcada por uma defesa do sistema republicano, Borges publicou um soneto, que não constava autoria e nem assinatura, exaltando a república: “República exige o Novo Mundo; República fará nossa ventura; República não quer Pedro Segundo”²⁸⁵. Borges, durante os anos da década de 1840 demonstrava que não tinha fé e esperanças na monarquia brasileira, nem nos mistérios e, muito menos, no imperador. Em 22 de maio daquele ano pontuava que nada de “Praia Velha”²⁸⁶. Nada de Praia Nova²⁸⁷. Nada de Saquarema²⁸⁸. *O povo quer um governo regular, que mantenha a liberdade, a igualdade*²⁸⁹. E, obviamente, todos esses aspectos e desejos, em sua visão, só poderiam ser alcançados pelo Brasil e pelos habitantes deste país quando estes conclamassem a república.

Ainda em abril do mesmo ano, preso no Fortaleza do Brum, umas das prisões mais aterrorizantes da época (visão compartilhada por vários autores, dentre eles, Rosas e Santos), Borges não deixou de lado suas discussões políticas. Santos lembra do uso de termos como república e federalismo, em que, para Borges, era motivo de um “alcance social” de forma significativa.

²⁸³ *O Nazareno*, nº 01, 06/03/1848. In: NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 60.

²⁸⁴ *Ibidem*, pp. 60-61.

²⁸⁵ *O Nazareno*, 12/04/1848. In: NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 62.

²⁸⁶ A Praia Velha foi o precursor deste termo, era a primeira versão deste partido. Ele era composto por várias figuras de destaque, sendo alguns deles da mesma família, os Cavalcanti de Albuquerque. CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado*: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2011, p. 15.

²⁸⁷ A Praia Nova foi uma dissidência dos liberais pernambucanos, que eram odiados pela pelo Partido da Praia, chamado, justamente, de “Praia Velha”. Entre esse grupo que mudou de um lado para o outro estão os irmãos Machado Rios, responsáveis, por exemplo, pelo evento que ficou conhecido como “Carneiradas”. MARSON, Isabel Andrade. *O império do progresso*: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo. Ed. Brasiliense, 1987, p. 352.

²⁸⁸ Saquarema era a versão da facção regional do Partido Conservador do Rio de Janeiro. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 182.

²⁸⁹ *O Nazareno*, 22/05/1848. In: NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 62, grifo nosso.

Borges da Fonseca também tinha o hábito de enviar recados aos seus “algozes velhos e novos”, dizendo que a província e o país não podiam continuar vivendo naquela situação. Falava também que seus rivais tinham que reconhecer que o Brasil precisava proclamar uma república naquele momento e não poderiam ser de qualquer jeito, “*não uma república oligárquica, mas uma república popular, na qual todos tenham parte*”. Ainda lembrava dos europeus, em que os países que adotaram o modelo republicano estavam em melhores condições que a brasileira: “Bem estamos vendo como a Europa *ao complemento da verdadeira liberdade social*, da verdadeira igualdade, e é isto o que não querem os facciosos brasileiros”²⁹⁰.

Embora não tenha sido essa preocupação que os militares de 1889 tiveram ao proclamar a república, Borges da Fonseca se importava, e muito, com a forma e a maneira de como a República seria implementada em nosso país. Falava que existia “espertalhões que, falando em nome da República, querem uma oligarquia, onde, *só governem os brancos* e daí vem a guerra que nos fazem”²⁹¹. Este projeto, ironicamente e infelizmente, acabou sendo o ocorrido em 1889. O fato é que Borges dizia para o povo “não se iludir” justamente por conta destes “espertalhões”, já que para ele, “a liberdade deve ser conquistada para todos”²⁹². Por fim, dizia que “a República é para garantir os direitos de todos, portanto ninguém suponha que pode ser mais que outros – os direitos são iguais – todos nós somos irmãos”.

Estes aspectos de igualdade, liberdade e fraternidade, que envolvessem todo o povo, foi uma característica discursiva de Borges da Fonseca durante a sua vida política, bem como em sua participação na Insurreição Praieira, que iniciaria em novembro daquele mesmo ano, em 1848. Tais ideais eram uma referência explícita aos participantes da Revolução Francesa. O jornal estava, então, chegando perto do seu fim. Segundo Nascimento, *O Nazareno* estava “por um fio” (provavelmente por tantas perseguições ao seu redator) e o último exemplar desta folha foi publicado na edição de número 81, em 23 de junho de 1848²⁹³.

Este capítulo presenciou uma grande faceta de Borges da Fonseca em seu jornal *O Nazareno*. Foi a folha que ele mais editou, de forma consecutiva, em seus mais de quarenta anos de atividade na imprensa, seja em Pernambuco, seja no Rio de Janeiro. Presenciamos aqui um duelo especial entre Borges da Fonseca e Chichorro da Gama, a disputa entre um escritor,

²⁹⁰ *O Nazareno*, 28/04/1848. In: SANTOS, op. cit., 1994, pp. 86-87, grifos do autor.

²⁹¹ *O Nazareno*, 28/04/1848. In: SANTOS, op. cit., 1994, p. 143, grifos do autor.

²⁹² *O Nazareno*, 28/04/1848. In: SANTOS, op. cit., 1994, pp. 143.

²⁹³ NASCIMENTO, op. cit., 1966, p. 63.

(que, com seus discursos, tentava dialogar com um público que, no geral, era esquecido pelos governantes), contra um político, mas não era um membro qualquer, era o presidente de uma das províncias mais importantes nos rumos políticos do Brasil Império, como foi Pernambuco. Seu apreço pela república, representava um sonho, um desejo de ver o país livre dos déspotas e dos abusos, em um sistema federal, republicano, tal qual os Estados Unidos ensinaram ao mundo em 1776. As ideias francesas também circulavam e ficaram nítidas o quanto Borges era atentado em vários filósofos e pensadores do iluminismo. Não podemos e não cabe aqui afirmar que Borges da Fonseca foi o maior publicista de sua época, mas, com muita probabilidade, reconhecemos que seu papel de oposição a um ministério, a um governo provincial e, principalmente, a um imperador, fazia dele um personagem singular nos rumos das histórias políticas e da imprensa brasileira.

4 OS VENTOS POLÍTICOS APÓS UMA INSURREIÇÃO: BORGES DA FONSECA ENTRE A REVOLUÇÃO DE NOVEMBRO E O REPUBLICANO

Não há nada mais glorioso do que a revolução de novembro, em que um estandarte de redenção santificou o sangue que correu; se o triunfo ainda não apareceu, ele surgirá mais brilhante. Não se desvaire, pois, o povo; compreenda a situação do Brasil, a sua situação; não se manche em atos impuros, arrastado por suas paixões. Ponha-se firme, na expectativa, que chegará o dia do salvamento com o triunfo da bandeira redentora, com o triunfo da Constituinte²⁹⁴

A imprensa liberal após a Praieira precisava continuar. O saldo, obviamente, não era dos melhores: várias lideranças presas, aquelas que tinham um olhar voltado a ideais republicanos sendo perseguidos ainda mais e uma repressão maior tanto do império quanto das autoridades provinciais a respeito das atividades produzidas na imprensa. Em *A Revolução do Novembro*, Borges chegou a dizer, inclusive, que o Império queria fechar a imprensa e impedir a liberdade de expressão. O redator defendia que “a inteligência e a palavra, a dupla faculdade de pensar e de exprimir o pensamento” era o dom “mais distinto e nobre” que os seres poderiam alcançar²⁹⁵.

Durante o Império, depois da extinção a ferro e fogo de grandes convulsões sociais como insurreições e revoluções (quando os implicados, os ditos rebeldes, já estavam devidamente presos e condenados), acontecia um movimento contrário, que partia das elites políticas e do Poder Real de promover a conciliação. Esse gesto vinha também com tons de anistia, de perdão real, quando o monarca perdoava os envolvidos (logicamente aqueles que não haviam sofrido pena de morte no calor dos primeiros momentos da repressão). Foi assim, por exemplo, com a graça concedida por D. João VI aos participantes de 1817 e por D. Pedro I aos implicados na Confederação do Equador, em 1824. Anos após a Insurreição Praieira, mais precisamente em julho de 1852, D. Pedro II decretou o indulto aos condenados do movimento praieiro. Entretanto, uma figura ficou de fora: o próprio Borges da Fonseca. Santos lembrou que isso levou a fúria do publicista, que se sentiu ainda mais perseguido. Seu perdão, aliás, só foi aceito em agosto do mesmo ano, e nem foi pelo Imperador, mas sim pelo ex-presidente da

²⁹⁴ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850.

²⁹⁵ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 10, 05/11/1850. Uma curiosidade é que, um dia depois, em 06 de novembro de 1850, completou dois anos do início da Insurreição Praieira.

província de Pernambuco e que na época era o Ministro da Justiça, José Ildefonso de Sousa Ramos²⁹⁶. Pode-se supor, talvez, que o Imperador tivesse uma antipatia particular pelo escritor republicano. Isso será abordado nas considerações finais desta dissertação.

Diante disso, podemos perceber que a Praieira sendo o último grande evento interno e que tenha causado uma certa preocupação do Governo Imperial. Desse modo, o último capítulo desta dissertação busca apresentar como o movimento insurrecional agitou as bases políticas da província de Pernambuco, bem como na imprensa. Assim, no item 4.1 abordaremos o debate republicano que foi discutido na Praieira, principalmente, a partir da voz de Borges da Fonseca. Além do mais, consultando obras e fontes do evento em questão, entenderemos qual era a real importância e impacto que o publicista paraibano deteve nos acontecimentos de 1848 em diante.

No tópico 4.2 abordaremos as discussões políticas em torno do jornal *A Revolução de Novembro*. Nele, Borges conviveu, inicialmente, com a pena imposta pela sua participação no movimento praieiro e, após sua libertação, utilizou do impresso para manifestar opiniões a respeito do movimento, a sua entrada nele, bem como corroborar com as bandeiras que ele próprio levou adiante desde o estopim de novembro de 1848 até a época em questão. Por fim, no item 4.3, Borges da Fonseca voltou ao Rio de Janeiro para refundar o seu jornal mais famoso, *O Republico*. Nele, mudanças e semelhanças perpetuaram em seus discursos em relação a aquela primeira versão dos anos 1830 e 1831. Se naquele período, o grande “rival” era D. Pedro I, na década de 1850, passou a ser o segundo imperador brasileiro, além de outras figuras políticas importantes como Honório Leão, os senadores e também os rivais políticos da imprensa, como o jornal *Velho Brasil*.

4.1 Borges da Fonseca e as discussões sobre os eventos de 1848

Diferentemente dos acontecimentos de 1817 e 1824 em que havia um duelo de oposições de regimes políticos pautados em Monarquia e República, a Insurreição Praieira, em sua essência, não houve essa dicotomia, isso porque as duas facções políticas que estiveram envolvidas nas batalhas defendiam o modelo monárquico para o país. Obviamente, havia algumas exceções e entre elas destacamos a figura de Borges da Fonseca e a sua relevante participação nos acontecimentos da Praieira.

Um dos grandes símbolos da participação de Borges, bem como da Praieira, no geral, foi a publicação do *Manifesto ao Mundo*, em Janeiro de 1849. Em dezembro de 1868, Borges da

²⁹⁶ SANTOS, op. cit., 1994, p. 257.

Fonseca publicou, na íntegra, no seu jornal *O Tribuno*, o documento que trouxe os artigos mais detalhados sobre aquele *Manifesto*²⁹⁷. Inicialmente, seria aberto uma nova Assembleia Constituinte, que, com as mudanças, adotaria as seguintes medidas: 1 – O voto livre e universal do povo brasileiro; 2 - A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa; 3 - O trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros; 4 - O comércio a retalho só para os cidadãos brasileiros; 5 - A inteira e efetiva independência dos Poderes Constituídos; 6 - A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar; 7 - O elemento federal na nova organização; 8 - Completa reforma do Poder Judicial, em ordem a assegurar as garantias dos direitos individuais dos cidadãos; 9 - Extinção da Lei do Juro Convencional; 10 - Extinção do atual sistema de recrutamento²⁹⁸. A publicação também trouxe os membros que assinaram aquele documento em janeiro de 1849: Manuel Pereira de Moraes; João Inácio Ribeiro Roma; Henrique Pereira de Lucena; João Paulo Ferreira; Leandro Cesar Paes Barreto; João Batista do Amaral e Melo, além do próprio Antonio Borges da Fonseca. De acordo com o publicista paraibano, o manifesto levantou “a bandeira constituinte como meio de obste-se imediatamente a *nacionalização do comércio* e a reforma da constituição, e dessas leis de sangue que se haviam decretado no interesse do imperialismo, e parar de uma vez submeter o Brasil ao predomínio português”²⁹⁹.

Vamireh Chacon lembrou que Borges da Fonseca “tinha uma imã para atrair o ódio dos adversários e até dos aliados”³⁰⁰, o que pode ter sido representado por muitas de suas ideias em combates do movimento terem sido rejeitadas. Chacon também destacou a relevância de Borges nos eventos que ficaram conhecidos como “mata-marinheiros”, em que, em um deles, nem mesmo quando o publicista estava preso, deixou de influenciar para que as outras pessoas participassem desses atos que, dentre vários acontecimentos, incentivou “a multidão para incendiar as casas dos portugueses”³⁰¹. Outro autor que pontuou esse poder de mobilização foi Marcus Carvalho, destacando a “passeata dos cinco mil”, como ficou conhecida. Para Carvalho, “sua popularidade [de Borges da Fonseca] entre os *artistas mecânicos* da província era reconhecida até por seus adversários”³⁰².

²⁹⁷ Agradeço ao prof. Ms. Paulo Montini de Assis Souza Júnior pela indicação do número do jornal para a consulta.

²⁹⁸ CEPE, *O Tribuno*, nº 65, 03/12/1868.

²⁹⁹ FONSECA, Antônio Borges da. **Manifesto Político**: apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo. Recife: Tipografia Comercial de G. H. de Mira, 1867, pp. 18-19, grifos do autor.

³⁰⁰ CHACON, Vamireh. *O Agitador de 48*. In: _____. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 192.

³⁰¹ Ibidem, p. 193.

³⁰² CARVALHO, Marcus J. M. *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 23, nº 45, pp. 209-238, 2003, p. 216, grifos do autor.

Esses mata-marinheiros, aliás, como pontuou Câmara, resultava “na elaboração de um documento por parte de algumas lideranças populares”³⁰³ que visava, justamente, em áreas que, na visão destas pessoas, os portugueses detinham privilégios e monopólios, como o comércio do retalho. O autor usa o termo “populaça” para designar aquelas pessoas que eram incentivadas a partir de tais manifestações³⁰⁴. Em um contexto pouco antes do início da Insurreição Praieira, Borges da Fonseca foi classificado por Câmara como parte de uma “imprensa de posição independente que assumia a defesa das camadas livres marginalizadas politicamente”³⁰⁵. O fato é que esse poder mobilizador era fruto de anseios de indignações que foram se acumulando ao longo do tempo, principalmente no Recife oitocentista. É bom lembrar também que, apesar da pouca ou nenhuma escolaridade de muitos desses manifestantes, não podemos observar o grupo como uma “massa de manobra”, mas sim uma parcela significativa que sentia os impactos políticos, sociais e econômicos que várias decisões vindas da Corte ou da própria província do Recife que os afetavam direta e indiretamente. A figura de um Borges da Fonseca, por vezes, talvez fosse o elemento que faltava para convencer cidadãos que não acreditavam que tais protestos pudessem resultar em alguma melhoria significativa na vida deles próprios.

O general Mello Rego também foi outro personagem que destacou o poder que as forças rebeldes detinham durante o início dos acontecimentos. A figura de Borges da Fonseca como uma das peças centrais foi também ressaltada. De acordo com o general, Borges da Fonseca procurou os deputados na disputa por essa causa, já que, em sua visão, aquela revolta “sem proclamar uma ideia política que lhe servisse de bandeira, não passaria de um movimento faccioso e mesquinho com a única mira no poder; que essa bandeira devia ser a convocação de uma constituinte, que realizasse reformas radicais, sem as quais não haveria pátria livre”³⁰⁶. Essas “reformas radicais”, aliás, não eram algo anônimo ou que circulou apenas no contexto praieiro; O próprio publicista, ao fazer uma publicação em seu jornal de uma carta para o imperador D. Pedro II, já havia falado sobre essa necessidade para o país. Essas decisões, importante ressaltar, uma boa parte não eram bem-vistas pela comunidade dos praieiros. O próprio Borges argumentou que “Não fui eu que sacrificou a revolução e sim a praia; se a mim só coubesse a direção a vitória teria sido nossa”³⁰⁷.

³⁰³ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial**: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p. 93.

³⁰⁴ Ibidem, p. 118.

³⁰⁵ Ibidem, p. 136.

³⁰⁶ REGO, Mello. **Rebelião Praieira**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1899, pp. 22-23.

³⁰⁷ FONSECA, Antônio Borges da. **Manifesto Político**: apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo. Recife: Tipografia Comercial de G. H. de Mira, 1867, p. 20.

Desse modo, embora Borges tivesse muitos aspectos contrários tanto a facção guabiru, quanto a dos praieiros, ele se viu na necessidade de participar do movimento revolucionário ao lado dos últimos e, embora algumas de suas ideias não tivessem sido levadas a sério (talvez muito por conta do medo dos participantes do que a causa que Borges defendia poderia levar), podemos dizer que seu envolvimento foi decisivo para os desdobramentos do movimento. Isso também ocorreu com a sua prisão, vista como uma forma de “pacificação da província”³⁰⁸ assim que ela fosse concretizada. Borges, a propósito, cumpre aqui destacar, ficou mencionado como “Chefe dos republicanos”³⁰⁹ nos anais da devassa.

4.2 O retorno à imprensa depois do movimento revolucionário: Borges da Fonseca nos escritos do jornal *A Revolução de Novembro*

A Insurreição Praieira, como já mencionado aqui em várias ocasiões, foi uma guerra armada entre gabirus e liberais; De um lado, os que se diziam conservadores e do outro, os que alegavam ser liberais. Embora tradicionalmente fosse essa mesma a divisão entre as duas facções, na prática, ambas tinham ideais muito próximos: não queriam mudanças profundas no regime (como o fim da escravidão), separatismo ou até mesmo a queda da monarquia. O que as facções queriam, na verdade, eram ter um controle maior na província sobre o outro, poder perseguir o oponente e ditar as regras desse jogo político tão insano. Pernambuco, copiando as palavras do *Diario de Pernambuco*, ainda datado de 1829, era, de fato, “o país das devassas”³¹⁰. Dito isto tudo e como foi perceptível no capítulo anterior, pode ser complexo entender o porquê Borges da Fonseca entrou neste movimento. Santos lembrou que Borges era “o principal líder das massas recifenses”³¹¹, então, neste caso, o lado ou partido o qual ele decidisse lutar teria, de certa, uma importante influência nas camadas mais populares do Recife. Apesar de aqui ser uma visão ufanista, o poder de mobilização de Borges era, na maioria das vezes, bastante expressivo, vide vários movimentos que o próprio participou, como os mata-marinheiros, os protestos contra D. Pedro I, ainda em 1831, e tantos outros ocorridos durante o Período Regencial.

Sabemos que revoluções, confederações, motins, enfim, tudo que fizesse pegar em armas contra o governo, chamava a atenção do publicista. Mas, aqui, tudo era diferente. Nenhum dos dois lados queriam, por exemplo, a implantação da república (um sonho antigo de

³⁰⁸ REGO, op. cit., p. 393.

³⁰⁹ Ibidem, p. 394.

³¹⁰ BND, *Diario de Pernambuco*, nº 40, 19/02/1829.

³¹¹ SANTOS, op. cit., 1994, p. 159.

Borges), tal qual foi em 1817 e 1824, ou mesmo queria um separatismo como tantas vezes ele pregou uma ruptura entre as províncias do Norte e do Sul. E se formos falar da escravidão, a situação nada muda, pois nenhuma das duas facções desejavam o fim dela, afinal, de um lado ou de outro, havia proprietários de escravos e pessoas que lucraram muito com a compra e venda de cativos.

Então, neste sentido, o que levou Borges da Fonseca a participar? É guiado nesta pergunta que buscaremos entender nesta seção. Vale lembrar que essa folha, inclusive, dita pelo próprio Borges da Fonseca, ainda preso em Fernando de Noronha, traria a(s) justificativa(s) dos seus atos. Segundo Nascimento, nesse contexto inicial, a versão oficial do jornal era de autoria de Afonso de Albuquerque Melo³¹², mas, novamente salientando, os jornais e os artigos contidos neles deixaram marcas do próprio Borges da Fonseca, inclusive, alguns artigos, ele próprio assinou, sem precisar usar um pseudônimo.

O primeiro número desta folha saiu em uma segunda-feira, na data de 19 de agosto de 1850. O preço, novamente falando dele, dizia que custaria 2\$000 reis, por um combinado de 25 números, o que daria exatamente 80 reis por exemplar. Levando em consideração que os últimos números de *O Nazareno*, em 1846, ou seja, quatro anos antes, custaram os mesmos 80 reis, constatamos que o preço foi mantido, ignorando aspectos como, por exemplo, a inflação e a correção monetária. Muito provavelmente o preço não sofreu alterações para não pesar no bolso das camadas populares, que era o seu principal grupo consumidor de suas ideias políticas. Novamente relacionando a comida e consumo, assim como no capítulo anterior, o preço do jornal com 15 números era menor do que, por exemplo, a farinha “de boa qualidade, uma saca” noticiada por Gilberto Freyre, que custava 2\$500 reis³¹³.

Algo que também chama bastante atenção, não só no primeiro número como nos demais, é o espaço reservado à parte de cima da primeira folha do jornal. Assim, os elementos são compostos de uma xilogravura, contendo um catafalco, uma cobra e, nela, em sua cauda, a frase “O Brasil não é dos brasileiros”. Além disso, constava também um braço cortado que segurava uma bandeira que continha a palavra “Constituinte”. Outro elemento é uma fita que, em sua volta, apresentava os dizeres “O Brasil devia ser dos brasileiros”.

³¹² NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 333. Infelizmente, Nascimento acabou ignorando os anos de 1851 e 1852 deste impresso. Nem mesmo no volume seguinte, *Periódicos do Recife, 1851 – 1875*, não há qualquer menção ao jornal *A Revolução de Novembro*. Ver: NASCIMENTO, Luiz do. **Periódicos do Recife, 1851 – 1875**. Vol. V. Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1970.

³¹³ FREYRE, Gilberto. **O velho Félix e suas “Memórias de um Cavalcanti”**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989, p. 132.

Por fim, ainda consta um livro aberto sob o nome de “A Constituição do Império”. Nascimento diz que o artigo na xilogravura é o 36 § 4. Entretanto, consultando a Constituição de 1824, ao localizarmos o artigo 36, que fala sobre competências de iniciativas da Câmara dos Deputados, mas, em nenhum momento, aparece o § 4³¹⁴. Como poderemos ver na imagem a seguir, o que a ilustração nos mostra é a expressão “ART 3” que, neste caso, estaria se referindo ao terceiro artigo que fala sobre o sistema governamental do Brasil: “O seu Governo é Monárquico Hereditário, Constitucional e Representativo”³¹⁵.

Figura 3 - Xilogravura do primeiro número do jornal *A Revolução de Novembro*



FONTE: BND, *A Revolução de Novembro*, nº 01, 19/08/1850.

Neste impresso, o primeiro artigo tinha como título “A Revolução”, o que demonstraria as causas daquele jornal. De início, faz uma analogia entre o nascimento do mundo e o homem. O redator diz que o homem, a partir do momento que decide não ser mais dependente de alguém, buscando pela sua liberdade e independência, tentando ter o domínio sobre a sua inteligência, até chegar a sua emancipação, por completo precisaria passar por desafios. E, dentre eles, se refere ao “esforço” e “oposição aos seus tutores”³¹⁶. Lembrava também que em tempos anteriores, as sociedades começaram a aceitar serem governadas por pessoas que se diziam

³¹⁴ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 333.

³¹⁵ BRASIL. Constituição (1824). **Título 1º - Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia e Religião**, Art. 03. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

³¹⁶ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850.

“revestidas da majestade de Deus” e que o questionamento a isso era impróprio. Além do mais, apontava que o tempo das luzes havia chegado e que as “sociedades democráticas”, pela sua organização, “manifestavam o andamento das *luzes*”³¹⁷.

A ideia de um rei (ou reis) se construindo como um poder absolutista também foi palco concreto nas discussões deste artigo. Para o redator, “desde que as luzes, desde que a revolução está feita nos espíritos, sucedeu-lhe a revolução nas coisas”, complementando que “desde que os povos por suas luzes se habilitaram para substituir-se a uma parte da tirania dos reis, a luta devia aparecer”³¹⁸. Assim, uma revolta, revolução, insurreição, entre outras denominações, estariam justificadas se fossem para fazer oposição a um poder tirano dos monarcas existentes. Em relação a ideia de denominação do que foi esse movimento, o jornal *A Revolução de Novembro* chama-o de “Revolução de 48” e que a Coroa, em uma tentativa de diminuir a importância dos acontecimentos, dizia que foi uma “revolta” e um “movimento anárquico”³¹⁹. Alegava também que essa depreciação não foi somente com eles, mas com todas as revoluções que aconteceram no Brasil e no exterior.

A crítica à monarquia e ao poder absoluto era usada para explicar a ausência de desenvolvimento econômico e social em uma determinada localidade ou região. Neste caso, ele se referia ao Brasil da época, uma nação inteira. Dizia, por exemplo, que “o partido regressista, saquarema ou lusitano, vai, pois, *sempre caminhando ou levando o país para o regresso*”³²⁰. Novamente, podemos perceber que o antilusitanismo estava fortificado. Complementava dizendo que quando políticos dessas representações estavam no poder criavam leis e artimanhas para ter os brasileiros sob o “jugo do despotismo legal”³²¹, tirando quaisquer resquícios de liberdade de pensamento que eles tivessem.

Ainda na primeira edição, em um artigo, agora sim, mais relacionado a Insurreição Praieira e a situação da província e da nação do período em questão, Borges apontou que a população estava “na hora terrível da agonia”, que era preciso mudanças profundas para se levantar “das ruínas”. Dizia que a sociedade brasileira, naquele momento, era um “podre edifício” e que ela estava subjugada perante os abismos que o país estava imerso. Novamente, a bandeira da Assembleia Constituinte era erguida, uma luta a qual já batalhava desde o início dos anos de 1840, como foi abordado no capítulo anterior. “Se o poder, prestes a cair nas ruínas

³¹⁷ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 01, 19/08/1850, grifo nosso.

³¹⁸ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 01, 19/08/1850.

³¹⁹ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 04, 29/09/1850.

³²⁰ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 04, 29/09/1850, grifo nosso.

³²¹ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 04, 29/09/1850.

infernais, esforça-se em arrastar consigo o Brasil”³²², apontava o escrito, dizendo que o povo precisava tomar atitudes, usar de sua inteligência para não permitir que arbitrariedades acontecessem com a própria população, que seria a mais atingida. Em um dos números, importante ressaltar, Borges dizia que “o povo é tudo”, e, em contrapartida, “o governo [é] nada”, assim, em suas palavras, “o povo é soberano”³²³.

Falava ainda que o povo havia perdido o poder que é dele próprio, “um poder que nos tem perdido”, além de que os governantes “só têm dado provas de *imbecilidades*, de *vaidade* e de *estupidez*”³²⁴. Apontou que a influência dos portugueses no Brasil estava a todo vapor, em todas as esferas, que “essa gente” nunca visou o bem do país e que os brasileiros eram “estrangeiros em nossa própria terra”. Desse modo, podemos perceber que assim como foi em *O Nazareno*, o antilusitanismo também iria dar as cartas nesta nova folha. É preciso ressaltar também que a aversão ao português atingia outros meios, não sendo, especificamente, direcionado a estes que estavam no comércio a retalho. Um dos exemplos é quando o jornal falou sobre o comércio de cabotagem. Assim, dizia que este “como tudo o que contém o nome de brasileiro, não é tal brasileiro, é todo português; assim não perdemos nada em ser atropelado o comércio português”³²⁵.

Prosseguindo, no número seguinte, embora seja da mesma data da primeira edição³²⁶, acusa os portugueses de “introduzem escravos”, e que em vez da quantidade deles diminuir (em virtude das leis antiescravagistas em vigor), só aumentavam. Além do mais, lembra que, o fato dos portugueses terem muitos escravos, não sobrava espaço no mercado de trabalho³²⁷ para os brasileiros, já que “a indústria é rara no Brasil, e nova; com a idade e a fraqueza da criança, entregue e abandonada pelo poder nosso tutor a concorrência da indústria forte e madura de

³²² BND, *A Revolução de Novembro*, nº 01, 19/08/1850.

³²³ APEJE, *A Revolução de Novembro*, nº 15, 16/09/1852.

³²⁴ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 01, 19/08/1850, grifo nosso.

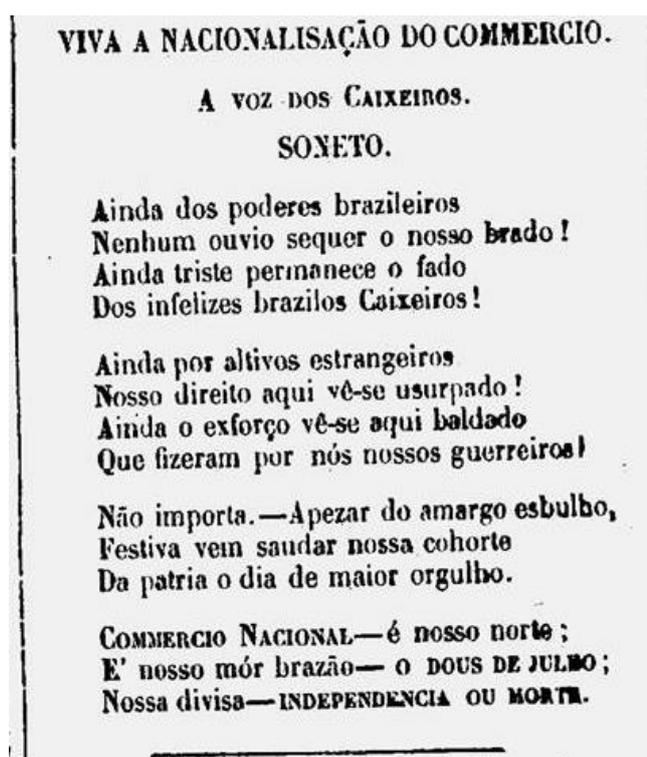
³²⁵ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850. Para comércio de cabotagem e outros assuntos do gênero, ver: PAULINO, Josenildo Américo. **Pelas margens do Atlântico:** a navegação de cabotagem e o abastecimento de gêneros de primeira necessidade no Recife (1825-1840). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2022. Ver também: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O 'retalho' do comércio:** a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Recife, 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2012, pp. 202, 248, 249.

³²⁶ No total, foram três publicações no mesmo dia e no terceiro número o redator explica as razões. Ver: BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850.

³²⁷ “Estas leis, estas instituições do despotismo, esse despotismo de facto e contra toda a lei, não é ainda suficiente para sustentar o império lusitano nem tão pouco a miséria de todos os brasileiros, a lume de empregos em certas classes seus ódio e rancores, nem a corrupção dos grandes, nem a ruína da agricultura cujos produtos, fabricados por africanos boçais, revertem em favor dos portugueses, tudo é pouco, porque é preciso ainda a matança dos brasileiros, a proscricção dos cabras, da canalha, de todos os anarquistas, que só cuidam em revolução porque não tem o que perder, para durar ainda o império dos portugueses, o reinado de Satanás”. BND, *A Revolução de Novembro*, nº 04, 29/09/1850.

*todas as nações, [...] sem proteção nem amparo, como se entrega e abandona o homem feito ao mundo*³²⁸. As lutas, por exemplo, como a nacionalização do comércio a retalho era uma forma de tentar contornar, ainda que parcialmente, a resolução do problema. Dizia que os donos do poder “não eram pais” e sim “padrastos”, além de “cruéis”, uma evidente tentativa de mostrar ao povo quem eram os verdadeiros responsáveis pelos problemas dos brasileiros. A seguir, veremos um soneto de autoria do Borges da Fonseca em seu próprio jornal, em que levantou a bandeira da nacionalização do comércio a retalho.

Figura 4 - Soneto em defesa do comércio a retalho



FONTE: BND, *O Republico*, nº 162, 18/07/1855.

“Mas para que perpetuar isso?”, questionava o redator, e, logo em seguida, já trazendo a resposta. Para ele, o sofrimento do povo brasileiro era importante para “perpetuar o império de satanás, na terra de SANTA-CRUZ”³²⁹, além de que, novamente se mostrando indignado, “perpetuar o reinado da estupidez no território do Brasil”³³⁰. Pontuou também algo muito interessante, uma ideia de que esta situação fosse, de fato, um “projeto”, em comparação um pouco anacrônicas, a ideia de extermínios de povos, só que neste caso usando da pobreza e da miséria

³²⁸ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850, grifo nosso.

³²⁹ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850, grifos do autor.

³³⁰ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850.

para dominação. Isso porque, para o escritor público, “o povo ignorante e pobre *é fácil de ser subjugado*”³³¹. Abordava, inclusive, que o “governo do Brasil é português” e que “os portugueses são os autores de todos os males” presentes no país³³².

A epígrafe presente do início deste capítulo vem como fechamento desse manifesto. Era a ideia que o brasileiro não era tolo ou com uma inteligência limitada, que ele ia lutar pelo bem do país e extinguir os privilégios dos estrangeiros, bem como, da corte monárquica presente no Rio de Janeiro. Ainda prosseguia exaltando a “*Revolução de Novembro*” que em “um estandarte de redenção, santificou o sangue que correu”³³³. A bandeira da constituição, era, novamente, lembrada pelo publicista no caso em questão.

Uma nova constituinte, umas das bandeiras defendidas por Borges na Insurreição Praieira, voltava a ser tema neste jornal. Para o redator, a palavra “constituinte” trazia enormes consequências, era “terrível” e “que gela o sangue no coração de nossos tiranetes”. Sobre essa temática, Rosas pontuou que era uma ferramenta bastante explorada pelos jornais oposicionistas de Pernambuco no início da década de 1850³³⁴. Voltando a Borges da Fonseca, ainda falava que as atitudes dos governantes e da Corte, na capital, faziam com que o Norte fosse feito de colônia para o Rio de Janeiro. Enquanto isso, o escritor do jornal via a palavra “constituinte” como conotações positivas, chamando-a de “palavra doce, sonora, atroadora” e de “palavra de paz, de amor, de fraternidade”.

Pontuava também que “só os corcundas” não queriam a discussão e implementação de uma nova constituinte, além de que “os agentes do poder” queria impor condições e sua vontade para os brasileiros serem submissos. Por “corcunda” devemos entender aquele grupo que na época da primeira Constituinte apoiou D. Pedro I no seu projeto centralizador na sua figura. Aqui, inclusive, percebemos a escrita e influência de Borges da Fonseca no jornal: “CONSTITUINTE! bandeira gloriosa, *arvorada em 1848* pela REVOLUÇÃO DE NOVENBRO, que deu força, e entusiasmo ao soldado da liberdade que abrigado de sua sombra, supunha se coberto pelas mais fortes trincheiras”³³⁵. Como podemos perceber, houve uma explícita menção ao movimento de 1848, a qual o redator se refere como “revolução”.

³³¹ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850, grifo nosso.

³³² BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850.

³³³ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850, grifos do autor.

³³⁴ ROSAS, Suzana Cavani. *Da “constituinte soberana” a “conciliação política sobre as bases das reformas”*: o partido liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. In: **Revista de História (USP)**, nº 170, pp. 291-316, jan.-jun., 2014, p. 297. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p291-316>.

³³⁵ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 02, 19/08/1850, grifos do autor e grifo nosso.

Independente dos termos utilizados, percebemos que era, talvez, a lacuna da vida de um opositor que faltava para Borges da Fonseca. Afinal, um de suas referências, Frei Caneca, havia feito um jornal e batido de frente com um imperador (assim como Borges) e participado de uma causa revolucionária (1817 e 1824, enquanto Borges a de 1848). A respeito de prisões e embates contra monarcas, podemos dizer que ambos sofreram com interferências diretas dos dois imperadores: era um desejo de D. Pedro I a condenação do frade, assim como era de D. Pedro II ver o publicista paraibano sofrer na cadeia — na próxima seção, as “considerações finais”, abordaremos um encontro rápido entre o segundo imperador e o escritor público, percebendo, inclusive, que em poucas palavras e gestos, ainda demonstravam rugas e atritos entre essas duas personalidades de nossa história política oitocentista.

Uma das questões aqui também bastante discutidas era a anistia aos participantes de 1848. Vale lembrar que, naquele momento, Borges da Fonseca estava preso, e, embora o final do artigo não contasse com uma assinatura específica, nem mesmo um pseudônimo, tudo leva a crer que foram de sua autoria. Nela, iniciando na edição de número 2 e finalizado na versão seguinte, clamava por um perdão das autoridades, mas, ao mesmo tempo, admitia que defender bandeiras como a constituinte faziam com que o sentimento de “pena” não existisse por parte das autoridades provinciais e imperiais.

Destacava também que existiam pessoas felizes com aquele sofrimento. Assim, em um certo momento, falando diretamente ao seu público, dizia que “Quem alega a nossa fraqueza, quem pede a nossa fraqueza, humilhação, quem insta pelo desdouro do estandarte do povo, por um momento de bem e para alguns, ao sacrifício da liberdade futura do povo e de seus descendentes, não é amigo do povo”³³⁶. O povo, aliás, deveria, em sua visão, se preocupar com estes mandatários e repressores. Dessa forma, essas pessoas receberam adjetivos infames por parte do redator: “é fraco, iludido, ou seduzido, ou então *é instrumento e traidor*”³³⁷.

Percebe-se aqui a ideia de uma figura de um “traidor”, aquele que estava indo contra os interesses da nação e do movimento de 1848, sendo contra o desenvolvimento social e moral do país, já que isso só seria resolvido, obviamente, com uma nova constituição, bem como novos governantes e, é aí, que entraria o projeto republicano tão idealizado por Borges da Fonseca, que, como vimos no capítulo anterior, não poderia ser qualquer república, seria um modelo popular, em que o povo fosse protagonista das decisões mais importantes, tendo vez e voz.

³³⁶ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850.

³³⁷ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850, grifo nosso.

O redator traz também uma discussão sobre proletariado e a ideia de ganhar ou perder em um movimento. Falou, por exemplo, das rugas do diretório envolta da praieira. Chamava ele de “um diretório cego”, pois pensava mais na possibilidade do que poderia perder, do que no que poderia ganhar. Ai, a grande questão que o publicista aponta é que a maioria da população de classes não-políticas era das camadas mais pobres, não tinham riquezas a perder. Falava, inclusive, que “nós, os republicanos, foram os que deram o maior empenho pela sobrevivência do movimento revolucionário”. Salientava também que foram estes que ficaram na direção do *Diário Novo*, ironicamente, o jornal que “apedrejava” Borges e partidários do sistema republicano anos antes. Acusava o jornal praieiro de, naquele momento, ter abandonado as ideias de uma nova constituinte e que, por isso, *A Revolução de Novembro*, seria o espaço ideal para tal discussão de ideias³³⁸.

“Somos republicanos”, brandou o redator, lembrando que existiam pessoas do seu grupo que eram vítimas dessas perseguições – e aqui, em uma evidente referência a Borges da Fonseca – dizia que “temos amigos republicanos que sofrem”, lembrando que, em um caso especial, “o nosso mestre, por quem daríamos mil vidas, que sofre mais do que todos os outros nossos e vossos amigos por quem tanto vos empenhais”³³⁹. Falavam que não iriam se curvar ao poder, que “não rasgaremos a nossa bandeira”, além de dizer que não iam esquecer os “pequeninhos”, dentre eles, o que ele chama de “nosso amigo”, ao que tudo indica, o próprio Borges da Fonseca. Por “pequeninhos”, é possível aludir ao povo comum que pegou em armas na época da Praieira, e acabou preso ou mesmo recrutado a força para servir nas tropas do governo. A ideia de união aqui pode ser percebida na fala “companheiros de Fernando”, em referência aos presos de Fernando de Noronha.

Foi com esse discurso de não aceitar a derrota, de não desistir e sempre estar clamando ao povo para ficarem espertos, não se iludirem, lutarem, enfim, continuar na esperança e luta por mudanças. Embora também, vale lembrar, paralelamente a este discurso, dizia que não queria “levar o povo ao matadouro” para ver uma constituinte “ser dissolvida a tiros de canhões, como a que já tivemos no tempo de Pedro I”. Dessa forma, discordamos parcialmente aqui de Rosas que afirma que o jornal não pregava a “radicalização das armas” e que o único objetivo era a convocação da constituinte³⁴⁰. Embora fale que não quer esse “sangue”, o próprio Borges ressaltava que mudanças profundas não viriam por via parlamentar. Obviamente, esse era um dos objetivos (a constituinte), mas, tanto Borges, como Afonso de Albuquerque e tantos outros

³³⁸ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850.

³³⁹ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850, grifo nosso.

³⁴⁰ ROSAS, op. cit., 2020, p. 158.

companheiros do “somos os republicanos”, sabiam que a Corte não iria mudar as regras do jogo político simplesmente por reclamações ou pequenos manifestos.

Entendemos aqui que tais manifestações “ao povo” era um alerta, um chamativo para uma possível nova luta, caso a situação continuasse a ser insustentável. Evidentemente, não caberia a um redator, pouco mais de um ano após as lutas, expressar, de forma tão explícita, a colocação de tais termos, mas, precisamos analisar o “não-dito”³⁴¹, pois eles, muitas vezes, nos dizem mais do que a utilização de palavras e discursos. Em um número bem mais a frente, inclusive, falava que a “revolução não consumou” porque “ainda agora começou”. Além do mais, afirmava que o Brasil havia chegado em uma crise que os redatores já avisaram há muito tempo e que estavam caminhando para o “desfecho de um drama”³⁴² e que iria atingir todo o país, deixando margem para possíveis novas interpretações a respeito de uma nova versão da Praieira.

No jornal também é apresentada a situação de Borges da Fonseca na prisão, cujo nome era Ilha Rata. Chamava as autoridades de “covarde” por, em sua visão, estarem perseguindo um indivíduo de forma constante: Borges da Fonseca. Dizia que estes “covardes”, por maiores perseguições, o “partido republicano” não ia se desmanchar, pois “o martírio de um republicano, aumenta e dá maior força ao partido”. Além do mais, comparava a situação de prisão³⁴³ e vigia dos governantes sob Borges tal qual os ingleses fizeram com Napoleão Bonaparte. Acusava também as autoridades de quererem matar o publicista paraibano para que, enfim, a ideia de uma nova constituinte fosse sepultada, mas não era isso que iria acontecer, segundo o próprio jornal, pois o movimento dos ideais republicanos estava efervescente em vários homens daquele grupo. Apontava que “Borges está entregue a todas as flagelações” e que a sua situação era de jejum forçado já que “tem passado dias sem água e sem pão”³⁴⁴. Exageros à parte, o jornal tentava mostrar que Borges, a despeito dos demais praieiros presos, fora confinado numa prisão separada, ficando isolado dos demais.

O jornal é uma fonte rica de detalhes e mostra que o redator republicano estava sendo cerceado de várias coisas, mas isso não ia impedir de continuar lutando pelos seus ideais: “Borges vai continuar a *vida de mártir*; ele não pode escrever nem a sua família, nem a seus

³⁴¹ CERTEAU, op. cit., 2002, p. 66.

³⁴² BND, *A Revolução de Novembro*, nº 11, 15/11/1850.

³⁴³ “A situação das vítimas do despotismo da cruel atualidade é cada vez mais penível. A epidemia continua a lavar; ali não há recursos alguns; hoje já quase nenhuma água há”. BND, *A Revolução de Novembro*, nº 16, 18/12/1850, grifo nosso.

³⁴⁴ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850. Lembra um pouco a situação da republicana Bárbara de Alencar, participante da Revolução Pernambucana de 1817 e que sofreu as mesmas perseguições.

amigos”³⁴⁵. Complementava dizendo que “Continua, Borges, continua forte, que o império de Satanás, não pode ser duradouro, e se fores assassinado, legará com os outros mártires a tua pátria, aos teus a liberdade!”³⁴⁶. Vale lembrar que, nesta época, ele já era casado e pai de duas filhas. A esposa, inclusive, Maria da Conceição Borges da Fonseca, aparecia assinando alguns anúncios a respeito da tipografia *Nazarena*. A divulgação dizia que o estabelecimento tipográfico estava disponível para qualquer publicação ou jornal, até mesmo de qualquer partido. Na publicidade, justificava a assinatura da esposa de Borges, já que “visto o estado em que se acha seu marido”³⁴⁷.

Por fim, a publicação falava que teria preços “muito coniventes”. Não sabemos como ficou a situação financeira da família de Borges da Fonseca naquele período durante a prisão, mas tudo leva a crer que a esposa estava administrando a “empresa” tipográfica como uma forma de gerar algum tipo de receita para provento seu, das filhas e do próprio publicista. Em *A Revolução de Novembro*, de 05 de novembro de 1850, novamente a tipografia de Borges voltava a ser discutida. Naquele momento, em uma visita do então presidente da província de Pernambuco, José Ildefonso de Sousa Ramos, do Partido Conservador, que liderou a localidade entre maio de 1850 e junho de 1851, a várias localidades, dizendo que ia “fazer justiça”, o redator desta folha cobrava do presidente (relembrando que ele foi escolhido pelo imperador) a respeito de um roubo da tipografia de Borges, alegando que as autoridades só perseguiram ele “por ser republicano” e que, inclusive, todos que faziam parte desse grupo estavam sofrendo retaliações³⁴⁸.

Voltando às discussões republicanas do jornal, falava novamente, que o modelo republicano a ser seguido era o dos Estados Unidos, pois estes prezavam pela união de três elementos orgânicos organizados básicos: o democrático, o representativo e o federal. Os três juntos seria o exemplo que, para o redator, o Brasil deveria caminhar. Seguindo os passos de Borges da Fonseca em *O Nazareno*, uma futura república brasileira deveria priorizar o federalismo, a autonomia das províncias e não priorizar um modelo “unitário” e “compacto”, que reduziria cada localidade a um poder central específico³⁴⁹.

³⁴⁵ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850, grifo nosso. Foi somente em novembro de 1850 que *A Revolução de Novembro* noticiou que Borges da Fonseca conseguiu a permissão de receber seus familiares para visitas. Ver: BND, *A Revolução de Novembro*, nº 11, 15/11/1850.

³⁴⁶ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 03, 19/08/1850.

³⁴⁷ BND, *Diário de Pernambuco*, nº 157, 17/07/1848.

³⁴⁸ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 10, 05/11/1850.

³⁴⁹ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 11, 15/11/1850.

O primeiro elemento, o democrático, seria justificado por ser o “único meio possível de fazer governáveis e pacíficas as sociedades políticas modernas”, pois o povo deveria ter o direito a sua emancipação. O segundo tópico se refere ao representativo. Nele, “verifica todas as teorias dos regimes democráticos, é nele que repousa toda a verdade do governo republicano”. Assim, aqui surge a ideia de renovação e destruição, pois, os políticos que fizessem um bom trabalho e ótimo governo, através do fator democrático, poderia ter seu “contrato” renovado. Enquanto isso, aquele que fizesse mal uso do poder público ou do seu cargo, seria “destruído”, também na forma democrática, ao não se eleger para qualquer outro cargo político. Em terceiro e último ponto dessa conjuntura, o fator federal é, talvez, o mais conhecido e que foi abordado em diversas oportunidades ao longo desta pesquisa: o federal. Ele é “uma condição essencial da bondade do governo, que os cômodos e vantagens da organização social e política, como todos os encargos e sacrifícios que derivam dela, se derramam e difundam igualmente por toda a população”.

Acrescentava que era o federativo capaz de ser o motor de “reprimir o odioso *privilégio* de uma cidade metrópole”³⁵⁰ (provavelmente se referindo ao Rio de Janeiro) e permite que cidades como estas não prejudiquem ou sacrifiquem as outras “províncias irmãs”³⁵¹, sendo desta forma, a província grande tornava-se rica e desenvolvida, enquanto as outras pobres e na miséria – tal qual acontecia com o Brasil naquele momento. Assim, para o redator, o sistema federal seria a saída em um Brasil republicano, pois com a autonomia de cada localidade, a integridade ficaria mais fácil de ser conquistada. Além do mais, pontuava que a centralidade política só beneficiava o local da sede, em detrimento das outras. Desse modo, a monarquia, “já coberta de infinito opróbrio”³⁵², com suas atitudes de arbitrariedade e desordens, chegará “ao extremo de seu descrédito – e se torne um flagelo insofrível para todos os brasileiros, um horror para todos os homens de bem”. Assim, a “informe de ruínas de vossa abismada monarquia”, pontuava o redator, sairá de cena e, então, “*surge a república tão pacífica e risonha, tão brilhante e magnífica, como o sol nas ondas do oceano*”³⁵³.

Em uma carta diretamente de Fernando de Noronha, em sua prisão, Borges da Fonseca usava das páginas do jornal *A Revolução de Novembro* para desmistificar alguns ideais que se criaram sobre a Praieira. Em um deles foi que a bandeira de uma nova constituinte só foi levantada pelo *Diário Novo*, no meio da revolta. Borges rebate isso veementemente, alegando

³⁵⁰ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 11, 15/11/1850, grifo nosso.

³⁵¹ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 11, 15/11/1850.

³⁵² BND, *A Revolução de Novembro*, nº 11, 15/11/1850.

³⁵³ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 11, 15/11/1850, grifo nosso.

um “erro de data”. Afinal, ele próprio defendia essa ideia em *O Nazareno* em 1845 (inclusive, abordado no capítulo anterior). Dizia que nas cartas publicadas no jornal de Nazaré direcionadas ao Imperador, lembrava a importância de uma nova constituição para o país. Abordava que os privilégios da realeza não permitiam a liberdade de pensamento do povo, que era subjugado pela Coroa. Também condenava a ideia de que se a república fosse proclamada no Brasil seria uma república “*puramente aristocrática*”³⁵⁴. Como já sabemos, a oligarquia e aristocracia eram fatores que causavam ódio em Borges e que ele combatia sempre em seus escritos.

Assim, para ele, república e oligarquia não poderiam ser colocadas na mesma frase. Lembrava, por exemplo, que graças à constituição feita por D. Pedro I, em 1824, a corrupção estava a todo vapor no Brasil. Também apontava os desvios de conduta nos processos eleitorais, afirmando que “ao meio da corrupção do poder do primeiro reinado” eram as províncias, em especial Pernambuco, uma das que mais sofriam³⁵⁵. Posteriormente, em um número mais avançado, reunindo os governos dos dois imperadores, dizia que a situação dos governantes imperiais não era das melhores: “Governo do Brasil, cruel sob Pedro I; é requinte de maldade desde a maioridade!”³⁵⁶. Borges também pontuava em relação ao recrutamento costumeiro, que, segundo ele, a província já tinha fornecido mais de seis mil recrutas e que, em sua visão, “o imposto de sangue é o mais pesado”, acrescentando que deveria existir uma igualdade numérica entre os selecionados em todas as localidades³⁵⁷.

Em setembro de 1852, *A Revolução de Novembro* voltou a ser publicado com uma nova tiragem. Nele, falava de uma “perseguição longa” que sofria dos donos dos poderes desde o ano de 1847 até agosto de 1852. Borges tinha noção de que era “muito conhecido no país” e se enxergava como o líder e principal articulador do que, segundo ele, seria a volta do “Partido *constituente*”³⁵⁸. Argumentava que sua missão era ver o “povo feliz”, que precisava lutar contra os rivais da “gloriosa revolução de 1848”, e, novamente, lembrava que aqueles que lutaram do outro lado neste movimento, eram “inimigos da democracia, inimigos do povo”³⁵⁹,

³⁵⁴ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 14, 30/11/1850, grifos do autor. Há um erro de digitação no jornal, afirmando que era “Sábado, 50 de novembro”. Consultando o calendário da época, bem como pela data do número anterior, deduzimos que esta edição seria do dia 30 de novembro. Outro ponto é que, páginas atrás, noticiamos que foi somente na edição de 05 de novembro que Borges da Fonseca teve a permissão de receber visitas bem como escrever, diretamente, aos jornais. Esta carta que ele enviou para *A Revolução de Novembro* é datada de 06 de novembro, portanto, um dia depois do benefício. Assim, constatamos que demorou cerca de 24 dias entre a escrita e a publicação, de fato, na folha pernambucana, corroborando a ideia apresentada no primeiro capítulo que as ideias políticas, por vezes, demoravam a chegar na imprensa.

³⁵⁵ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 17, 21/12/1851.

³⁵⁶ BND, *A Revolução de Novembro*, nº 19, 08/01/1851.

³⁵⁷ APEJE, *A Revolução de Novembro*, nº 79, 10/12/1852.

³⁵⁸ APEJE, *A Revolução de Novembro*, nº 01, 01/09/1852, grifo do autor.

³⁵⁹ APEJE, *A Revolução de Novembro*, nº 01, 01/09/1852.

Sobre constituição, Borges falava que ela era “*o símbolo da paz* de todos os brasileiros”³⁶⁰, além de que, com essas circunstâncias, era o “povo que é quem sofre”, que a população não fazia parte das brigas entre facções. Assim, uma nova constituição traria para a sociedade a garantia dos seus direitos, sendo um deles, um dos mais reivindicados, a nacionalização do comércio a retalho. Para Borges, “a melhor forma da ingerência do povo no seu governo é a eleição”³⁶¹ que, neste caso, precisavam ser eleições diretas. É neste sentido também que o publicista diz que “não existe no Brasil” uma representatividade, nem mesmo na monarquia, que alegava adotá-la. Assim, para o escritor, a versão brasileira da monarquia era “anômala” bem como “monstruosa”³⁶².

A utilização de versos nos escritos dos jornais também era outra estratégia interessante para atingir o público-alvo com seus escritos. Assim como fez em *O Nazareno* e citado no capítulo anterior, em *A Revolução de Novembro* Borges também fez uso dessa estratégia. Para isso, publicou um poema, assinado por F. A. Cesário d’Azevedo, em que constam versos conclamando uma nova constituinte. Dentre eles, destacam-se a ideia da constituinte “combater a tirania”, ser “defensor da liberdade” e uma estrofe relacionada diretamente a Borges da Fonseca com trechos como “Persegue, Borges valente”, “Egrégio Republicano” e “Liberal Pernambucano”³⁶³. Com isso, percebe-se como a imagem de Borges republicano, líder da bandeira da constituinte e liberal, foi se tornando cada vez mais conhecida por diversos espaços daquele momento em terras brasileiras. O publicista enxergava na constituinte um grande aliado, chamando-a de “ARCA DE NOSSA SALVAÇÃO”³⁶⁴.

Não é segredo que Borges da Fonseca sempre pautou seus discursos usando a expressão “ao povo” e, constantemente, incluía essa categoria nos manifestos, demonstrando também sua real importância perante o Brasil. Assim, falava que “o povo é quem faz o melhor governo”, acrescentando também que eles poderiam mudar suas lideranças quando bem entendessem. Ainda alfinetou os governantes brasileiros ao dizer que “o atual governo do Brasil, sem o maior apoio entre o povo, *não mais pode existir*”³⁶⁵. Obviamente, Borges não ia esquecer do 7 de abril de 1831, o qual, segundo ele, o povo foi um dos responsáveis pela abdicação do primeiro imperador brasileiro. Lembrava também que “Sem povo não existe rei”³⁶⁶. Essa empatia com

³⁶⁰ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 01, 01/09/1852, grifo do autor.

³⁶¹ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 01, 01/09/1852.

³⁶² APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 10, 13/09/1852. Sobre a ideia de monstros e monarquia, ver capítulo III.

³⁶³ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 05, 06/09/1952.

³⁶⁴ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 10, 13/09/1852, destaque do autor.

³⁶⁵ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 13, 16/09/1852, grifo nosso.

³⁶⁶ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 13, 16/09/1852.

as massas foi muito bem lembrado por Santos, que destacou o publicista como “dotado de aptidões e atributos invulgares”. O autor também destacou a forma como o jornalista escolhia as “oportunidades de agir ou recuar”, de acordo com o que o momento em questão pedisse³⁶⁷.

Ainda em setembro de 1852, Borges da Fonseca fazia uma jogada, de certa forma, ousada, para uma época após um movimento revolucionário. Para isso, ele questionava o povo que, em vez de em 1822, no ato da independência, a população tivesse escolhido o sistema republicano de governo e que, no ano de 1852, estivessem todos na pior, a sociedade deveria e teria o direito de questionar a decisão e, caso achasse necessário, mudar o governo. Sendo assim, como na separação política com Portugal, o Brasil escolheu a monarquia para seguir em frente e esta não estava dando conta do recado, deixando a nação em caos, o publicista via como necessário a mudança de governo e que, neste caso, a república seria a solução plausível.

Fazendo essa comparação invertida, Borges dizia que esta era a “nossa realidade”, chamando a monarquia de “governo inconciliável” destacando, por outro lado, que se a nação escolhesse a república “estaria em seu direito”, além de que tal sistema de governo poderia organizar o Brasil com “prudência e crédito”³⁶⁸. Tamanha era a simpatia do publicista pelo modelo da república, que, no mesmo número, dizia que “nenhum país do mundo” ou “nenhuma sociedade esteve *jamais melhor preparada para receber o governo republicano* em sua verdadeira e real organização *do que nosso país*”³⁶⁹. Complementou afirmando que assim como a república convinha aos Estados Unidos, ela seria muito bem implementada no Brasil. Além do próprio publicista, ele dizia que era responsabilidade “também da *Imprensa*”³⁷⁰ de lutar pelo sistema que rivalizava com a monarquia.

Outro ponto destacado por Borges da Fonseca da causa americana era a sua constituição. Exaltou o fato de o país ter convocado uma assembleia constituinte e ter discutido os rumos da recém fundada nação. Comemorava, inclusive, que, naquele momento, completaram 65 anos da constituição americana (que, a propósito, permanece até hoje)³⁷¹. A constituição, de fato, era a melhor versão para limitar certos abusos e privilégios que os membros da monarquia detinham e que deixavam uma sociedade ainda mais desigual. Além do mais, importante lembra, assim

³⁶⁷ SANTOS, op. cit., 1994, p. 264.

³⁶⁸ APEJE, *A Revolução de Novembro*, nº 14, 17/09/1852.

³⁶⁹ APEJE, *A Revolução de Novembro*, nº 14, 17/09/1852, grifos nossos.

³⁷⁰ APEJE, *A Revolução de Novembro*, nº 14, 17/09/1852, grifo do autor.

³⁷¹ Enquanto isso, no Brasil, foram, no total, até aqui, sete constituições. A primeira delas era justamente a que Borges tanto criticava, que foi implementada por D. Pedro I em 25 de março de 1824, que duraria até 15 de novembro de 1889, quando ocorreu a Proclamação da República. Desde então, tivemos mais seis constituições, nos anos de 1891 (a primeira da república), 1934, 1937 (Estado Novo), 1946, 1967 (Ditadura Militar) e a de 1988 (que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”), a qual completou 30 anos em 2018.

como ressaltamos no capítulo II, defender uma nova carta magna, para membros como Borges, significava também defender o sistema republicano, já que, em sua visão, “a maioria nacional quer a república”³⁷².

Como já abordamos neste capítulo, Borges da Fonseca questionava muito o império pelo fato de Pernambuco sempre ceder mais cidadãos para o recrutamento do que as outras províncias³⁷³. Argumentava que essa era uma medida baseada na tirania. Também acrescentava que se o Governo Imperial quisesse acabar com o que ele chamou de “agitações”, a corte teria que parar de repreender as províncias do norte e “principalmente *Pernambuco*”³⁷⁴, como lembrou o publicista. Borges destacava também que se os atos da Coroa continuassem a ser de repressão, iam causar a “unidade dos pernambucanos”, e, “quando este dia chegasse”, continuou o escritor público, iria ocorrer o “dia da liberdade” em que os cidadãos da província iriam adotar o governo republicano para a sua localidade³⁷⁵.

Era dezembro de 1852 e o ano estava chegando ao fim. Pela primeira vez constatamos Borges feliz por um ano que se passou (considerando esse marco desta pesquisa e levando em contas que em *O Nazareno* ele sempre se dizia entristecido pelo período que se passava). Acreditava que os anos seguintes seriam ótimos para a América do Sul e, principalmente para o Brasil. Acreditava que o país pudesse alcançar melhores índices e que a democracia pudesse reinar por aqui. Mesmo não sendo parte da temática desta pesquisa, Borges comemorava, inclusive, os desenrolares dos desfechos da comunidade do Prata, com, por exemplo, a deposição do presidente argentino Rosas³⁷⁶.

Assim, Borges finalizou o ano do seu jornal *A Revolução de Novembro*, marcando uma época por estar preso em Noronha e, em outra, proclamando seus discursos em torno de república, federalismo e a constituinte. Essa última, aliás, ganhava muitos destaques. Assim como a famosa “mão” nos artigos da “Declaração dos Homem e do Cidadão por Robespierre”, mostrado no capítulo anterior, a palavra “constituinte”, por vezes, também ganhava seu destaque como podemos ver na imagem na página a seguir.

Infelizmente, pelo fato de a folha estar com diversos “furos”, não é possível dizer, com exatidão, a qual dia pertence esta publicação, mas, em um exercício de perguntas (e algumas respostas), podemos imaginar que tenha sido já nos últimos números, pois é a última folha a

³⁷² APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 14, 17/09/1852.

³⁷³ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 79, 10/12/1852.

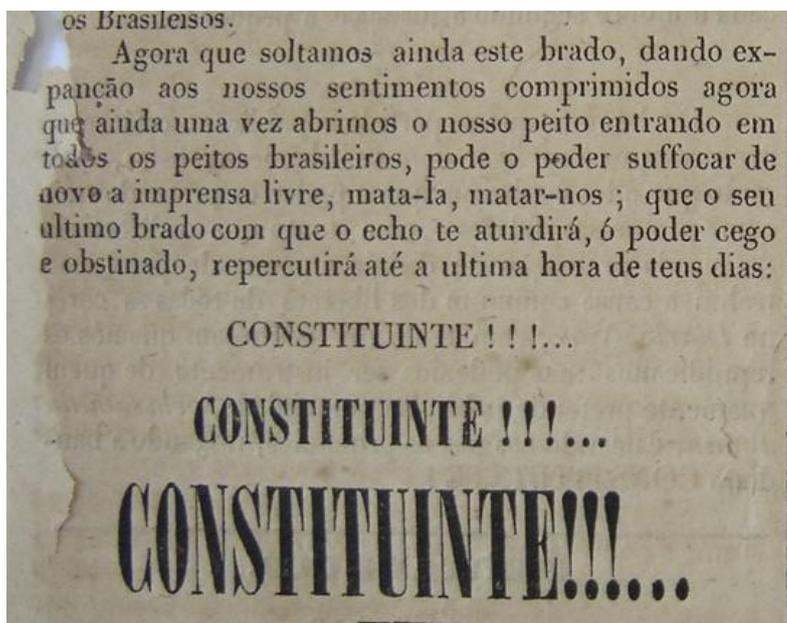
³⁷⁴ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 79, 10/12/1852, grifo nosso.

³⁷⁵ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 79, 10/12/1852.

³⁷⁶ APEJE, *A Revolução de Novembro*, n° 80, 11/12/1852.

qual se tem registro do jornal no APEJE. Nota-se, por exemplo, que o conceito em destaque está sendo repetido e, progressivamente, com um tamanho de fonte superior, sendo a última em um destaque ainda maior, com a utilização de negrito. Essa era uma das estratégias de chamar, cada vez mais, a atenção do leitor, bem como daquela pessoa que não sabia ler, mas que seria impactado com tais discursos.

Figura 5 - Destaque a palavra "Constituinte" de forma crescente no jornal



FONTE: APEJE, *A Revolução de Novembro*, s/n, s/d.

4.3 De volta aos tempos da glória: o retorno do jornal *O Republico* (1853-1855)

Em julho de 1853, Berges da Fonseca voltava a “seus tempos de glória”, era o retorno ao Rio de Janeiro, em um local que lhe trazia boas recordações. Foi ali que ele, 23 anos antes, fundou o jornal *O Republico*. Para esta nova ocasião na capital e sede da Corte, o publicista decidiu lançar um novo (ou velho) jornal, aquele que lhe deu justamente o apelido de “Repúblico”. Chama a atenção, inclusive, que ele poderia criar um impresso com qualquer nome, mas decidiu recorrer ao passado (e as boas memórias) para tentar refazer grandes acontecimentos ocorridos no Primeiro Reinado.

É bom destacar que o jornal, apesar do mesmo nome, vinha com uma nova tiragem. Entretanto, muitas das abordagens eram as mesmas que já haviam consagrado o escritor público durante sua vida política na imprensa. E para de início, logo no primeiro número, o redator discutiu, novamente, a ideia de hereditariedade e de como ela poderia ser prejudicial à nação.

Falou, por exemplo, que ela não poderia existir “como um direito”³⁷⁷. Condenava a ideia de que um ser teria ou não um grande cargo público somente por ser filho ou parente de alguém que já ocupasse tal função. Dizia que as pessoas que achavam tolerável e digno de tal ideia, viam os seres humanos “como animais”, ou, até mesmo, em suas palavras, “com os escravos, como coisas, sem direito e sem vontade: é finalmente *a ideia mais baixa e mais humilhante* que podem degradar o homem”³⁷⁸. Complementou afirmando que a monarquia ficava “muito abaixo de todas as conveniências sociais”³⁷⁹. Além do mais, o redator dizia que seu jornal seria expresso pela “angústia popular” que estava enraizado na sociedade brasileira, que estava submetida a um governo marcado por “depravação” e muita “desordem”³⁸⁰.

A defesa em torno da república, logicamente, não poderia faltar. Como já mencionamos anteriormente, a epígrafe do jornal³⁸¹ era uma própria alusão a esse regime político. Ainda no primeiro número, pontuava que o “Brasil é dos brasileiros” e que deveria ser republicano, pois, assim, “sendo republicano *é de todo o mundo*”³⁸². Prosseguia afirmando que “a república compreendo a humanidade inteira; por que a república é a paz; — c nem ela exclui da comunhão aos homens que hoje se alcunha reis, príncipes ou imperadores”³⁸³. Argumentava que os republicanos eram “os verdadeiros amigos do gênero humano” e que o número de pessoas ligadas a essa ideia política deveriam aumentar para que pudesse livrar o Brasil de continuar sendo uma “terra de misérias, de dores e de lágrimas”. A ideia de constituinte também seria uma marca registrada do impresso comandado por Borges da Fonseca. Para ele, somente ela iria resultar em atender as necessidades, vontades e virtudes da nação.

Assim como nos seus antigos jornais, diversos manifestos eram direcionados “ao povo” em *O Republico*. Grande agitador das massas, o redator sabia colocar a população em contextos a qual ela se enxergasse como protagonista da própria história. Em um desses momentos, por exemplo, Borges da Fonseca diz que o povo brasileiro estava abraçado com a “bandeira republicana”³⁸⁴ e que iria lutar por ela para ser implementada no país. Para ele, a regeneração do território brasileiro só seria possível com a adesão ao sistema republicano em detrimento do monárquico. O que chama a atenção é que, em diversas oportunidades, pode-se até se confundir

³⁷⁷ BND, *O Republico*, nº 01, 01/07/1853.

³⁷⁸ BND, *O Republico*, nº 01, 01/07/1853, grifo nosso.

³⁷⁹ BND, *O Republico*, nº 01, 01/07/1853.

³⁸⁰ BND, *O Republico*, nº 02, 05/07/1853.

³⁸¹ “A república é a união, a unidade, a harmonia. a luz, o trabalho criando o bem-estar, a supressão dos conflitos de homem a homem e de nação a nação, — o fim das explorações desumana — a abolição da lei do morte e o estabelecimento da lei da vida”.

³⁸² BND, *O Republico*, nº 01, 01/07/1853, grifo nosso.

³⁸³ BND, *O Republico*, nº 01, 01/07/1853.

³⁸⁴ BND, *O Republico*, nº 02, 05/07/1853.

O Republico de 1853 com aquele editado entre 1830 e 1831: “O que queremos não é uma novidade, o *Republico* é bem conhecido nesta corte, o nosso programa é — *república federativa*”³⁸⁵.

Borges da Fonseca em seus escritos sempre procurou demonstrar e provar que ele não era o único republicano habitante do Brasil, mas sim, um em meio a um “povo” que clamava por ela. Algo que lhe deixava furioso, certamente, era quando os monarquistas diziam que não existiam republicanos no Brasil³⁸⁶. Os defensores da república (incluindo ele próprio), ponderava o escritor público, “nunca embrulharam as bandeiras”, muito pelo contrário, continuava o redator, ao dizer que as características republicanas eram sempre lembradas nas principais localidades do país, bem como, lutariam por tais ideais. O clima de insatisfação era evidente e Borges sabia canalizar isso de forma diferenciada. Lembrava, por exemplo, que várias das províncias já detinham membros em espécies de partidos republicanos, sendo elas, em ordem de citação do jornalista, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Minas³⁸⁷. Sobre Pernambuco, aliás, falava que “os homens da corte não gostavam dos pernambucanos”³⁸⁸.

Uma das reclamações rotineiras era sobre quem o Imperador escolhia para ser Presidente da província. Em uma análise aqui desta dissertação como um todo, percebemos que os problemas do Brasil, bem como o poder extremamente centralizado, foi uma pauta de discussão de Borges da Fonseca nos anos 1840 (e até antes, inclusive no Primeiro Reinado). O que pode parecer uma contínua repetição de fatos, na verdade, só mostrou como certos aspectos da burocratização implementada no Brasil neste período, apesar de se passarem décadas e mais décadas, nada mudava. O histórico de escolha de mandatários em Pernambuco, importante ressaltar, não era nada animador: 1817 contou com uma gestão desastrosa de Caetano Pinto; em 1824, a negação a escolha de Paes Barreto e, por fim, em 1848, as constantes disputas políticas entre liberais e conservadores, sobretudo nas mudanças de presidentes da província, que resultaram no movimento praieiro.

Compreender o ideal republicano de Borges da Fonseca também é saber lidar com os jogos de palavras que o escritor fazia em suas discussões políticas na imprensa. Em um deles é quando se diferencia o “ser republicano” e “ser revolucionário”. Para Borges, era possível ser partidário da república (ou republicano) sem ser revolucionário. Isso nos leva a perceber que

³⁸⁵ BND, *O Republico*, nº 02, 05/07/1853, grifos do autor.

³⁸⁶ BND, *O Republico*, nº 06, 22/07/1853.

³⁸⁷ BND, *O Republico*, nº 07, 26/07/1853.

³⁸⁸ BND, *O Republico*, nº 08, 29/07/1853.

Borges, por vezes, também alfinetou aqueles que, em diversos momentos, gostaria de ver o Brasil se tornar uma república, mas que, diferentemente dele e de tantos outros, nunca se mexeu ou fez sequer qualquer ação que pudesse mudar o rumo desse jogo.

Prosseguindo, o publicista paraibano apontou que quem vivia em um lugar ou país que o sistema de governo era regido por uma monarquia, mas que, em seu seio, detinha a admiração pelo modelo republicano, assim, desejando substituir um pelo outro, deveria ser, obrigatoriamente, revolucionário³⁸⁹. Aqui merece um questionamento em relação a esse pensamento: incomodava Borges saber que em meio aos habitantes existiam republicanos “de torcida”, mas que não tinha a ambição de agir? Quando o escritor público mencionava que é preciso “ser revolucionário” para que pudesse mudar os rumos dessa situação, é nos remetidos os exemplos dos próprios pernambucanos e de várias localidades do atual Nordeste brasileiro, sobretudo dos anos de 1817 e 1824, os famosos revolucionários, alguns que, inclusive, pagaram o preço pela sua rebeldia com penas duríssimas, exílio e, até mesmo, a morte.

Borges da Fonseca também condenou quem chamava (ou comparava) a república com a própria anarquia. Para ele, o republicanismo “quer dizer governo eletivo, governo no qual não há privilegiados, e em que *tudo depende do voto da nação*, em que todos os direitos são guardados, em que todos os poderes se equilibram, porque neles não pode haver antagonismo, e concorrem para a harmonia geral”³⁹⁰. Sendo assim, dizer que o modelo republicano poderia ser confundido com a anarquia era algo incompatível em sua visão. Aliás, aproveitou para provocar, ao dizer que anarquia, na verdade, era o “que se passa no Brasil desde 1823”³⁹¹. Desse modo, percebe-se que Borges procurou colocar as atitudes do antigo Imperador, com seus mandos e desmandos, algo muito próximo ao modelo anárquico³⁹². O aspecto comparativo também foi outra estratégia utilizada pelo publicista para evidenciar como modelos monárquicos eram bem mais próximos ao anarquismo que outros. Um desses momentos foi quando lembrou da Inglaterra que sob os reinados de Henrique VIII e Elizabeth I, foram mortas, respectivamente, 70.000 e 19.000 pessoas. Assim, Borges mencionou a “tirania e despotismo dos reis”, além do “caráter moral” dos realistas, chamando-os de “inimigos em política social”.

³⁸⁹ BND, *O Republico*, nº 08, 29/07/1853.

³⁹⁰ BND, *O Republico*, nº 08, 29/07/1853, grifo nosso.

³⁹¹ BND, *O Republico*, nº 08, 29/07/1853.

³⁹² Em outros números posteriores também ocorreu essa associação entre Monarquia e Anarquia. De acordo com Borges da Fonseca, “Antes de 1822 éramos colonos da monarquia de Portugal, de 1822 *temos sido colonos da monarquia do Rio de Janeiro*. E o que tem sido essa monarquia? Anarquia”. BND, *O Republico*, nº 22, 23/09/1853, grifo nosso.

Em contrapartida, ele se colocava como um defensor de uma “*república universal, democrática e social*”³⁹³.

Percebe-se aqui o publicista utilizando tal comparação mais para o lado de uma provocação, de mostrar que aquele sistema de governo que ele defendia passava longe (pelo menos em sua visão) do caos ou da aleatoriedade. Em número posterior, Borges retornou a discussão agora criticando o jornal *O Velho Brasil* (1853-1854), editado por Justiniano José da Rocha (1812-1862) e de característica conservadora. Tal embate levou em conta a posição defendida por Borges sobre os revolucionários republicanos. No entender de José da Rocha, os monarquistas seriam também revolucionários, o que Borges contrariava, já que, para ele, esse grupo político servia apenas para apoiar a monarquia e não para mudar significativamente aspectos que não se desenvolviam na ocasião (chama esse grupo, inclusive, de “protetores”)³⁹⁴. Com o nome do artigo intitulado “As forças do partido republicano”, percebe-se um publicista engajado em defender sua visão de um republicanismo que mudasse e resolvesse os problemas da nação. Entretanto, sabemos que, na prática, não somente mudar o regime político que, como em um passo de mágica, os problemas resolvessem, mas é interessante observar uma narrativa construída em torno de um modelo novo (a república) como forma de melhorar a situação nos vários aspectos sociais do país.

Não era somente o regime em si que sofria com as críticas feitas pelo publicista. A figura que ocupava o posto de Imperador (chefe do poder monárquico) também era bastante lembrada. Para Borges, D. Pedro II “não [era] o homem mais ilustrado, inteligente e espirituoso que há no Brasil”, argumentando que o monarca não era a melhor pessoa para representar a nação. A respeito da monarquia, como um todo, importante ressaltar, Borges da Fonseca chamou de “despotismo constitucional”³⁹⁵, que havia sido implementado em 1826, ainda na gestão de D. Pedro I. Em relação ao uso deste termo, podemos constatar que, em várias oportunidades, Borges procurou utilizar de expressões que tornassem os elementos da realeza ainda mais incompatíveis com os rumos que o Brasil deveria seguir naquele momento. É bem verdade também que o publicista sabia que o Imperador detinha privilégios significativos, um deles, importante mencionar, era o de não poder ser julgado pelos tribunais nacionais. Sendo assim, pontuava que “S.M. é inviolável para os tribunais judiciais; mas para o *tremendo tribunal da opinião pública, não*”³⁹⁶. O publicista cita, inclusive, que o próprio Imperador cometeu crimes

³⁹³ BND, *O Republico*, nº 13, 16/08/1853, grifos do autor.

³⁹⁴ BND, *O Republico*, nº 11, 09/08/1853.

³⁹⁵ BND, *O Republico*, nº 12, 12/08/1853.

³⁹⁶ BND, *O Republico*, nº 12, 12/08/1853, grifo nosso.

ao utilizar de meios que corroboram em “ameaças” e “corrupção” em torno de várias eleições brasileiras desde o período que o herdeiro subiu ao trono, em 1840. Assim, para o publicista, tais atitudes afastam “o povo das urnas”, que, no final de tudo, sempre quem ganharia as eleições eram os escolhidos do monarca.

Como já havia feito em *O Nazareno*, novamente no periódico *O Republico* Borges da Fonseca utilizou da temática da economia e da dívida pública³⁹⁷ como meio de atingir sua propaganda política em deslegitimar a monarquia. Um dos pontos iniciais foi questionar o porquê de o Brasil não ter, naquela época, um Tribunal de Contas, instituição que, neste mesmo período, vários países já haviam implementado. Fato é que, recorrendo a um discurso do então Ministro da Fazenda, o “honrado senhor Torres”, que havia dito que era “materialmente impossível” ficar transferindo documentos e mais papéis para vários lugares para prestar contas e que a própria constituição brasileira não obrigava o ministro e nem mesmo o imperador a fazer tais esclarecimentos sobre o dinheiro gasto, o publicista paraibano voltou a enfatizar os problemas que a carta magna brasileira possuía.

Desse modo, pontuou que “esta constituição é um complexo de elementos repugnantes e impraticáveis; — este governo, ou *desgoverno monárquico constitucional* é um artefato gerador de imoralidades e males sem conta”³⁹⁸. Assim, em sua visão, para superar tais obstáculos era necessário mudar o regime político, mas não deveria ocorrer uma quebra do modelo aleatório. Era preciso que fosse uma organização pautada por um “governo popular— *democracia e república*”³⁹⁹. Aqui é necessário ter cautela em relação ao termo “democracia”, já que o publicista argumentava que ela só existia perante a um governo republicano. Diante disso, para ele, enquanto a monarquia “quer dizer infância dos povos”, a democracia, por sua vez, “quer dizer emancipação, virilidade dos povos”. É neste contexto que, novamente, os Estados Unidos voltaram a ser lembrado como o exemplo⁴⁰⁰ de transparência, modelo republicano e, sobretudo, democrático, características que o próprio Brasil deveria seguir.

³⁹⁷ Outro ponto que merece destaque foi quando ocorreu o falecimento da rainha de Portugal, D. Maria da Glória, nascida no Brasil e que era filha de D. Pedro I, portanto, irmã de D. Pedro II. Em 1854, ano desse acontecimento, o Governo Imperial Brasileiro autorizou um gasto de mais de 10.000 contos de réis para custear as despesas fúnebres, o que foi desaprovado por Borges da Fonseca: “A rainha de Portugal era uma princesa estrangeira, o Brasil não tem obrigação de fazer exéquias”. Além do mais, apontou que D. Pedro II tinha total direito de ficar sentido pela morte de sua irmã, mas qualquer custo com o funeral deveria sair de suas contribuições e não do dinheiro público brasileiro. Ver: BND, *O Republico*, nº 71, 26/04/1854.

³⁹⁸ BND, *O Republico*, nº 12, 12/08/1853, grifo nosso.

³⁹⁹ BND, *O Republico*, nº 12, 12/08/1853, grifos do autor.

⁴⁰⁰ Falando em “modelos” republicanos, Borges da Fonseca, por várias vezes, mencionou exemplos clássicos sobre épocas republicanas de diferentes localidades, como a “República Grega” e a “República Romana”. BND, *O Republico*, nº 13, 16/08/1853. Para o entendimento do pensamento republicano nessas duas localidades, ver: ALVES, Edson José de Meneses. *República: um conceito*. In: _____. **A ideia de república no Brasil**: a história

É interessante lembrar que, mencionar os Estados Unidos era embarcar em outras searas desta discussão. Uma delas, por exemplo, seria o embate entre os norte-americanos e a Inglaterra. Esta última trazia consigo o ideal de monarquia, sobretudo o modelo monárquico-constitucional, que Borges da Fonseca chamou de “monstro” e que “não é governo”⁴⁰¹. Assim, ao mencionar os Estados Unidos era enaltecer não só um país republicano, mas também uma sociedade que lutou contra uma metrópole monarquista, uma situação que o próprio Brasil (apesar de ser independente) ainda passava naquele momento.

Sobre o regime da monarquia-constitucional, lembrou Borges, apesar do rei, em teoria, estar obrigado a respeitar a constituição⁴⁰², os exemplos ingleses não era bem assim. E, neste sentido, mostrando-se preocupado com os rumos da política brasileira, lembrou que D. Pedro I promulgou uma constituição e, por vezes, parecia ser maior que ela. Era neste sentido que o publicista alertava o seu público leitor que D. Pedro II poderia ir pelo mesmo caminho, citando outros reis europeus como Luis XVI e Carlos X. É interessante contextualizar esses pensamentos de Borges e até questioná-los. O ano de 1853 marcou o 13º ano do segundo imperador brasileiro no trono, já era, naquele momento, quatros anos a mais no cargo em relação ao seu antecessor.

O famoso “Golpe da Maioridade” também nunca foi bem digerido por Borges, que enxergou naquele passo uma maior demora em ver o modelo republicano ser implementado no país. Além do mais, passada toda a famosa euforia de um novo rei/imperador, era perceptível que as principais instituições brasileiras continuaram sendo controladas com a mesma firmeza que no Primeiro Reinado, não deixando brechas para que uma hipotética “revolução republicana” pudesse ocorrer. É importante ressaltar também que, como único país da América do Sul guiado por uma monarquia e dotado de uma extensa malha territorial, o Brasil conseguiu, de certa forma, uma influência considerável em relação a seus vizinhos sul-americanos, o que, na visão de Borges da Fonseca, prejudicava o desenvolvimentos das repúblicas da antiga colonização espanhola.

Dessa forma, pontuou o publicista, que a monarquia brasileira estava tentando, há muito tempo, criar o caos nas “*Repúblicas do Prata*”⁴⁰³ e que, assim, era o aparato monárquico

de uma tradição esquecida (1789-1845). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História) – Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2021, pp. 16-25.

⁴⁰¹ BND, *O Republico*, nº 16, 26/08/1853.

⁴⁰² Borges lembrou que muitos defensores da Monarquia Constitucional usavam o lema “*o rei reina, mas não governa*” para encobrir possíveis falhas e desvios do poder político praticados pelos monarcas, dentre eles, o próprio D. Pedro II. BND, *O Republico*, nº 141, 09/04/1854, grifos do autor.

⁴⁰³ BND, *O Republico*, nº 29, 19/10/1853, grifo do autor.

brasileiro “a causa de todas as desgraças daqueles povos”⁴⁰⁴. Um dos exemplos lembrados por Borges e importante de citar aqui é o caso do Uruguai, um país que, no passado, fez parte do território brasileiro (a antiga província da Cisplatina), mas que, após a sua separação e a implantação da república, causava desconfortos ao Governo Imperial.

Essa discussão em torno de o Governo Imperial se preocupar demais com as “Repúblicas do Prata” não foi somente matéria ou artigo de um número, mas sim, por diversas vezes eram citados, alguns com maior relevância, dedicando diversas colunas e até folhas completas e outros com menos pequenos parágrafos. Fato é que Borges da Fonseca se preocupou com essa temática. O publicista afirmou que no início essa dúvida era parte de poucas pessoas, mas que depois “não era dúvida para qualquer pessoa” que o império tentava “plantar monarquia naquelas repúblicas”⁴⁰⁵.

Analisando tais falas, podemos perceber que essa ânsia em debater o assunto era parte de um jogo político de criticar a monarquia. Entretanto, também sabemos que sempre foi característico de governos monárquicos ter influência sob seus vizinhos e considerando que o Brasil, desde essa época, sempre teve uma vasta extensão territorial, não seria totalmente impossível descartar possíveis projetos de aumento territorial iniciando a partir de pequenas influências em seus vizinhos e, a partir daí, impor as preferências de modelos governamentais do Império.

E por falar em mudança de regime político, Borges da Fonseca, apesar de seus ataques políticos ao imperador, nunca quis que a mudança do poder levasse as figuras reais a algum dano físico. Além do mais, pontuava que a república deveria chegar sem que fosse preciso “derramar uma gota de sangue”⁴⁰⁶. Para Borges, os males do Brasil “não vem dos homens”, mas sim, “das instituições”, “vem de cima, *vem da instituição monárquica*”, que eram manobradas por “excessos de injustiça e calúnia”⁴⁰⁷. Ponderou, inclusive, que o grupo de ideias o qual ele fazia parte (os republicanos) queriam, para o Brasil, “progresso moral e material do país, justiça e o aniquilamento dessa terrível polícia política”⁴⁰⁸. Para isso, a solução seria a adoção de uma “república universal” e que enquanto ela não chegasse, aqueles que queriam um país melhor não poderiam desanimar desta causa. Percebe-se aqui que a ideia de uma “república

⁴⁰⁴ BND, *O Republico*, nº 29, 19/10/1853.

⁴⁰⁵ BND, *O Republico*, nº 31, 25/10/1853.

⁴⁰⁶ BND, *O Republico*, nº 17, 30/08/1853.

⁴⁰⁷ BND, *O Republico*, nº 20, 16/09/1853, grifo nosso.

⁴⁰⁸ BND, *O Republico*, nº 20, 16/09/1853.

para todos” volta a ser bem evidenciada por Borges da Fonseca, repetindo alguns passos propagados na década anterior no seu antigo jornal *O Nazareno*.

Se, em outros tempos, Borges da Fonseca enquanto publicista já tinha atritos com outros jornais, tais como *O Cruzeiro*, *Amigo do Povo*, *Diario de Pernambuco*, *Diario Novo*, entre outros, nessa etapa de sua vida política um dos mais atacados era o já mencionado *O Velho Brasil*. Ele critica o jornal por não enxergar diversos problemas do país, em especial a questão do emprego ou, melhor dizendo, do desemprego. E é nesse ponto que volta a discussão do comércio a retalho. Essa pauta não ficou restrita apenas à época da Insurreição Praieira e, naquele momento, estando sediado no Rio de Janeiro, era uma ótima oportunidade de atingir novos públicos ou de, pelo menos, saber que mais pessoas iriam ouvir falar nessa causa. Para isso, o publicista (atacando o seu rival político da imprensa) apontou que os brasileiros não conseguiam trabalhar “por falta de meios”.

Além do mais, continuava, “nas capitais, o comércio a retalho está nas mãos dos estrangeiros”, o que forçava os brasileiros a viver em situações adversas. Borges também lembrou a situação daqueles que moravam nos interiores, já que “quase todos os possuidores de terra negam aos pobres campos para suas lavouras”⁴⁰⁹. A questão do comércio a retalho, aliás, mostra como existiu uma rivalidade política entre brasileiros e os estrangeiros (aqui, principalmente, sendo representados por ingleses e portugueses). Borges da Fonseca, inclusive, chamava esse último grupo de “inimigos do *Republico*”⁴¹⁰, mesmo afirmando que jamais teria feito mal aos habitantes desta nacionalidade. Em relação a questão deste comércio a retalho, Câmara pontuou que era uma pauta “de ampla popularidade”⁴¹¹ e que muito possivelmente foi através dos contatos com Inácio Bento de Loyola que Borges da Fonseca tomou gosto pela causa, ainda nos acontecimentos de 1831⁴¹². O historiador completou afirmando que aspectos como a “crescente nacionalismo brasileiro” e o “sentimento anti-português fomentado para fins políticos” apontou como justificativas para que, em tempos de crises políticas e sociais, essa bandeira fosse levantada, em uma cidade como a do próprio Recife, com participação considerada de portugueses, fosse um local propício e ideal para manifestações em torno dessa causa⁴¹³.

⁴⁰⁹ BND, *O Republico*, nº 20, 16/09/1853.

⁴¹⁰ BND, *O Republico*, nº 22, 23/09/1853, grifo do autor.

⁴¹¹ CÂMARA, op. cit., p. 20.

⁴¹² Ibidem, p. 18.

⁴¹³ Ibidem, p. 21.

As desavenças com *O Velho Brasil* continuaram cada vez mais frequentes, já que ambos os jornais defendiam ideias bem opostas, o que tornava a possibilidade de congruências das ideias algo muito remoto. Em um destes pontos foi quando o jornal político rival de Borges da Fonseca acusava o grupo dos republicanos de ser favorável ao sangramento ou de ser sanguinários. Para combater esse argumento, falando que, na verdade, eram os monarquistas que defendiam a utilização da força excessiva, o publicista lembrou diversos casos em que movimentos que defendiam ou simpatizavam com a república foram duramente reprimidos: os casos de Pernambuco, em 1817 e 1824, da Bahia em 1837, do Rio Grande do Sul em 1835⁴¹⁴. Sendo assim, podemos entender que Borges da Fonseca procurou utilizar do seu espaço na imprensa para tentar combater ideais que, em sua visão, tentavam deturpar o movimento republicano.

Neste contexto, também cumpre salientar que Borges da Fonseca não estava sozinho em uma disputa pela formação da opinião pública contra o *Velho Brasil*. O próprio Borges da Fonseca lembrou que jornais como *Grito Nacional*, Juiz da Paz e, um dos mais lembrados, *O Guaycuru*⁴¹⁵. A respeito desta folha, aliás, Borges pontuou diversos elogios como “campeão denodado” e “fidelidade ao pensamento [republicano]”⁴¹⁶. A esperança de Borges, em uma luta conjunta pelos ideias do republicanismo ficou evidenciada por um comentário seu, ao dizer que “a minha *unidade* tem quatro jornais em diversos pontos; e pode em pouco [tempo] ter muitos outros”⁴¹⁷. Essa relação entre Borges e *O Guaycuru* pode-se dizer que era uma admiração mútua. Quando Borges da Fonseca esteve preso, em 1850, na ilha de Fernando de Noronha, o jornal baiano se solidarizou com o publicista, afirmando que Borges era “varão distinto e ilustre”, além de que ele estava “desterrado por suas crenças, torturado por sua firmeza, passando por um inferno de calamidades e horrores na ilha Rata”⁴¹⁸.

Além disso, Borges, quando era necessário, fazia menções a pensadores relevantes que contribuíssem com sua linha de pensamento, embora, na maioria das vezes, o próprio não quisesse se aprofundar muito mais nesses teóricos. Para isso, aqui entra mais uma vez a figura do pensador Rousseau. Utilizando dos escritos feitos pelo iluminista francês, Borges da Fonseca

⁴¹⁴ BND, *O Republico*, nº 21, 21/09/1853. Isso sem contar o caso mineiro, em 1789 e da Bahia, em 1798, que participantes foram mortos por participarem destes movimentos.

⁴¹⁵ Jornal com sede na Bahia, produzido por Domingos Cabral Guedes e que ficou em circulação entre 1844 e 1860. Para um entendimento mais aprofundado nas causas que o impresso abordava, ver: DETTMANN, Matheus Brum Domingues. *O Guaycuru e a divulgação de ideais federalistas e republicanos na Bahia do princípio do Segundo Reinado*. In: **Revista Historiador**, n. 10, 2018, pp. 178-192.

⁴¹⁶ BND, *O Republico*, nº 08, 29/07/1853.

⁴¹⁷ BND, *O Republico*, nº 08, 29/07/1853, grifo do autor.

⁴¹⁸ BND, *O Guaycuru*, nº

ponderou que tantos os governos monárquicos como os do reino feudal eram instituições que o despotismo reinava, em que os súditos precisavam contar com a sorte das arbitrariedades das decisões dos mandatários. Desse modo, para ele, “*a democracia é o único sistema de governo que pode conduzir os povos a felicidade*”⁴¹⁹. Além do mais, para atingir a democracia, Borges enxergou no modelo republicano aquele que poderia levar a essa “felicidade” do país. Um ponto interessante que merece destaque aqui é o publicista associar a monarquia com “aliada aos tributos” e que “a nação sustenta maior peso”⁴²⁰. Essa ideia presente aqui era que, para sustentar todos os luxos e privilégios da monarquia, sairia dos recursos dos cidadãos (o que de certa forma é verdadeiro).

Sendo assim, podemos entender a conjuntura do pensamento republicano por Borges da Fonseca estava em torno de combater todo o aparato burocrático e privilegiado que, em sua visão, prejudicava a população em detrimento dos benefícios dos membros monárquicos. Desse modo, as ideias republicanas eram percebidas pelo jornalista, aliada a experiência desse regime político nos Estados Unidos, como um ideal que o Brasil deveria adotar e implementar. Para ele, “a causa de todas as desgraças do Brasil”⁴²¹ competia a figura do imperador, neste caso, D. Pedro II. Retomando a ideia de uma “república universal”, o publicista paraibano argumentou que ela deveria ser o destino de “todas as nações cultas e moralizadas”⁴²², apontando também que era necessário a “proclamação da democracia universal”. Torna-se interessante perceber e analisar que Borges sempre colocou, em suas publicações, democracia e monarquia em campos opostos, sendo a primeira, inclusive, um passo que só poderia ser alcançado através do modelo republicano de governo. Neste sentido, sabemos que é possível, perfeitamente, que monarquia e democracia caminharem juntos, porém, a realidade a qual o publicista conhecia talvez levasse ele a ter essa ideia de oposição entre estes termos. Como já lembrado aqui, em diversas oportunidades, Borges utilizou de pensadores famosos para complementar suas opiniões políticas, desta vez recorrendo a Montesquieu na comparação entre monarquia e república. Assim, enquanto a primeira seria definida como “terror” e “corrupção”, a república, por sua vez, era atrelada ao significado de “vontade” e de “virtude”⁴²³. Curiosamente, os termos utilizados para definir os dois regimes políticos são antagônicos, o que remonta também a outro publicista que se utilizou deste mesmo recurso, Cipriano Barata.

⁴¹⁹ BND, *O Republico*, nº 23, 28/09/1853, grifos do autor.

⁴²⁰ BND, *O Republico*, nº 23, 28/09/1853.

⁴²¹ BND, *O Republico*, nº 25, 04/10/1853.

⁴²² BND, *O Republico*, nº 28, 15/10/1853.

⁴²³ BND, *O Republico*, nº 29, 19/10/1853.

Um outro ponto que era bastante criticado por Borges da Fonseca na monarquia era quanto a forma como o principal cargo deste regime era posto. Em sua visão, no modelo monárquico o rei (ou imperador) é munido do poder “através do acaso”, e, complementando, “pois o rei *não é eleito pela nação, é recebido pelo direito de nascimento*”⁴²⁴. O poder hereditário, de fato, nos leva a, de certo modo, entender o porquê desse pensamento de Borges da Fonseca. Logicamente, no modelo republicano, ou no democrático, no geral, não é nenhuma garantia que o Chefe de Estado, eleito pelo povo, tenha plena capacidade de guiar um país ou uma nação. Entretanto, existe a possibilidade de retirar esse candidato do poder após uma quantidade de anos. Para o publicista, “os governantes podem não representar a vontade dos governados depois de um certo período de tempo; logo, a delegação dos poderes deve ser por um tempo limitado”⁴²⁵.

Enquanto isso, no modelo monárquico, contudo, e destacado por Borges, embora o Imperador recebesse instruções para assumir o cargo, o fato de ser algo “sagrado”, de ocupar pela justificativa de ser o mais velho em uma determinada linha de sucessão, poderia gerar acomodação por parte do governante, já que ele saberia que permaneceria no posto até a sua morte. Além disso, o publicista afirmou do perigo das disputas políticas em torno deste trono, as “*guerras de sucessão*”⁴²⁶, sendo um dos melhores exemplos a ser explanado o caso de Portugal após a morte de D. João VI. Enquanto isso, no modelo republicano, citando agora os exemplos dos Estados Unidos e da Suíça, a república “quando há um governo organizado e consolidado”⁴²⁷ não haveria guerras por essa ambição. Sobre o país europeu, aliás, em um artigo denominado “Ao povo suíço”, pontuou que “a cinco séculos vós dais grandioso espetáculo de uma terra sem senhor, *de um povo sem rei*, de uma nação soberana; a cinco séculos vós sois *republicanos*”⁴²⁸, apontando ainda que era, no continente europeu, o país onde se encontrava “o único povo livre e soberano”⁴²⁹. Neste sentido, podemos perceber um olhar do publicista para um país que, em meio a várias monarquias em seu redor, não havia se deixado por vencido e permanecido no seu regime político, daí uma das referências de Borges quando se usava do espaço no jornal para exemplar localidades que aderiram à república e que o Brasil pudesse se inspirar quando ocorresse sua implementação.

⁴²⁴ BND, *O Republico*, nº 29, 19/10/1853, grifo nosso.

⁴²⁵ BND, *O Republico*, nº 30, 22/10/1853.

⁴²⁶ BND, *O Republico*, nº 29, 19/10/1853, grifos do autor.

⁴²⁷ BND, *O Republico*, nº 29, 19/10/1853.

⁴²⁸ BND, *O Republico*, nº 30, 22/10/1853, grifos nossos.

⁴²⁹ BND, *O Republico*, nº 30, 22/10/1853.

Um fato interessante foi quando Borges da Fonseca deixou explícito para tomarem cuidado com as imaginações criadas a partir de 1822. Ele relembrou, por exemplo, a longa lista de mártires que qualquer indivíduo brasileiro poderia fazer de personagens que foram perseguidos pela monarquia brasileira por discordar das ideias de quem estava no poder, afirmando que o modelo monárquico brasileiro era “sedento de sangue”. Talvez o grande símbolo desta fala de Borges da Fonseca foi a morte de Frei Caneca, em 1825, após sua participação na Confederação do Equador, um ano antes.

Retornando à discussão de modelo político para o Brasil, Borges da Fonseca pontuou que o país não teria dificuldades em implementar o sistema republicano por aqui. Inicialmente, pontuou que seria o fim da última monarquia em solo sul-americano⁴³⁰, além do mais, abordou que era urgente a adoção de um modelo representativo no território baseado nos fundamentos republicanos. É nesse ponto que uma fala de Borges gera, de um certo modo, polêmica. Isso porque ele começou a questionar o modelo inglês (que tinha traços parecidos ao brasileiro) ao dizer que não enxergava “democracia no governo inglês”. Para ele, era crítico a situação de, quanto os ricos e a realeza esbanjavam, os pobres britânicos permaneceram na pior, inclusive a população da Irlanda. Assim, tanto para o Brasil, como para qualquer nação, era necessário implantar o modelo republicano, pois ele, em sua visão, “proclama a dignidade do homem pela *liberdade*, a perfeita repartição de todos os direitos pela *igualdade*, a harmonia entre todos pela *fraternidade*”⁴³¹. Curiosamente, nessa fala, era ressaltado os três princípios básicos da Revolução Francesa e da Revolução Americana, os dois principais eixos de inspiração do republicanismo idealizado pelo publicista paraibano para o Brasil.

Além de aliar a chegada da república com os distintos de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, era comum também associar um futuro novo modelo de governo com a felicidade. Desse modo, o publicista apontou que “queremos o Brasil republicano para que todos que quiserem habitar sejam felizes”. Até mesmo o imperador D. Pedro II, a quem chamou-o de “patrício”, para Borges, seria “um cidadão muito distinto e muito feliz”. Essa ideia nos vem à tona que sempre eram feitas jogadas de palavras antagônicas para defender a república, assim como colocar em dois polos antagônicos a ideia de um “Novo Mundo”

⁴³⁰ Constantemente, Borges comentou que o Império Brasileiro procurou maneiras de implementar o caos em seus vizinhos republicanos em vez de, por exemplo, se preocupar com os problemas internos. Em um artigo posterior, Borges argumentou que a intenção desses acontecimentos era de “esmagá-los”, reduzir seus territórios, para que assim, em seu ponto de vista, “tornar-se mais dificultoso o estabelecimento da república no Brasil”. Ver: BND, *O Republico*, nº 30, 22/10/1853.

⁴³¹ BND, *O Republico*, nº 29, 19/10/1853, grifos nossos.

composto por uma América republicana e o “Velho Mundo”, formada pelos países europeus monárquicos⁴³².

O primeiro número do jornal *O Republico* de 1854 marcou um manifesto de Borges da Fonseca contra aqueles que o acusavam de ter enfraquecido a causa da Insurreição Praieira. Como já falado anteriormente, autor do famoso *Manifesto ao Mundo*, Borges organizou diversas estratégias no campo de batalhas em torno deste movimento. Mas, apesar do manifesto ter explanado situações que eram necessárias para a época, talvez não fosse visto com unanimidade. Um destes casos foi quando o publicista acusou o general Abreu e Lima de sugerir que a autoria do escrito fosse transferida para os Gabirus, em caso do movimento fracassasse⁴³³. A defesa da participação de Borges na insurreição, aliás, não foi somente realizada por ele. Outros jornais como *Echo Pernambucano* destacaram a participação dele. Chama a atenção este jornais, pois de acordo com Rosas, ele era um impresso “de tendência liberal, mas autônomo frente ao Partido Praieiro”⁴³⁴. Seu fundador, Inácio Bento de Loyola, afirmou que a Praieira foi um evento “sem plano, sem acordo dos chefes de partidos” e que foi Borges da Fonseca o responsável por ter levantado diversas bandeiras na causa⁴³⁵.

Essas bandeiras, aliás, apresentavam um aspecto social em torno desta causa. A nacionalização do comércio a retalho, por exemplo, era uma oportunidade de deixar um meio de negócio tão importante na época nas mãos de brasileiros e não de estrangeiros, permitindo que os habitantes daqui pudessem usufruir mais daquilo que estava sendo necessitado. Uma dessas preocupações, inclusive, se relacionava com a fome. Assim como foi no jornal *O Nazareno*, em *O Republico* essa causa também não seria esquecida. Era uma oportunidade, mais uma vez, de apresentar as falhas não só de D. Pedro II, mas do seu governo no geral, inclusive dos ministros da composição política. Borges da Fonseca lembrou que com o “Atanazamento da nossa agricultura”, somente os estrangeiros (representados pelos ingleses e portugueses) era quem conseguiam escapar desta problemática. O depoimento, importante ressaltar, vai além: “não temos pão; não temos carne; os gêneros alimentícios vão desaparecendo, e o *governo está*

⁴³² BND, *O Republico*, nº 32, 28/10/1853.

⁴³³ BND, *O Republico*, nº 42, 04/01/1854.

⁴³⁴ ROSAS, Suzana Cavani. Da “constituente soberana” a “conciliação política sobre as bases das reformas”: o partido liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. In: **Revista de História (USP)**, nº 170, pp. 291-316, jan.-jun., 2014, p. 297. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p291-316>.

⁴³⁵ BND, *O Republico*, nº 42, 04/01/1854. O título do artigo veio com o título “A ilustre vítima da Ilha Rata”, sendo mais um publicista a lembrar a péssima fama e as reais condições sanitárias que a prisão de Fernando de Noronha detinha.

*impassível*⁴³⁶. Também apontou uma prevaricação do imperador, ao dizer que ele sempre usava Petrópolis como refúgio dos problemas que a monarquia apresentava⁴³⁷.

A respeito dessa temática, podemos dizer que ela, de certa forma, não ficou restrita aos leitores que adquiriram semanalmente as publicações do jornal *O Republico*, isso porque a própria Câmara Municipal do Rio ressaltou tomar a iniciativa e fez uma exposição apresentando os problemas e alertando que quando Borges falava em “a culpa é do Governo” não poderia ser incluído este órgão. Assim, de acordo com a casa legislativa, a “carestia da carne verde” era culpa do governo de permitir monopólio e que eles próprios já tinham demonstrado posição contrária⁴³⁸.

Desse modo, Borges da Fonseca, novamente, enfatizou a necessidade de defender o modelo democrático para o Brasil que, inclusive, segundo o próprio, ajudaria a resolver problemas como o da fome: “eis porque temos mostrado a necessidade de fazer predominar o elemento democrático, *único que pode garantir a ordem, a paz, o progresso e a liberdade*, único que pode fazer frente a todos os desregramentos, a todos os caprichos, a todas as violências, a todos os monopólios”⁴³⁹. Elementos como esses, assim como tantos outros⁴⁴⁰, iniciaram as publicações do jornal para fazer uma oposição forte contra a monarquia. Ele tinha ciência do tamanho que suas discussões políticas poderiam alcançar, era defensor de um debate político: “O jornalismo que não é fundado em sobre a discussão franca e generosa das ideias, reduz-se em breve a um instrumento inútil para as sociedades”⁴⁴¹.

Se o jornal era, como bem-dito, um meio importante de gerar o debate da opinião pública por meio de novas ideias e discussões pautadas nos vários aspectos sociopolíticos do país, qualquer meio que o Governo utilizasse para tentar diminuir essa propagação de notícias seria fundamental. E é neste ponto que Borges da Fonseca engajou suas críticas, isso porque, o Império estava criando a “Lei do Selo”, um tributo que visava taxar os jornais e impressos de acordo com a quantidade de exemplares que eram vendidos. De acordo com o publicista, o *Jornal do Comércio*, que produzia cerca de 2.000 exemplares por dia, pagaria, com a nova

⁴³⁶ BND, *O Republico*, nº 43, 07/01/1854, grifo nosso.

⁴³⁷ BND, *O Republico*, nº 43, 07/01/1854.

⁴³⁸ BND, *O Republico*, nº 46, 18/01/1854.

⁴³⁹ BND, *O Republico*, nº 46, 18/01/1854, grifo nosso.

⁴⁴⁰ Borges da Fonseca estava cada vez mais empenhado em criticar a monarquia, independentemente do motivo. Para isso, estava solicitando ajuda até mesmo de seus leitores, como mostra o trecho a seguir: “A Redação do Republico aceita todas as informações que lhe quiserem ministrar de fatos que possam prejudicar a ordem pública, e publicará grátis: espera, pois, que lhe transmitam as notícias, contando com inteiro segredo: contanto que sejam elas circunstanciadas, e com as provas ou declaração das testemunhas que aproveitarem ao caso”. BND, *O Republico*, nº 46, 18/01/1854.

⁴⁴¹ BND, *O Republico*, nº 47, 21/01/1854.

tributação, cerca de 600 reis mensalmente. O próprio publicista afirmou que seu jornal, *O Republico*, iria desembolsar 60 reis por mês. Com isso, podemos deduzir que a venda do jornal era de 200 exemplares ao dia⁴⁴².

A tributação de jornais por si só já causou polêmica entre os publicistas. Porém, a situação era ainda mais agravante: de acordo com Borges da Fonseca era uma tentativa de silenciar os jornais e a liberdade de imprensa. Essa era uma situação nova, já que, até mesmo a antiga metrópole, Portugal, não cobrava qualquer coisa pelos seus impressos. Esse embate também levou em conta um aspecto político: alguns jornais da época eram subsidiados pelo próprio Império, dessa forma, eles não ousavam criticar uma normativa como essa. Inclusive, um jornal em especial, o famoso *Velho Brasil*, foi cobrado por Borges da Fonseca para que se manifestasse a respeito dessa nova regra fiscal. O publicista afirmou que “o selo só tem em vista (objetivo) *matar o jornalismo da oposição* ou quando menos encurtar a sua circulação”⁴⁴³. Assim, era necessário o debate em torno dessa discussão. Em 1855, a própria Câmara dos Deputados recebeu um requerimento de Borges da Fonseca que pedia o fim de tal taxaço⁴⁴⁴.

Assim como era comum enviar chamados ou cartas “Ao Imperador” ou “A um ministro”, tornou-se frequente avisos “aos brasileiros”. E nessa, em questão, advertia os habitantes para lutar pelo modelo republicano, usando o exemplo francês como um norte. “Todos conhecem que o Brasil não pode deixar de entrar [em] breve no gozo do regime republicano”, apontou o publicista, complementando que o regime “nasce do jogo harmônico de todas as peças, que constituem um sistema”⁴⁴⁵. Borges da Fonseca enxergava a república como um elemento contrário a anarquia, em suas palavras, “um governo igual para todos”⁴⁴⁶. Sabemos que, na prática, não é bem isso que acontece, porém, no contexto da época, o redator creditava as responsabilidades das desigualdades sociais na conta da monarquia e do Imperador D. Pedro II. Assim, a república, em sua concepção, surgia como uma forma de descentralizar o poder que pautava sob a figura monárquica⁴⁴⁷. Desse modo, como lembrou Borges, “No governo republicano há uma autoridade que *faz as leis*, uma que as *aplica*, outra que as

⁴⁴² BND, *O Republico*, nº 48, 25/01/1854.

⁴⁴³ BND, *O Republico*, nº 48, 25/01/1854, grifo nosso.

⁴⁴⁴ BND, *O Republico*, nº 166, 01/09/1855.

⁴⁴⁵ BND, *O Republico*, nº 49, 28/01/1854.

⁴⁴⁶ BND, *O Republico*, nº 49, 28/01/1854.

⁴⁴⁷ “A República *livra-nos* de um governo de minoridade e velhice. De um rei e de uma corte que fazem conspirações, que absorvem grande parte das rendas do Estado. [...] De um rei que chama o estrangeiro para oprimir o país; [...] Que zomba da constituição e da moral nomeando ministros contra a vontade da nação; [...] A república é o único meio de acabar com tantos flagícios, reunindo os verdadeiros patriotas, sem distinção de partido, em volta do estandarte de nossa *emancipação política e social*” BND, *O Republico*, nº 49, 28/01/1854, grifos do autor.

executa”⁴⁴⁸, sendo então um diálogo entre os três poderes que fomentaram as bases de um governo democrático.

Outra bandeira que foi bastante discutida durante suas publicações foi a de uma nova constituinte. Através dela, seria possível alcançar “a paz e a ordem” para o país e os brasileiros. Além do mais, sempre importante ressaltar, a constituição agregaria em uma “verdadeira *independência dos poderes* e acabar com a onipotência do poder executivo”⁴⁴⁹. Neste ponto, podemos perceber uma preocupação do publicista neste debate, isso porque a facilidade com que o imperador poderia usar o Poder Moderador colocava em risco diversos aspectos que pudesse entrar em conflito entre a população e o Governo. Frases como “Viva a Liberdade” e “Viva a Democracia”⁴⁵⁰ representaram bem as mensagens que Borges da Fonseca procurou transmitir em seus jornais⁴⁵¹, além do mais naquele momento que estava na capital do império e muito próximo do imperador⁴⁵².

Assim como foi em cada impresso que publicou até então, o famoso seis de março não deixou de ser lembrado, agora no jornal *O Republico*. O dia que marcou o início da Revolução Pernambucana, um marco no debate do republicanismo, sempre foi recordado por Borges da Fonseca como um evento que merecia todas as honras e glórias. Em 1854, completavam-se 37 anos dos acontecimentos e ele lembrou que, mesmo passado várias décadas, o Brasil ainda continuava protestando “contra a tirania que nos acabrunha, que nos aflita”⁴⁵³. O publicista lembrou que Pernambuco deveria ser encarado pela história como o local que guardava a vanguarda dos principais eventos liberais da história do país. Fazer comemorações assim também era um motivo de atacar a monarquia, neste caso, também levou em conta a lembrança de como o avô de D. Pedro II, o então príncipe regente D. João VI, encaminhou a devassa pós-revolução, resultando em diversas mortes e prisões em situações precárias.

Essa relação da família Orleans e Bragança com os habitantes do Brasil, em especial aqueles que enxergavam na república o melhor remédio para o país, nunca foi das melhores. Isso pode se provar em diversas datas comemorativas que, muitas das vezes, era pouco

⁴⁴⁸ BND, *O Republico*, nº 49, 28/01/1854, grifos do autor.

⁴⁴⁹ BND, *O Republico*, nº 50, 02/02/1854, grifos do autor.

⁴⁵⁰ BND, *O Republico*, nº 50, 02/02/1854.

⁴⁵¹ Essa defesa da república, aliás, não era somente prática do jornal *O Republico*. Borges da Fonseca fez questão de destacar alguns impressos que, a partir de 1854, passaram a defender a bandeira republicana, tais como os jornais *Honra*, em São Paulo, e o *Gênio do Brasil*, na Bahia. “O nosso campo é a imprensa”, afirmou Borges ao dizer que os periódicos de base republicana precisavam mostrar “a força do partido republicano”. Ver: BND, *O Republico*, nº 53, 10/02/1854.

⁴⁵² Borges da Fonseca relatou em seu jornal que suas críticas eram vistas com inquietações por parte dos ministros do Governo como também do próprio imperador. BND, *O Republico*, nº 52, 08/02/1854.

⁴⁵³ BND, *O Republico*, nº 59, 06/03/1854.

comentada ou até mesmo ignorada. Uma delas ocorreu em 25 de março de 1854, data que marcou mais um aniversário da constituição brasileira, naquela altura completando 30 anos de sua promulgação. A carta magna imposta por D. Pedro I em 1824 foi duramente criticada e nem mesmo quando D. Pedro II fez uma festa alusiva aquela carta, não ocorreu nenhum tipo de empolgação.

Quando o Chefe de Polícia fez o pronunciamento do “Viva a Imperatriz”, quem estava acompanhando fez os gritos. Porém, quando foi a vez de seu esposo, o imperador D. Pedro II, não houve atitudes semelhantes. O momento mostrou que, pelo menos para aqueles presentes, enxergavam a figura monárquica masculina com menos empolgação do que a sua esposa, além de que, bom lembrar, ele também tinha uma imagem muito associada ao seu pai. Assim, para Borges da Fonseca, a celebração em torno do aniversário da constituição era imprópria, já que a carta era uma “violação da soberania”⁴⁵⁴ e que “não é possível que o povo brasileiro o aplauda, quando tem certeza [de] que *por ela ficou escravo de uma facção detestável*, que abusando de sua força, pode submeter a nação que até hoje não há permitido adquirir seus foros”⁴⁵⁵. A “defunta constituição”, como falou o publicista, teve como resultado diversas manifestações, dentre elas, a própria Confederação do Equador, ainda no mesmo ano de 1824, o que, de certa forma, aumentava, ainda mais, a antipatia do publicista. Além do mais, era um “presente” de D. Pedro I que permanecia firme e forte, e, apesar de pequenas reformas durante o Império, só foi abolida, por completo, em 1889, no ato da Proclamação da República.

Embora as desavenças com D. Pedro II fossem bastante explícitas, podemos dizer que ela se baseava no aspecto da política, assim, nunca foi de interesse de Borges da Fonseca atacar a figura de Pedro II no âmbito pessoal, mas sim no atributo de suas funções. Tal fato é que, quando enviava cartas direcionadas ao Imperador, sempre demonstrou respeito, mas não deixando de criticar a forma como o monarca administrava o país. Um dos exemplos podemos citar quando Borges relembra a D. Pedro II a problemática em torno de uma figura como ele prometer as coisas à nação e não cumprir, como foi o caso de D. Pedro I e a Constituição.

Para ser aclamado príncipe, o primeiro imperador prometeu uma constituição liberal e o que se viu foi uma carta imposta, com direito até mesmo a um fechamento da Assembleia Constituinte, em 1823. Contando esses fatos, o publicista alertava o novo imperador que o 7 de abril de 1831 foi uma resposta a todos os atos cometidos por seu pai e que poderia ser esse

⁴⁵⁴ BND, *O Republico*, nº 64, 29/03/1854.

⁴⁵⁵ BND, *O Republico*, nº 64, 29/03/1854, grifo nosso.

novamente o destino do segundo império do Brasil. Até mesmo com a sucessão de D. Pedro II preocupava Borges, já que as filhas do monarca eram casadas com reis europeus⁴⁵⁶.

Dessa forma, Borges sugeriu a D. Pedro II que não ignorasse a ideia de uma república no Brasil, o que sabemos que ele não iria renunciar ao trono. Foram através destas cartas, também, que Borges da Fonseca noticiou um plano para assassinar D. Pedro I e que foram os “republicanos federais” que salvaram a vida do antigo imperador, por eles mesmo serem contrários à ideia de um regicídio⁴⁵⁷. Na visão de Borges, o governo de D. Pedro II estava seguindo os mesmos caminhos da atuação do seu pai, “constituindo um imperador absoluto”⁴⁵⁸. Além do Poder Executivo, outra instituição gerou insatisfação de Borges da Fonseca: o Senado (que não custa lembrar, era vitalício). Dessa forma, falou que “as sessões do Senado são escandalosas”⁴⁵⁹ e que o Poder Legislativo não acompanhava os interesses da população. Também é importante ressaltar o quão contra Borges se mostrou do sistema de hereditariedade que permeou no cargo principal do Executivo, o qual dizia ser “o mais escandaloso abuso da força do homem sobre o homem”⁴⁶⁰.

A insatisfação com os estrangeiros era uma questão bastante problematizada, principalmente pelo domínio ou monopólio destes em vários setores importantes e estratégicos da sociedade brasileira. Assim, exclamou que “Nessa terra do Brasil a propriedade é dos *portugueses*, o comércio é dos *portugueses*, os capitães são *portugueses*, não existe agricultura, não existe indústria [...]”⁴⁶¹. Nesse ponto, percebemos o quanto essas instituições estavam dominadas pelos estrangeiros, impedindo que os brasileiros pudessem usufruir de possíveis colocações no mercado de trabalho.

Essas críticas de Borges da Fonseca aos estrangeiros, a Monarquia, ao Senado, entre outros, não ficavam apenas entre o público leitor e assíduo do jornal *O Republico*. As pessoas ou entidades que sofriam tais insinuações também ficavam atentas a cada passo que o impresso delimitava. E é neste sentido que Borges pontuou em um desses números. Afirmou que desde o momento que decidiu lançar novamente o seu jornal de maior destaque, o Governo (aqui entende-se como a Monarquia e todo o seu aparato burocrático) tinha a missão de policiar e

⁴⁵⁶ BND, *O Republico*, nº 66, 05/04/1854.

⁴⁵⁷ BND, *O Republico*, nº 70, 22/04/1854.

⁴⁵⁸ BND, *O Republico*, nº 81, 03/06/1854.

⁴⁵⁹ BND, *O Republico*, nº 95, 19/08/1854.

⁴⁶⁰ BND, *O Republico*, nº 103, 22/09/1854.

⁴⁶¹ BND, *O Republico*, nº 103, 22/09/1854, grifo nosso.

investigar todos os movimentos praticados pelo publicista. Ele, por sua vez, dizia que “temos lutado com imensa dificuldade para salvar-nos de tão infame *espionagem*”⁴⁶².

Ainda acrescentou que a Corte não tinha “medido esforços” para desacreditar os leitores de assinar o seu jornal. Chama a atenção, aliás, que números depois, Borges, em mais um de seus artigos, acusou o Império de agir contra a liberdade de imprensa, através de medidas que priorizavam, dentre outras coisas, “corromper a imprensa” e indo além, com os próprios autores, “subvencionado escritores”, além de “práticas opressoras”⁴⁶³ que culminaram em uma tentativa de silenciamento do meio de divulgação de ideias políticas que, muitas das vezes, iam ao encontro do pensamento defendido pelo monarca. De acordo com Borges, “um governo nestas condições é, essencialmente, *inimigo da liberdade*”⁴⁶⁴. As publicações do jornal *O Republico*, no ano de 1854, encerraram-se em 22 de dezembro, com o publicista, novamente, enfatizando a necessidade de mudanças profundas no sistema político brasileiro, como o fim da monarquia. Borges, em um artigo denominado “férias” enxergava-se como o publicista responsável por “combater com facções perdidas sustentadas por um poder faccioso e louco”⁴⁶⁵, nos remetendo aos constantes embates, por exemplo, entre o seu jornal e o seu rival, *Velho Brasil*.

Enquanto isso, no início de 1855, as publicações voltaram: os ataques a D. Pedro II, a monarquia, ao Senado, ao ministro Honório Leão, entre outros. Era “O Republico” entrando no último ano do seu jornal que lhe trouxe a notoriedade na imprensa, desde 1831 e que naquele momento, no Segundo Reinado, continuou com suas opiniões fortes e profundas a respeito do modelo político brasileiro⁴⁶⁶. Neste número, inclusive, publicado dias após o famoso 9 de janeiro (“dia do fico”), foi relatado por Borges da Fonseca a quebra de alguns rituais por parte de D. Pedro II, o que representou, na visão de Borges, que o imperador já enxergava a perda da simpatia por muitos habitantes do Rio nesses eventos de solenidade. Para Borges, “o Brasil marcha para a república”⁴⁶⁷. Todo esse contexto político representou uma maneira que o publicista encontrou de aliar suas ideias políticas, com um início de um “declínio” que o governo do segundo imperador estava começando a acontecer. Sobrou até mesmo para o

⁴⁶² BND, *O Republico*, nº 108, 27/10/1854, grifo nosso.

⁴⁶³ BND, *O Republico*, nº 117, 06/12/1854.

⁴⁶⁴ BND, *O Republico*, nº 117, 06/12/1854, grifo nosso.

⁴⁶⁵ BND, *O Republico*, nº 121, 22/12/1854.

⁴⁶⁶ BND, *O Republico*, nº 122, 12/01/1855. Fica a curiosidade que, para este número, o publicista utilizou 6 páginas, em detrimento das tradicionais 4 folhas usadas até então. Neste número, inclusive, Borges relata que tanto D. Pedro II como o ministro Honório foram vaiados perante o público presente.

⁴⁶⁷ BND, *O Republico*, nº 128, 03/02/1855.

peçoal administrativo, o que, na visão do publicista, eram “imensos” e “incompreensíveis”, pontuando que “a monarquia vai com seu princípio, corrompe para viver”⁴⁶⁸.

Lembrar as datas comemorativas importantes era um papel de destaque que Borges da Fonseca fazia em seus jornais, dentre eles o próprio *O Republico*. Assim, quando chegou o mês de julho de 1855, o publicista aproveitou para comemorar duas datas importantes deste mês: o 2 e 4 de julho. O primeiro, representou a data da proclamação da Confederação do Equador, em 1824, enquanto o segundo era a representação da independência dos Estados Unidos, o grande modelo republicano a ser seguido. Ambos, obviamente, carregaram em si o zelo por um republicanismo, a diferença que enquanto no primeiro o ideal não se concretizou, o segundo se tornou um país republicano e independente⁴⁶⁹. Borges lembrou que estes dois movimentos repercutiram em “reconquista dos seus direitos naturais” que haviam sido “usurpados pelos tiranos, pelos *opressores das nações*”⁴⁷⁰, acrescentando ainda que se os monarcas praticamente obrigavam a população a comemorar e celebrar datas como 9 de janeiro (o dia do Fico), 25 de março (a proclamação da Constituição de 1824), 2 de dezembro (o nascimento de Pedro II), entre outros, cabia a esta mesma parte da sociedade comemorar tais marcos que defendiam o republicanismo.

Analisar Borges da Fonseca no jornal *O Republico* implica, inevitavelmente, em fazer comparações entre os períodos 1830/1831 e o agora estudado (1853 a 1855). No primeiro período citado vemos um ideal republicano pautado muito mais em regiões localizadas (por vezes defendendo, inclusive, uma separação territorial entre os que queriam permanecer na monarquia e os que almejavam uma república). Em 1855, entretanto, a situação já era outra. Isso porque o publicista, naquele momento, não pregou mais uma separação, mas sim, uma união, de modo que todos lutassem pela causa da república. Para ele, “os republicanos não querem a separação do Brasil em estadinhos, querem que o Brasil forme uma grande nação regida pelo sistema republicano federal”⁴⁷¹.

É curioso esse pensamento pois nos leva a algumas reflexões. Primeiramente representou que políticos como Borges e tantos outros, podem mudar de opinião com o passar dos anos. O segundo ponto aqui e, talvez o mais importante, é que como percebemos ao longo deste capítulo, o publicista fez questão, por diversas vezes, de defender as pequenas repúblicas da América do Sul (que antes, vale frisar, era um só Vice-reino, pertencente a Espanha). Desse

⁴⁶⁸ BND, *O Republico*, nº 149, 29/05/1855.

⁴⁶⁹ BND, *O Republico*, nº 159, 07/07/1855.

⁴⁷⁰ BND, *O Republico*, nº 159, 07/07/1855, grifo nosso.

⁴⁷¹ BND, *O Republico*, nº 159, 07/07/1855.

modo, ao dizer que não queria no Brasil “estadinhos” era implicando dizer que não gostaria de ver o mesmo modelo por aqui. Por outro lado, era mais uma afirmação de congruência de ideais políticos em relação à República dos Estados Unidos, um território que, inicialmente, formado por treze colônias e que adotou o sistema federal para que cada localidade tivesse a sua autonomia, assim como o próprio publicista defendeu neste artigo.

Sabemos que jornais políticos como o de Borges da Fonseca e tantos outros, principalmente quando eram de oposição, não tinham uma margem de lucro excessiva, muito menos, obviamente, financiamento real para que pudesse servir como uma espécie de patrocínio. Assim, além das assinaturas, uma outra forma de incentivar novos leitores ou angariar assinantes avulsos, era permitindo que eles enviassem cartas a serem publicadas. Esse formato, por muitas das vezes, constava de características muito próximas: especialmente em *O Republico*, podemos dizer que pautava todos aqueles pensamentos do seu escritor, principalmente as críticas à monarquia. Neste sentido, uma outra característica era a utilização de codinomes ou até mesmo, apenas apresentar as iniciais de cada nome no impresso. Assim, na correspondência enviada, o leitor pontuou que “Quando os governos chegam ao estado de imobilidade a quem tem chegado o do Brasil é pura perda de tempo acusá-los de infringir as leis”⁴⁷².

Uma outra carta, assinada por “Picapau Amarelo”, relatou que “o Brasil é dos portugueses”⁴⁷³, relembrando toda a luta social que Borges desenvolveu no campo da imprensa para que atividades essenciais fossem dominadas por brasileiros. Um terceiro momento que merece destaque foi feito pelo “Amigo da honestidade” que gostaria que seu país tivesse “um Governo que bem compreende sua missão”⁴⁷⁴ e que temia a educação de seus filhos em um país como o Brasil em que, em sua visão, a imoralidade reinava. Com isso, era evidente que o Governo Imperial usou de suas leis para silenciar opositores, principalmente os da imprensa, tentando diminuir o alcance que publicações com tais teores pudessem atingir novos membros.

Em 15 de dezembro de 1855, Borges da Fonseca fez sua última publicação do jornal *O Republico* daquele ano (e também a última versão do seu jornal). Nele, aproveitou para dizer que precisava de um descanso, mas não deixou de atacar o ministro Honório Leão, em que, segundo o publicista, durante os dois anos de mandato do político, o país perdeu “*honra, moral,*

⁴⁷² BND, *O Republico*, nº 173, 25/08/1855.

⁴⁷³ BND, *O Republico*, nº 194, 24/11/1855.

⁴⁷⁴ BND, *O Republico*, nº 195, 01/12/1855.

ordem, consideração externa, tudo”⁴⁷⁵. Foi um fechamento condizente com tudo aquilo que um publicista de oposição pregou durante a vida política.

Ao que tudo indica, esse foi o último número do jornal e provavelmente a última participação de Borges da Fonseca no campo da imprensa por um período considerável. De acordo com Santos, entre janeiro e fevereiro de 1856, Borges ficou “entre a vida e a morte” devido a alguns períodos em que esteve doente⁴⁷⁶. Em novembro de 1857, de acordo com o autor, Borges rumou para a Europa em busca do tão sonhado título de Doutor em Direito. O projeto inicial era Paris, na França, porém, quando já estava lá, mudou seus planos para a Alemanha. Polêmicas à parte (com ou sem Dissertação), entre junho e julho de 1858, Borges obteve o título de “Doutor em Direito”⁴⁷⁷.

Neste capítulo, a intenção foi fazer um estudo sobre Borges da Fonseca, desde sua participação na Praieira, até o momento pós-revolucionário, através dos seus dois jornais chamados *A Revolução de Novembro* e *O Republico*, publicados na sua fase no Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, procuramos destacar as vozes tanto de uma historiografia sobre Borges da Fonseca, baseado em Chacon, Santos, entre outros, quanto de um dos principais acusadores do publicista, o Chefe de Polícia que foi responsável pela devassa dos acontecimentos de 1848, Figueira de Melo. Posteriormente, entendemos que era necessário dar voz novamente ao publicista, em que, através dos dois impressos já citados, ele destacou suas bandeiras, opiniões, críticas, enfim, seu fazer político através da imprensa, não só relacionando a Insurreição Praieira, como também aos novos (ou velhos) problemas que a monarquia brasileira estava passando e impactando diretamente na vida da população. Se Borges era novo demais para participar de 1817 e 1824, 1848 foi a vez dele de lutar pelos ideais que acreditava, embora sabendo (e como foi concretizado) por ter concepções consideradas radicais, seria um dos maiores perseguidos, seja na guerra como também na prisão.

⁴⁷⁵ BND, *O Republico*, nº 197, 15/12/1855.

⁴⁷⁶ SANTOS, op. cit., p. 270.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 273.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DA REPÚBLICA

*A república que se instalou no Brasil [em 1889] a partir de então nasceu paradoxal: era uma república que estavam ausentes os valores do republicanismo*⁴⁷⁸,

Ao longo dos capítulos apresentados, foi possível perceber as atividades do publicista Borges da Fonseca durante as décadas de 1840 e 1850 nas localidades de Pernambuco e na capital do Império, o Rio de Janeiro. Destacamos como o escritor público paraibano utilizou a imprensa como um instrumento de ação para expor e expandir suas ideias políticas que eram pautadas na defesa da república, do federalismo e de uma nova constituição para o país. Algumas bandeiras, é bem verdade, foram acrescentadas ao longo deste percurso, dentre eles, a nacionalização do comércio a retalho. Seus alvos, variando a depender da ocasião, eram compostos por todos aqueles que o redator enxergava como uma espécie de “atraso” político para o desenvolvimento do país, como a Monarquia, a figura do Imperador D. Pedro II, o Senado Vitalício, o gabinete ministerial e todo o aparato burocrático que envolvesse e fortalecesse a instituição monárquica.

Fiel e orgulhoso das suas origens, Borges da Fonseca nunca escondeu sua admiração por dois personagens em especial: Cipriano Barata e Frei Caneca. Foi do último, aliás, que o redator se inspirou ao utilizar o espaço do jornal para enviar cartas ao imperador, constatando suas opiniões, dando conselhos ao monarca, bem como ressaltou os perigos dos desvios de poder que essas instituições estavam deixando acontecer, dentre elas, a fome, a miséria, principalmente nas províncias do Norte, aqui sempre levando destaque as localidades de Pernambuco e da Paraíba. Essas correspondências, importante ressaltar, certamente chegavam aos olhos e ouvidos de D. Pedro II. Este, por sua vez, já devia ter ouvido falar no famoso “O Republico”, já que seu pai e o publicista estiveram envolvidos em grandes polêmicas em fins do Primeiro Reinado, especificamente nos anos 1830 e 1831.

E por falar no segundo imperador brasileiro, o próprio escreveu, brevemente, um encontro que teve com Borges da Fonseca em 25 de novembro de 1859, portanto, quatro anos após o fim do jornal *O Republico*. Em seu diário, escrito quando esteve em passagem pelo Recife, D. Pedro II falou que encontrou ao acaso o publicista após caminhar próximo a um hospital que estava em construção. O Imperador contou que houve um cumprimento cortês

⁴⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Dicionário da república**: 51 textos críticos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019, p. 17.

entre ambos, mas os populares que acompanhavam o cortejo ameaçaram “O Repúblico”. O próprio Imperador relatou que a causa desses atos de hostilidade contra o jornalista era devido aos constantes ataques que ele fazia à monarquia nos seus jornais. Não passou despercebido ao Imperador que Borges também fazia parte de uma sociedade política, denominado de *Tesoura*, provavelmente também um lugar de crítica à monarquia. Além do mais, chamou a atenção quando o imperador se referiu ao que Borges estava publicando em outro “papelucho”⁴⁷⁹ que ainda não havia lido, demonstrando que tais críticas a ele sempre eram de seu conhecimento, além de demonstrar uma ironia com o trabalho feito pelo jornalista na imprensa.

Como foi perceptível ao longo dos capítulos, a imprensa obteve um papel de destaque nos rumos da política do império brasileiro, sobretudo quando a temática se voltou para áreas como política, disputa pelo poder e por influência capaz de moldar a opinião pública da época. Desta forma, percebe-se a importância de não só ter um ou mais jornais, mas também ter a sua própria tipografia. Aliás, uma ótima maneira de silenciar possíveis opositores quando não se gostava do que era discutido e debatido nesses impressos era, justamente, destruir as tipografias, impedindo, assim, ainda que temporariamente, a emissão, produção e distribuição dos papéis impressos.

Também ficou perceptível o quanto a imprensa “respirou” a república. De fato, tivemos uma “tradição republicana”, iniciada muito cedo e que proporcionou uma gama de ideias a seu respeito. Escritores públicos como Borges da Fonseca e tantos outros contribuíram demais para a divulgação das ideias republicanas através da imprensa. Infelizmente essa tradição foi esquecida ao longo do tempo, por inúmeros motivos. A forma como a república foi implantada no Brasil, em 1889, contribuiu, certamente, para esquecermos esse antepassado republicano, pois, salvo algumas exceções, o restante foi ignorado por aqueles que se diziam amantes da república.

E era essa uma preocupação evidente de Borges da Fonseca. Embora não soubesse o que iria acontecer em 1889 e nos anos posteriores, ainda na década de 1840, o publicista conclamou por uma “República Popular” em que, em sua visão, os habitantes tivessem poder de voz e de participação política nas decisões de um futuro governo republicano. Borges demonstrou, por diversas vezes, inclusive, sua preocupação em que pessoas mal-intencionadas, utilizando do nome e da defesa do modelo republicano, se apropriaram desse mecanismo para implementar uma ditadura ou qualquer modelo semelhante em que apenas as vozes e as

⁴⁷⁹ BEDIAGA, Begonha (Org.). “*Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)*”. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, p. 56.

vontades de alguns fossem ouvidas e realizadas. A ironia ficou por conta que, tanto se debateu sobre república, ao longo dos séculos XVIII e XIX e, na hora de instalar, como a própria epígrafe desta seção, “era uma república que estavam ausentes os valores do republicanismo”.

Esse aspecto social foi uma marca bastante pertinente da vida política do publicista paraibano. E essa defesa não ficou restrita apenas ao mundo das ideias ou debates, já que na sua própria participação na Insurreição Praieira, levantou a bandeira da nacionalização do comércio a retalho como uma medida que ajudaria a população brasileira em suas economias, já que essa era uma atividade dominada pelos estrangeiros, principalmente os portugueses e ingleses. Essa aversão ao estrangeiro, característica que foi herdada desde os tempos de Primeiro Reinado, ainda sob a gestão do primeiro imperador, D. Pedro I, foi se configurando na medida de colocar os “forasteiros” como vilões dos problemas sociais, políticos e econômicos do país. Além disso, importante lembrar, o processo dos famosos “mata-marinheiros” em que o publicista esteve diretamente envolvido ao comandar alguns ataques aos portugueses.

As famosas cartas enviadas a D. Pedro II, ainda nos tempos do jornal *O Nazareno*, também foi outra medida que continuou sendo utilizada por Borges da Fonseca e que já havia sido realizada na década de 1830. Naquele momento, no Segundo Reinado e na gestão de D. Pedro II, as correspondências era uma forma de se aproximar com o leitor e colocá-lo como protagonista daquelas discussões políticas. Afinal, se quem estava consumindo aquele periódico também não simpatizasse com o modelo monárquico ou as decisões do imperador, dos ministérios e de todo o aparato burocrático, se sentiria imerso naquela legião de debates políticos e sociais. Tanto em *A Revolução de Novembro* quanto no seu jornal *O Republico*, essas conversas com o imperador era uma tentativa de apresentar ao monarca as falhas do modelo governamental vigente da época, bem como pedir por melhorias. Um dos aspectos que foi bastante discutido ao longo destes três impressos era a questão da fome, que assolou, principalmente, as famosas províncias do “Norte”, em especial, Pernambuco e Paraíba, terras que o jornalista conhecia muito bem.

Borges da Fonseca continuou tendo sua vida política após o fim do marco cronológico delimitado nesta dissertação. Vale lembrar que o publicista faleceu em 9 de abril de 1872, dezessete anos antes do seu objetivo para o país ser concretizado. Suas ideias políticas, entretanto, mesmo com uma forte defesa da república, foram ignoradas no ato da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Talvez tenha sido considerado como um defensor de um “radicalismo republicano”, os ideais do publicista paraibano não foram contemplados nos primeiros anos de introdução da república no país. Como foi abordado no início desta

dissertação por Basile, essa imprensa republicana teve um papel importante na difusão da defesa desse novo modelo político de governo, ampliando, ainda mais, os conteúdos antimonárquicos da imprensa. Estudar o conceito de república, afinal, mostra-se viável para compreender todos esses pensamentos de Borges da Fonseca. Para Reinhart Koselleck, “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa”⁴⁸⁰.

Os três pontos-chaves dessa pesquisa delimitados em República, Federalismo e Constituinte demonstram um pouco sobre o papel político desempenhado por Borges da Fonseca durante as décadas de 1840 e 1850. A República veio como o modelo de governo, inspirado, principalmente, nos Estados Unidos e na França, como uma oposição ao modelo monárquico. Era a visão de uma disputa entre os países do “Novo Mundo” contra os do “Velho Continente”. Em segundo lugar, veio a ideia de federalismo como adjacente ao viés republicano. Novamente inspirado nos norte-americanos, essa autonomia para cada província era o resultado em combater o centralismo político, social e econômico tanto impetrado pelos monarcas no território brasileiro. Federalismo, aliás, também era visto por Borges da Fonseca como uma forma de um país com dimensões continentais, pudesse ser governado. Por fim, Constituinte era a palavra que dominou o cenário político de Borges ao longo de vários períodos.

Afinal, era a constituição que permitiu aos imperadores terem plenos poderes, estarem acima das leis, permitindo privilégios aos povos estrangeiros, enquanto os habitantes do Brasil lutavam pela sua sobrevivência. O gosto amargo do fim da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, aliada a imposição da Carta Magna, em 25 de março de 1824, era o estopim para que Borges reclamasse tanto por revisões e, até mesmo, um novo modelo constitucional. Juntando esses três conceitos, percebemos a dinâmica de um publicista que encarou, por diversas vezes, os tribunais.

Diversas acusações de crime de abuso de liberdade de imprensa, defesa da república, exaltação de mártires de 1817 e 1824, cartas ao imperador, defesa das repúblicas espanholas, enfim: tudo isso era o pacote chamado Borges da Fonseca e foi esse o desafio para a realização desta pesquisa. Essa dissertação procurou apresentar como um publicista considerado “o inimigo mais perigoso à causa da monarquia” agiu ao longo de 11 anos, no recorte de 1843 a 1855. Estamos distantes, entretanto, do “fim” da história desse publicista e que deixam algumas

⁴⁸⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 134-146, 1992, p. 136.

indagações: Como foi o Borges da Fonseca a partir da década de 1860? Quando ele foi à Europa em busca do seu diploma de Direito, seus discursos políticos continuaram? De que forma as gerações posteriores a 1860 enxergavam o trabalho jornalístico realizado pelo “O Republico”? Espero que esta dissertação tenha contribuído para a historiografia e que seja ponto de partida para estas perguntas e tantas outras que possam surgir futuramente.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

FONTES DIGITALIZADAS

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL - BND

A Revolução de Novembro (1850-1851)

Diario de Pernambuco (1841-1850)

Diario Novo (1842-1848)

O Tribuno (1847)

HEMEROTECA DIGITAL DA COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - CEPE

Aurora Pernambucana (1821)

A Verdade (1848)

FONTES IMPRESSAS

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO - APEJE

A Revolução de Novembro (1852)

O Nazareno (1843-1848)

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO - IAHP

Typhis Pernambucano (1824)

BIBLIOGRAFIAS

ALVES, Alexandre. **A imprensa na cidade de Santos: 1849-1930**. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, pp. 39-62, 2007.

ALVES, Edson José de Meneses. **A ideia de república no Brasil: a história de uma tradição esquecida (1789-1845)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História) – Universidade de Pernambuco, Garanhuns, 2021.

ALVES, Edson José de Meneses; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *O poder político das palavras na imprensa: Borges da Fonseca e a ideia de República (1829-1831)*. In: XV Colóquio de História da UNICAP, 2021, Recife. **Anais eletrônicos do XV Colóquio de História da UNICAP**. Recife: UNICAP, 2021.

BARROS, José D'Assunção. *História Política, discurso e imagem – interconexões possíveis*. In: **Revista Tempos Acadêmicos**, n. 4, pp. 01-25, 2006.

_____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário*. **Revista Escritas**, [S. l.], v. 1, 2015. DOI: 10.20873/vol1n0pp%p.

_____. **Fontes históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: Panorama Político (Parte A)*. In: LINHARES, Maria Yedda (Organizadora). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, pp. 188-245, 1990.

_____. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vol. 11 (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 53-119, 2009.

_____. *Imprensa Republicana no Brasil [Século XIX]*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da república: 51 textos críticos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

BECKER, Jean-Jacques. *A opinião pública*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BERNARDES, Denis. *As "abomináveis ideias francesas" em Pernambuco*. In: Fundação de Cultura Cidade do Recife (Org.). **Revolução Francesa: 200 anos**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, Conselho Municipal de Cultura e Diário de Pernambuco, 1989.

BIGNOTTO, Newton. *República dos antigos, república dos modernos*. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 59, pp. 36-45, 2003.

BRANDÃO, Ulysses de Carvalho Soares. **A Confederação do Equador**. Recife: Oficinas gráficas da Repartição de publicações oficiais, 1924.

BRASIL. Constituição (1824). **Capítulo I – Da Administração**, Art. 165. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

_____. **Lei Nº 105, de 12 de maio de 1840.** Dispõe sobre a interpretação de alguns artigos da Reforma Constitucional. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1840. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-105-12-maio-1840-532610-publicacaooriginal-14882-pl.html>

_____. Constituição (1824). **Título 1º - Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia e Religião,** Art. 03. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844).* 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2011.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial:** o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. **O “retalho” do comércio:** a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.** In: MELLO, Antônio Joaquim de (Org.). Recife: Tipografia Mercantil, 1875.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo.** São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *Pensamento republicano no Segundo Reinado (1840-89).* In: SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da república:** 51 textos críticos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Vol. 1: Cartas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

_____. **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Vol. 2: Análises. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

_____. **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Vol. 3: Sermões, diálogos, manifestos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

_____. **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Vol. 4: Poesias, relatos, Cisplatina. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 23, nº 45, pp. 209-238, 2003.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Apresentação do dossiê Nação, cidadania, insurgências e práticas políticas, 1817-1848*. In: **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 33, n. 1, pp. 01-04, 2015.

CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes. **“Praieiros”, “Guabirus” e “Populaça”:** as eleições gerais de 1844 no Recife. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 65-119, 2002.

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. São Paulo: Escala, 1995.

CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CODECEIRA, José Domingues. **A ideia republicana no Brasil:** prioridade de Pernambuco. Recife: Tipografia Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1894.

CORRÊA, Amélia Siegel. *Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX*. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, nº 32, pp. 139-158, 2009.

COSER. Ivo. *O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: A trama dos conceitos*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, nº 76, pp. 191-227, 2011.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco*. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, número 39. Recife: Typographia de F. P. Boultreau, 1891.

DETTMANN, Matheus Brum Domingues. *O Guaycuru e a divulgação de ideais federalistas e republicanos na Bahia do princípio do Segundo Reinado*. In: **Revista Historiador**, n. 10, pp. 178-192, 2018.

FELDMAN, Ariel. **O Império das carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2006.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais: Guerras civis em Pernambuco no século XIX**. Recife: Ed. UFPE, 1996.

_____. *Utopias Republicanas*. In: BARBOSA, Bartira Ferraz; FERRAZ, Socorro. **República brasileira em debate**. Recife: Editora Universitária da UFPE, pp. 25-34, 2010.

FERREIRA, José Ribeiro. **Participação e poder na Democracia Grega**. Coimbra: Coleção Estudos nº 13, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

_____. *A república na Grécia e em Roma*. In: **Revista de História das Ideias**, Imprensa da Universidade de Coimbra – Portugal, v. 27, pp. 07-40, 2006.

FLORENZANO, Modesto. *República (na segunda metade do século XVIII – história) e republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia)*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas políticas: ensaios da história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

FONSECA, Antônio Borges da. **Manifesto Político: apontamentos de minha vida política e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo**. Recife: Tipografia Comercial de G. H. de Mira, 1867.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das ideias políticas*. In: **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, pp. 323-350, 2006.

_____. *O ideário republicano de Antonio Borges da Fonseca*. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

_____. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FRANCA, Rubern. *A grande viragem política do século XVIII*. In: Fundação de Cultura Cidade do Recife (Org.). **Revolução Francesa: 200 anos**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, Conselho Municipal de Cultura e Diário de Pernambuco, 1989.

FREYRE, Gilberto. **O velho Félix e suas “Memórias de um Cavalcanti”**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e “aclamar”: *O Império no Maranhão (1823-1826)*. In: **Almanack**. Guarulhos, n. 01, pp. 105-118, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320110108>.

GONÇALVES, Vanessa da Cunha. *Imprensa e a construção da sociedade brasileira no século XIX: O Novo Mundo como estudo de caso*. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas**. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: Europa 1789–1848. 37ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HOFFNAGEL, Marc Jay. *Rumos de republicanismo em Pernambuco*. In: SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico**. Volume IV. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia medieval. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 134-146, 1992.

_____. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

LAFER, Celso. *O significado de República*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, pp. 214-224, 1989.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817:** Estrutura e comportamentos sociais. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.

_____. **Pernambuco 1824:** A Confederação do Equador. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos:** a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *O Brasil entre duas américas: federalismo e unidade nacional*. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **As trapaças da sorte:** ensaios de história política e de história cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro:** Imprensa, Ideologia e Poder Político. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

_____. **O império do progresso:** A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

MATTEUCCI, Nicola. *República*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O mito de Veneza no Brasil*. In: _____ (Org.). **Um imenso Portugal:** história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **A outra Independência:** o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. 2ª ed. Recife: Editora 34, 2014.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830*. In: **Topoi - Revista de História**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, 2002.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. II (1829-1900). Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1966.

_____. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. IV (1821-1950). Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1969.

_____. **Periódicos do Recife, 1851 – 1875**. Vol. V. Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1970.

_____. **Sesquicentenário do primeiro jornal pernambucano**. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1971.

NASCIMENTO, Milton Meira do. *Matriz Francesa*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Dicionário da república: 51 textos críticos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

NONINI, Roberto. *República Romana*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

PAIXÃO, Cristiano; BIGLIAZZI, Renato. *Matriz norte-americana*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Dicionário da república: 51 textos críticos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

PANCERA, Gabriel. *Matriz Italiana*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Dicionário da república: 51 textos críticos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

PAULINO, Josenildo Américo. **Pelas margens do Atlântico: a navegação de cabotagem e o abastecimento de gêneros de primeira necessidade no Recife (1825-1840)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REGO, Mello. **Rebelião Praieira**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1899.

RÉMOND, René. *Do político*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. **A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca**. Campinas: Pontifícia Universidade de Campinas, 1995.

ROSAS, Suzana Cavani. *Da “constituente soberana” a “conciliação política sobre as bases das reformas”*: o partido liberal em Pernambuco e o Gabinete Paraná de 1853. In: **Revista de História (USP)**, nº 170, pp. 291-316, jan.-jun., 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p291-316>

_____. *“A Praça é do povo como o céu é do condor”*: Borges da Fonseca e sua combativa luta na imprensa entre 1850 e 1860. In: CHRISTILLINO, Cristiano Luís; SCHETTINI, Vitória Fernanda. **Política e sociedade no Brasil oitocentista**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca**. João Pessoa: A União, 1994.

SCHEIDT, Eduardo. *Republicanism na Região Platina à Época da Revolução Farroupilha: Um Estudo de História Comparada*. In: **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 4, n. 1, p. 149-180, 2001/2002.

SILVA, André Luiz da. *A história do pensamento político como história do discurso político: considerações acerca do Whiggism no contextualismo linguístico de John Pocock*. In: **Diálogos** (Maringá. Online), v. 17, n.2, pp. 585-609, 2013.

SILVA, Carolina. *Discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca: análise da palavra república a partir da trajetória do jornal O Republico (1830-1837)*. In: **XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética**, 2009.

_____. **A trajetória d'O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política Imperial (1830-1832)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

_____. **Autorretrato e retratos de um publicista: Antônio Borges da Fonseca nas tramas de discursos da imprensa pernambucana e da Insurreição Praieira (1841-1852)**. 2021. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2021.

SILVA, Leonardo Dantas. *A bandeira de Pernambuco*. In: SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2003.

_____. *Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849)*. In: **História Social**, n. 16, pp. 29-44, 2009.

SILVA, Wellington Barbosa da; BRETAS, Marcos Luiz. *História da Polícia no Brasil, ou, a História de um não-assunto*. In: **Saeculum (UFPB)**, v. 27, n. 47, pp. 191-202, 2022. DOI: [https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2022v27n47%20\(jul./dez.\).65753](https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2022v27n47%20(jul./dez.).65753).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

STARLING, Heloisa Murgel. **Ser Republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TAVORA, Franklin. *Os patriotas de 1817*. In: Leonardo Dantas Silva, **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

TOLLENARE, Louis François. **Notas Dominicanas**. Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818. Parte referente a Pernambuco. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

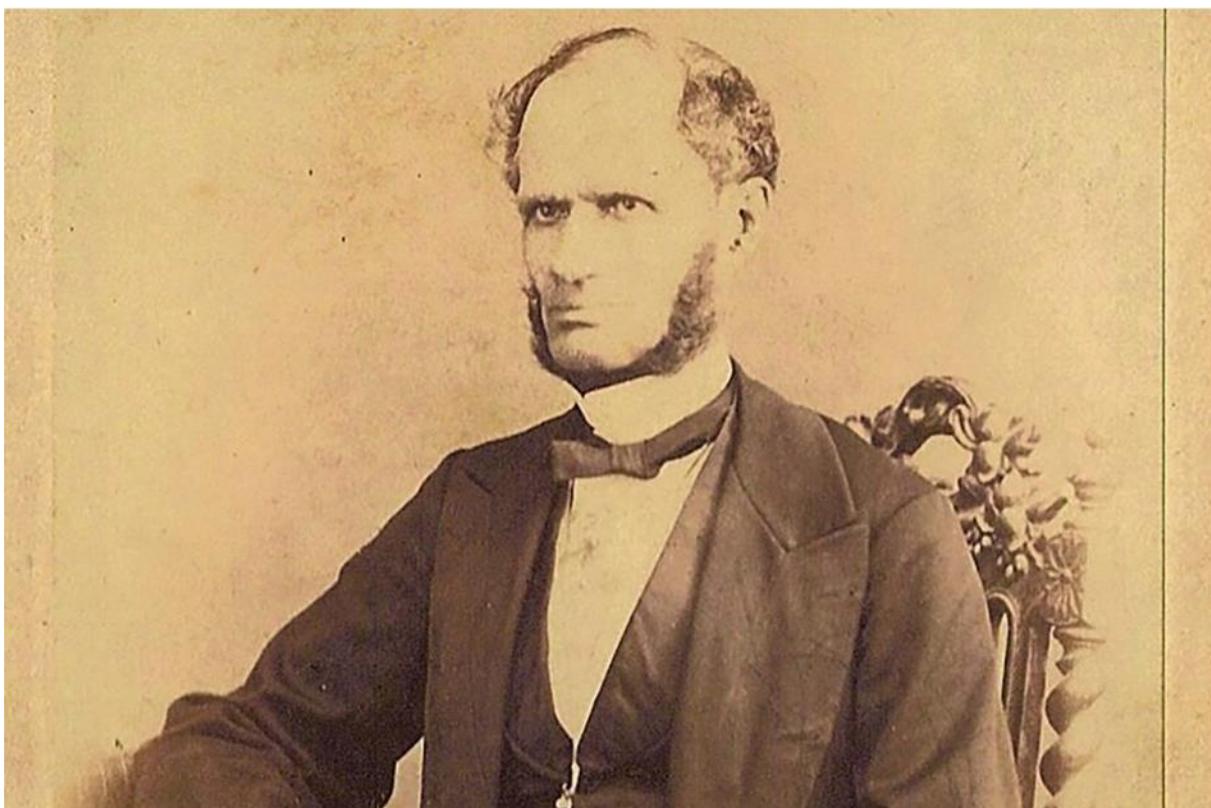
VENANCIO, Giselle Martins. *Em primeira pessoa*. In: VENANCIO, Giselle Martins; SECRETO, Maria Verônica; RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cartografias da cidade (in)visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2017.

VINCENT, David. *Alfabetização e desenvolvimento*. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, pp. 539-560, jul.-set. 2014.

WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

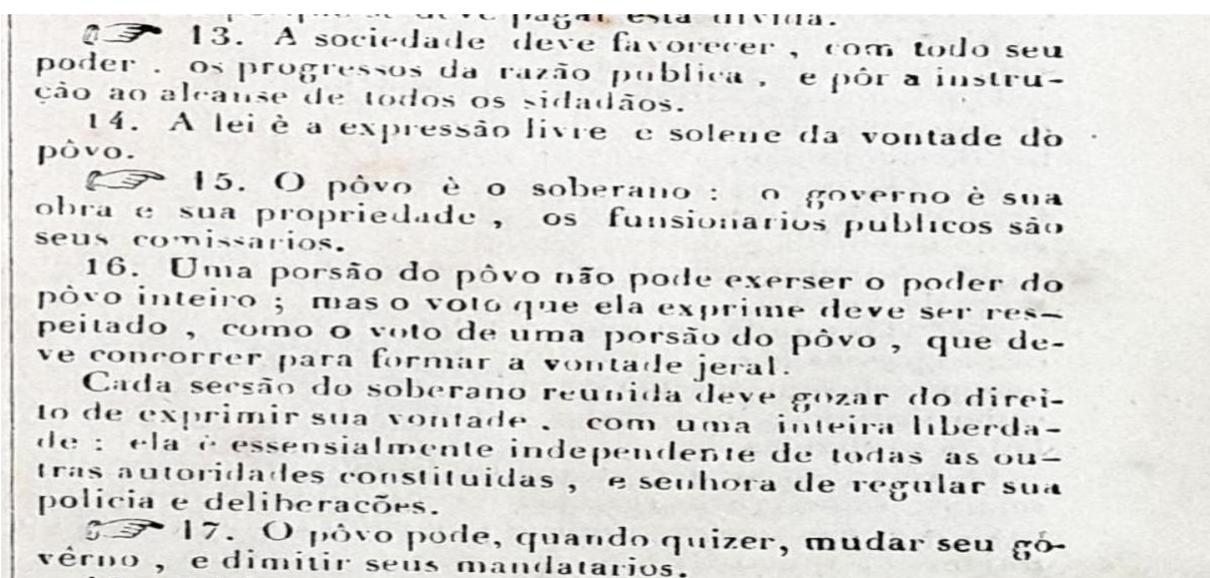
ANEXOS

ANEXO A - Retrato de Antônio Borges da Fonseca



FONTE: BLOG DIARIO DE PERNAMBUCO. **Borges da Fonseca, um defensor do povo.** Disponível em: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2016/10/14/borges-da-fonseca-um-defensor-do-povo/>.

ANEXO B - Trecho do jornal *O Nazareno* destacando alguns artigos da Declaração dos
Direitos do Homem e do Cidadão de 1793



FONTE: APEJE, *O Nazareno*, nº 16, 9/8/1843.

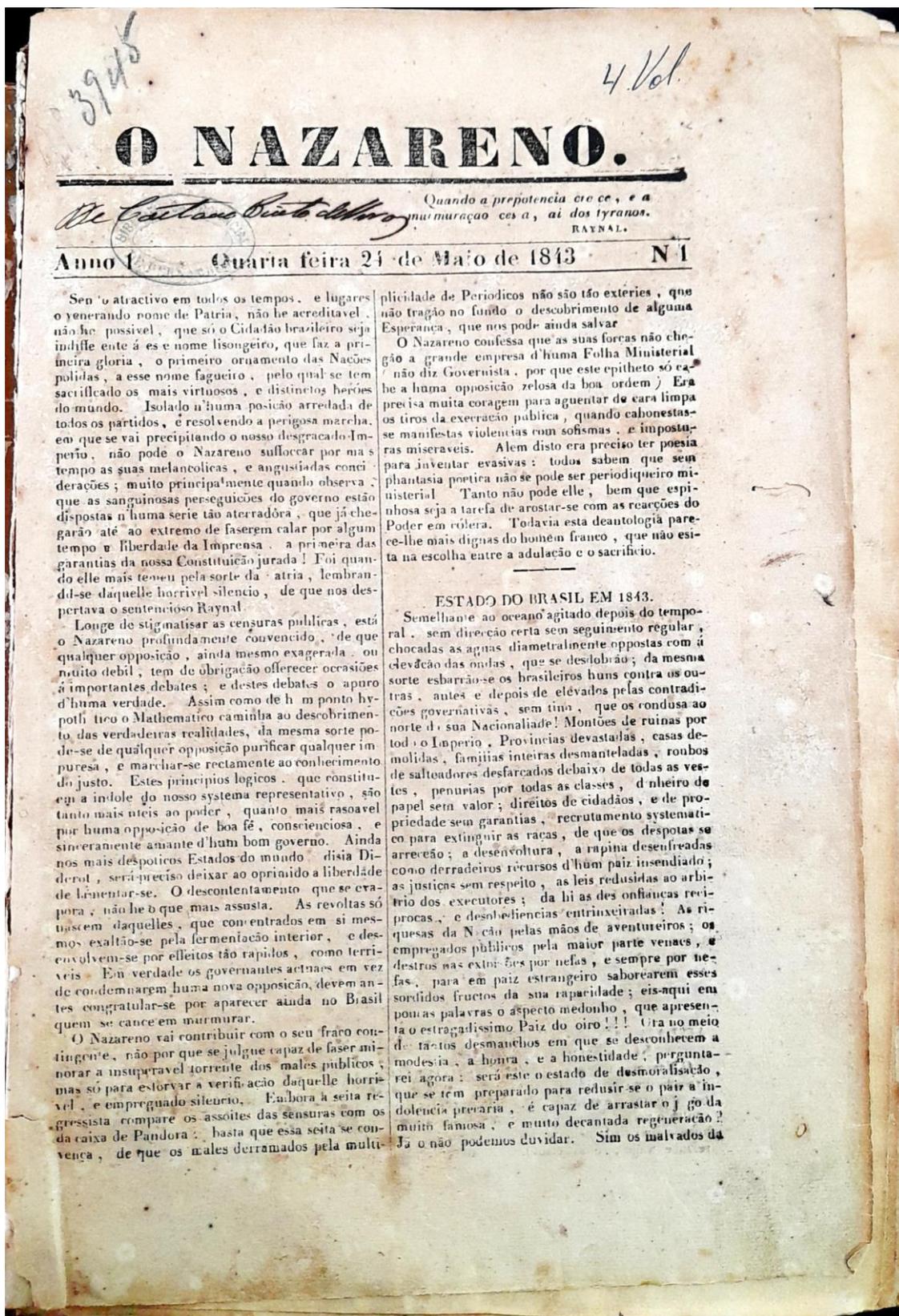
ANEXO C - Manifesto de Borges da Fonseca direcionado a "Xixorro"

AO SR. XIXORRO:

Avante, avante, sr. Xixorro. E' V. Exc. um suplente de *impotente* Paulo Barboza, e pois não deve recuar, quando se trata da salvação de seu povo. Nós sentimos somente, que S. Exc. viesse tarde com suas dimissões. E como agora vão elas de acordo com os interesses do ministerio actual, e com os princípios d'esse ministerio? Queremos consiliação, e justiça, diz o ministerio actual, q' parece nacional, e entretanto lhe responde o Xixorro, quero guerra, e iniquidade, a aniquilação d'este Pernambuco.

Oh! sr. Xixorro, lhe não doam as mãos, avante, avante, conclua os trabalhos de seus irmãos da *obra pia*, que do contrario mostrará V. Exc. que não é digno membro da ordem. V. Exc. bem sabe que os estranguladores muito confiam nos exfornos de V. Exc., e, si não satisfaz V. Exc. a seus compromissos, é um tratante. Acabe, sr. Xixorro, acabe depressa.

Srs. ministros, lá vos levará o vapor um grande sortimento para enxer o armazem das asquerozas prevaricações do sr. Xixorro, conservai-o, que vai isto muito de acordo com os vossos princípios. Sabei porém que se tem dimitido a empregados muito abeis, e muito onrados, e muito praticos no serviço, que á muitos anos servem, e tudo isto faz o Xixorro, por que vos respeita, e acata, porque está de acordo com o vosso pensamento! Mais alguns dias, e basta, a obra estará completada, e talvez a paciencia publica esgotada, e talvez Pernambuco nadando em sangue. E' isto o que quereis srs. Marselino de Brito, e Olanda Cavalcante? nada vos vale, e merece este Pernambuco? Mais alguns dias, e o sinzeiro, que o insendio d'esta provincia produzir, vos irá sufocar lá mesmo n'essa côrte, srs. ministros, a vós, e talvez tambem a monarchia, que não ficará incolume no meio da conflagração jeral.

ANEXO D - Primeiro número do jornal *O Nazareno*

ANEXO F - Primeiro número do jornal *O Republico*

REPUBLICO.

A republica é a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de omeu a omeu e de nação a nação, — o fim das explorações inhumanas, — a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei de vida.
Victor Hugo.

estre a findar em dezembro a 6.5000 pagos adelantados. Todos os artigos de interesse jeral publicar-se-ão gratis, periodico. — Não se recbe correspondencias contra individuos, que não forem empregados publicos, e contra estes uzo das funções, que lhes são incumbidas.

CORTE DO RIO DE JANEIRO 1 DE JULHO DE 1853.

N.º 1.

REPUBLICO.

Deixa-se a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de omeu a omeu e de nação a nação, — o fim das explorações inhumanas, — a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei de vida.

Deixa-se a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de omeu a omeu e de nação a nação, — o fim das explorações inhumanas, — a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei de vida.

Deixa-se a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de omeu a omeu e de nação a nação, — o fim das explorações inhumanas, — a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei de vida.

Deixa-se a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de omeu a omeu e de nação a nação, — o fim das explorações inhumanas, — a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei de vida.

Deixa-se a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de omeu a omeu e de nação a nação, — o fim das explorações inhumanas, — a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei de vida.

Deixa-se a união, a unidade, a harmonia, a luz, o trabalho criando o bem estar, a supressão dos conflitos de omeu a omeu e de nação a nação, — o fim das explorações inhumanas, — a abolição da lei de morte, e o estabelecimento da lei de vida.

« lo se derramem sobre todos os omeus, por « que todos teem direito a felicidade, e que « preparem a felicidade das jerações futu- « ras. »

A eriditariedade monarchica nunca existe como um direito. Admittir tal idea é considerar os omeus como propriedade de um individuo nascido ou por nacer; é considerar os nossos filhos, toda a nossa posteridade como animaes, ou como se diz actualmente com os escravos, como couzas, sem direito e sem vontade: é finalmente a idea mais baixa e mais umilhante que pode degradar o omeu.

Um povo consio da sua incapacidade pode sujeitar-se; mas não tem direito de sujeitar e obrigar a sua posteridade, a que fique para sempre escrava, a que abdique o uzo da sua razão; a que se confesse couza, so por que os seus antepassados assim o ordenaram.

Isto é de tão simples intuição, que duvidamos aja quem possa contestal-o. E tão poderosa é a verdade deste direito inherente a unidade, que mesmo neste rejimem especial, de eransa e transmissibilidade, não é licito ao pae dispor dos seus bens em prejuizo dos seus filhos, por que depois da sua morte entram elles no livre gozo e administração do patrimonio, que em vida formára esse mesmo pai. Si nisto, o que morre, está sujeito a regras do direito civil; como seria livre a respeito de direitos, que são inalienaveis e imprescritiveis a todos os omeus, e cujo exercicio toca privativamente a cada um?

A monarchia como direito é uma nihilidade, como facto fica abaixo muito abaixo de todas as conveniencias sociaes.

Não é nosso fim entrar ja na discussão seria desta materia; agora é como um cavaco que queremos dar, para que nem os tímidos, nem os velhacos, julguem termos vindo fora de proposito; — é como uma declaração de principios, si inda carecemos fazel-a, — é como um desafio a esses novelistas defensores do trono, para que não deixem a marjem a sua cauza, a cauza dos abuzos, dos privilegios, a cauza da immoralidade e corrupção.

E como é nossa crença, que os omeus todos são bons e aptos, cada um na razão de

das, e nós todos aptos para abraçarmo-no; por que este Brazil é dos brazileiros, e sendo republicano é de todo o mundo; por que a republica comprehende a humanidade inteira; por que a republica é a paz: — e nem elle exclue da communhão aos omeus que oje se alcunham reis, príncipes, ou imperadores, por que estes são também filhos de Adão e Eva, e foram também remidos com o precioso sangue de nosso Senhor Jezus Christo, que veio a este mundo para ensinar — que todos somos iguaes, e irmãos, e que por tanto a humanidade deve ser uma e solidaria.

Pregai e batizai por toda a parte, dizia Christo aos seus apóstolos; a minha doutrina, que rejenera os povos e os conduz ao reino de Deus, é tanto para os judeus, como para os jentios.

Esta missão transmitiu-a Elle a todos os crentes, d'ela se não podem escuzar os verdadeiros amigos do genero humano, os republicanos, sem trairem a missão providencial, que faz o seu destino nesta terra de miserias, de dores, e de lagrimas.

Em quanto o maior numero estiver submetido, não devemos descansar.

Consiliação dos partidos.

Solta esta fraze n'esta córte, e sob a protecção de um nome respeitavel, tem circulado por todos os pontos do paiz; uns a aprovam, outros a contestam.

Não podemos comprehender essa pretensão, vamos estudar escrupulosamente as palavras e pensamentos do ourado sr. dr. Francisco de Sales Torres Omeu para entrarmos em discussão; mas antes de tudo perguntamos: — os partidos, cuja consiliação se pretende, teem principios? a sua diversidade é radicada n'eles?

Si os principios nos dividem, si ha nos partidos antagonismo; como viremos a um accordo? quem sederá?

Os liberaes teem principios invariaveis, dos quaes não podem preceudir, o erro está da parte dos outros, logo esses é que devem seder reconhecendo seu erro. Será possível?